

REVISTA

ContraPonto

Vol. 6 / N. 1 / jan. 2019



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ISSN: 2358-3541

Sumário

Editorial.....	3
Discursos do sindicalismo sobre a reforma trabalhista: uma análise das justificações e crenças das Centrais Sindicais.....	7
Vinicius Foletto Bevilaqua	
“Era um inferno!”: análise narrativa da construção discursiva da emoção do professor e suas reflexões avaliativas sobre os sistemas municipal e federal de ensino.....	22
Allane de Souza Pedrotti	
OS FEMINISMOS FACE ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: ao final de tudo, quais vozes serão ouvidas?.....	40
Luiz Antonio Soares Jr	
DIFICULDADES E DILEMAS DOS PROFESSORES INICIANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NA REDE PÚBLICA: A VOZ DO DOCENTE INGRESSANTE.....	66
Eliane Carneiro Araújo, Ana Maria Gimenes Corrêa Calil	
Agradecimentos em monografias: entendendo a persistência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....	86
Ricardo Cortez Lopes	
MOVIMENTO FEMINISTA E PARTIDOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES EM 2018: ANÁLISE DO CENÁRIO RIO GRANDENSE.....	105
Gabriela Luiz Scapini, Amanda C. Cegatti, Mayara Bacelar Rita	
Entre a música e a política: discursos e práticas da bancada evangélica na Câmara dos Deputados.....	127
Eduardo Caldeirão	
ASCESE E O PENSAMENTO DE NIETZSCHE: TRANSVALORANDO OS VALORES.....	139
Gilberto Silva dos Santos	
A BUSCA DA LIBERDADE: O LUGAR POLÍTICO-SOCIAL DA MULHER INGLESA DO SÉCULO XVIII A PARTIR DOS ROMANCES JANE EYRE E O MORRO DOS VENTOS UIVANTES.....	156
Caroline Navarrina de Moura, Lis Yana de Lima Martinez	

**DECOLONIALIDADE, QUESTÃO AGRÁRIA E NEOEXTRATIVISMO MINERAL: O
TEATRO DA HYDRO-ALUNORTE NA AMAZÔNIA PARAENSE.....173**

Andrey Henrique Figueiredo dos Santos

EDITORIAL

Já dizem muitos sociólogos da ciência que esta última não é uma atividade puramente epistêmica, influenciada apenas pela busca do conhecimento. É possível adicionar às suas evidências a própria experiência da Contraponto: por conta de todo o contexto experimentado pelos pós-graduandos brasileiros no ano passado e com alguns desdobramentos neste ano de 2019, foi-nos impossível seguir a periodicidade proposta pela revista, e no ano de 2018 foi lançado apenas um número. Sentimos muito por este fato, especialmente aos autores que nos confiaram seus textos por tanto tempo, e desejamos que as próximas equipes consigam manter o ritmo de publicação e não necessitem contornar um número.

Quando nos referimos a “próximas equipes”, introduzimos ao fato de que a equipe editorial necessitará forçosamente ser renovada. Os dois editores, que trabalham na revista desde os seus mestrados, e que permaneceram fixos, Ricardo Cortez Lopes e Gabriel Guerra Câmara, estão no fim de seus doutorados e precisarão passar adiante a honra de tal cargo. Da experiência, ficaram muitas lembranças positivas, como os números do periódico sendo elogiados por leitores ou as relações com os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (que editam a *Sociologias*) e com o PET ciências sociais (que editam a *Todavía*) que foram oportunizadas justamente pela atividade editorial. Todas essas parcerias foram muito frutíferas e aprendemos muito com cada uma delas. Por fim, também agradecemos à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo apoio técnico da plataforma SEER.

Findas as despedidas, podemos explorar em especial um pouco esse número, cujo conteúdo compensa o tempo de espera. Inicialmente, a temática desse volume seria a do Seminário Discente do ano passado, porém nem todos os autores selecionados pelos organizadores como destaque se interessaram por publicar neste espaço. Sua ausência, no entanto, não foi seguida da queda de qualidade do produto final. Por essa razão, a temática foi livre, embora haja um fio condutor nas produções: **a inclusão no sentido da busca da igualdade**, seja nas relações de trabalho, de gênero, de educação, de política etc. Portanto, é nesses termos que apresentaremos os artigos.

O primeiro deles, “Discursos do sindicalismo sobre a reforma trabalhista: uma análise das justificações e crenças das Centrais Sindicais”, de Vinicius Foletto Bevilaqua, trata de justificações e crenças dos representantes do setor sindical brasileiro sobre a reforma trabalhista de 2017. Vale ressaltar que o autor publicou, há pouco tempo atrás, um artigo reativo ao outro lado da moeda, a percepção dos empresários. Assim, em virtude de seu olhar amplo e crítico, o autor se estabelece aos poucos como uma referência obrigatória no assunto.

O artigo seguinte é intitulado “Era um inferno!”: análise narrativa da construção discursiva da emoção do professor e suas reflexões avaliativas sobre os sistemas municipal e federal de ensino”, de Allane de Souza Pedrotti, e aborda uma experiência não exitosa na Educação Básica naquilo que ela possui de mais criador. O texto é rico em dois sentidos: o primeiro por demonstrar que a crise é também criativa e o segundo por recordar os ditos de Bernard Lahire sobre as razões do improvável.

O texto “Os Feminismos Face às Violências Contra as Mulheres: ao final de tudo, quais vozes serão ouvidas?”, de Luiz Antonio Soares Jr, reflete sobre o cruzamento de dados para entender o avanço de legislações sobre o direito da mulher em função da atuação do movimento feminista. A análise do autor recaiu sobre notícias e legislações e busca encontrar regularidades que ajudem a responder à sua questão de pesquisa. A pesquisa acaba sendo interessante na tentativa de ligar atitudes históricas em uma relação causal que aponta para a influências dos movimentos sociais.

A seguir, apresentamos o artigo “Dificuldades e Dilemas Dos Professores Iniciantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, na Rede Pública: A Voz do Docente Ingressante”, de Eliane Carneiro Araújo e Ana Maria Gimenes Corrêa Calil, no qual são analisadas a atuação e as dificuldades de professores iniciantes no Vale do Paraíba. Algumas das dificuldades encontradas foram, por exemplo, a falta de apoio de gestores e dos colegas, a indisciplina e o desinteresse do alunado. Tal pesquisa é relevante na medida em que os professores tomam contato com vários dos problemas sociais brasileiros, incorporados nos alunos, e seu reconhecimento parte também da empatia para com seus relatos.

Em “Agradecimentos em monografias: entendendo a persistência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, Ricardo Cortez Lopes procura entender quais são os elementos que compõem o impulso para a conclusão de cursos de graduação, mestrado e doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nisso são abordados elementos dialogantes com a prática de pesquisa e que fazem parte da constituição do sujeito pesquisador. O corpus de análise foram os agradecimentos, que fecham as trajetórias nesses respectivos cursos.

No artigo “Movimento Feminista e Partidos Políticos nas Eleições em 2018: Análise do Cenário Rio Grandense”, de autoria de Gabriela Luiz Scapini, Amanda C. Cegatti, Mayara Bacelar Rita, é possível perceber uma acurada análise da relação entre movimentos feministas e partidos políticos, tendo como contexto o estado do Rio Grande do Sul. Diferentemente da pesquisa de Júnior, que pesquisou as leis sendo tecidas, aqui as eleições são o foco. Assim, o volume aborda a democracia em duas dimensões que tem sido fortemente contestadas na hodiernidade brasileira.

A produção seguinte do volume “Entre a música e a política: discursos e práticas da bancada evangélica na Câmara dos Deputados”, de Eduardo Caldeirão, cruza duas

qualidades de dados: a música e a tessitura de leis. O ponto de confluência é a prática religiosa de um segmento evangélico no espaço público brasileiro, abordando parte dessas crenças por meio dessas duas mídias (se a lei puder também ser considerada uma mídia). Assim, trata-se de um diálogo interessante e que abre espaço para muitas inovações teóricas e metodológicas.

No artigo “Ascese e o Pensamento de Nietzsche: Transvalorando os Valores”, Gilberto Silva dos Santos analisa o importante livro “A genealogia da moral” para pensar com o autor modos de abordar metodologicamente os valores contemporâneos. Trata-se de um estudo muito importante porque Nietzsche é muito lembrado por sua “dinamicidade” (no sentido de se autodeclarar como uma dinamite que implode a modernidade) e por seus aforismos, porém o autor é muito mais profundo do que a suspeita.

No texto “A BUSCA DA LIBERDADE: O LUGAR POLÍTICO-SOCIAL DA MULHER INGLESA DO SÉCULO XVIII A PARTIR DOS ROMANCES JANE EYRE E O MORRO DOS VENTOS UIVANTES”, de Caroline Navarrina de Moura e Lis Yana de Lima Martinez, pode-se perceber um estudo do posicionamento da mulher na sociedade inglesa antiga. Tal pesquisa é relevante por conta da capacidade imersiva que carrega a própria literatura: ela permite que se capte muito da subjetividade de uma época por conta da ficção não necessitar ficar presa apenas a evidências, essas descritas friamente. Assim, o ser mulher se mostra em toda a sua complexidade e pode-se estabelecer diálogos profícuos com mulheres de outros contextos e temporalidades, ficcionais ou não.

O último artigo, DECOLONIALIDADE, QUESTÃO AGRÁRIA E NEOEXTRATIVISMO MINERAL: O TEATRO DA HYDRO-ALUNORTE NA AMAZÔNIA PARAENSE, de autoria de Andrey Henrique Figueiredo dos Santos, trata do impacto (com ênfase na questão agrária) da atividade da mineradora Hydro-Alunorte no município de Barcelona (PA). Tal estudo se mostra muito interessante porque o autor foca não apenas nos aspectos naturais envolvidos nessa interação, mas também nas relações humanas – investigada a partir de uma pluralidade de técnicas de pesquisa.

A Contraponto espera contribuir para a discussão científica brasileira num geral, que vem encontrando dificuldades em uma sociedade que não valoriza a pesquisa e cujo setor público não dá conta de financiar essa atividade básica. Uma ciência que parte das significações para propor soluções reais que possam ser efetivamente aceitas e seguidas, para gerar a colaboração e, assim, a inclusão verdadeira e continuada.

Os Editores

Discursos do sindicalismo sobre a reforma trabalhista: uma análise das justificações e crenças das Centrais Sindicais¹

Vinicius Foletto Bevilaqua²

Resumo: o objetivo do artigo é analisar as justificações e crenças dos representantes do setor sindical brasileiro lançadas à reforma trabalhista de 2017. Para analisar as justificações e as crenças, o recorte do artigo direciona-se para a esfera legislativa brasileira, especificamente concentrando-se nas audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A partir da teoria das justificações de Boltanski, Chiapello e Thévenot e da teoria das coalizões de defesa de Sabatier, problematizam-se quais as *cités* e crenças mobilizadas pelas centrais sindicais nos momentos críticos da esfera legislativa com relação à reforma trabalhista? Para a finalidade dessa proposta, a pesquisa se desenvolve com base na análise de documentos, a partir das notas taquigráficas das audiências públicas desdobradas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Os registros de duas audiências públicas foram analisados. Como resultados, identificaram-se que as justificações produzidas pelas centrais sindicais gravitam em torno de discursos políticos fundados em princípios cívicos normativos como solidariedade, vontade geral e democracia, enquanto mobilizavam crenças voltadas a projetos de desenvolvimento com a valorização do trabalho, fortalecimento da política industrial, geração de empregos a partir de políticas de incentivo estatal à indústria, intervenção do Estado na economia e participação ampla da sociedade civil nas decisões coletivas. Aponta-se que os discursos políticos das centrais sindicais perpassam a *cité* cívica e, secundariamente, a *cité* industrial, evidenciando que as justificações e crenças mobilizadas fazem parte do repertório gramatical histórico do sindicalismo brasileiro voltado ao trabalho como forma de aspiração à cidadania.

Palavras-chave: teoria das justificações; teoria das coalizões de defesa; reforma trabalhista; esfera legislativa;

Abstract: the purpose of the article is to analyze the justifications and beliefs from representatives of Brazilian unions launched at 2017's labor reform to analyse the justifications, the article's cutout is directioned to legislative sphere, specifically aiming to public hearings realized in Chamber of Deputies and the Federal Senate. From the theory of the justifications of Boltanski, Chiapello and Thévenot and the Coalition Advocacy Framework of Sabatier, it's problematized what are the *cités* and beliefs mobilized by the representatives of union sector in critical moments of legislative sphere with relation to labour reform? For the purpose of this article, the research is developed based on the analysis of documents, from the shorthand notes of public hearings deployed in the Chamber of Deputies and the Federal Senate. Records of two public hearings were analysed. As results, it was identified that the justifications produced by the unions gravitate around political discourses founded on normative civic principles such as solidarity, general will and democracy, while mobilizing beliefs oriented to development projects with labor valorization, strengthening of industrial policy, job creation based on State incentive policies to industry, State intervention on economy and the wide participation of civil society in collective decisions. It's pointed out that

¹ O artigo foi elaborado no âmbito da tese de doutoramento, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), financiada por uma bolsa de estudos do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestre e doutorando PPGS-UFRGS, vbevilaqua@gmail.com.

political discourses from Unions pass through the civic *cite* and, secondarily, the industrial *cite*, evidencing that the justifications and beliefs mobilized are part of the historical grammatical repertoire of Brazilian syndicalism focused on work as a form of aspiration to citizenship.

Keywords: Justification theory; Advocacy Coalition Framework; Labour reform; legislative sphere;

Introdução

O mundo do trabalho, especificamente no Brasil, é alvo de constantes disputas e conflitos. Distintos conjuntos de agentes sociais buscam influenciar seu rumo. Do setor empresarial brasileiro, as modificações nas legislações que regulamentam o trabalho fazem parte de sua agenda particular desde a década de 90. A conjuntura política e econômica brasileira instável dos últimos anos favoreceu o avanço das crenças e interesses de classes sociais específicas, vinculadas ao setor empresarial brasileiro, as quais produziram o que é analisado e chamado de “reforma trabalhista” no artigo. Porém, compreende-se que a dinâmica da reforma trabalhista não se encerra nos seus propositores, pois o lado das entidades sindicais contribui para engendrar complexidade ao objeto de estudo. Assim como o setor empresarial produziu um conjunto de justificações e crenças para sustentar a inclusão de seus desejos na forma de Lei, as entidades sindicais encontram-se nesse processo como fortes de resistência às modificações propostas pela Reforma trabalhista. Como a classe trabalhadora é um dos principais alvos das modificações da reforma trabalhista, nesse jogo de forças ora consensuais, ora conflitosas, o artigo busca compreender quais os apoios normativos mobilizados pelas centrais sindicais que representaram a classe trabalhadora durante os debates na esfera legislativa.

A pesquisa apresentada parte de um dos desdobramentos da tese, em andamento, que tem como tema a esfera legislativa e como objeto de estudo os apoios normativos e as estratégias mobilizadas pelos setores representantes da sociedade interessados no processo de trâmite do Projeto de Lei (PL) 6.787/16, conhecido também como “Reforma Trabalhista”³. Objetivamente, para compreender quais os apoios normativos discursivamente mobilizados pelos representantes do setor trabalhista, parte-se da análise das suas manifestações em audiências públicas empreendidas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

³ O resumo expandido se referirá ao projeto de lei como “reforma trabalhista”.

A partir da teoria das justificações de Boltanski e Thévenot e da teoria das coalizões de defesa de Sabatier, procura-se orientar teoricamente a análise operada no artigo. Nesse sentido, o conceito de *cité* e de *crenças* é selecionado, respectivamente, de cada teoria. O conceito de *cité* possibilita analisar as justificações mobilizadas pelas centrais sindicais analisadas. O conceito de crenças possibilita identificar os fundamentos normativos de afirmação sobre o mundo do trabalho. Ressalta-se ao leitor que o artigo se orienta, principalmente, por uma premissa analítica de inspiração na sociologia crítica. A sociologia crítica compreende que o pesquisador, por ser parte da sociedade, produz análises e considerações sobre o objeto de estudo de uma forma posicionada e crítica, nesse sentido, o ato da pesquisa e da escrita desvelam a posição heurística do autor, ainda que sociológica e cientificamente orientada.

Na primeira secção é discutida a história dos conflitos trabalhistas e o sindicalismo brasileiro, com fins de demonstrar ao leitor de que a reforma trabalhista carrega consigo um conjunto de crenças e interesses históricos e de que as próprias condições sócio-históricas da formação social brasileira permitiram o surgimento da reforma trabalhista. Na segunda secção expõe-se o quadro teórico-metodológico que sustenta a incursão sociológica do artigo. A secção posterior refere-se à análise do material empírico. Por fim, têm-se, como última secção, as notas conclusivas do artigo.

Trabalho e justificações: sobre a história dos conflitos trabalhistas e o sindicalismo brasileiro

O trabalho é um dos principais fatores que atravessam a questão social latino-americana e, por consequência, a brasileira. A questão social, resgatando Wanderley (2013), é aquilo que torna tênue e desafia a existência e a coesão de determinada sociedade. A configuração do trabalho participa do processo que permite a sustentação ou o desmoronamento de qualquer formação social. Dada a história da formação social brasileira, da escravidão à precarização da classe trabalhadora⁴, o

⁴ Apesar do uso do termo “classe trabalhadora”, admite-se o desafio de qualquer tarefa que busque definir conceitualmente uma unidade heterogênea e complexa. Não é objetivo do artigo realizar tal operação. Entretanto, o objetivo cruza em dado momento a noção de classe trabalhadora em virtude das centrais sindicais analisadas atuarem como representantes desse todo complexo e heterogêneo. Com a urbanização acelerada na década de 40 e a expansão do setor informal nas décadas de 60 e

trabalho assume uma posição importante que desafia a integração orgânica das classes sociais à estrutura social. Os conflitos trabalhistas surgem como produto de relações de trabalho historicamente atravessadas pela exploração, precarização e relações de poder, de vários tipos, e que se apresentam como um desafio à coesão de qualquer sociedade.

A história dos conflitos trabalhistas no Brasil acaba sendo singular, recorrente, dinâmica e complexa. Singular, orientando-se a partir de uma formação social que teve como sua grande definidora o passado escravista⁵. Recorrente, pois o trabalho é constantemente disputado por setores trabalhistas da sociedade brasileira interessados. Dinâmica porque o resultado do embate entre os setores trabalhistas é diverso de acordo com a conjuntura socioeconômica, a justificação das crenças e a capacidade estratégica e de recursos para ação. A complexidade da história dos conflitos trabalhistas se coaduna com as outras características, mostrando-se um desafio a qualquer leitura imediata.

O sindicalismo brasileiro, na sua forma moderna ainda que tipicamente brasileira, nasce, formalmente⁶, na década de 30 durante o governo de Getúlio Vargas. Sob a proteção do Estado, a classe trabalhadora acaba não participando da elaboração das Leis que garantem sua atuação, evidenciando o elemento centralizador da gestão política de Vargas (CARDOSO & LAGE, 2006). O sindicalismo brasileiro, então, inicia sua atuação a partir de uma legislação trabalhista visivelmente orientada de cima para baixo. A Consolidação de Leis do Trabalho (CLT), elaborada em 1943, objeto de disputa na reforma trabalhista, é um marco da proteção social à classe trabalhadora e da regulação das relações trabalhistas no Brasil. Desde o nascimento, a CLT é alvo de disputa por forças sociais interessadas

70, como recorda Roxborough (2011), potencializaram a diversificação e heterogeneização da classe trabalhadora e o sindicalismo brasileiro se encontrou numa situação complexa de representação e, para piorar, enfrentou tempos difíceis após o Golpe Militar de 64, o qual puniu severamente a participação e representação política na sociedade civil.

⁵ A passagem do Brasil Império ao República não operou de forma “suave”. Ocorreram diversas indecisões, uma delas referindo-se a passagem do sistema escravista ao sistema capitalista. A fragmentação nas classes dominantes em relação ao tipo de política social e econômica a ser adotada para lidar com o fato da abolição da escravidão era evidente. Conforme recorda Abranches (2018), o estado do Rio de Janeiro era em maioria abolicionista, apesar de possuir grupos escravistas, enquanto São Paulo adotava uma posição “neutra” em relação à abolição, mesmo possuindo facções abolicionistas importantes. Os posicionamentos de duas das principais economias da época permitem pensar que o dissenso e o conflito de crenças são elementos recorrentes da história do trabalho no Brasil.

⁶ “Formalmente”, pois o sindicalismo ainda que esparso e desarticulado atuava ilegalmente antes de sua formalização via legislação. Entretanto, não significa que os sindicatos em sua totalidade foram legalizados, pois boa parte dos sindicatos continuaram atuando “fora” do Estado.

em colocar a Lei ao seu lado. No governo de Vargas, a elaboração do CLT tinha, por um lado, o objetivo de “modernizar” as relações trabalhistas e acenar ao capital industrial brasileiro e o capital internacional suas intenções de governo e, por outro lado, realizar políticas trabalhistas para ganhar a confiança da população. Nesse sentido, a CLT não foi uma dádiva caída do céu, e sim uma coadunação de forças sociais interessadas. Particularmente, dos interesses de uma classe burguesa industrial brasileira nascente, dos interesses de parte do capital internacional, como a exportação de máquinas, sejam agrícolas ou industriais, e também dos interesses do Estado brasileiro⁷.

Uma das consequências diretas do contexto centralizador e *top-down* produzido pelo Estado em relação à classe trabalhadora, aos direitos trabalhistas e sindicais, nas décadas de 30 e 40 foi “uma total subserviência dos líderes sindicais a determinados governos, geralmente em troca de oportunidades de enriquecimento pessoal” (ROXBOROUGH, 2009, p. 283). Nesse sentido, historicamente o sindicalismo brasileiro encontra muitas dificuldades para estruturar-se de forma autônoma e independente quando relacionada ao Estado. Porém, não significa que o sindicalismo brasileiro possa ser, quando pensado à luz da capacidade de representar a complexidade da classe trabalhadora, relegado como um ator coletivo secundário nos processos legislativos vinculados ao mundo do trabalho.

Os debates em torno das relações e políticas trabalhistas historicamente existem em diferentes esferas sociais da formação social brasileira. A esfera legislativa, em especial o Congresso Nacional, é um palco histórico de evidência dos inúmeros conflitos e disputas travadas em torno das relações trabalhistas. Compreendendo o regime político brasileiro como o presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 2018), o Congresso Nacional é uma arena de debate que assumiu funções diferentes de acordo com o regime político adotado ao longo da história. Uma característica marcante do Congresso Nacional durante a Primeira República (1889-1930) e a Segunda República (1946-1964) é sua estruturação fundada na diferença entre inclusão e exclusão. As classes dominantes, incluídas, e disputando a hegemonia política dentro do sistema político e a classe trabalhadora, principal sujeito da CLT, excluída da participação política *efetiva*⁸. Entretanto, destaca-se que a

⁷ Algumas alas da burguesia nacional, entretanto, sentiram-se traídas e irritadas com a regulamentação das relações de trabalho, como a burguesia do agronegócio.

⁸ Uma das formas para participar da arena política era por meio de rebeliões, protestos e guerras civis.

necessidade de justificação dos discursos é um elemento que atravessa qualquer iniciativa pública relacionada à elaboração ou modificação de leis⁹. As classes dominantes mesmo com acesso irrestrito aos corredores e plenários do Congresso Nacional necessitam justificar suas crenças e ações.

Os conflitos trabalhistas, historicamente, são conduzidos a partir de uma polarização entre capital e trabalho. Desde a porta da fábrica até a arena política, os conflitos trabalhistas são, em parte, absorvidos e incorporados à esfera legislativa na forma de Projetos de Lei. A reforma trabalhista de 2017 surge como um produto dessa polarização.

A polarização entre capital e trabalho torna-se visível nos discursos mobilizados por agentes interessados nos rumos do projeto de lei. A parte favorável à reforma trabalhista, em geral representantes das classes dominantes, argumentam que a CLT protege “em excesso” o trabalhador, que a reforma irá gerar empregos e que a situação econômica do Brasil irá melhorar. Importante destacar que os discursos mobilizados são formas de justificar crenças particulares para transformá-las em universais, facilitando o trâmite da reforma na esfera legislativa. Dos discursos contrários à reforma trabalhista, em geral representantes da classe trabalhadora, argumenta-se que a CLT é atual e garante uma proteção social ao trabalhador fundada na justiça social e no critério de hipossuficiência do trabalhador. Novamente, os representantes da classe trabalhadora mobilizam argumentos para justificar suas crenças e, dessa vez no sentido contrário, impedir a legitimação da reforma trabalhista e consequente modificação da CLT.

Compreende-se que a legitimação ou deslegitimação de determinado projeto de lei não requer apenas o uso de recursos materiais, mas também de justificações que legitimem o que pretende ser ou não ser realizado. Nesse sentido, a análise dos discursos mobilizados por representantes da classe trabalhadora surge como um objeto de estudo a ser perseguido caso se pretenda compreender o conteúdo e a forma simbólica, isto é, os apoios normativos mobilizados para justificar e legitimar posicionamentos voltados à reforma trabalhista. A próxima seção encarrega-se da definição dos conceitos mobilizados para a compreensão desse fenômeno.

⁹ Como exemplo, um trecho de um discurso proferido por Getúlio Vargas em 1943, justificando a CLT à sociedade: “O trabalhador brasileiro possui hoje o seu código de direito, a sua carta de emancipação econômica, ele sabe perfeitamente o que isso vale”. Associou, em seu discurso, a CLT à esfera econômica, buscando produzir uma relação positiva, funcional, entre a legislação e os direitos trabalhistas e o processo de construção da cidadania via dimensão econômica.

Medindo conflitos e justificações

Analisar a reforma trabalhista na esfera legislativa, pensada num primeiro momento, induz o analista a considerar os agentes imediatamente perceptíveis ao processo, isto é, os agentes parlamentares. Entretanto, a complexidade do objeto de estudo se revela à medida que o escopo aumenta e são considerados novos agentes. Durante o processo de trâmite da reforma trabalhista na esfera legislativa, audiências públicas foram realizadas para debater o mérito do Projeto de Lei e temas associados ao mundo do trabalho. Esse é um momento da esfera legislativa em que ocorre um convite e abertura dela para que outros tipos de agentes possam participar do processo. É uma característica histórica do processo legislativo nos países que possuem a democracia como sistema político. No caso da reforma trabalhista, as centrais sindicais, as confederações patronais, políticos diversos e “especialistas”¹⁰ surgem como agentes interessados em influenciar no processo da reforma trabalhista.

O marco teórico da pesquisa se orienta pela noção unitária de “apoios normativos”, ou seja, compreende-se o conjunto que contém o conceito de *cité* de Boltanski e Thévenot e o conceito operacional de crença de Sabatier¹¹. Nos primeiros, as *cités* ou “cidades” são compreendidas enquanto modelos de justiça que informam controvérsias ou disputas em torno do que é justo ou injusto. Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski e Thévenot (2006) argumentam que os agentes face a momentos críticos – situações de disputa em que o imperativo de justificação surge – mobilizam justificações para legitimar suas ações e ideias. As justificações, nesse modelo, são informadas pelas *cités*. As *cités* não são a realidade em si, e sim modelos abstratos que funcionam para sustentar argumentos. Fundamentalmente, para a argumentação do artigo, destaca-se a noção de “princípio superior comum” para identificar o princípio de coordenação dos modelos de justiça que permite estabelecer equivalência e medições entre diferentes seres (sujeitos e objetos), ou seja, classificações contidas nos discursos que organizam a relevância e a hierarquia das justificações¹². Para acessar as *cités*, metodologicamente busca-se analisar dos discursos políticos que os agentes mobilizam. Nesse sentido, a pesquisa apresentada

¹⁰ O termo surge entre aspas para sinalizar um erro de avaliação. Na mídia em geral, advogados, economistas, sociólogos e outros profissionais são denominados de “especialistas” e envolvidos numa aura de neutralidade e cientificidade que nega o enviesamento de suas perspectivas, argumentos e opiniões. Adicionar aspas, nesse caso, significa não tomar para si nem para o leitor esse equívoco.

¹¹ A operacionalização dos conceitos encontra-se disponível na secção de anexos.

¹² Por exemplo, para classificar uma máquina na *cité* industrial, justificações como “a máquina precisa ser substituída, pois foi fabricada na empresa de um conhecido meu e ele não é de confiança” são menos propensas a funcionar como “boas” justificações, porque atendem a critérios exteriores à lógica industrial. Quando a justificação anterior é comparada com uma justificação fundamentada dentro da lógica da *cité* industrial (“a máquina não precisa ser substituída, pois atende aos critérios dos testes de desempenho executados”), tende-se a deduzir que a segunda justificação possui mais “força” que a primeira, exatamente por ser proveniente da *cité* em que se desafia a necessidade ou não de substituição de determinada máquina.

procura analisar as justificações que emergem em momentos críticos empiricamente situados nas audiências públicas¹³.

Operacionalização do conceito de *cit *

Conceito	Componentes	Descritores
<i>Cit�</i>	Princípio superior comum	Princípios que julgam ações, coisas e pessoas
	Estado de grandeza	Seres grandes que funcionam como referência para coordenação
	Estado de pequenez e declínio da <i>cit�</i>	Identificação dos pequenos no argumento da justificação
	Dignidade humana	Capacidade “natural” para funcionar a serviço do bem comum
	Repertório de sujeitos	Sujeitos relevantes � justificação
	Repertório de objetos e dispositivos	Objetos relevantes � justificação
	Fórmula de investimento	Sacrifícios para ascender à grandeza
	Relação de grandeza	Relação entre grandes e pequenos
	Relações naturais entre os seres	Verbos que designam relações entre seres Relação de ordem entre os seres
	Figuras harmoniosas da ordem natural	Figuras representativas das relações entre os seres
	Testes modelo	Situações de interação que desafiam a grandeza dos seres
	Modo de expressão de julgamento	Forma na qual se manifesta o princípio superior comum
	Forma de evidência	Forma na qual a evidência é apresentada por meio do discurso

Fonte: elaboração a partir de Boltanski e Thévenot (2006).

Em relação ao conceito de crença, Sabatier (1988) argumenta que crenças são valores básicos, premissas normativas, assunções causais e percepções de problemas. Tr s são os componentes do conceito de crenças: a) crenças profundas, b) crenças da área da

¹³ As audiências públicas são momentos em que a esfera legislativa se abre para a sociedade civil com o objetivo de produzir debates públicos que informem os parlamentares sobre questões técnicas relacionadas aos projetos de lei a serem redigidos, rejeitados ou aprovados. Os convidados preferencialmente são figuras públicas cuja *expertise* e conhecimento teórico e técnico voltam-se ao projeto de lei em debate.

política pública e c) crenças instrumentais. As primeiras são crenças normativas e ontológicas de nível mais abstrato e profundamente arraigadas nos agentes. Crenças como a distinção entre esquerda e direita, o papel do Estado em relação ao mercado, identidades socioculturais ou tipos de justiça distributiva. O segundo componente do conceito são crenças de nível abstrato intermediário, as quais surgem em contextos específicos da área de determinada política pública (trabalho, saúde, educação, economia, ciência, moradia, entre outras). São crenças orientadas por prioridades básicas inscritas em grupos que disputam a hegemonia na área da política pública. Por fim, as crenças instrumentais são crenças que fundamentam decisões instrumentais e as informações necessárias para implementar determinada política pública.

Operacionalização do conceito de coalizão de defesa

CONCEITO	DIMENSÃO	COMPONENTES	DESCRIPTORES
Coalizão de defesa	Crenças	Crenças profundas	Relação Estado-Mercado Posição esquerda-direita Progressista-Conservador Participação social Justiça distributiva Estado
		Crenças da área da política pública	Trabalho Trabalhador Legislação trabalhista Políticas de emprego Sindicatos trabalhistas Justiça do trabalho
		Crenças instrumentais	Princípios de negociação Organização sindical Condições de trabalho

Fonte: elaboração do autor a partir de Sabatier (1988).

Enquanto a teoria das coalizões de defesa possibilita compreender o conteúdo normativo básico dos diferentes grupos sociais envolvidos, a teoria das *cités* permite analisar as interações produzidas entre as coalizões de defesa em processo de disputa e justificação. São duas teorias distintas que permitem o entrelaçamento a partir de suas próprias fragilidades. A teoria das justificações não apresenta um ferramental voltado para análise de

conjuntos de agentes articulando-se em prol de objetivos coletivamente compartilhados. A teoria das coalizões de defesa, por sua vez, não possui um conjunto de conceitos que permitam analisar as interações produzidas pelos agentes envolvidos em cada coalizão. Nesse sentido, entende-se que as teorias, quando juntas, são capazes de complementarem-se de forma orgânica, sem comprometer sua orientação epistemológica e metodológica.

Na pesquisa, tanto as *cités* quanto as crenças são observadas em agentes que participam de coalizões de defesa¹⁴. Coalizões de defesa são grupos sociais de agentes que apresentam uma coordenação coletiva em busca de um objetivo geralmente compartilhado. O conceito de coalizão de defesa funciona, teoricamente, como um guarda-chuva que abriga as crenças enquanto uma dimensão da coalizão. Por fim, cada política pública que tramita pela esfera legislativa é alvo de investidas das coalizões de defesa interessadas em transformar suas crenças em Lei. Para direcionar uma política pública não é suficiente possuir os meios materiais, é necessário também a conquista de corações e mentes via justificações e exposições de crenças consideradas como legítimas e socialmente justas.

O trabalho apresentado opera com o recorte dos setores que oportunamente se manifestaram nas audiências públicas. Portanto, o foco da pesquisa recaiu sobre as centrais sindicais que representaram simbolicamente¹⁵ a classe trabalhadora brasileira nessas audiências públicas: Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e União Geral dos Trabalhadores (UGT). Foram analisadas duas audiências públicas com características distintas. Uma audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, cujos convidados eram todos os representantes das centrais sindicais. A outra audiência pública foi desenvolvida no Senado Federal e os convidados eram mistos. Os convidados representavam diferentes setores da sociedade: representantes do setor patronal, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), e do setor sindical trabalhista, a CUT, além de juizes do trabalho e ministros. O *software* Nvivo 11 foi utilizado para organização e categorização dos dados.

Os discursos das Centrais sindicais sobre a reforma trabalhista

¹⁴ Para o trabalho apresentado, os esforços analíticos do conceito de coalizão de defesa concentraram-se na dimensão das crenças, deixando as outras duas dimensões, estratégias e recursos, em segundo plano.

¹⁵ Não se pode confundir a categoria extremamente heterogênea da “classe trabalhadora” com as centrais sindicais. No estudo apresentando, as centrais sindicais ocupam um espaço de representação simbólica que contém suas próprias crenças e interesses que podem ou não encontrar ressonância com a classe trabalhadora. Não é objetivo da pesquisa explorar essa distância entre representantes e representados, apesar de compreender que ela exista.

Os discursos mobilizados pela coalizão de defesa das centrais sindicais apontam na direção da manutenção da legislação trabalhista pré-reforma. Entretanto, não significa que a coalizão de defesa opere de forma homogênea em seus discursos e suas crenças. A heterogeneidade é ressaltada em momentos nos quais as Centrais Sindicais se diferenciam em relação à unicidade ou pluralidade sindical, a permanência ou revogação do imposto sindical ou ainda a forma como procura se relacionar com outras coalizões de defesa. No geral, as crenças da área da política pública do trabalho e profundas da coalizão de defesa giram em torno de a) projetos de desenvolvimento com a valorização do trabalho, b) fortalecimento da política industrial, c) geração de empregos a partir de políticas de incentivo estatal à indústria, d) intervenção do Estado na economia, e) participação ampla da sociedade civil nas decisões coletivas. As crenças instrumentais da coalizão voltam-se à posição contrária a) ao trabalho intermitente, b) ao parcelamento de férias, c) a negociação da jornada de trabalho, d) ao negociado sobre o legislado, mas favoráveis ao e) fortalecimento da negociação coletiva, f) ao representante sindical no local de trabalho, g) à negociação das férias e h) ao intervalo intrajornada, desde que essas duas últimas não prejudiquem a saúde do trabalhador. Destaca-se, do conjunto de crenças, como essas se autorreferenciam dentro do coletivo. Por exemplo, a crença profunda da intervenção do Estado na economia ressoa na adoção da crença da área da política pública trabalhista que crê na geração de empregos via incentivo estatal na indústria. A crença instrumental do fortalecimento da negociação coletiva se coaduna à crença no representante sindical no local de trabalho, alterando o proposto na reforma que orienta a adoção de um representante dos trabalhadores no local de trabalho não necessariamente ligado a algum sindicato específico, o que geraria, segundo os discursos da coalizão, a escolha de trabalhadores com ideias e visões de mundo próximas de gerentes e supervisores diretamente atuantes na hierarquia de funcionários das empresas.

O trecho de um discurso produzido pelas centrais sindicais, a seguir, simboliza e sintetiza parte do conjunto de crenças identificadas:

Nós sabemos que o que vai gerar emprego é restabelecer a recuperação da indústria da construção pesada, da construção civil e, sobretudo, criar uma política industrial para o País, que foi abandonando ao longo do tempo, desde o processo do início da redemocratização. A nossa indústria perdeu velocidade, perdeu capacidade de competitividade, perdeu inserção tecnológica. Seu peso relativo na nossa economia diminuiu assustadoramente e hoje está em torno de 9%. Não há nenhum indicador no horizonte de que vai haver reformulação de política nacional de desenvolvimento industrial, há a reprimarização da economia. Ou seja, o País voltou a ser exportador majoritário de produtos primários, seja de agronegócio, seja de produtos de origem mineral. É importante que se faça essa colocação, para que não passemos pela falácia de enganar a Nação de que a alteração da legislação trabalhista vai trazer geração de emprego. Acho importante essa observação.

Representante da CSB

Pode-se, no trecho acima, identificar que as condições para o Brasil voltar a gerar emprego giram em torno de crenças em projetos de desenvolvimento com a valorização do trabalho, de fortalecimento da política industrial e de geração de empregos a partir de políticas de incentivo à indústria. Esse é um tema historicamente importante ao sindicalismo brasileiro, desde a década de 30. Qual o projeto de país a ser perseguido para produzir um acesso à cidadania por parte da classe trabalhadora? Um dos nortes políticos e trabalhistas do sindicalismo gravitam em torno das políticas industriais e do aumento da capacidade industrial brasileira, da oferta de emprego e de postos de trabalho que facilitassem o acesso à cidadania, ao consumo e ao lazer. Herança getulista ou não, a questão é de que o incentivo à política industrial e à geração de empregos voltados à indústria tem como pano de fundo o imaginário social voltado à modernidade, à industrialização e ao “avanço da civilização”, espelhados nos modelos europeus centrais e no norte-americano.

As justificações mobilizadas pela coalizão de defesa das centrais sindicais produziram um discurso relativamente congruente entre as diferentes centrais sindicais orientado para o princípio superior comum do coletivo, ao enfatizarem a) o papel da classe trabalhadora na história da legislação trabalhista, b) a necessidade de um país que se desenvolva para toda a sociedade e c) a solidariedade entre os trabalhadores. No repertório gramatical, os agentes representantes das Centrais Sindicais mobilizam palavras e conjuntos como “democracia”, “representação”, “Constituição”, “nenhum direito a menos”, “luta da classe trabalhadora”, “desenvolvimento industrial”, “geração de emprego”, “progresso”, “exploração dos mais vulneráveis ao lucro” e “tutela dos trabalhadores”. Destacam-se que algumas expressões são únicas a determinada Central Sindical. Por exemplo, a pluralidade sindical é uma bandeira apenas da CUT, quando analisadas especificamente as audiências públicas. Morfologicamente na coalizão de defesa, a CUT apresenta uma maior oposição, no conteúdo das crenças, quando comparada as outras Centrais Sindicais. A CTB, nesse cenário, é a Central Sindical com as crenças mais próximas à CUT¹⁶. Do outro polo, a FS, UGT, CSB e NCST apresentam uma proximidade em relação a suas crenças. Destaca-se que apesar da proximidade entre as crenças, não é um indicativo rígido de que aquelas Centrais Sindicais atuem seguindo os mesmos princípios sindicais.

O trecho a seguir pretende sintetizar parte do conjunto das justificações e, em especial, apontar os tipos de justificações mais recorrentes:

Alguns setores da sociedade, também do próprio Executivo e do Legislativo colocam: “Ora, mas a CLT é do século passado”. Aí, eu resgato também

¹⁶ A história da fundação da CTB, na esteira da reforma sindical no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007), indica a proximidade normativa com a CUT, embora a primeira tenha surgido de forma crítica à segunda.

aqui para os Deputados e Deputadas e as autoridades, a Constituição de um grande país, um dos países mais citados do ponto de vista da democracia, de desenvolvimento, do progresso, cuja Constituição é do século XVIII. Então, não é esse o problema. O problema é estar de acordo com a realidade das condições de trabalho, em cuja sociedade nós vivemos, e a CLT representa isso. Ela está atual, ela protege aquele setor que é mais vulnerável ao lucro, à exploração por parte de setores patronais etc..

Representante da CTB

O trecho do discurso sindical recortado acima permite compreender elementos centrais da justificação, como “Constituição”, “democracia”, “desenvolvimento”, “progresso”, “vulnerável ao lucro”, “exploração”. Todas as palavras e conjuntos destacados referem-se a princípios superiores comuns que sustentam modelos de justiça específicos, modelos mobilizados pelas centrais sindicais. Dois tipos de princípios superiores comuns seriam o princípio superior cívico, o qual funciona como uma régua para medir o quão socialmente justo o objeto de discussão é com base em conceitos políticos como “democracia”, afirmações político-econômicas e sociais como “vulnerável ao lucro”, “exploração” e objetos cívicos mobilizados para argumentação como a noção de “Constituição”. O outro tipo de princípio superior mobilizado é o industrial, o qual mobiliza conceitos como “desenvolvimento” e “progresso”. Destaca-se que “desenvolvimento” e “progresso” são conceitos de significação dupla e mesclada, isto é, mesmo pertencentes à lógica industrial, carregam consigo sentidos políticos historicamente inseridos no imaginário político-econômico das formações sociais modernas e modernas-periféricas.

Sintetizando o discurso sindical e a reforma trabalhista

O artigo buscou, de modo geral, identificar e analisar o conjunto de justificações e crenças mobilizadas pelos representantes do setor sindical, em especial as centrais sindicais que se manifestaram na esfera legislativa durante a reforma trabalhista em 2017. A análise das justificações identificou a expressão de princípios superiores comuns voltados à lógica cívica e à lógica industrial. Interessante destacar que o modelo teórico proposto por Boltanski, Thévenot e Chiapello possibilitam analisar a dinâmica interacional e discursiva a partir dos discursos que têm consigo modelos de justiça, enquanto a teoria das coalizões de defesa possibilita identificar as crenças resgatadas pelas centrais sindicais. A análise das justificações não é um tipo de

análise forçosamente binária, e sim à mercê da realidade empírica e de como analisá-la de uma forma que a torne inteligível e que, simultaneamente, respeite suas idiossincrasias empíricas. Portanto, cabe apontar que o modelo das *cités* dos autores franceses abre espaço para modificações quando contrastado com realidades empíricas radicalmente contrastantes com a origem francesa da teoria. Ressalta-se que a formação social brasileira, sua história escravocrata e seu sindicalismo típico produziram fundamentações normativas e ideológicas que, em estudos posteriores, podem lapidar e aperfeiçoar o modelo teórico das *cités*, aumentando seu arcabouço compreensivo.

Os discursos políticos mobilizados pelas centrais sindicais representam não apenas suas crenças atuais, mas também fazem parte da história do sindicalismo e da luta sindical brasileira pela transformação do trabalhador em cidadão. Não por acaso, o modelo de justiça fundado no princípio superior comum cívico é onipresente no discurso sindical, pois é um constructo teórico cuja origem reside na experiência sindical que atravessa décadas no sindicalismo. Desde a década de 30, principalmente, a classe trabalhadora em formação aspirava à cidadania e a parte assalariada encontrou refúgio nas práticas sindicais, como uma maneira de ascender, pela via política e sindical, a uma vida com condições de trabalho e salários justos, concretizando o imaginário moderno da vida boa e do trabalho digno.

Fundamentalmente, a legitimação da reforma trabalhista na esfera legislativa foi um produto de crenças radicalmente divergentes das encontradas na coalizão de defesa das centrais sindicais. Enquanto a *cit*é cívica foi o modelo de justiça principal resgatado pela coalizão de defesa analisada, onde os valores de solidariedade, vontade geral e democracia demonstravam-se como imperativos no discurso, a forma na qual o processo da reforma trabalhista na esfera legislativa tramitou revela que a transmutação das crenças em leis, objetivo e produto do embate entre diferentes coalizões de defesa, privilegiou unilateralmente a coalizão de defesa do setor patronal – interessada na redução dos custos de trabalho – relegando a participação e os interesses da coalizão de defesa das centrais sindicais, representantes da classe trabalhadora brasileira, à invisibilidade de suas demandas.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. **On justification**: economies of worth. Princeton: Princeton University Press, 2006.

CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. Desenho legal e desempenho real: Brasil. In: BENSUSÁN, G. **Instituições trabalhistas na América Latina**: desenho legal e desempenho real. Rio de Janeiro: Revan, 2006, pp. 161-224.

ROXBOROUGH, Ian. A classe trabalhadora urbana e o movimento trabalhista na América Latina após 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial, vol. 8**. São Paulo: EDUSP, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 275-353.

SABATIER, Paul. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented therein. **Policy Sciences**, v. 21, n. 2-3, 1988, p. 129-168.

“Era um inferno!”: análise narrativa da construção discursiva da emoção do professor e suas reflexões avaliativas sobre os sistemas municipal e federal de ensino

Allane de Souza Pedrotti¹⁷

Resumo: Este artigo possibilita a reflexão sobre a emergência das emoções de um docente da rede federal de educação que, no momento da entrevista para a pesquisa, trouxe as experiências não exitosas de sua matrícula anterior na rede municipal de ensino mesmo após dez anos de afastamento da rede. Tem por objetivo principal entender de que modo as experiências não exitosas modelam as práticas de ensino de experiências atuais e de que modo as emoções emergem e influenciam a (re)construção identitária do docente, mesmo que temporalmente distante das experiências ruins. Como objetivo específico, o estudo buscou identificar e relacionar, sob uma lente *micro*, os itens léxico-gramaticais que aparecem no discurso do professor às marcas avaliativas que remontam construções ideológicas macrosociais sobre os sistemas de ensino municipal e federal do Brasil. As categorias de análise de paradigma interpretacionista dão conta de atender ao objetivo de identificar quais marcas de avaliação são encontradas na construção discursiva das emoções do participante. As análises nos trazem, por fim, a possibilidade de aprofundamento do modo como as emoções percorrem as construções discursivas de atributos ideológicos sociais de nível macro.

Palavras-chave: análise de narrativa; sociolinguística interacional; emoção; sistema municipal de ensino; docência.

Introdução

As emoções e suas marcas passeiam pelos períodos em que experienciamos vivências ao longo de nossa trajetória e muitas vezes podem moldar as expectativas que criamos em nossas práticas atuais. Quando consideramos os espaços escolares e, em especial, a sala de aula, estas marcas de expectativas caminham lado a lado à rotina de planejamentos e metodologias que delineiam as atuações pedagógicas.

Este artigo possibilita visualizar a emergência das emoções de um docente da rede federal de educação no momento da entrevista que, ao longo desta interação, trouxe as experiências não exitosas de sua matrícula anterior na rede municipal de ensino, mesmo após quase uma década de afastamento dessa rede. Tem por objetivo, então, entender de que modo as experiências não exitosas modelam as práticas de ensino de experiências atuais e de que modo as emoções emergem e influenciam a (re)construção identitária no momento narrativo, mesmo que temporalmente distante das experiências ruins.

¹⁷ Doutoranda em Estudos da Linguagem na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (entrada em 2016),

Na primeira seção, serão apresentados os fundamentos teóricos que balizaram as análises realizadas, trazendo aporte teórico sobre emoção, afeto e identidade (ZEMBYLAS, 2003; 2005; COELHO e REZENDE, 2010; 2011), narrativa (LABOV, 1972) e trabalho de face (GOFFMAN (2002 [1959])). Na segunda seção, serão explicados os procedimentos metodológicos a partir do paradigma epistemológico de pesquisa escolhido para este estudo. Na seção de análise, serão trazidos os excertos analisados à luz das categorias definidas e, ao final, serão discutidas as considerações finais das análises.

Caminhos metodológicos

Esse estudo ancora-se em procedimentos de pesquisa de natureza qualitativa e interpretativa para alcançar os objetivos delimitados. Aspectos como crenças, valores e representações sociais são levados em consideração na pesquisa social qualitativa (PÁDUA, 2004, p. 36). Dos encontros sociais, emergem as práticas de linguagem que se tornam foco de análise e que trazem a possibilidade de construções identitárias (BIAR, 2015, p. 103). Sobre a pesquisa qualitativa, ainda, Cresswell (2007) entende que é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano.

Com o viés interpretativista, utilizo como base de categoria analítica o trabalho de face (GOFFMAN, 2011 [1967]; 2002 [1959]) e a estrutura narrativa proposta por LABOV (1972) do discurso do docente em questão. Objetivando nortear os caminhos metodológicos escolhidos, explicamos o que é esperado de cada elemento da estrutura narrativa proposta por Labov (1972), considerando que estas são as categorias base que sustentam centralmente as análises desse artigo.

O primeiro elemento da narrativa é o *resumo*, que corresponde ao ponto inicial da história, resumindo-a. O segundo elemento é a *orientação*, momento em que o narrador orienta a história a ser narrada com alguns dados de seu contexto e é seguido pela *ação complicadora*, que basicamente é o evento principal ocorrido. Na *avaliação*, estão presentes o significado dos eventos juntamente com as perspectivas avaliativas do narrador sobre o que foi contado. Na *resolução*, é desenvolvido o desfecho da história, apontando para o encerramento do evento. Por fim, encontramos na *coda* o elemento que finaliza a narrativa, trazendo a história passada ao tempo real da narração, constituindo-se por uma observação mais geral.

Explicadas brevemente as categorias de análise narrativa, estas auxiliarão no entendimento da projeção e reportabilidade de emoções do docente no momento interacional através dos itens avaliativos que surgiram em suas narrativas. As análises foram realizadas sob os dados gerados a partir da interação face a face em entrevista gravada em áudio de um docente da rede federal de ensino básico com a pesquisadora e também coordenadora pedagógica da mesma instituição.

As categorias de análise de paradigma interpretacionista dão conta de atender ao objetivo de identificar quais marcas de avaliação são encontradas na construção discursiva das emoções do participante. Segundo Coelho e Rezende (2011, p. 13), balizado pelo viés relativista, o interpretativismo incorpora “ao escopo da investigação os processos sociais associados a ela”, indicando a concepção da emoção como construção cultural (COELHO e REZENDE, 2011, p.13). Nesse caminho, como objetivo específico, o estudo buscou identificar e relacionar, sob uma lente micro interacional, a partir dos itens léxico-gramaticais utilizados pelo professor às marcas avaliativas que remontam construções macrosociais. Esta conjunção de itens (léxico-gramaticais e avaliações) constitui, então, a segunda principal categoria de análise desse artigo.

Contextualizando, o docente em questão é servidor da instituição há dez anos em regime de dedicação exclusiva, tendo vivido a experiência de ser servidor da rede municipal de ensino anteriormente a sua entrada na rede federal por oito anos, segundo os dados ditos na gravação da entrevista. Ele atualmente é doutor, com quarenta e quatro anos, fazendo parte do perfil dominante na instituição como um professor branco, com renda proporcional a um docente da rede básica e tecnológica de ensino federal. À época de sua atuação na rede municipal, o docente ainda não havia realizado seu doutoramento.

Ambas as escolas em que atuou, tanto no sistema municipal quanto no federal, estão situadas na cidade do Rio de Janeiro, na Zona Norte. Em comparação à escola federal na qual o docente ministra aulas atualmente, a escola municipal é pequena e tem em seu corpo trinta e dois funcionários (incluindo docentes e administrativos), nove salas de aula destinadas aos anos finais do ensino fundamental. Tem também uma pequena estrutura de laboratórios de ciências e informática, de acordo com o censo de 2017.

A escola federal em que hoje o docente atua tem em sua estrutura 371 docentes que se dividem entre o ensino profissional técnico de nível médio,

graduações, mestrados e doutorados, 102 salas de aula, 145 laboratórios de ensino e oficinas e 21 laboratórios de pesquisa, de acordo com os dados públicos de prestação de contas e do Projeto de Desenvolvimento Institucional constantes no site da instituição.

A interação do docente com a pesquisadora foi gerada a partir de uma pesquisa de doutorado com a temática de cotas, sendo a pesquisadora também coordenadora pedagógica da instituição e da equipe de docentes, incluindo o entrevistado. A entrevista teve duração de 41 minutos e 39 segundos, com perguntas relacionadas exclusivamente a experiência do docente com a entrada de alunos através da política de cotas na instituição federal em questão. Os momentos de construção narrativa, constrangimentos e alinhamentos serão considerados para solidificar as análises junto às categorias supracitadas, tendo em vista a assimetria institucional presente no momento interacional de geração de dados.

A instituição de ensino na qual o docente atua possui longa experiência de formação tecnológica e a partir do ano de 2013 passou a receber cinquenta por cento de alunos matriculados pelo regime de cotas, em cumprimento à Lei Federal nº 12.711/2012. As cotas se subdividem em grupos de origem escolar pública, origem social e raça, sendo esta última por auto declaração. O perfil de alunos diferencia-se, então, entre os momentos anterior e posterior à política de cotas. Antes da entrada de alunos por cotas, o perfil predominante era de alunos oriundos de escolas particulares do Estado do Rio de Janeiro. Após o início da Lei de cotas, o perfil básico de acesso é de 50% de alunos oriundos das redes públicas de ensino fundamental, sendo 25% negros, pardos e índios e 25% com renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo¹⁸.

Narrativa, Emoção e Identidade

Para este estudo, partiremos de um conceito de identidade fluida para entender a construção identitária do docente participante, tendo em vista os aspectos interacionais (co)construídos por meio de alinhamentos durante a interação. Ruusuvuori explica que:

¹⁸ Dados encontrados nos editais públicos de acesso e registros internos da escola, aos quais tenho permissão de acesso e uso para pesquisa e publicação.

“os aspectos emocionais da interação, como risos, um tom de voz emocional, escolhas lexicais afetivas e/ou expressões faciais, estão entrelaçados com enunciados falados e constituem um recurso importante para interpretar uma ação como emocional” (2013, p. 330).

Recorremos, inicialmente, ao olhar Foucaultiano para fundamentar o delineamento desse artigo, entendendo que a emoção no discurso pode ser vista como prática que estrutura o próprio objeto de que se fala, situando os contextos sociais em que as emoções são expressadas (COELHO e REZENDE, 2011, p.15). Sob essa perspectiva, então, buscamos tratar a emoção como componente das interações sociais, que nelas não só se fazem presentes, mas que delas fazem parte com força de construção de novas bases culturais, ideológicas e de novas emoções, com força ativa na situação social.

Seguindo nesse sentido contextualista, a identidade discursivamente construída na interação não se restringe a um dos participantes, mas é uma identidade múltipla e (co)construída com todos os sujeitos de determinada interação (MAGALHÃES e NÓBREGA, 2016, p. 80). Uma mesma história contada em determinado momento e local não será a mesma história narrada em outros momentos e outros locais, por mais que se mantenha o mesmo papel social descrito pelo sujeito. Devido à multiplicidade de interlocutores e de diferentes interações, as pessoas negociam e constroem as identidades de modo diferente. Freitas (1995, p. 137-138) lembra ainda que “a experiência discursiva individual de cada pessoa se forma e se desenvolve em uma constante interação com os enunciados individuais alheios”, sendo toda a enunciação um diálogo.

Esta definição de identidade se alinha com a noção de enquadre, de Goffman (2002 [1974]), e encontra fundamento em teorias do socioconstrucionismo, com o enfoque na reelaboração de experiências. Esse direcionamento vai além da estrutura das narrativas de Labov (1972) que se fixa na identificação dos momentos narrativos para entender a recapitulação de eventos passados. Nesse sentido, mais amplo de reelaboração das experiências, proposto pelas teorias socioconstrucionistas, Linde (2003) afilia-se a essa lente de análise quando “redimensiona os estudos da narrativa, sugerindo uma abordagem a partir da noção de histórias de vida como unidade oral da interação social, pelas quais criamos nossas identidades” (MAGALHÃES e NÓBREGA, 2016, p. 81).

A construção de identidade de um indivíduo vem atravessada por ações que incluem o modo como escolhe se projetar ao outro, dentro de uma determinada unidade social. Goffman (2002 [1959]) chama de *trabalho de face* o esforço pela legitimação das expressões de valores sociais positivos na interação face a face. Isso significa que o repertório de histórias que o indivíduo escolhe para contar reconstrói sua própria identidade, encaixando-a nas novas unidades sociais reconhecidas. Para Zembylas (2003, p. 214), “o método narrativo oferece uma reconstrução interpretativa de partes da vida de uma pessoa”. As narrativas reconstroem as histórias experienciadas no passado, possibilitando o entendimento de seu sentido através de interpretações individuais (RIESSMAN, 2008, p. 61).

Para Labov (1972, p. 354), as narrativas trazem a possibilidade de se reviver eventos do passado e a recriação de si temporalmente organizada (RABELO, 2011, p. 184) oportuniza a reinterpretação das próprias histórias de vida, aprofundando as reflexões e possibilitando a construção da própria identidade. A narrativa é tomada nesse estudo como prática discursiva, abrindo espaço para a “compreensão da relação entre discurso, identidade e sociedade” (FABRÍCIO e BASTOS, 2009, pp 41-42). A identidade, então, pode ser entendida como uma história com construções narrativas (ZEMBYLAS, 2003, p. 215).

Sendo o indivíduo um elemento de diversos discursos, a identidade é, portanto, construída socialmente e no próprio discurso (LOPES, 2003). Em alinhamento a esta ideia, Nóbrega (2015, p. 254) marca que a identidade é (re)construída a cada interação discursiva, sendo moldada “a cada momento durante a interação e emergentes no contexto discursivo”, admitindo, então, um caráter de transformação. Nesse sentido, ao encadear a relação entre “nós e outros” para a construção das identidades, a mesma autora explica que, em nível *micro* do discurso, essas relações aparecem, por exemplo, no uso do pronome “nós”, que indica afiliação na construção de *ingroupness* e do pronome “eles”, que contrapõe esse alinhamento, demonstrando desfiliações, ou *outgroupness* (NÓBREGA, 2015, p. 254).

Voltando à reflexão sobre os professores, as emoções expressadas dão significado à identidade de como ele próprio é (re)construído nas interações sociais (ZEMBYLAS, 2003, p. 213). Zembylas (2003, p. 2013) complementa, ainda, indicando que essa forma de se olhar a emoção correlacionada à construção de identidade “reflete o interesse em como as construções sociais, como a identidade individual e em grupo no ensino, criam e mantêm certas idéias sobre as emoções dos

professores”. Nesse sentido, as identidades são elaboradas e reelaboradas dialeticamente nessa construção discursiva (NÓBREGA, 2015, p. 255), sendo o discurso entendido como uma prática social de representação e de significação de mundo que estabelece, mantém e transforma relações (*idem*, p. 252).

Um dos recursos para elaborar a identidade do professor é a emoção (ZEMBYLAS, 2003, p. 215). As “condições de possibilidade” (o que um professor pode ser) são definidas por discursos sociais, culturais e institucionais e a análise narrativa é uma boa forma de evidenciar a construção identitária do professor nos ambientes discursivos e entender a relação entre emoção e identidade (*ibidem*). Machado *et al* (2011, p.652) indica que se uma emoção é expressa por palavras e gestos, ela subsiste na interatividade linguística e, portanto, no plano social. Desse modo, a construção de identidades se faz “de forma colaborativa em práticas discursivas localizadas, únicas e específicas a interações particulares” (NÓBREGA, 2015, p. 252).

As emoções são passíveis de transformação e estão situadas histórica e socialmente ao professor, partilhando de componentes histórico-sociais (MACHADO *et al*, 2011, P. 653), e suas experiências emocionais fazem parte de sua identidade pessoal e profissional, pois investe no valor que acredita que sua prática docente tenha (ZEMBYLAS, 2003, p. 216). Zembylas defende ainda que:

O ensino é mais do que um corpo de conhecimentos de cognição do professor ou uma lista concreta de práticas ou habilidades: é uma maneira de ser e sentir, historicamente, em relação aos outros. (2005, p. 468-469)

Assim, as emoções vêm carregadas de pensamentos, julgamentos e crenças que dão significado às experiências e encontram, então, relação com outros aspectos da própria identidade (ZEMBYLAS, 2003, p. 222).

Quando nos posicionamos em nosso discurso, é possível identificar as marcas de emoções, construções ideológicas e criação de significados nas interações sociais, entendendo nossa experiência no mundo social. A avaliação está na prosódia do discurso (MARTIN e WHITE, 2005) e permeia toda a narrativa, não só no elemento *avaliação*, proposto por Labov (1972), mas pode estar presente em todos os elementos da estrutura narrativa.

E é na inspiração Foucaultiana que realizamos este entrelaçamento de teorias que explicam a força da interação na construção das emoções ao narrar uma história em determinado espaço social. Como explica Rezende e Coelho (2010, p. 40), a emoção, sob a perspectiva de ser contextualizada, emerge da relação entre os interlocutores e reforçam ou alteram:

[...] as macrorrelações sociais que emolduram as relações interpessoais nas quais emerge a experiência emocional individual. É assim, então, que as emoções surgem perpassadas por relações de poder, estruturas hierárquicas ou igualitárias, concepções de moralidade e demarcações de fronteiras entre os grupos sociais” (REZENDE e COELHO, 2010, p. 40).

Na próxima seção, por meio de análises, será possível visualizar as nuances ideológicas que permeiam a construção discursiva da emoção do docente. Além disso, também visualiza como a interação social proposta possui papel fundamental para a formação conjunta de concepções morais e de julgamentos neste processo narrativo.

Análise de dados

A análise dos excertos desse artigo foi realizada com o olhar na construção discursiva da emoção do docente em suas narrativas (LABOV, 1972), com o suporte da categoria analítica de trabalho de face (GOFFMAN (2002 [1959]), buscando, para tal, os itens avaliativos presentes em toda a estrutura narrativa. Nos dois excertos selecionados, foram marcadas as convenções de transcrição sugeridas por Schnack, Pisoni e Ostermann (2005). Para fins de melhor entendimento da leitura prosódica das falas, adianto um resumido quadro das marcações de convenção de transcrição:

Tabela 1: Convenção de Transcrição

[texto]	Falas sobrepostas
=	Fala colada
(1.8)	Pausa
(.)	<i>Micro</i> pausa
:	Alongamento de som
°texto°	Fala com volume mais baixo
<u>texto</u>	Sílaba, palavra ou som acentuado
(texto)	Dúvidas
((texto))	Comentários da transcritora
@@@	Risada
↓	Entonação descendente

↑	Entonação Ascendente
---	----------------------

Fonte: SCHNACK, PISONI e OSTERMANN (2005)

Excerto 1 – “era um inferno”.

Pesq	001 002	Como você se sentiu quando você soube que iam entrar alunos (.) de cotas↓?
Luciano ¹⁹	003 004 005 006 007 008 009 010 011 012 013 014 015 016 017 018 019 020 021 022 023 024 025 026 027 028 029 030 031 032 033 034 035 036 037 038 039 040 041 042 043 044 045 046 047 048	Eu: resgatei a minha memória d=quando eu trabalhei no município porque as cotas eram do município é a informação pelos menos primeiro que chegou pra mim “ah cotas de município” independente das outras (0.5) das outra::s subdivisões e aí:: eu resgatei a minha memória de como era trabalhar no município (0.5) que era um inferno @@ e:: principalmente porque eles não tinham (.) é:: <u>no</u> município é trabalhei cinco anos (1.0) nunca vi nenhum=a: turma pelo menos na maio=noventa por cento dos alunos que trabalhei nenhum hábito de estudo (.) de nada (0.5) então basicamente as aulas que eu dava lá eram aulas de (0.5) copiar↑ (.) coisas do quadro (.) uma coisa ou outra ↑filmes essas coisas (0.5) é:: então em função <u>dessa</u> experiência que eu tinha eu: eu::: tava esperando uma mudança de ↑comportamento nem=nem é quali=assim a qualidade de ens=de é a base isso aí: pode=se sabe que pode ser mudado e tal mas principalmente de comportamento↑ é:: na instituição (.) porque: não havia nenhum respeito pela instituição onde eu trabalhava pelos ‘alunos’ (.) é:: situações de bomba (.) é: pular muro (.) é:: é:: as aulas em si (0.5) não significavam nada assim pelos menos as aulas que eu dava nem pra mim nem pra eles muito <u>sim</u> claro que tinha lá uma porcentagem dependendo da turma mas não era em geral o comportamento e aquele comportamento em que a instituição não era nem um pouco respeitada nem=quer dizer (0.5) não tavam nem aí pra instituição e aí:: isso tá=até na época eu me lembro que eu comentei com um amigo meu e tal°e aí lembrando de quando eu trabalhava no <u>estado</u> (.) quando começou a vir uma leva muito grande de alunos=o estado era a noite (.) um número muito grande de alunos que eram do município (.) iam formar grupos em turmas isso nos <u>dois</u> últimos anos meus de estado foi foi quando começou a ter bomba no estado bomba no banheiro que deixou até um aluno surdo é:: e começou a ter problemas é: co::m de comportamento em sala de aula que não tinha o estado era (.) as aulas que a gente dava era (0.5) pra alunos adultos em geral normalmente bem aci=acima de vinte anos e:: (0.5) e que tavam lá sem base nenhuma mas que voltavam a estudar então na sala de aula era o único momento que eles tinham pra <u>estudar</u> então a gente fazia o máximo <u>ali</u> conseguia tirar alguma coisa e eles e eles levavam dali (.) e quando começou a vir uma leva de alunos do município (0.5) o negócio degradingolou é:: e começou a ter problemas em sala de aula (.) comigo com vários outros professores começou a te::r é situações no colégio de bomba pular mu:ro também a mesma coisa que eles faziam na época do município e eu vejo fazendo até hoje perto de casa↓ então esse essa foi minha preocupação em relação ao <u>conteúdo</u> e: assim o único problema que eu acho que faltav sempre faltou hábito de <u>estudo</u> que eles não têm também o eve=o exemplo em casa↓ é:: geralmente esses alunos é:: pelo menos a realidade do município que eu pegava (.) eles não tinham referência nenhuma em casa de que <u>estudar</u> ou não tinha é claro aqueles (.) mais

¹⁹ O nome do docente foi modificado para a proteção de sua identidade, tendo sido escolhido o nome “Luciano” como seu pseudônimo para este artigo.

	049 050 051 052 053 054 055 056 057 058 059	que a família ficava mais presente ali é=incentivando mas oitenta por cento era↑ o cara que ia lá <u>ficava</u> na escola eles eram alunos não eram estudantes↓ (0.5) né porque uma coisa é ser aluno ser matriculado vai lá e frequenta outra coisa é ser estudante então a minha preocupação era essa no início como eu falava né↓ que vai entrar <u>gente</u> que não tem um perfil de estudante (.) que aí vai ter que ser criado↑ um perfil de estudante nessas pessoas e até que ponto isso vai afetar a: a instituição (.) é mas é: por outro lado também como a instituição é já é mais sólida do que uma escola municipal (.) aí isso a longo prazo eu imaginava “ah de repente a instituição vai conseguir se vierem esses casos é: é: abafar esses tipo de: de coisa”
Pesq	060 061 062	Eu: e aí a partir do momento em que você sentiu isso você pensou em alguma ação diferenciada do que você já fazia <u>antes</u> ou não pensou nada [e::]
Luciano	063 064 065 066 067 068 069 070 071 072 073 074 075 076 077 078	[não] Eu pensei (.) que isso poderia↑ afetar a minha prática em sala de aula (.) da forma como eu conduzo as aulas que é em geral muito <u>descontraída</u> e sem (.) sem:: é sem regras rígidas de comportamento meio mili=sem mili militarizar a sala (.) que eu poderia ter que isso poderia levar a uma necessidade de=de <u>dessa</u> assim de=de ações ma::is (0.5) ma::is <u>rígidas</u> mais (.) pra=pra eu poder conseguir levar (0.5) assim é isso que eu imaginava na época e em relação a=a: falta de base (.) e assim ter que é talvez é mudar a forma de <u>abordagem</u> porque também era uma coisa que: em geral (.) é:: eu diferenciava assim quando eu dava aula no município(.) era uma tem a ver com falta de estudo e tal é uma grande (.) dificuldade de <u>abstração</u> que: os alunos do município tinham (.) se se se ou era coisa concreta ou eles não entendiam↓ (.) como se falava↓ e isso também essa era uma grande uma preocupação↓ se “será que eu vou ter que mudar a minha prática pra reduzir a: a a o lado conceitual abstrato e: só ir pra coisa (0.5) da prática mesmo em si” pra eu poder marcar↓

Excerto 2 – “eles desrespeitavam tudo”

Pesq	079 080 081	Você nestes quatro anos de integrado a gente tá entrando no quinto agora você percebeu que todos os primeiros anos desde 2013 é o [mesmo]
Luciano	082 083 084 085 086 087 088 089 090 091 092 093 094 095 096 097 098 099 100	[é] O mesmo é isso não só a mim mas também relatos de colegas é que:: e que até fazem por pode citar essas coisas? o: o:: o ((nome)) mesmo ele faz que ele go=ele como ele trabalhou <u>muitos</u> anos no município ele tem é assim é essa vontade de ajudar mais ainda é: essa garotada que chega e aí ele=ele fica é: ch=combina com grupos que ele percebe isso assim é e eles fica chama eles na sala aqui na coordenação e fi:ca sentando tem dias que já vi ensinando quase:: assim ensinando: como: ah no le=lendo uma frase e cada frase explicando cada frasezinha escrita né e é uma coisa também que eles estão fazendo é a monitoria e o: e o:: é:: incentivando a participação esse ano dos alunos de primeiro ano que somente na monitoria e com lista de exercícios semanal assim pra eles terem a von desenvolverem essa=essa prática de ver exercícios ver uma questão uma coisa é ele entender o assunto outra coisa é ver uma questão é e=e tentar pensar em cima da=é usando aquele assunto assim numa questão que é uma coisa que eles não (inaudível) é coisa que eles não assim no município isso não existe pelo menos na escola que eu trabalhei durante cinco anos nunca existia era: se perguntava só “o que é não sei o que” era isso ah você falava “ah num sei que é isso

	101	aqui ah tá” aí na hora de uma prova “o que é não sei o que” e eles
	102	queriam e eles estavam acostumados com aquela coisa de
	103	questionário “ah o questionário cê repetiu as perguntas do
	104	questionário na prova” cansei de entrar em sala e escrevia no quadro
	105	tal aí eles demoravam a aula inteira pra copiar e se ao longo do tempo
	106	ele falava “ah copi=acabei o dever acabei o dever” “acabou o dever”
	107	acabou o dever acabou e aí virava pra conversar e acabou eu não
	108	consequia falar não fazer nada é=e=é essa era a prática mais normal
	109	nos últimos dois anos de município isso aí: é: o incorporei isso “ah
	110	isso é a prática que eu tenho que fazer” porque não tinha não
	111	consequia fazer nada de [diferente]
Pesq	112	[não dava]
Luciano	113	@@não conseguia a estrutura não levava a nada não havia nada ali
	114	que levasse a ele a querer mudar aquele comportamento os
	115	moleques é:: e fora que eles desrespeitavam tudo até o dia que me
	116	desrespeitaram e eu botei o dedo na cara @@@@

Entendendo as narrativas nesse estudo como prática discursiva, lanço agora um olhar analítico acerca das avaliações contidas em diversas partes da narrativa (resumo, orientação, ação complicadora, resolução, avaliação e coda), além do próprio elemento avaliação (LABOV, 1972). A partir desta perspectiva, lanço mão de dialogar com o conceito de face (GOFFMAN (2002 [1959]) para compreender o modo como Luciano se constrói ao narrar sua experiência. Foram identificadas as marcas de expressão de avaliação nas narrativas por meio de elementos fonológicos como alongamentos de vogal, ênfase e repetição de palavras, por exemplo, compondo a avaliação explícita através de itens léxico gramaticais (MAGALHÃES e NÓBREGA, 2016, p. 81) e a construção discursiva da emoção do professor. Foi perguntado a ele como se sentiu quando soube que cinquenta por cento dos alunos, a partir de 2013, entrariam pela política de cotas, fazendo somente menção à instituição federal atual.

O item que mais nos chama atenção do discurso do professor participante nos dois excertos selecionados é a palavra “município”, que aparece quinze vezes em cerca de sete minutos de gravação. É possível perceber que Luciano traz o “município” como item semântico, não só atribuindo sentido literal a ele. Confere ao item grande carga avaliativa, sendo cada significado diferente do outro. É sobre esse item que me debruçarei nos próximos parágrafos, a fim de entender as construções sociais que permeiam o discurso de Luciano ao trazer carga avaliativa ao termo.

Das linhas 003 a 006, encontro a construção de valores que Luciano dá ao associar as cotas aos alunos oriundos do sistema municipal de ensino²⁰, em especial, quando diz que logo que soube que entrariam alunos pela política de cotas, resgatou a memória de quando trabalhava no município. Na linha 007 ((0.5) *que era um inferno @@*), Luciano utiliza a expressão “inferno” como recurso na construção de suas emoções (NÓBREGA, 2015, p. 254) e dá uma pausa antes de lançar mão de avaliar sua experiência, ainda dentro do resumo de sua narrativa, rindo imediatamente após sua construção. Vale dialogar com Ruusuvuoti (2013, p. 334) quando diz que “o riso pode ser implantado para fins específicos na interação”, como neste caso, para reenquadrar o momento da entrevista após a carga dramática de que lançou mão nesse item de alta gradação. Ou seja, mesmo diante de iniciar a orientação de sua narrativa de experiência não exitosa no município, Luciano lança mão do riso como modo de proteção de face para, posteriormente, projetar sua discordância, naquele momento do mundo narrativo, com o início das cotas na instituição.

Seguindo as linhas 017 e 018 (*não havia nenhum respeito pela instituição onde eu trabalhava pelos °alunos°* (.)), Luciano traz carga avaliativa dentro da ação complicadora que desenvolve, seguida por uma *micro* pausa para a reconstrução da experiência da ação complicadora após a avaliação que projetou ali. Ainda dentro da ação complicadora, novamente avalia nas linhas 019 e 020 (*as aulas em si (0.5) não significavam nada*) com uma pausa silenciosa antes da avaliação.

Na linha 023, dá o sentido de município à palavra “instituição”, distanciando-se. Luciano prossegue, então, projetando outro significado ao município, quando utilizou o termo para caracterizar os alunos como cerne do problema pelo qual passou (*alunos que eram do município*), seguindo as linhas seguintes, 030 e 033, culpabilizando-os (*foi quando começou a ter bomba no estado bomba no banheiro que deixou até um aluno surdo é:: e começou a ter problemas é: co::m de comportamento em sala de aula que não tinha o estado*). Luciano apresenta um julgamento moral com a escolha lexical “começou”, que é repetida para enfatizar a culpa atribuída aos alunos oriundos do município e, naquele momento, transferidos para o estado. Aqui se encontram avaliações de comportamento humano (NÓBREGA, 2015, p. 254), representadas por Luciano. O mesmo ocorre das linhas

²⁰ Nas instituições federais, a Lei nº 12.711/2012 prevê a divisão de cotas para alunos oriundos de escolas públicas em geral, incluindo as federais, e não somente ao aluno de sistema municipal de ensino.

038 a 042, quando atribui novamente ao município carga avaliativa ao culpabilizar os alunos pela mudança no ambiente escolar, ratificando a culpa na palavra “começou” novamente repetida para dar ênfase ao fato narrado (*começou a vir uma leva de alunos do município (0.5) o negócio degradingolou é:: e começou a ter problemas em sala de aula (.) comigo com vários outros professores começou a te::r é situações no colégio de bomba pular mu:ro também a mesma coisa que eles faziam na época do município*).

Levando em consideração a estrutura canônica da narrativa proposta por Labov (1972), retorno às linhas 023 e 024 (*a instituição não era nem um pouco respeitada nem=quer dizer (0.5) não tavam nem aí pra instituição*), quando o professor finaliza com uma coda avaliativa (LABOV, 1972), trazendo o julgamento imbricado, logo antes de iniciar outra narrativa. Nesse caso, o termo “instituição” aparece significando o município que precede o resumo da nova narrativa que constrói. Seguindo à linha 035 (*sem base nenhuma*), Luciano novamente avalia, agora dentro da ação complicadora. O mesmo ocorre nas linhas 038 e 039 (*(.) e quando começou a vir uma leva de alunos do município (0.5) o negócio degradingolou*), após iniciar mais uma narrativa, quando avalia dentro do resumo, também dando uma *micro* pausa após “município”. Nesse caso, também utiliza o termo “município” precedendo a orientação.

Na linha 042, Luciano iguala os alunos atores das experiências negativas que viveu na escola municipal onde trabalhou aos alunos ingressantes na outra escola do estado, como se fossem os mesmos sujeitos. Nesse ponto, Luciano alinha-se ao constructo social de senso comum de que todo aluno matriculado no município possui as mesmas características de comportamento negativo ao utilizar o pronome “eles” com valor unificado (*a mesma coisa que eles faziam na época do município*).

Em movimento parecido, Luciano unifica as características do sistema municipal de ensino quando valora como “realidade do município”, na linha 047, caracterizando de modo único o sistema. Das linhas 043 a 056, o professor constrói avaliações dentro da grande coda, que finaliza a narrativa daquele momento, trazendo novamente uma coda avaliativa (LABOV, 1972). Nas linhas 055 e 056 (*até que ponto isso vai afetar a: a instituição*), o termo “afetar” é trazido como item semântico avaliativo construído na ideia de que há uma ordem prévia na instituição atual que poderá ser desestabilizada com a entrada dos novos estudantes de cota, em meio à resolução da narrativa construída. Nas linhas 056 e 057, o sentido dado

ao termo “município” coloca o sistema municipal em posição hierárquica inferior à instituição atual na qual o professor trabalha (*como a instituição é já é mais sólida do que uma escola municipal*).

Mais adiante, das linhas 058 a 059 (*“ah de repente a instituição vai conseguir se vierem esses casos é: é: abafar esses tipo de: de coisa”*), o professor se afasta da instituição atual de atuação quando escolhe não nomear, mas utilizar o mesmo termo que utilizou para o município, anteriormente. Esse entendimento alinha-se ao conceito de *outgroupness* (NÓBREGA, 2015, p. 254) que expõe a relação que o professor possui com a instituição para a construção de sua identidade. Ainda nessas mesmas linhas, vale atenção ao uso da palavra “abafar” utilizado como item de avaliação de alta gradação, que traz característica negativa do que o aluno do município representa quando é preciso “abafá-lo” em vez de lidar com ele.

Já das linhas 064 a 066 (*(.) da forma como eu conduzo as aulas que é em geral muito descontraída e sem (.) sem:: é sem regras rígidas de comportamento meio mili=sem mili militarizar a sala (.)*), Luciano protege sua face ao construir uma avaliação positiva de sua prática dentro do resumo, mas mantém um desconforto ao tentar descrever como seria sua prática com a entrada dos novos alunos oriundos de município, em especial ao escolher o item lexical “militarizar”. A construção desse item também vem carregada de avaliação e o professor demora a assumir sua escolha desse uso. Nesse caso, também se alinha a uma formação discursiva macro que posiciona o aluno do município como o sujeito que precisa de tratamento disciplinar militarizado na escola, mostrando a carga que esse aluno carrega na sociedade.

Especificamente na linha 066, o docente traz mais um estigma negativo ao “cotista” quando utiliza esse termo (*“militarizar”*) como já sendo a forma como se deve receber os alunos de município, também se alinhando ao nível macro de discurso do que é esperado para alunos do sistema municipal de ensino. A mesma carga avaliativa dentro da ação complicadora de mais uma narrativa de Luciano encontra-se das linhas 069 a 076, sendo concluída com uma coda avaliativa em sua totalidade, da linha 075 à linha 078. Essa carga emocional expressada pelo professor por meio desses numerosos itens avaliativos em diferentes momentos de suas narrativas manifesta-se após construções sociais que se constituem nas relações e experiências que viveu no município. Zembylas (2003, p. 216) entende que “essas relações e

valores influenciam profundamente como e quando as emoções particulares são construídas, expressas e comunicadas" (ZEMBYLAS, 2003, p. 216).

Das linhas 069 a 078, percebe-se, ainda, uma alternância constante entre o mundo da narrativa e o mundo da narração, reportando a carga emotiva da memória de suas experiências passadas que se articulam de modo a (re)construir essas experiências e entendendo as relações com sua atuação pedagógica atual. Desse modo, Luciano constrói discursivamente seu medo de modificar suas práticas e seu comportamento, através de exposta resistência nas diversas comparações que realiza com o município.

No excerto 2, nas linhas 084 e 085 (*como ele trabalhou muitos anos no município ele tem é assim é essa vontade de ajudar*), Luciano constrói o colega de trabalho e, para essa construção, traz novamente o município, mesmo a pesquisadora tendo redirecionado a próxima pergunta à instituição de interesse. Dessa vez, o fato do colega ter experienciado a docência no município e isso ser relacionado, por Luciano, ao trabalho com os alunos de cota da instituição atual, carrega a comparação da fragilidade de ambos os alunos (município e atual instituição).

Tal fragilidade está, também, no termo “frasezinha” (linha 090), que expõe a carga avaliativa da relação do contexto acima analisado com a vulnerabilidade do município e seus alunos. Aqui aparece, mais uma vez, a construção de valores embutida no discurso de Luciano que se alinha à construção discursiva de senso comum sobre a qualidade dos alunos do município. No excerto 2, Luciano segue com o posicionamento da palavra “município” precedendo o resumo e orientação, nas linhas 098 e 099 (*no município isso não existe pelo menos na escola que eu trabalhei durante cinco anos nunca existia*). Das linhas 107 a 111 também utiliza itens de avaliação dentro da coda.

Para finalizar essa seção, é interessante perceber, com as análises que realizei, como o professor constrói a hierarquização entre a atual instituição e o município. Em forma de fortes reflexões sobre suas lembranças, Luciano vai refletindo em torno da experiência do município para (não) dizer que não concordou, pelo menos no início²¹, com a entrada de alunos com cotas.

Zembylas (2003, p. 223) nos lembra que:

²¹ Luciano, ao final da entrevista, diz que é a favor das cotas, inclusive dentro da instituição federal na qual atualmente trabalha.

As emoções e sua comunicação através de expressões nascem em um diálogo como uma duplicação viva de nossas experiências e são moldadas em uma interação dialógica com outras emoções que se fornecem constantemente. (2003, p. 223).

Nessa interação proposta em forma de entrevista, Luciano se construiu através de suas emoções vividas, gerando novos conflitos e novas emoções que foram, de alguma forma, sendo (co)construídas discursivamente na própria interação.

Considerações Finais

O movimento de construção identitária do participante é marcado por constantes avaliações ao longo de toda a estrutura de suas narrativas. Desse modo, constitui-se agentivamente, se colocando em posição de avaliador, utilizando recursos discursivos para valorar as situações e os sujeitos. Assim, foram expostas, pelo docente, ideologias sociais macro e alinhadas ao senso comum de desqualificação de todos os alunos da rede municipal de ensino, em associação com as cotas das demais instituições, inclusive a federal na qual atua.

A sequência de utilização do termo “município”, conforme analisado na seção de análise, é constante, conforme Luciano traz o termo quando abre ou conclui suas falas dentro de resumos e orientações de suas narrativas. Como uma forma de resistência não declarada, que nos remete a ter atenção ao fato da entrevista se dar com a coordenadora pedagógica da escola, Luciano utiliza-se de bastante emoção para resistir ao novo, que, no mundo narrativo, é o início das cotas na instituição em que atua. O professor constrói discursivamente a experiência do município, apontando razões com cargas avaliativas fortes sobre esse sistema de ensino como forma de não dizer diretamente que naquele momento não esteve a favor da mudança. A resistência a algo novo que poderia remeter a experiências não exitosas passadas foi construída ao longo de suas narrativas com itens de avaliação que percorreram todos os elementos narrativos, inclusive com itens não lexicais, como os numerosos momentos de silêncios e *micro* pausas próximos às avaliações ou às utilizações do termo “município”.

Esse estudo nos traz a possibilidade de aprofundamento do modo como as emoções percorrem as construções discursivas de atributos ideológicos sociais de

nível macro. O modo como a análise micro interacional auxilia na tentativa de entender essas construções discursivas é de grande validade ao se conjugar as categorias de análise com o constructo das emoções antes, durante e depois das interações.

As mudanças ocorridas após a implantação das cotas nos sistemas federais de ensino trouxeram experimentações diversas não só na prática dos docentes nas escolas, mas em suas concepções ideológicas sobre a política de cotas. Frente à realidade de mudança no perfil dos alunos, surgiram as inquietações e múltiplos discursos que acabam por construir e sedimentar não apenas novas ideologias, mas também estigmas diversos atribuídos aos alunos que ingressam pela política de cotas.

A análise desse artigo mostra um pequeno recorte das concepções prévias acerca das características esperadas dos alunos novos e a comparação com sistemas de ensino de esferas públicas diferentes e, ao mesmo tempo, com avaliações diferenciadas uma da outra. Essas avaliações mostram não só como as novas dinâmicas com as cotas influenciam na construção identitária do docente, como mostram, também, as concepções enraizadas sobre o sistema municipal de ensino, inferiorizando-o frente aos demais sistemas educacionais.

Percebidas as pré-concepções do docente sobre o sistema municipal, entendo a consequente inferiorização do aluno nele matriculado e, nesse estudo especificamente, a força com que esta caracterização (re)constrói emoções dos docentes frente à entrada de alunos por cotas no sistema federal de ensino. Dessa forma, os itens micro interacionais que marcam a fala do professor, e que foram descritos nesse estudo, mostraram como ocorreu discursivamente a construção de sua emoção e a consequente ideologia macrossocial emergente nesse processo.

Referências Bibliográficas

- BIAR, L. Desvio e estigma: caminhos para uma análise discursiva. **Revista Calisdoscópio**. Rio Grande do Sul, V. 13, n. 1, p. 113-121, jan/abr 2015.
- CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- COELHO, M. C. P.; REZENDE, Claudia Barcellos (Org.) . **Cultura e Sentimentos - ensaios em antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2011. 219p
- FABRICIO, B. F.; BASTOS, L. C.. Identidade de Grupo: a memória como garantia do nós face ao outro. In: PEREIRA, M.G.D.; BASTOS, C. R. P.; PEREIRA, T. C. (Org.). **Discursos Sócio-Culturais em Interação: Interfaces entre a narrativa, a**

conversação e a argumentação: navegando nos contextos da escola, saúde, empresa, mídia, política, gênero e migração. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 39-66.

FREITAS, M.T.A. **Vygotsky e Bakhtin. Psicologia e Educação: um intertexto.** São Paulo: Ática, 1995.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**; tradução: Maria Célia Santos Raposo. 10ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face.** Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011 [1967]. 255 p.

LABOV, W. The Transformation of Experience in Narrative Syntax. In: **Language in the inner city.** University of Pennsylvania Press: 1972.

LINDE, C. **Life Stories: the creation of coherence.** USA: Oxford, 1993.

MAGALHAES, C. E. A.; NÓBREGA, A. N. A Construção Identitária do Professor Coordenador de Inglês: negociação e apresentação social na interação. **Revista Calidoscopio.** Rio Grande do Sul, v.14, 2016.

PÁDUA, E.M. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática.** Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 2004.

RABELO, A.O. A Importância da Investigação Narrativa na Educação. **Revista Educação e Sociedade.** Campinas, v. 32, n. 114, p. 171-188, jan/mar 2011.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, M. C. P. **Antropologia das Emoções.** 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010. 136p.

RIESSMAN, C. K. **Narrative Methods for the Human Sciences.** Sage Publications, Inc. California, 2008. pp 53-103.

RUUSUVUORI, J. Emotion, Affect and Conversation. In: SIDNELL, J; STIVERS, T. (orgs) **The Handbook of conversation analysis.** Oxford: Willey-Blackwell. 2013, p. 330-349.

SCHNACK, C.; PISONI, T.; & OSTERMANN, A. Transcrição de Fala: do evento real à representação escrita. **Revista Entrelinhas.** Rio Grande do Sul, v. 2, n. 2, 2002.

OS FEMINISMOS FACE ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: *ao final de tudo, quais vozes serão ouvidas?*

Luiz Antonio Soares Jr.^{22 23}

Resumo: Femicídio é o crime cometido contra mulheres por motivos de pertencimento destas ao feminino, sendo um tipo de homicídio qualificado que ocorre por violência doméstica ou menosprezo e/ou discriminação contra a mulher; em que pode ocorrer a tentativa. É considerado hediondo, certamente por causa de sua gravidade – o extermínio – razão pela qual terá consequências criminais relevantes. Essa violência já foi tratada pelo direito penal como um homicídio – ou um assassinato, como alguns jornais mencionam e expressam grande parte da sociedade. É considerada uma extensão da Lei Maria da Penha (que tenta coibir a violência doméstica). Por sua vez, a lei da importunação sexual surgiu com o objetivo de coibir o assédio nas ruas, bem como o assédio no transporte público brasileiro, deixando de aplicar uma multa, para punir com pena de prisão, a fim de reduzir a reiteração do crime. Neste artigo, procurou-se observar se haveria uma relação entre o movimento feminista e a formulação e promulgação dessas leis. As reportagens do Jornal Estadão foram selecionadas no período anterior à entrada em vigor da Lei do Femicídio (de 27 de agosto de 2013 a 31 de março de 2015), bem como as mudanças no Código Penal foram selecionadas e observadas. Uma análise bibliográfica pertinente aos temas do feminismo e da violência contra as mulheres, foi realizada. Embora seja uma pesquisa em andamento, chegou-se à conclusão de que o feminismo pode ter contribuído para a elaboração de tais leis.

Palavras-chave: Movimento Feminista; Mulheres; Violência.

Abstract: Femicide is the crime committed against women for reasons of female belonging, being a type of qualified homicide that occurs from domestic violence or disparagement and/or discrimination against women; in which one could occur the attempt. It is considered heinous, certainly because of its seriousness – the extermination – for which reason it will have relevant criminal consequences. This violence was treated by criminal law as a homicide – or a murder as some newspapers mention and expresses much of society. It is considered an extension of the Maria da Penha Law (which tries to curb domestic violence). In turn, the law of sexual harassment arose in order to curb street harassment as well as the harassment in Brazilian public transport, failing to apply a fine, to punish with imprisonment, in order to reduce the repetition of the crime. In this article, it was tried to observe if there would be a relation between the feminist movement and the formulation and promulgation of these laws. Reports from the Journal *Estadão* were selected in the period prior to the entry into force of the Femicide Law (from August 27, 2013 to March 31, 2015), as well as the changes were selected in the Penal Code. A bibliographical analysis pertinent to the themes of feminism and violence against women was realized. Although it is a research in progress, it has come to the conclusion that feminism may have contributed to the elaboration of such laws.

Keywords: Feminist Movement; Women; Violence.

1 INTRODUÇÃO

²² Mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

²³ Agradeço a todos/-as aqueles/-as que contribuíram para a realização deste artigo, sobretudo, ao analisarem e aconselharem mudanças.

Neste artigo, visa-se observar uma possível relação entre o movimento feminista e a formulação e promulgação da lei do feminicídio (e de leis anteriores como a Lei Maria da Penha e posteriores como a Lei de importunação sexual), de modo que se faz um paralelo entre o Jornal Estadão, no período anterior à entrada em vigor da Lei de Feminicídio, e entre os acréscimos criminais que coíbem a violência contra a mulher e que se encontram também no Código Penal. Logo, analisar-se-á o jornal selecionado no período de 27 de agosto de 2013 a 31 de março de 2015 em paralelo às alterações do Código Penal brasileiro (e legislações próprias), ressaltando que este jornal foi escolhido, pois, dentre diversos outros eletrônicos analisados, este foi um dos que realizaram e disponibilizaram ampla cobertura em relação ao feminicídio e à violência contra as mulheres, além de ser um dos mais antigos do país. Para tanto, selecionou-se diversos artigos no período supramencionado, utilizando-se como busca no site a palavra “feminicídio”, de modo que todos os resultados obtidos foram lidos. Em seguida, comparou-se as reportagens e os artigos que surgiram no Código Penal brasileiro (até o presente momento) e que lidam com a violência contra a mulher (bem como em leis específicas). E, por questões pessoais, preferiu-se iniciar com o tema feminismo do período sufragista em diante, tomando como referência o feminismo que pode se denominar como geral e o feminismo no Brasil até chegarmos no feminicídio (e a lei Maria da Penha e de importunação sexual no que couber).

O feminicídio, assassinato de mulheres em razão de pertencimento ao feminino, denominado em outros países como *femicídio* ou *femicide*, como Portugal e Estados Unidos, é, no Brasil, o crime cometido contra a mulher por razões de pertencimento desta ao **sexo feminino**, sendo tipo penal²⁴ de homicídio²⁵ qualificado²⁶ que ocorre a partir de violência doméstica ou menosprezo e/ou discriminação à condição de mulher; do qual caberá, também, a tentativa por ser um

²⁴ Ou seja, a descrição de um ilícito em um código, como o penal, ou numa lei específica na qual se prevê uma pena para a conduta proibida que fora cometida.

²⁵ Sendo homicídio o assassinato, ou seja, o eliminar da vida de alguém praticado por uma ou mais de uma pessoa, conforme se constata a partir de CAPEZ (2017, p. 22) e que veremos na seção 3 deste trabalho.

²⁶ Quando uma circunstância agrava a pena, vindo expressa no Código Penal, não se confundindo com o aumento de pena (majoração fracionada) nem com agravantes, diz ter uma qualificadora. No caso do homicídio, cuja pena é de 06 a 20 anos, com a qualificadora a pena salta para 12 a 30 anos – no feminicídio. (BRASIL, 1940)

crime doloso²⁷ contra a vida²⁸; e é realizado por um agente, normalmente o companheiro, ou ex-companheiro, contra uma mulher²⁹. De modo taxativo, ou seja, limitante, tem-se o artigo 121, §2º, VI (de março de 2015). É considerado hediondo (de maior reprovação social), certamente em razão da sua gravidade – o extermínio da mulher – razão pela qual terá consequências penais relevantes que apontaremos em momento oportuno deste trabalho. É certo que essa violência, que era tratada pelo Direito Penal como um homicídio – ou um assassinato como mencionam alguns jornais e se expressa boa parte da sociedade – pode ser considerada uma extensão da Lei Maria da Penha de 2006, ou seja, o seu ápice, pois esta visa coibir a violência doméstica, e o feminicídio ocorre sobretudo dentro de lares.

Por sua vez, a lei de importunação sexual, de 2018, que tenta coibir os assédios praticados em locais públicos como na rua tão bem quanto nos transportes coletivos brasileiros sofreu uma alteração: deixou-se de se aplicar multa, para passar a punir com prisão, visando a diminuição da reiteração do crime. Mas o feminismo teria provocado alguma alteração na sociedade brasileira no que tange à criação/elaboração/promulgação de leis em prol da mulher? Observando-se a imprensa ora em foco, não somente por citações bem diretas, mas, também, pelo contexto de muitas das reportagens; é possível dizer que sim: se visualiza que o feminismo foi capaz de modificar a visão social em relação ao tema proposto – a violência contra as mulheres. Precisa-se salientar, entretanto, que se trata de uma pesquisa em andamento.

2 OS FEMINISMOS E AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

É possível discutir o conceito de violência sob a perspectiva da Saúde. DAHLBERG; KRUG (2006) analisaram o Informe Mundial sobre Violência e Saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS), que apresenta tanto uma descrição geral desse tema como a posição da referida organização internacional. Tais autoras

²⁷ Ou seja, tal como no homicídio doloso, um crime em que o agente, mesmo prevendo o resultado, como a morte, continua a realizar os atos adiante vindo a ocasioná-la intencionalmente. (BRASIL, 1940)

²⁸ No caso, em questão, contra a vida da mulher *cis*.

²⁹ É preciso salientar que a lei de feminicídio só atinge mulheres *cis* (ou cisgêneras), termo utilizado para denominar aquelas mulheres cuja identidade de gênero se identifica com o seu corpo biológico. Isso quer dizer que não atinge as mulheres *trans* (transgêneras) — aquelas que não se identificam com o sexo que lhes foi designado no nascimento.

acreditam que a violência, muito provavelmente, esteve sempre presente na vida humana. Isso não significa que teríamos que aceitá-la. Pelo contrário, ela é evitável:

A violência pode ser evitada, e suas consequências, reduzidas [...]. Os fatores responsáveis por reações violentas, quer sejam derivados de atitudes e comportamentos ou de condições sociais, econômicas, políticas e culturais mais amplas, podem ser modificados. (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1165).

Com diversas formas de ser conceituada (DAHLBERG; KRUG, 2006) a violência pode ser compreendida, entretanto, tal como a Organização Mundial da Saúde propõe, ou seja, “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1165). Salientam que:

[...] a definição implicitamente inclui todos os atos de violência, quer sejam públicos ou privados, quer sejam reativos (em resposta a fatos anteriores, como uma provocação) ou antecipatórios (ou instrumentais para resultados automáticos), ou mesmo criminosos ou não. Cada um desses aspectos é importante para a compreensão da violência e para o planejamento de programas preventivos. (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1166).

Haveria alguma ligação do feminicídio/violência contra as mulheres; com esta definição? De modo muito incipiente, observando a violência de gênero e o próprio conceito de gênero, pode-se dizer que sim, pois a definição de violência é bem similar na Maria da Penha. E, o movimento feminista, movimento complexo que não se confunde com o movimento sufragista que lhe deu origem (do contrário, teria desaparecido com a concretização do direito ao voto; mas, naturalmente, deve mérito àquele movimento); questiona aspectos essenciais à condição de mulher. (ALVES; PITANGUY, 1985).

Antes de se prosseguir, deve-se visualizar o seguinte panorama, no qual se retrata os principais acontecimentos no Brasil, no século XX, tratando desde a participação das mulheres na década de 1920; passando pela conquista do voto na década de 1930; a participação em sindicatos e partidos políticos na década de 1940; o “isolamento” na década de 1960; a reorganização na década de 1970; a questão da violência contra as mulheres na década de 1980; e a pluralidade e diversidade de grupos na década de 1990:

Quadro 01– Cronologia do movimento feminista no Brasil do século XX

1920	Participação das mulheres em movimentos socialistas, anarquistas e artísticos, como o modernismo.
1934	Conquista do voto feminino.
Década de 1940	Com o fim da Segunda Guerra Mundial, há abertura política e as mulheres participam de sindicatos e partidos políticos.
1964	Com o golpe militar, fecham-se os canais de participação para as mulheres e para todos os movimentos sociais.
Década de 1970	Movimento das mulheres atuantes nas periferias das grandes cidades, formação dos clubes de mães e dos movimentos comunitários por creche, saneamento e transporte. A partir de 1975, o feminismo ganha novo impulso, com a instauração do Ano Internacional da Mulher e com a I Conferência sobre a Mulher, no México.
Década de 1980	Denúncias de violência contra a mulher. Aumento da participação das mulheres no sindicalismo, inclusive rural. Instalação dos Conselhos Estaduais e Nacional da Condição Feminina e das Delegacias da Mulher. Surgimento dos Grupos de Estudo de Gênero nas universidades e organizações não-governamentais. Implantação do Plano de Atenção Integral à Saúde da Mulher, pelo Ministério da Saúde.
Década de 1990	Reconhecimento da pluralidade e diversidade das mulheres e grupos. Surgimentos das casas de apoio e albergues para mulheres em situação de risco e vítimas de violência; surgimento de redes feministas que articulam diferentes grupos e entidades em prol da saúde das mulheres, do parto humanizado, do fim da violência, da educação popular feminista. O movimento de mulheres ganha espaço nas conferências da ONU.

Fonte: AJAMIL; CARREIRA; MOREIRA, 2001 apud AUAD, 2003, p. 74.

Posto isto preliminarmente, pode-se seguir adiante.

2.1 Mulheres em movimento

A história do feminismo mostra que há feministas liberais, socialistas ou conservadoras, por exemplo. Mas a origem do movimento não é tão simples de ser demarcada, pois, como se aponta (ALVES; PITANGUY, 1985) existem vários acontecimentos que regem a história das mulheres.

De acordo com Gonçalves (2006), a data de 1848, com a denominada Convenção de *Seneca Falls* (1ª Convenção para o Direito das Mulheres), que fora realizada nos Estados Unidos, na cidade de Seneca Falls, estado de Nova York, sendo a primeira convenção que diz respeito aos direitos das mulheres; é um marco

do início do feminismo no Ocidente. Contou com certo apoio masculino³⁰, mas em número reduzido, o que se leva a visualizar que o apoio de homens nunca foi tão impactante quanto o apoio das próprias mulheres entre si.

Essa Convenção foi uma resposta ao veto à participação das delegadas que objetivavam o fim do trabalho cativo, durante a Convenção Mundial contra a Escravidão. O veto à participação daquelas mulheres, levaria à luta pelo sufrágio, que, nessa convenção, ganharia relevo (ALVES; PITANGUY, 1985).

Entretanto, qual o objetivo do feminismo? Pode-se dizer que este objetivo está em permanente modificação, não abrangendo somente a família, mas atravessando a “sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2004, p. 47), como vimos no Quadro acima. Se o feminismo começou como um movimento sufragista, objetivando que as mulheres participassem da esfera pública, hoje se explicita que este movimento é muito mais amplo e multifacetado — por exemplo, feminismo negro, transfeminismo, feminismo radical, dentre outros. Porém, é possível afirmar que consensualmente, as feministas visam direitos iguais para mulheres e homens (sejam trans, cis, negras/os, indígenas etc.).

Uma das lutas do feminismo é contra a violência de gênero. Muitas vezes naturalizada e banalizada em sociedades patriarcais, onde esse tipo de violência não é, muitas vezes, nem percebido como violência. Desse modo, é comum dizer que não se deve se intrometer em brigas conjugais. Deve-se, contudo, se intrometer, com a finalidade de que vidas sejam salvas. É justamente o feminismo, como movimento social, que visa desarticular toda a possível legitimação dessa forma de agressão. Como afirma Álvarez (2005), ao criar marcos de interpretação; marcos de referência ou de injustiça; os movimentos sociais contribuem para que haja uma mudança social decorrente de alterações na mentalidade e na cultura.

Nota-se que, historicamente, as mulheres não foram tidas como sujeitos da história (WOLFF; POSSAS, 2005). Desde o século XVII as feministas buscam pelo termo “mulher”, seja pela igualdade ou pela diferença (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2012). Atualmente, as mulheres não só se veem, mas são partes da História. São novos sujeitos, com força capaz de criar e estimular discussões teóricas; novos conceitos (WOLFF; POSSAS, 2005).

³⁰ Àquela época, já havia homens que se solidarizaram (GONÇALVES, 2006).

Mas, o feminismo na década de 1920 já se ocupava em reivindicar melhores condições de vida para as mulheres, mas também para os homens. E, pode-se afirmar, que “de modo direto e indireto, as feministas brasileiras foram e ainda são responsáveis pela conquista de direitos, práticas e espaços antes negados às mulheres brasileiras” (AUAD, 2003, p.73).

Entre 1914 e 1918, e de 1930 a 1940³¹ as mulheres se destacaram no mercado de trabalho (AUAD, 2003). Nestas duas décadas (30 e 40), conquistaram muitas de suas reivindicações, tais como poderem ser votadas e votar. Assumiram o papel de provedoras da família, ainda que recebendo salários inferiores aos dos homens. Tais conquistas (mercado de trabalho e direito de votar e serem votadas) se tornariam meras formalidades (AUAD, 2003), entretanto, adquiridas, sobretudo, através de legislações. Estavam garantidas por leis que, na prática, ainda suprimiam as mulheres³².

Salienta-se que neste segundo período já havia uma preocupação: a eclosão de uma guerra mundial. Se os homens se ausentariam dos seus tradicionais serviços para a guerra, as mulheres deveriam assumir os postos daqueles. A mão de obra masculina se tornava própria das frentes de batalha (AUAD, 2003). Com o término da Segunda Grande Guerra, reativa-se a ideia baseada em aspectos biológicos: mulheres eram “rainhas do lar”. É justamente entre tais séculos, que Juliet Mitchell publicará “A condição da mulher” obra em que se lida com a discriminação sexual (AUAD, 2003). Os homens tinham, de qualquer modo, que voltar aos postos de trabalho. E tais postos, ocupados pelas mulheres, deveriam agora ser cedidos, de algum modo, aos homens. Nessa época, (1949), Simone de Beauvoir escreve *O segundo sexo*, livro que é um marco para os estudos feministas.

2.1.1 A busca pelo sufrágio no Brasil: a inspiração

É importante salientar que, em meados da década de 1930, no Brasil, não foi Vargas quem garantiu o direito de voto às mulheres, como se sabe, e tão pouco o movimento feminista pôde ser considerado como um movimento de massas, como

³¹ Ressaltando que em 1920 Virgínia Woolf escreveria como as mulheres têm seu desenvolvimento impedido, nas obras “Um teto todo seu”; “Um toque feminino na ficção”; “O *status* intelectual da mulher”.

³² Veja, por exemplo, o Código Comercial de 1850, que somente foi revogado em grande parte pelo Código Civil de 2002.

nos Estados Unidos e na Inglaterra (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 47). Àquela época, dez estados brasileiros já permitiam que as mulheres votassem. Vargas ampliou, entretanto, para todo o território o que dez corajosos estados brasileiros já haviam reconhecido, acompanhando uma tendência mundial, já que outros países estariam por conceder o direito ao voto, ou já haviam concedido esse direito, após pressões internas a seus países, bem como pressões internacionais. A título de ilustração, tem-se que o voto, conquistados em diferentes partes da Terra, entre as décadas de 1910 e 1970, em mais de oito países que se destacam abaixo; se deu nos seguintes anos:

Quadro 02 – Cronologia da conquista do voto feminino no século XX

Ano de conquista do voto feminino	País
1917	URSS, com a Revolução
1918	Alemanha
1919	EUA
1928	Inglaterra
1934	Brasil
1945	França, Itália, Japão
1973	Suíça

Fonte: AUAD, 2003, p. 56.

Verifica-se que os Estados Unidos e a Inglaterra, que serviram de inspiração para o movimento feminista brasileiro, concederam o direito ao voto às mulheres, antes que se concedesse no Brasil, na Itália e na França, onde também ocorriam movimentos feministas. O primeiro estado brasileiro que incluiria em sua Constituição um artigo permitindo o exercício do voto pelas mulheres foi o Rio Grande do Norte, sendo acompanhado por outros estados (AUAD, 2003), após **debates jurídicos**.

Em 1927, graças à influência do Presidente do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, este Estado inclui em sua Constituição um artigo permitindo o exercício do voto às mulheres. A partir daí intensifica-se a mobilização das mulheres, que requerem, em todo o País, seu alistamento eleitoral, provocando acirrados debates jurídicos. O direito ao voto foi sendo alcançado paulatinamente nos Estados. Desta forma, quando, em 1932, Getúlio Vargas promulga por decreto-lei o direito de sufrágio às mulheres, este já era exercido em 10 Estados do País. (ALVES; PITANGUY, 1985. p. 47-48)

Deve-se observar como isso ocorreu. As sufragistas lutaram contra a opressão das mulheres e problematizações do matrimônio e no século XIX a degradada condição feminina foi alvo das reivindicações das mulheres. (ÁLVAREZ, 2005)³³. Dentro das fábricas francesas surgiram líderes operárias, tais como Jeanne Deroin e Flora Tristan que “afirmavam a necessidade de uma organização para que as mulheres pudessem defender seus direitos [defendendo] [...] que a luta pelos direitos das mulheres era (e é) uma luta de toda a classe trabalhadora” (AUAD, 2003, p. 45).

Quando Leolinda Daltro fundou no Rio de Janeiro um partido denominado Partido Republicano Feminino (1910), o principal objetivo era lidar com o voto das mulheres, fazendo renascer no Congresso Nacional esse debate (ALVES; PITANGUY, 1985). Em 1918, Bertha Lutz, que havia estado em Londres e se inspirado no movimento feminista inglês, retornou ao Brasil e passou a lutar pela emancipação das mulheres e pelo sufrágio (AUAD, 2003), fundando, em 1919, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (ALVES; PITANGUY, 1985).

O século XX se caracterizaria, então “pelos movimentos reivindicatórios e revolucionários” estruturando “as bases da teoria socialista” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 40), e entendendo-se que “a base da inferiorização da mulher encontra-se no surgimento da propriedade privada. Desta forma, o casamento e sujeição da mulher surgiram como garantia para a transmissão da propriedade (herança).” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 41). Segundo Auad (2003), a ideia de Sindicato, que fora proposta por Jeanne Deroin, tem origem aí. Deroin acabou sendo presa juntamente com seus companheiros.

2.1.2 O feminismo na América Latina atual: uma luta contra a violência?

É comum que a história do feminismo seja dividida em *ondas*. Vejamos: o século XIX marca a luta nascente do movimento feminista que se ampliaria no século XX na Europa e nos Estados Unidos onde se reivindicava os direitos sociais e políticos. A primeira onda, influenciada por ideais e valores do liberalismo, teve o texto de Mary Wollstonecraft (ALVES; PITANGUY, 1985) como seu marco (AUAD, 2003).

³³ Observemos, entretanto, que as mulheres podem votar no Brasil, serem candidatas, frequentar universidades (AUAD, 2003). Isso não era tão possível em tempos passados, como no século XVIII brasileiro.

E é justamente a conquista do direito ao voto que faz terminar o marco da primeira *onda*. No século XX, o movimento feminista

adquire características de ação política, com um discurso próprio sobre a luta das mulheres. As ativistas revolucionárias da França protestavam contra leis que visavam submeter o sexo feminino ao domínio masculino e reivindicavam **a mudança na legislação** sobre o casamento, que dava ao marido direitos absolutos sobre o corpo e os bens da mulher (AUAD, 2003, p.43, grifos nossos).

Quando se sai deste período e vem para um período ainda mais recente, em 1970, por exemplo, pode-se visualizar o que acontece nos países latino-americanos: desde os anos 70, ocorrem encontros oriundos de lutas políticas diversas, que têm sido realizados nas formas de grupos e organizações de mulheres, redes e trabalhos em conjunto, bem como Organizações Não-Governamentais (ONGs), buscando uma agenda comum. Há encontros nacionais e regionais (latino-americanos) nos quais se discute as próximas atuações feministas (passos, agendas e formulações) propiciando alianças e coalizões, e se verificando as direções que têm guiado os feminismos sulistas americanos. (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2012), (CASTRO; RIQUELME, 2003).

No Brasil, buscou-se, naquele período, um enfoque na ditadura militar e nos movimentos de esquerda (embora nem sempre a esquerda estivesse comprometida com o feminismo) (WOLFF; POSSAS, 2005).

É importante salientar que muitas feministas associam suas ideias à dimensão do Patriarcado, que pode ser compreendido como distintos padrões que implicam em desvantagens às mulheres ocorrendo no campo público-privado com a dominação e exploração daquelas pelos homens (BIROLI, 2018; SAFFIOTI, 2004).

Separar, trair, não querer mais o companheiro ou ex-companheiro, são usados como justificativas para a violência doméstica e o feminicídio. Isso está ligado não só ao patriarcado, mas também ao machismo, que afeta não só a vida das mulheres agredidas de qualquer modo, como, também, a vida dos homens. Por isso, a importância de se romper com rotulações machistas.

Se uma mulher for abordada por um homem seja para sair, seja para dançar, ela pode recusar, pois o jogo é o da caça e do caçador. Se, entretanto, um homem for abordado por uma mulher com as mesmas intenções, e ele não

se interessar por ela, recusando o convite, imediatamente é alcunhado de “maricas” (SAFFIOTI, 2004, p. 36).

Nas violências cometidas entre homens e mulheres aqueles são os que registram maior amplitude quando infratores. Nos dados de mortalidade e morbidade por acidentes também ocupam o primeiro lugar. E nos óbitos por homicídios, os homens são os que mais morrem assim como os que mais agredem. Também são os que mais usam drogas, e os que mais suicidam (MINAYO, 2005). WELZER-LANG (2001), observa que

Os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos. Um setor dos estudos feministas atuais tende, aliás, a quantificar estes privilégios e a mostrar concretamente os efeitos da dominação masculina. A política atual, que, em nossa sociedade, visa a diminuir as “desigualdades”, não deve nos deixar esquecer que elas perduram, sob pena de tomarmos nossos sonhos por realidade e não compreendermos mais nada (WELZER-LANG, 2001, p. 461).

A sociedade, portanto, é machista. Mas, segundo Saffioti (2004), deve haver mútuo respeito. Deve haver igualdade social. (SAFFIOTI, 2004). Além disso, deve-se compreender que “[...] todo conhecimento é social” (SAFFIOTI, 2004, p. 38), logo, ele deve ser construído ou desconstruído em conjunto. No machismo, há o posicionamento de uma das partes, sem que se venha a medir as reações e consequências que são geradas às mulheres; de modo que, tal como se observa a seguir, pode-se afirmar que:

as relações entre a divisão por sexo e por gênero, o lugar dos homens, a análise das transformações atuais, etc. – surge um consenso para designar a divisão entre dois grupos (ou classes) de sexo, em gêneros, como fundadora da dominação masculina. (WELZER-LANG, 2001, p. 461).

Embora possa se pensar o feminismo, como algo findo, uma vez que as mulheres (mas a maioria brancas) já conquistaram, inclusive, o mercado de trabalho, o que era inimaginável em tempos remotos (AUAD, 2003) são os homens que expressam/possuem algumas características (ser branco, viril e heterossexual) que dominarão, preferencialmente, os diversos setores, não só o trabalho, mas como se vê, a própria elaboração de leis, cuja bancada feminina ainda é pequena (SAFFIOTI, 2004).

Entretanto, deve-se ser realista: quando as mulheres alcançaram algum tipo de poder isso se tornou, para muitos, algo a ser comemorado, pois algumas conseguiram romper os laços de domínio da esfera privada, chegando à esfera pública, o que era inimaginável, por exemplo, no século XVIII. A maioria, evidentemente, ainda é branca, em cargos de alta remuneração, mas já se percebe mudanças tanto no cotidiano, quanto em termos legais (BIROLI, 2018). Hoje, as mulheres que trabalham não precisam de autorização do marido, como se dava no Brasil enquanto vigia, por exemplo, o Código Comercial de 1850. Isso, contudo, não é e nem foi suficiente para coibir destrato e violências.

O Código de 1850, que permaneceria em vigor, em grande parte, até 2002, dizia, por exemplo, que se *casadas* as mulheres precisavam de autorização do marido para comercializar; autorização que era dada mediante escritura pública. Se *separadas*, por sentença de divórcio, não precisavam desta autorização; desde que isto fosse perpétuo.

Das Qualidades Necessárias para ser Comerciante [...] 4 - As mulheres casadas maiores de 18 (dezoito) anos, com autorização de seus maridos para poderem comerciar em seu próprio nome, provada por escritura pública. As que se acharem separadas da coabitação dos maridos por sentença de divórcio perpétuo, não precisam da sua autorização. (BRASIL, 1850)

É certo que, entre as mulheres,

[...] é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

Há machismo, por exemplo, ao vermos situações em que as mulheres são vistas por alguns homens como se fossem destinadas a comportamentos dóceis, os homens são verdadeiramente estimulados a comportamentos agressivos, o que leva à raiz de muitos fenômenos (SAFFIOTI, 2004). Discute-se, hoje, a ideia da cor rosa e do azul, de modo que se entende que também podem ser entendidas como cores universais, e não respectivamente cor feminina e cor masculina. Mas as mulheres são capazes de problematizar: a) hierarquias de gênero; b) relações de poder; c) aspectos sexuais; d) outros (WOLFF; POSSAS, 2005, p. 585).

É importante dizer que a segunda *onda* feminista pode ser caracterizada por três momentos que se referem à escolha de estratégias de ações políticas: as políticas de redistribuição; as políticas de identidade; e a conjunção destes com as políticas de representação. Essa união pode ser compreendida, segundo Laclau e Mouffe como uma maneira de “radicalizar a democracia” (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2012, p. 677).

Desse modo, o feminismo contribui para que se altere a visão social em relação à violência contra as mulheres, pois há a visão patriarcal que em nós se encontra interiorizada (há valores, atitudes e princípios que são interiorizados desde a infância) (ÁLVAREZ, 2005).

O feminismo também criou o slogan *o pessoal é político* a fim de que o entendimento do que era de fato político fosse alterado.

Importante salientar, também, que o patriarcado é um sistema de dominação baseado na dualidade sexo-gênero guardando relações com a esfera pública e também com a esfera privada, de modo que problemas como a violência contra as mulheres deixou de ser um problema pessoal (vítima-agressor) para ser um problema público cuja estrutura de violência reflete o sistema de desigualdade social (ÁLVAREZ, 2005). Vários documentos internacionais surgiram lidando com as ideias de machismo e patriarcado, por exemplo; além da questão de gênero.

A CEDAW (BRASIL, 2002), Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, à título de ilustração, foi ratificada por mais de cento e cinquenta países, o que acarretou que ativistas em prol dos direitos das mulheres pressionassem alterações em Constituições, leis infraconstitucionais e práticas rotineiras, lutando, seja pela educação, emprego, remuneração igualitária, subsistência, alimentação, saúde, liberdade reprodutiva, proteção ao assédio sexual bem como proteção ao estupro, direito ao bem-estar social, dentre outros. Nessa dimensão, pode-se compreender a passagem dos anos de 1970 em diante, a passagem do feminismo para o pós-feminismo. (HAWKESWORTH, 2006). E, apesar de outras dizerem que o feminismo acabou, o feminismo nunca esteve tão vivo no Brasil, basta que se observe o putafeminismo e o transfeminismo, por exemplo³⁴.

³⁴ Ver, por exemplo, o texto de PASSOS; JAYME (2018).

Observando a cronologia do Quadro 01³⁵, no início desta seção, percebe-se que o movimento feminista nem sempre esteve estruturado de modo contínuo. O que estaria por trás de tais “rupturas”? É o mesmo elemento que tenta “romper” o feminismo hoje?

3 O MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS AÇÕES PARA O ALCANCE À IGUALDADE DE GÊNERO

Experimentando um crescimento vertiginoso nas últimas décadas, tem-se ampliado os locais em que se é possível encontrar feministas, indo além das ruas, onde também continuam. Das ruas, chegaram às Nações Unidas, às universidades, às ONGs e conquistaram lugares que nem sempre chamam a atenção da imprensa, criando secretarias para as Mulheres e comissões para a igualdade de gênero; ONGs feministas. Países como a Suécia e a Holanda, buscavam a igualdade de gênero em iniciativas de política externa. O Homicídio de mulheres foi, desde sempre, analisado pelas mesmas, mas nem sempre feministas, inclusive, tiveram forças para denunciar essa violência. Precisamos, contudo, antes de continuar, vir a esclarecer alguns pontos, dentre os quais o que é homicídio e porque ele é um dos crimes mais graves. Isto para compreender por que o feminicídio é uma qualificadora do homicídio, ou seja, ainda mais grave.

Homicídio é a morte de um ser humano provocada por outro ser humano. É a eliminação da vida de uma pessoa praticada por outra. O homicídio é o crime por excelência. “Como dizia Impallomeni, todos os direitos partem do direito de viver, pelo que, numa ordem lógica, o primeiro dos bens é o bem vida. O homicídio tem a primazia entre os crimes mais graves, pois é o atentado contra a fonte mesma da ordem e segurança geral, sabendo-se que todos os bens públicos e privados, todas as instituições se fundam sobre o respeito à existência dos indivíduos que compõem o agregado social”. (CAPEZ, 2017, p. 22)

Se for analisado o Código Penal, assim se encontrará disposto: um homicídio simples, com pena de 06 a 20 anos; e o qualificado, com pena de até 30 anos.

Homicídio simples: Art. 121. Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos. **Caso de diminuição de pena:** [...]. **Homicídio qualificado:** § 2º Se o homicídio é cometido: [...] Pena - reclusão, de doze a trinta anos. **Feminicídio:** [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#): VI - contra a mulher por

³⁵ Vide a cronologia do movimento feminista no Brasil do século XX.

razões da condição de sexo feminino: [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#). Pena - reclusão, de doze a trinta anos. § 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#) I - violência doméstica e familiar; [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#) II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#) (BRASIL, 1940).

Hoje, no Brasil, além da lei Maria da Penha e da lei do feminicídio, se tipificou a importunação sexual (que alterou os artigos do Código Penal). De modo taxativo, tem-se o artigo 5º e o art. 6º referente à Lei Maria da Penha; e o art. 215-A referente ao Código Penal brasileiro. A Lei Maria da Penha, especificamente, vem a estipular o que é violência doméstica ou familiar; violência física, sexual, moral e psicológica. Define também, como vemos abaixo, o que é família (tida por laços naturais ou por laços de afinidade).

Já a lei de importunação sexual, também com certo destaque abaixo, descreve o ato libidinoso (seu objetivo):

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [\(Vide Lei complementar nº 150, de 2015\)](#) I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. **Art. 6º** A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. (BRASIL, 2006).

Importunação sexual [\(Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018\)](#) Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: [\(Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018\)](#) Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave. [\(Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018\)](#) (BRASIL, 1940).

Em reportagem do Jornal eletrônico Estadão, SAYURI (2014) observa que o movimento feminista tem tido papel fundamental quando da elaboração de leis visando a proteção das mulheres. Antes de ser criado o crime de importunação sexual, por exemplo, várias medidas foram realizadas para tentar coibir o que ocorria no interior dos meios de transportes coletivos. Recorde-se que, quando da implantação do vagão rosa em São Paulo, anos após de sua criação no Japão, a historiadora Mary del Priore afirmou que ele, por si só, não bastaria. Seria útil para aquelas mulheres que se sentissem mais visadas, porém, seria necessária uma

política de educação, como já vinha ocorrendo em outros países, já que o assédio sexual é mundial (SAYURI, 2014).

Se o assédio é globalizado, para esta historiadora o feminismo é algo global, que luta tanto por direitos quanto por deveres iguais (SAYURI, 2014). E mais uma vez há aqui a questão do patriarcado de que a mulher deve ser submissa ou a questão de crenças herdadas de nossos antepassados de que a mulher simboliza o sexo frágil, por exemplo (SAYURI, 2014). Ressalta-se que as leis do crime de Feminicídio e Maria da Penha, portanto, estão vinculadas. Conforme dito, o crime de feminicídio foi incluído pela Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015 e consiste em realizar o assassinato de forma dolosa (tecnicamente, praticar homicídio doloso; logo, espécie do gênero de homicídio doloso que sofre a qualificação penal, sendo doloso quando se tem a intenção ou se assume o risco de matar) contra uma mulher, exatamente por ela ser mulher (um dolo específico contra a vida) (CAPEZ, 2016).

Segundo Fernando Capez (2016), é uma qualificadora, porém, de natureza subjetiva (por se referir aos motivos determinantes do crime). Como foi dito, a violência doméstica é uma expressão introduzida e definida pela Lei n. 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha): vai desde um ato comissivo ou omissivo (ação ou omissão) no gênero, que provoque a morte, lesão/-ões sofrimentos (físico, sexual, psicológico) e dano/s (material ou moral, ou seja, danos patrimoniais ou afetação à intimidade, honra e/ou dignidade). Para tanto, isso deve ocorrer no âmbito doméstico, no âmbito familiar ou em qualquer relação íntima de afeto (o agressor convive ou chegou a conviver com a vítima). Assim,

Ação. É o comportamento positivo, movimentação corpórea, *facere*. [...].
Omissão. É o comportamento negativo, a abstenção de movimento, o *non facere*. A omissão é um nada; logo, não pode causar coisa alguma. Quem se omite nada faz, portanto, nada causa. Assim, o omitente não deve responder pelo resultado, pois não o provocou. A omissão penalmente relevante é a constituída de dois elementos: o *non facere* (não fazer) e o *quod debeatur* (aquilo que tinha o dever jurídico de fazer). Não basta, portanto, o “não fazer”; é preciso que, no caso concreto, haja uma norma determinando o que devia ser feito. (CAPEZ, 2017, p.26)

A diferença entre a lei de feminicídio e a lei de violência doméstica é que a Lei Maria da Penha cria medidas protetivas para salvaguardar a vida da mulher face às tentativas de crime contra esta; enquanto aquela outra lei prevê e trata diretamente da morte das mulheres incluindo a pena para os feminicidas. Por ser um crime doloso

contra a vida, o rito ao homem feminicida será o do Tribunal do Júri, regulamentado pelo Código Processual Penal brasileiro (arts. 406 e ss.). E, como aponta Capez (2016), só protege as mulheres (cis) em razão do princípio da legalidade estrita (não cabendo a analogia *in malam partem*, portanto). Isto está ligado aos seguintes princípios:

Anterioridade da lei. Art. 1º Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. (Redação dada pela Lei n. 7.209/84) (BRASIL, 1940).

A regra do art. 1º [do Código Penal], denominada princípio da legalidade, compreende os princípios da reserva legal e da anterioridade. Assim, o princípio da legalidade é gênero que compreende duas espécies: reserva legal, reservando para o estrito campo da lei a existência do crime e sua correspondente pena (não há crime sem lei que o defina, nem pena sem cominação legal), e o da anterioridade, exigindo que a lei esteja em vigor no momento da prática da infração penal (lei anterior e prévia cominação). (CAPEZ, 2016, p.11)

Logo, os sujeitos passivos em crime de feminicídio, a rigor, serão sempre as mulheres (a mulher). Isso é um equívoco, pois as mulheres *trans* também sofrem com a violência doméstica.

Mas, por que esse movimento é capaz de provocar alterações legislativas e até mesmo cultural? Busca-se a resposta no seguinte fator: o feminismo é plural, não se concentrando apenas em atividades acadêmicas nem em lutas políticas; (com)partilha inúmeras causas. Está por toda a parte (SAYURI, 2014). Logo, acredita-se que sua abrangência, dentre outros possíveis fatores, seja a resposta à questão.

Na reportagem do jornal eletrônico já citado, para del Priore foi fundamental o aumento e disseminação do número de delegacias de mulheres, bem como a criação e aplicação da Lei Maria da Penha. O aumento do número de mulheres no Judiciário, também teria contribuído. (SAYURI, 2014). É possível, portanto, dizer que as mulheres lutam contra as crenças herdadas de gerações anteriores, as quais distinguiam diferentes atividades para os sexos. A Lei Maria da Penha, por si só, teria feito diminuir em 10% o número *projetado* para homicídios no âmbito doméstico. (LEI MARIA DA PENHA FAZ...., 2015).

Segundo o mesmo jornal, antropólogas e feministas foram responsáveis por suscitar o feminicídio durante o Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres no ano de 1976 em Bruxelas, de modo que o feminicídio se tornou abrangente

(POPULISMO PENAL, 2015). Há aqueles que criticam a lei do feminicídio (POPULISMO PENAL, 2015) por tratar homicídios de mulheres de modo diverso do homicídio tradicional. Mas isso é errôneo. Nem todo homicídio será um feminicídio ainda que praticado contra mulher (tem que se enquadrar no tipo penal: razões de gênero).

Em outra reportagem, salienta-se que, quando a Lei Maria da Penha estava completando oito anos, o Ministério Público também apoiava o projeto de Lei que incluía o feminicídio no Código Penal (Projeto nº 8305/14 e Decreto-lei 2.848/40, respectivamente). Além disso, a lei do feminicídio, que entrou em vigor nove anos após a lei Maria da Penha, é considerada como uma extensão desta lei, sendo possível dizer que: “primeiro nomeou-se como injusta a violência contra as mulheres, agora nomeou-se a matança com palavra que denuncia a particularidade do homicídio em um regime político específico, o gênero” (DINIZ, 2015).

Já em outra reportagem, verifica-se que a situação de violência contra as mulheres se torna ainda mais evidente: entre 2004 e 2014 o Brasil ocupava a 7ª posição em crimes de assassinatos a mulheres. Como já dito, feminicídio é aquele crime cometido contra a mulher por razões de pertencimento desta ao gênero feminino no que se incluiria a violência sexual, bem como a violência doméstica (RACY, 2014; PERON, 2014; POMPEU, 2015), mas normalmente praticada pelos companheiros, e também, por ex-companheiros (POMPEU, 2015). Assim, “Uma nova lei dá nome e castiga à matança de mulheres – feminicídio [...]” (DINIZ, 2015).

O jornal esclarece que se considera como razão de gênero o envolver daqueles elementos: violência doméstica/familiar; mas também, menosprezo/discriminação à condição de mulher (CARDOSO; REOLOM; CASTANHO, 2015). É interessante observar que esta lei contou, também, com a colaboração da *Change.org* e de sua petição online *#LeidoFeminicídio* (RACY, 2014), como aponta o Estadão. Esta lei teve origem na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher (POPULISMO PENAL, 2015) que destacou a morte de 43,7 mil mulheres no Brasil (homicídio) (MARTINS; MOURA, 2015) e fora aprovada (a lei) pelo Senado em dezembro de 2014 (PERON, 2014). E contou, também, com a bancada feminina, segundo essa imprensa. O projeto estipulava pena de 12 a 30 anos de reclusão (PERON, 2014) o que foi mantido na Câmara dos Deputados (CARDOSO; REOLOM; CASTANHO, 2015).

Do Senado, o projeto seguiu para a Câmara dos Deputados, portanto, onde, com a presença da então ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, foi aprovado em 03 de março de 2015 como uma qualificadora do crime de homicídio e como crime hediondo. Ressaltando-se que o no homicídio simples (contraposto ao qualificado) a pena é de 06 a 20 anos (CARDOSO; REOLOM; CASTANHO, 2015; MARTINS; MOURA, 2015). Além de ser uma qualificação do crime de homicídio, e ser considerado crime hediondo (pena inicial em regime fechado, com restrições a progressão do regime), o projeto previu aumento de pena se o feminicídio for praticado durante a gravidez, três meses antes do parto, contra meninas de idade inferior a catorze anos, mulheres com idade superior a sessenta anos, mulheres deficientes, ou mulheres que estejam ao lado dos filhos ou dos pais (descendentes ou ascendentes, portanto) (CARDOSO; REOLOM; CASTANHO, 2015; POMPEU, 2015).

Outros dados do Estadão chamam a atenção: para se ter ideia, entre 2001 e 2011 teriam ocorrido mais de 50 mil assassinatos de mulheres no Brasil, ou seja, cerca de cinco mil casos por ano (CARDOSO; REOLOM; CASTANHO, 2015). Maria da Penha, que nomeia àquela primeira Lei de crime contra as mulheres em ambiente doméstico, chegou a acreditar que essa lei daria maior celeridade aos processos. Além disso, acreditou que os crimes teriam maior visibilidade, o que contribuiria para a elaboração de políticas públicas. Eis que até então as pesquisas não diferenciavam mortes de mulheres em casa, na rua, etc. (POMPEU, 2015). O jornal ainda salienta que: segundo a então chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, o projeto dava as mulheres um instrumento para garantia de defesa de direitos. (POPULISMO PENAL, 2015).

Em março de 2015, por exemplo, o Judiciário paulista já possuía cerca de doze varas dedicando-se, exclusivamente aos casos de violência contra a mulher (RACY, 2015). Essas leis foram “editadas a partir de pressões de movimentos sociais” (POPULISMO PENAL, 2015). O deputado Jean Wyllys criticou, entretanto a troca do termo gênero pela palavra sexo, o que excluiria, por exemplo, mulheres transexuais (VENTURA, 2015) – ou transmulher (DINIZ, 2015). “Gênero foi palavra em disputa para aprovação da lei. Optou-se por falar em mulheres e abandonar gênero” (DINIZ, 2015). Como argumentou-se no Estadão, assim, “feminicídio é quando se morre pela condição de sexagem original da vítima. Só os corpos sexados como femininos ao nascer podem reclamar feminicídio” (DINIZ, 2015). Ainda assim, a lei foi sancionada

(MARTINS; MOURA, 2015) pela então presidente do Brasil em nove de março de 2015 (PROGRAME-SE, 2015) em evento no Palácio do Planalto contando com a participação de mulheres integrantes de movimentos sociais. Para Rousseff, o crime teria uma pena mais dura e seria uma política de tolerância zero face à violência em relação a mulheres brasileiras. (MARTINS; MOURA, 2015).

Mas qual a importância de se distinguir sexo e gênero? Eis que no texto legal, o termo gênero (que incluiria mulheres transexuais) foi substituído pelo termo sexo, o que restringe o texto, como vimos acima.

A pena maior para o crime de feminicídio levaria à crença num fortalecimento de políticas públicas, bem como de que haveria maior celeridade no julgamento dos casos, o que é questionável, já que comprovar um assassinato é diferente de se comprovar um feminicídio quanto mais “em razão de ser mulher”. O processo judicial pode, inclusive, se tornar mais moroso, embora se considerasse, à época de criação do crime, que se tornaria mais célere. Como crime hediondo, o feminicídio é punido com reclusão e não com detenção³⁶, cuja pena prevista é de doze a trinta anos. O aumento de pena — previsto nos casos de gravidez, parto, garotas e idosas) — é de um terço. Na reclusão, o crime hediondo obriga que o condenado venha a cumprir um período maior da pena em presídio de segurança máxima. E, ao se passar para o regime semiaberto, tem-se antes, que cumprir uma série de exigências (BRASIL, 1940; BRASIL, 1941)

É preciso compreender o que argumenta Judith Butler (2003) sobre “sexo” e “gênero”.

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” intérprete

³⁶ De acordo com o Código Penal (BRASIL, 1940): “art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado”.

somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois.[...] Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual age* a cultura. [...]. (BUTLER, 2003, p. 24-25, grifos conforme original).

É preciso enaltecer, por fim, que, segundo o Estadão, sabia-se “pouco sobre como as mulheres morrem de feminicídio” (DINIZ, 2015). Sabe-se, entretanto, que mulheres negras têm chance de ser alvo do crime de feminicídio três vezes maiores do que as brancas (DINIZ, 2015). E “a principal aposta da Lei do Feminicídio foi uma suspeita de que o Judiciário não punia os matadores [...] o Direito Penal não tem histórico de ser fraterno com as mulheres” (DINIZ, 2015). Mas o Código Penal (com a Lei do Feminicídio) busca salvaguardar a vida humana extrauterina (CAPEZ, 2017b). Resta, ao final, indagar: “quais vozes, de fato, serão ouvidas?”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei do feminicídio pode ser entendida com uma extensão da lei Maria da Penha por tratar do ápice daquela, ou seja, a vida humana extrauterina exterminada em razão de pertencimento da mulher ao sexo feminino a partir da violência doméstica, menosprezo e/ou à condição de mulher. Um homicídio qualificado que será analisado por um Tribunal do Júri justamente por ser um crime contra a vida humana. Assim, inserido ao ordenamento jurídico brasileiro através da Lei 13.104/2015 antes o assassinato de mulheres era tratado como um crime de homicídio já que não havia uma lei específica ao assassinato de mulheres naquelas condições, e, assim, não há crime sem lei que venha a defini-lo, nem pena sem que haja prévia cominação legal.

Neste artigo, com muitas ideias e argumentos ainda a serem desenvolvidos, buscou-se analisar se haveria um vínculo, uma relação, entre o feminismo e a elaboração de leis que dizem respeito à vida das mulheres; tais como o próprio

feminicídio, e a lei Maria da Penha que o antecede, e a lei de importunação sexual que o sucede. Questionou-se se o feminicídio teria provocado alguma alteração na sociedade brasileira, seja na criação, elaboração, promulgação de leis, como estas (as quais são em prol das mulheres), tendo sido possível inferir que sim. Algumas das reportagens foram, inclusive, bem diretas neste sentido. Outras, bem indiretas, entretanto, no que diz respeito a este vínculo.

É importante destacar que, desde suas origens, no Contexto da Convenção de Seneca Falls, o feminismo contou com a participação do sexo masculino, não sendo, portanto, um movimento exclusivo de mulheres, e sim, com adeptos. Mas sempre houve poucos homens envolvidos com questões feministas. O Ministério Público apoiou a Lei do Feminicídio, assim como a *change.org*. Inicia-se como um movimento organizado quando se dedica à questão do sufrágio universal; hoje lutando, também, de forma organizada, pela família (e seus diversos tipos), contra o patriarcalismo e o machismo. Descobrimos que os homens são os que mais cometem infrações, os que mais morrem em homicídios, os que mais agredem, os que mais usam drogas e, até mesmo, os que mais suicidam. Nos assassinatos de mulheres, descobrimos que as negras são as mais vitimadas. É uma contraposição.

O patriarcalismo e o machismo são tão inerentes à nossa sociedade que mulheres são (e devem ser, como entendem alguns) associadas a comportamentos dóceis enquanto os homens são associados a comportamentos agressivos, o que se reflete na sociedade com a replicação de nossas ações. Se o feminismo foi e é capaz de desestimular essas características, minguando-as, também, por via de consequência, é capaz de diminuir as formas de agressões. O feminismo tem conseguido, por exemplo, que as ideias originadas de nossos antepassados, as quais são errôneas, gerando violência sobre violências; se dissipem. Para tanto, teve que passar por um grande percurso até conseguir denunciar agressões (sociedade machista, patriarcal, desigual).

Os movimentos sociais como um todo têm essa capacidade de realizar mudanças sociais, alterações mentais, culturais. A própria elaboração do conceito de patriarcado tem cunho feminista. E é certo que o feminismo luta por direitos tão bem quanto por deveres igualitários. Infelizmente, ao contrário da Lei Maria da Penha, que pode ser aplicada a transexuais e às relações homoafetivas, o feminicídio não é aplicado a mulheres transexuais. Isso se dá com a ausência do uso da palavra 'gênero' e o uso da palavra 'sexo' (feminino) o que exclui grupos das transexuais de

serem protegidas pela lei (por esta lei). Embora a Lei Maria da Penha e a Lei do feminicídio se entrelacem em muitos pontos, neste elas se distanciaram, não protegendo mais as mesmas pessoas (já que uma lei é capaz de excluir as transexuais. E a outra lei, as inclui). Ambas, entretanto, tratam mulheres e homens de formas discrepantes; ambas são tidas por constitucionais, por tratarem desigualmente os desiguais, mas, para garantir a igualdade. A lei Maria da Penha coíbe a violência doméstica contra a mulher. A lei do feminicídio cria uma punição através de uma pena maior do que a do homicídio simples.

Tais leis, inclusive foram editadas a partir de pressões sociais (pode-se inferir até mesmo pressões internacionais oriundas do que se resultou a CEDAW). Essa questão, então, relativa às transexuais precisa ser revista, afinal quais vozes serão ouvidas? A sociedade ou um grupo que não representa mais aquilo que é tido por minoritário e que de fato pode até ser o entendimento majoritário? E deve ser revista por sua contradição: transexuais já alteram, inclusive a sua certidão de nascimento; alteram seu nome; usam o denominado nome social; com todo o devido respaldo legal.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; MALUF, Sônia Weidner. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 661, mar. 2012.
- ÁLVAREZ, Ana de Miguel. La construcción de un marco feminista de interpretación: la violencia de género. **Cuadernos de Trabajo Social**, Norteamérica, 18, nov. 2005.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico Acquaviva**. São Paulo, SP: Rideel, 2009.
- AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BRASIL. **Decreto nº 4.316, de 30 de julho 2002**. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 31 jul. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4316.htm>. Acesso em: 16 out. 2018.
- _____. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm> . Acesso em: 16 out. 2018.
- _____. **Decreto-Lei n. 3689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 03 out.1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm> . Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. **Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.** Código Comercial. CLB [s.l.] [s.d]. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0556-1850.htm>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 07 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Diário Oficial da União, Brasília, 24 set. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm> . Acesso em: 16 out. 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPEZ, Fernando. **Código Penal comentado.** São Paulo: Saraiva Educação 2016.

_____. **Curso de direito penal.** São Paulo: Saraiva, 2017.

CARDOSO, Daiene; REOLOM, Mônica Reolom; CASTANHO, William. Câmara aprova pena mais rígida e torna assassinato de mulher crime hediondo. Texto segue para sanção presidencial e pune com rigor menosprezo ou discriminação à condição feminina; tentativa é de reduzir mortes. **Estadão, O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 03 mar. 2015. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,camara-aprova-pena-mais-rigida-e-torna-assassinato-de-mulher-crime-hediondo,1643875>> Acesso em 11 out. 2018.

CASTRO, Roberto; RIQUEL, Florinda. La investigación sobre violencia contra las mujeres en América Latina: entre el empirismo ciego y la teoría sin datos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 135-146, Fev. 2003.

COLETTA, Ricardo Della; CARDOSO, Daiane. Dilma: Vamos melhorar política contra violência a mulher. A presidente Dilma Rousseff afirmou que a violência contra a mulher é uma questão "extremamente relevante para a democracia". "(A violência contra a mulher) é um mal que a sociedade precisa combater cotidianamente e em todas as áreas em que ela se manifesta", disse a presidente em sessão conjunta do Congresso Nacional. "É um mal porque pode comprometer e contaminar as relações entre as pessoas e sabemos que uma das coisas mais importantes se trata das relações que podemos criar dentro do País. Relações civilizadas, não violentas e respeitadas entre as pessoas", afirmou a presidente. **Estadão, Agência Estado**, São Paulo: 27 ago. 2013. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-vamos-melhorar-politica-contra-violencia-a-mulher,1068363>> Acesso em 11 out. 2018.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006.

DINIZ, Debora. Alcance não tão longo. A Lei do Feminicídio deve denunciar injustiças de gênero ou apenas punir matadores?. **Estadão, O Estado de S. Paulo**. São Paulo: 14 mar. 2015. Aliás. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,alcance-nao-tao-longo,1650511>> Acesso em 11 out. 2018.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAWKESWORTH, Mary. A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 737, set. 2006.

HOMEM, Maria Lucia. A mão do machismo. Reação a campanha publicitária mostra que as mulheres querem ser vistas como são – sujeitos, e não bibelôs ou bonecas infláveis falantes. **Estadão, O Estado de S. Paulo**., São Paulo: 28 mar. 2015. Aliás. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-mao-do-machismo,1659548>> Acesso em 11 out. 2018.

LEI MARIA DA PENHA FAZ diminuir em 10% a projeção da taxa de homicídios domésticos. Embora número de assassinatos de mulheres tenha crescido desde 2006, Ipea aponta que sem ela os dados teriam aumento ainda maior. **Estadão, O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 04 mar 2015. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lei-maria-da-penha-faz-diminuir-em-10-a-projecao-da-taxa-de-homicidios-domesticos,1644409>> Acesso em 11 out. 2018.

MARTINS, Victor; MOURA, Rafael Moraes. Dilma sanciona lei que altera código penal e tipifica feminicídio. Texto prevê pena maior se o crime ocorrer durante a gestação ou três meses após o parto; projeto foi aprovado na Câmara no dia 3. **Estadão, O Estado de S. Paulo**. São Paulo: 09 mar. 2015. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-sanciona-lei-que-altera-codigo-penal-e-tipifica-feminicidio,1647367>> Acesso em 11 out. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 10, n. 1, p. 23-26, Mar. 2005.

PASSOS, Aléxia Dutra Balona; JAYME, Juliana Gonzaga. Práticas feministas em Belo Horizonte: Encontros, consensos, dissensos. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 334-353, ago. 2018.

PERON, Isadora. Senado aprova inclusão do 'feminicídio' no Código Penal. Decisão foi considerada pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) como reação às recentes declarações do deputado Jair Bolsonaro. **Estadão, O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 17 dez. 2014. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,senado-aprova-inclusao-do-feminicidio-no-codigo-penal,1608910>> Acesso em 11 out. 2018.

PROGRAME-SE para esta segunda-feira: Dilma sanciona 'lei do feminicídio' e exposição de da vinci continua no sesi. Presidente recebe líderes da base no Planalto para tentar evitar novas derrotas no Congresso. **Estadão, O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 09 mar. 2015. São Paulo. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,programe-se-para-esta-segunda-feira-dilma-sanciona-lei-do-feminicidio-e-exposicao-de-da-vinci-continua-no-sesi,1646856>> Acesso em 11 out. 2018.

POMPEU, Carmen. Pena maior para feminicídio fortalece políticas públicas, diz Maria da Penha. Para ela, cujo nome batizou a lei que aumenta rigor de punições a agressores, proposta aprovada é um avanço na proteção à mulher. **Estadão**, São Paulo: 05 mar. 2015. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pena-maior-para-feminicidio-fortalece-politicas-publicas-diz-maria-da-penha,1644578>> Acesso em 11 out. 2018.

POPULISMO PENAL. Entulhado de regras que alteram punições sem maior rigor técnico, o Código Penal ficou ainda mais desfigurado com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que institui o feminicídio - uma agravante do crime de homicídio praticado contra as mulheres por razões de gênero, envolvendo "violência doméstica e familiar e menosprezo ou

discriminação à condição de mulher".. **Estadão, O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 07 mar. 2015. Opinião. Disponível em: <<https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,populismo-penal-imp-,1646297>> Acesso em 11 out. 2018.

RACY, Sonia. Em nome... . **Estadão**, São Paulo: 05 ago. 2014. Blog Direto da Fonte. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/em-nome-3/>> Acesso em 11 out. 2018.

_____. Mais mulher. **Estadão**, São Paulo: 08 mar. 2015. Cultura. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/mais-mulher/>> Acesso em 11 out. 2018.

SAYURI, Juliana. Essa tal feminilidade. 'Assédio no transporte público é um problema mundial. O vagão rosa é uma alternativa, se aliado a políticas de educação', diz historiadora. Entrevista com Mary del Priore. **Estadão, O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 09 ago. 2014. Aliás. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,essa-tal-feminilidade,1541172>> Acesso em 11 out. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VENTURA, Luiz Alexandre Souza. 'Feminicídio' e as mulheres com deficiência no Brasil. Para refletir sobre a igualdade, o Dia Internacional da Mulher, celebrado neste domingo, 8, é muito mais do que adequado, principalmente após a semana na qual foi aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados a inclusão do 'feminicídio' entre o crimes de homicídio qualificado. **Estadão, O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 08 mar. 2015. Brasil. Pessoas com deficiência. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/feminicidio/>> Acesso em 11 out. 2018.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 585, jan. 2005.

DIFICULDADES E DILEMAS DOS PROFESSORES INICIANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NA REDE PÚBLICA: A VOZ DO DOCENTE INGRESSANTE

Eliane Carneiro Araújo³⁷

Ana Maria Gimenes Corrêa Calil³⁸

Resumo: Este trabalho focaliza a situação vivida por professores ingressantes de um município do Vale do Paraíba, que se veem envoltos em múltiplos dilemas e dificuldades, decorrente da nova cultura e dos contextos escolares nos quais passam a se inserir. O objetivo é investigar o ingresso profissional de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental na rede pública, apresentando os desafios enfrentados pelos docentes na inserção profissional. Fundamentou-se em estudos de autores como Garcia (1999), Huberman (1995) e Tardif (2002) que abordaram o tema e apontaram para a urgente necessidade de as autoridades envolvidas nesse processo voltarem o olhar para o iniciante, investindo em políticas públicas que venham a minimizar os impactos do ingresso profissional. A investigação qualitativa deu-se em duas etapas: a aplicação de um questionário no formulário Google, encaminhado a Coordenação Pedagógica, que distribuiu o link de acesso às Orientadoras Pedagógicas e estas repassaram a seus professores iniciantes juntamente com as orientações previamente dadas pela pesquisadora explicando os procedimentos para responder o formulário. Obteve-se o retorno de 22 questionários, de um total de 145 professores iniciantes. Fez-se também um grupo focal com seis professores iniciantes atuantes na mesma unidade. A análise dos dados evidenciou a percepção dos professores iniciantes acerca de fatores que facilitam e dificultam o momento descrito pelos sujeitos como difícil, às vezes solitário, repleto de tensões, incertezas e muitas aprendizagens. Para alguns participantes da pesquisa, a falta de apoio de gestores e dos colegas, a indisciplina e o desinteresse do alunado são os maiores complicadores nesse princípio da inserção profissional.

Palavras Chave: Ensino, Profissão Docente, Anos Finais Ensino Fundamental.

1 Introdução

Aqueles que escolhem a profissão docente, em particular os que iniciam na rede pública, são potenciais candidatos a se depararem com desafio que vão além daqueles imaginados e são difíceis de serem enfrentados no início da carreira docente. Os ingressantes alegam que as salas de aulas que sobram para eles tralharem, são as mais problemáticas. Geralmente são superlotadas, onde há alunos

³⁷ Pedagoga, Psicopedagoga cursando Mestrado Profissional em Educação, pela Universidade de Taubaté. E-mail: elicaraujo@gmail.com

³⁸ Mestrado e doutorado em Educação pela PUC-SP, professora do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté. E-mail ana.calil@unitau.com.br

com necessidades específicas de aprendizagens, ou ainda as que os alunos apresentam problemas de comportamento. São salas que nem os professores mais experientes se dispuseram a encarar e agora são lançadas nas mãos dos novatos. Estes têm pela frente uma tarefa nada fácil, agravada exatamente por não dispor, ainda de preparo e experiência para assumirem realidades tão complexas. No entanto, são nas turmas mais difíceis que geralmente os iniciantes dão seus primeiros passos na docência.

Estudos de autores internacionais e nacionais revelam que começar nessa profissão requer muita perseverança até que seja superado o período de adaptação na função que inclui aprender a lidar na prática com a teoria, com a dinâmica do trabalho pedagógico e também a manter na sala de aula um ambiente agradável e harmonioso que possibilite aos alunos estabilidade para que a aprendizagem possa ocorrer.

Este estudo tem como finalidade debater acerca de como ocorre a iniciação na profissão docente, buscando ouvir de professores iniciantes, o que pensam a respeito dos desafios que enfrentam, das dificuldades enfrentadas e dos fatores facilitadores presentes neste processo de inserção na vida profissional. Com isso, pretendemos revelar as incertezas implícitas nesse momento marcante, buscando, ainda, indícios de como a escola e a gestão pública podem investir em políticas públicas de apoio ao ingressante.

1. Desafios da inserção na docência

Todo início tem suas complicações. Começar, implica adaptar-se, familiarizar-se à novas situações, pessoas, novos ambientes, e nesse caso em especial, à vida profissional. Na carreira de professor, essa situação se apresenta rodeada de muitas outras complicações devido ao fato de envolver pessoas, suas inconstâncias e a diversidades que impera no cotidiano de suas vidas.

Parto da premissa de que até bem pouco tempo atrás, no Brasil, a inserção profissional era uma temática pouco discutida, porém hoje ganha cada vez mais destaque, visto que vem sendo revelada por pesquisas de autores como Garcia (1999), que se dedicam a investigar o tema. Trata-se de uma problemática que necessita da atenção dos governantes no que se refere a criação e implementação

de políticas públicas visando atenuar as dificuldades nesse período da profissão conforme as descritas por Gatti, Barretto e André (2011).

Diferentemente do que ocorre em outras profissões, professores iniciantes enfrentam situações estressantes, no processo de inserção na profissão. Ao ouvir suas histórias e relatos, percebe-se a fragilidade em que se encontram devido à falta de apoio no período de adaptação à função. Esse fato leva muitos a desistirem da profissão escolhida inicialmente por terem suas expectativas frustradas envoltas em situações problemáticas que vão da convivência com colegas e equipe gestora, até aquelas ligadas à relação com alunos e a gestão da sala de aula. Compreender a vida do profissional e todas as fases pelas quais passa torna-se primordial para quem deseja seguir o caminho do magistério. Huberman (1995), destaca que muitos docentes em princípio de carreira se inserem em um ciclo no qual se dará a aprendizagem profissional.

A fase inicial, “entrada na carreira”, é repleta de descobertas. Nela, o sujeito passa pelo período de sobrevivência, exploração e estabilização. Geralmente ocorre nos três primeiros anos da profissão, podendo se estender até os seis anos.

Huberman (1995, p.39) destaca ainda que a “descoberta traduz o entusiasmo inicial” devido ao fato de finalmente se encontrar em “situação de responsabilidade” junto aos alunos e a sala de aula, situação desejada por muitos profissionais da área antes de assumir esse compromisso. Desse modo, o professor percebe-se parte de um grupo profissional como bem afirma o autor algo real e significativo a quem busca se integrar a uma profissão.

A fase foi classificada também pelo “choque do real”, pois o docente constata a “complexidade da situação” profissional vivida, distante da realidade até então conhecida e nunca vivenciada no período acadêmico. Por conta disso, o autor ressalta a relevância da observação da prática, pois a mesma pode propiciar ao estudante, oportunidade de observar inúmeras situações do cotidiano escolar, dentre as quais, as relacionadas as dificuldades de aprendizagem, bem como observar que tipo de estratégias e intervenções são validas para apoiar os estudantes nessas dificuldades e em outras, por exemplo, ligadas a questão da indisciplina citada como um problema que se multiplica a cada ano e torna a vida do iniciante mais difícil. Em decorrência disso, tanto Huberman (1995) quanto Garcia (1999), defendem a ideia de que, na formação inicial, deva ser priorizado a observação em instituições de base, onde o graduando pudesse vivenciar a prática de professores mais experientes.

A literatura evidencia ainda dois fatos observados nesse princípio que podem influenciar de forma positiva ou negativa a escolha profissional. No início o sujeito vê-se envolvido com as “descobertas” da profissão, vive o entusiasmo do momento, quando a experimentação e a exaltação podem levá-lo a engajar-se na profissão. Ao contrário disso, a sobrevivência revela o lado negativo da profissão, as situações complexas, o tatear constante, as preocupações consigo e com o outro, o distanciamento entre as ideias e a realidade do cotidiano escolar, a fragmentação do trabalho, enfim toda problemática revelada pode levar à opção de desistência do magistério dependendo de como o sujeito absorve este aspecto e de como se deixa influenciar por ele.

Sobre a inserção no magistério, Tardif (2000) disserta que o início na carreira se revela uma fase crítica em que ocorrem ajustes entre as experiências anteriores e a realidade do trabalho. É quando ocorre o “choque com a realidade”, “choque de transição” ou ainda “choque cultural”, gerado pelo “confronto inicial com a dura e complexa realidade” da atividade docente, marcada pela transição da vida de estudante, para a vida mais exigente, quando assume o trabalho docente.

O autor considera o início da carreira docente uma fase crítica, pois as certezas reveladas pela prática fazem com que o professor adote uma postura crítica em relação a sua formação universitária.

“O início da carreira é acompanhado também de uma fase crítica, pois é a partir das certezas e dos condicionantes da experiência prática que os professores julgam sua formação universitária anterior. [...] muita coisa da profissão se aprende com a prática, pela experiência, tateando e descobrindo [...] Ao estrearem em sua profissão, muitos professores se lembram de que estavam mal preparados. [...] Foi através da prática e da experiência que eles se desenvolveram em termos profissionais” (TARDIF, 2000, p.229).

De fato, muito da profissão se aprende na prática, no dia a dia. No entanto, cabe um adendo para a questão da formação que com o passar dos anos vem decaindo na função de formar para a docência. Hoje, professores despreparados adentram as escolas, por conta das implicações que envolvem o fazer docente permanecem por anos tateando na profissão. Desse modo, torna-se primordial a readequação da formação universitária, no sentido de oferecer melhor preparo ao professor provendo-o com bases sólidas, sustentados em pilares teóricos e metodológicos de forma a capacitá-lo para enfrentar o dia a dia na profissão docente

com mais bagagem técnica e estratégias de ensino - o que por vez, pode contribuir para tornar o princípio na carreira menos árduo e penoso.

Considerando os estudos de Simon Veenman (1984), discutido por Garcia (2010, p. 63), o choque da realidade condiz com um período no qual ocorre aprendizagens intensas na maioria das vezes, do tipo “ensaio e erro”, caracterizando-se por princípio de sobrevivência. O autor firma ainda que o choque está relacionado a “expectativas, estereótipos e condições de trabalho”, do tipo que causa espanto ao iniciante diante de algumas situações e problemas quando se vê responsável por uma sala de aula.

Marcelo e Vaillant (2012) definem a inserção à docência como “o período obrigatório de transição entre a formação inicial do docente e sua incorporação ao mundo trabalhista”; Garcia (1999) diz tratar-se da “transição de estudante para professores”. Para os autores, é de extrema relevância que os recém profissionais sejam acompanhados de perto por pessoas mais experientes nos primeiros anos de profissão.

O acompanhamento ao iniciante, não deve limitar-se apenas a uma avaliação ao final de cada ano conforme ocorre em muitas realidades. Muito se fala que este acompanhamento, deve ser muito mais abrangente implicando ações e estratégias pensadas tanto pela equipe gestora que o está acolhendo, como pelos muitos profissionais envolvidos com a educação e que atuam em outras instâncias da Secretaria de Educação. Estas equipes juntas teriam a responsabilidade de por um período, supervisionar, orientar, acompanhar, se aproximar do iniciante visando estabelecer laços de confiança e por meio dessa confiança, buscar conhecer possíveis necessidades do docente que muitas vezes devido as incertezas, as camuflam pelo medo de errar ou de expor suas fragilidades. Fato este, que é uma constante na vida de muitos iniciantes que sofrem críticas por serem questionados por outros profissionais mais experientes que não compreendem que o processo de formação docente não se encerra na graduação e que muitas vezes, o ofício só é plenamente compreendido por meio da prática e o que traria maior contribuição para o ingressante nesse momento da vida profissional, não seriam críticas, mas poder contar com a experiência dos colegas, visto que passa pela conturbada transição de estudante para professor mencionada pelos autores.

O acompanhamento mais importante nessa etapa, deve ocorrer no interior da escola. Em vista da proximidade, são os sujeitos que integram as equipes escolares

que mais têm a contribuir. Enquanto a troca com outros professores mais experientes pode se configurar rica fonte de conhecimentos da prática, a equipe gestora, pode contribuir orientado acerca de planejamentos entre outras questões organizacionais. No entanto, é fundamental que tanto o corpo docente, quanto a equipe gestora estejam dispostos a contribuir ajudando o iniciante a integrar no cotidiano escolar, desse modo, desempenham papel fundamental para a adaptação desse profissional recém chegado ao grupo.

O que se evidencia segundo Garcia (1999) é que o início da carreira docente é marcado por muitos desafios os quais causa inquietações e insegurança ao iniciante que precisa tomar a dianteira e dominar o conhecimento necessário para controlar a situação em que se encontra.

“É um período de tensões e aprendizagens intensivas em contextos geralmente desconhecidos [...] sendo necessário adquirir um conhecimento e competência profissional adequados num curto espaço de tempo.” (GARCIA,1999. p.113).

Esse período é então considerado problemático, envolvido por implicações como o despreparo para assumir suas atribuições, a adaptação na função e no trabalho junto aos alunos, a falta de confiança em si mesmo, a insegurança para lidar com as múltiplas situações do cotidiano escolar, além de aspectos ligados a falta de identidade profissional.

Garcia (1999), Huberman (1995) e Tardif (2000) revelam que os primeiros anos da profissão docente são considerados determinantes no que se refere a aquisição de experiências que definirão o perfil do professor, seu estilo de trabalho e sua identidade. Requerem do professor que este aprenda o ofício de aprender e ao mesmo tempo ensinar, fazendo uso da capacidade de adaptação às diferentes situações conflituosas do dia a dia.

Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de conhecer o universo que permeia a vida do professor iniciante do ensino fundamental, especificamente aqueles que lecionam nos Anos Finais, optou-se pela abordagem qualitativa, o que segundo André (2005, p. 47), tem por prioridade, investigar “o mundo dos sujeitos, os significados que atribuem às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de

interações sociais”. Desse modo, a abordagem possibilitou conhecer os sujeitos, promovendo rica interação no tocante as experiências vividas no cotidiano escolar resultando na obtenção de informações pertinente aos objetivos da pesquisa, proporcionando maior compreensão da realidade social dos participantes deste estudo.

O público alvo da pesquisa foi composto por professores efetivos em estágio probatório iniciando a carreira nos Anos Finais do Ensino Fundamental, atuando do 6º ao 9º ano, na rede municipal de um município da Região Metropolitana do Vale do Paraíba.

O questionário

Optou-se por fazer um questionário no formulário Google, considerando a praticidade do instrumento, bem como o fato de ser um facilitador quando se quer atingir um grupo geograficamente distante. O link gerado ao final da elaboração do questionário foi enviado à Secretaria de Educação, pois como exigência para autorização da pesquisa, solicitou-se que passasse por seu pessoal o modelo do questionário a ser aplicado. Ficou acertado que o Coordenador repassaria aos Orientadores Pedagógicos em reunião as informações sobre a pesquisa e o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicadas anteriormente pela pesquisadora a este profissional responsável por coordenar uma reunião mensal com as Orientadoras Pedagógicas. A Título de esclarecimento, explicita-se que o Orientador Pedagógico exerce a mesma função que em outras redes, seria a de Coordenador Pedagógico.

As Orientadoras Pedagógicas que aceitaram que seus professores iniciantes participassem da pesquisa, levaram para suas escolas um envelope contendo duas vias³⁹ do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Havia no envelope também o link de acesso ao questionário a ser respondido no Google drive. As Orientadoras, fizeram chegar a seus professores iniciantes, explicando a que se destinava a pesquisa, o documento e o link. Os professores responderam o questionário e enviaram de volta a pesquisadora.

³⁹ Uma das vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido destinava-se ao professor iniciante que iria participar da pesquisa enquanto a outra seria assinada e devolvida à pesquisadora.

Com esse recurso, foi possível conhecer o perfil dos professores, sujeitos da pesquisa, e o que pensavam a respeito de como vem sendo o princípio na docência e a concretização das expectativas em torno da profissão de escolha.

O Grupo Focal

Documentos solicitados na Secretaria de Educação revelaram que existiam duas escolas com dez professores iniciantes ambas no mesmo bairro. Para realizar o Grupo Focal foi selecionada aquela de acesso mais fácil, que atende alunos em tempo integral. O encontro contou com a presença de seis dos dez professores iniciantes da unidade, após autorização da diretora e do Orientador Pedagógico da escola que disponibilizou uma sala para que o encontro pudesse acontecer.

O momento trouxe à tona conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações. Os professores apresentaram diferentes perspectivas a respeito das questões discutidas, sem se deixar influenciar pelas ideias dos colegas. Para tabular os dados quantitativos, advindos da aplicação do Questionário e do grupo focal, fez-se a leitura um a um dos 22 questionários recebidos no Google drive, no intuito de familiarizar-se com os dados coletados. A análise dos dados permitiu a compreensão dos desafios enfrentados pelos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental, suas necessidades em relação aos alunos, no tocante a parte burocrática da profissão e no que diz respeito às inter-relações e interações do cotidiano. Contribuiu também para avaliar como estes sujeitos se sentem diante dos desafios no início da docência e em relação à escolha profissional. Veremos a seguir os desafios enfrentados por estes profissionais ingressantes.

Visando respeitar o anonimato e identificar as falas dos participantes, as do grupo focal serão seguidas das iniciais: P1, P2, até P6 e as daqueles que responderam ao questionário virão seguidas das iniciais: P1Q, P2Q, até P22Q, de acordo com o número de participantes.

O ingresso na rede e os desafios neste princípio

Na rede municipal pesquisada, falta um plano sistemático de inserção na profissão docente. No entanto, percebe-se a mobilização de agentes da Secretaria de Educação no sentido de desenvolver estratégias de acolhida aos profissionais

recém concursados, a exemplo, a integração que ocorre poucos dias antes do início do trabalho, onde todos os professores recém concursados participam de uma reunião de integração. Embora reconheça que deve acolher o iniciante, as ações da Secretaria Municipal de Educação na reunião inicial com os recém contratados, destina-se a explicar acerca das normas da rede, mas em um cenário idealizado pelos iniciantes, as orientações deveriam estar voltadas para a prática.

É necessário adotar medidas de integração do docente à profissão a exemplo das boas experiências que já ocorrem em outros países, o que minimizaria as agruras nesse momento “difícil” como descrevem os participantes do grupo focal.

A rede investe em qualificação dos docentes, porém, carece de uma política pública verdadeiramente efetiva de apoio ao ingressante. O gesto de reunir os docentes convocados no último concurso que assumiram suas cadeiras no início de 2018 talvez configure o indício da percepção por parte dos gestores públicos da necessidade de um momento de acolhimento a esse novo profissional recém contratado.

Algo importante de ser feito nesse princípio, é focar os objetivos do encontro naquilo que realmente é pertinente e traga, ao ingressante, informações básicas acerca da prática de como fazer a parte rotineira de sua função - rotinas, planos de aulas, registros. O recomendável, seria que esse iniciante pudesse passar um dia observando um outro colega trabalhando e fosse apresentado por este, ao serviço de professor. Durante este dia, o colega mais experiente poderia se encarregar de apresentar toda a dinâmica do trabalho do professor explicitando as particularidades do dia a dia que vão muito além do ensinar ou passar o conteúdo conforme relata uma professora.

A expectativa é que essa ação inicial se concretize e se torne uma prática efetiva - quem sabe se torne uma política da rede, pois isso vem de encontro com as reivindicações de 6 dos 22 professores que fizeram o questionário.

Os docentes relataram como se sentiram no período inicial e como se sentem hoje em relação a falta de apoio. Segundo disseram, sentiram-se mal, perdidos, ou desanimados nos primeiros anos e, hoje, perdura a sensação de ser deixado de lado com suas necessidades. Certamente ações bem planejadas de acolhimento serviriam para dar mais confiança a esse professor no sentido de superar os desafios nesse princípio e também para minimizar a sensação de solidão.

O que se pode perceber foi que tanto os participantes do Grupo Focal quanto os do questionário falaram das dificuldades enfrentadas e de como ficaram sem saber como proceder e a quem recorrer. Restou a eles sentirem-se esquecidos, assustados.

“[...] quando eu iniciei eu lembro que eu fiquei bem perdida”. (P1)

“[...] não sabia como agir”. [...] mesmo quando você tem planejamento todo bem montado quando você está começando algumas coisas saem do normal e aí você não sabe como agir. Você tem esse despreparo”. (P2)

“Eu achava que ser professor era passar o conteúdo que estudei na faculdade. [...] Quando você começa a vida de professor, você não tem claro o que deve fazer”. (P3)

Como podemos perceber, pelos depoimentos, ao assumirem a profissão, os iniciantes não estavam devidamente preparados. Os sujeitos pesquisados dão sinais que permitem a livre interpretação de que, nesse princípio, muitos não sabiam como agir junto aos estudantes.

Garcia (1999), Huberman (1995) e Tardif (2002) são alguns dos teóricos que dedicaram seus estudos ao ingresso profissional na docência e citam o “choque do real”, situação onde o sujeito se depara com uma realidade completamente distinta daquela imaginada. Os depoimentos revelam esse “choque” quando os sujeitos da pesquisa adentram o ambiente escolar e percebem o distanciamento existente entre a teoria e a prática.

O iniciante, que até então acreditava ser suficiente para ensinar apenas uma base teórica adquirida na formação universitária, se vê diante do dilema: o que ensinar? Como ensinar? Para quem ensinar? Tardif (2002, p. 82) define esse momento como sendo “o confronto inicial com a dura e complexa realidade do exercício da profissão, à desilusão e ao desencanto dos primeiros tempos de profissão e, de maneira geral, à transição da vida de estudante para a vida mais exigente do trabalho”.

Durante a transição, muitos enfrentam desafios diretamente relacionados ao desenvolvimento do trabalho docente, mas muitos outros problemas são alheios à aprendizagem dos alunos, à gestão das aulas e às questões burocráticas, no entanto, são muito comuns no cotidiano escolar nos dias atuais. Tal fato, exige grande dispensa de energia do professor quando se pretende fazer um bom trabalho. Os desafios do dia a dia não relacionados ao processo de aprender e ensinar, dificultam ainda mais a vida dos professores - especialmente aqueles ligados à indisciplina, como ocorre no cotidiano dos participantes da pesquisa.

Os dilemas do iniciante ligados a indisciplina

Os iniciantes ouvidos relatam que a escola onde atuam enfrenta sérios problemas ligados ao comportamento dos alunos e estes estão atrelados diretamente a um contexto social problemático. A situação se agrava, já que os professores recém ingressos não dispõem de experiência para prover-se de meios permitindo encontrar estratégias para agir e solucionar as diferentes situações que se apresentam diariamente na sala de aula.

“[...] quando eu cheguei aqui, eu fiquei bem assustada porque aqui, eles são de um perfil diferente, né?. São crianças mais carentes e eu já tinha dificuldades até por que eles são meio...como é que eu posso dizer... agressivos na maneira de falar. Então no começo eu enfrentei toda essa questão da disciplina [...] hoje a gente vê que não é só isso a gente tem que lidar com a parte humana principalmente aqui”. (P1)

“[...] eu era muito preocupada, eu achava que professor era passar o conteúdo que estudei na universidade, cumprir a matriz. [...] mas depois você percebe que não é isso, né? Eu tive muita dificuldade em relação a isso. Eu lembro que era chamada porque eu teria que olhar outras situações, ficar mediando as brigas, né? Aquelas discussões dos alunos”. (P3)

Estas dificuldades conflituosas vivenciadas pelos sujeitos, acima relatadas, nos remetem ao que cita Johnson e Ryan (1983 apud GARCIA, 1999), onde afirmam serem os professores “estrangeiros” em um espaço conhecido e desconhecido ao mesmo tempo, pois, nas horas que passam na escola no período inicial da formação, não são inseridos nos chamados “processos escolares”. Dessa forma, os estudantes, futuros professores, não se familiarizam com situações específicas do fazer do professor – tais como o que e como ensinar. Além disso, não se habitua aos problemas inerentes ao contexto escolar, resultando no despreparo manifestado pelos sujeitos da pesquisa ao ingressar na rede e na profissão.

Além dos desafios relacionados à prática docente e ao comportamento dos alunos, três dos professores do grupo focal manifestaram ter tido problemas durante o processo de inserção com relação à resistência dos alunos na sua chegada.

“[...] eu tive bastante dificuldade por conta de que eu entrei no lugar de outra professora que eles já eram acostumados. Então, eu tive o desafio de conquistar a classe primeiro” (P3).

Além de enfrentar a resistência de alunos, PGF3 enfrenta também resistência da gestão. Segundo declara, isso ocorre por ingressar quando o ano letivo já estava em andamento e também por ter assumido a vaga de outro profissional contratado por prazo determinado, com o qual a gestão se afeiçãoou. Além de inúmeros outros desafios, este é mais um a ser superado nesse princípio já tão controverso, onde figuram tantas adversidades.

“A efetivação na rede para mim foi bem desgastante, porque quando eu ingressei, quando eu entrei tinha uma professora muito querida da escola. Então, eu enfrentei uma resistência muito grande por parte da gestão. Eu me lembro que, no primeiro dia que eu vim entregar meus documentos, a gestora me disse ‘olha a gente tem uma professora ótima’ “. (P3)

Enfrentar a resistência de alunos já não é tarefa fácil e se torna ainda mais complicado quando parte da gestão também se mostra pouco acolhedora. Segundo o participante declara, essa problemática que tanto causa desconforto ao ingressante poderia ser evitada se os trâmites do ingresso ocorressem de maneira a permitir a iniciação na rede em consonância com o início do ano letivo.

É possível concordar com o ponto de vista desse participante. Pois, acredita-se que, desse modo, o concursado deixaria de ser visto como alguém que possivelmente pode estar tirando a vaga de outro colega, muitas vezes querido pela população escolar, evitando desconforto para todos os envolvidos. Nesse sentido, uma mudança nas ações da rede, no tocante ao período do ano em que são contratados os docentes efetivados, seriam suficientes para evitar esse tipo de contratempo que oneram ainda mais a vida do iniciante.

Para P1, a resistência que enfrentam também pode estar relacionada ao vínculo estabelecido com outros professores.

“[...] eles se identificam com o professor. E eles num ano eles te amam e no outro ano eles pegam outro professor e eles odeiam o outro professor porque têm vínculo com o antigo. [...] Aí depois eles já adoram o outro professor porque eles odeiam o professor antigo. Então é isso, eles têm afinidade com o professor, né”. (P1)

Segundo os pressupostos de Garcia (1999), os processos de aprender a ensinar perpassam pela maturidade intelectual, o que muitas vezes ainda não é possível ao iniciante recém-formado. Ao fazer análise do período da iniciação, Lucas Martin (1996 apud GARCIA, 1999, p 115) declara que iniciar no ensino, requer que o

professor seja inserido na cultura docente, integrando “conhecimentos, valores e símbolos da profissão”, integrando a cultura própria do docente, bem como situar e integrar o professor ingressante no meio social em que exercerá a atividade docente.

Ao analisar a situação dos professores ingressantes na rede, percebe-se que pode ter faltado, a estes profissionais recém contratados e efetivados, esta etapa na integração mencionada pelo autor. A integração daria ao novato um direcionamento acerca de suas atribuições e do fazer docente, situando-o no contexto, ajudando-o a compreender as expectativas e metas da escola e da rede no tocante àquela realidade, e no caso dos professores participantes do grupo focal os ajudaria a situar-se naquela comunidade específica, tendo em vista, o fato da escola se encontrar em situação de vulnerabilidade.

Desse ponto de vista, fica claro que a iniciação implica integrar-se também em um processo de aprendizagem que se estende ao longo da vida profissional e pessoal, visto que a docência constantemente coloca o professor diante de situações que remetem a busca por novos conhecimentos e saberes.

As necessidades mencionadas pelos docentes desse estudo dizem respeito não só a questões da gestão da sala de aula, mas também da falta de apoio diante dos conflitos presentes no cotidiano, durante suas primeiras experiências - aspecto que se sobressaiu nos depoimentos tanto de quem respondeu ao questionário quanto de quem participou do Grupo Focal.

Na fala dos professores, é possível perceber que a maioria, especialmente do Grupo Focal, sinaliza que a indisciplina e os problemas provenientes dela, incluindo a falta de apoio da gestão no gerenciamento destas, configuram um dos grandes geradores de dificuldades nesse período inicial da carreira. No caso específico dos professores participantes do Grupo Focal, o contexto onde a comunidade escolar está inserida contribui significativamente para a situação de indisciplina presente na escola. Os professores, pouco experientes, lidam diariamente com situações, originárias de contexto social cada vez mais problemático.

Ao analisar os problemas da indisciplina, no cotidiano escolar, Boarini (2013) salienta tratar-se de um problema complexo de fatores múltiplos advindos de domínios sociais, culturais, geracionais e políticos. Há fatores ligados a problemas familiares, à história de vida e à própria personalidade do indivíduo. Há fatores que derivam do estilo da liderança e gestão da escola e, ainda, da relação e interação pedagógica na aula. Para o autor, a problemática da indisciplina é tema a ser tratado

ainda na formação do professor, pois o problema não é alheio ao trabalho docente nos dias atuais - ao contrário, está cada dia mais presente nas escolas.

Boarini (2013) afirma ser necessário tomar essa questão da indisciplina como um “desafio”, buscando refletir e investigar acerca de sua origem. Essa reflexão não diz respeito somente ao professor, mas é uma discussão a ser feita unindo todos os segmentos da escola visto que o aluno não é problema exclusivo do professor, especialmente quando se trata do iniciante que ainda não possui experiência e talvez ainda não tenha se apropriado das estratégias que permita agir com eficiência na resolução de determinadas situações conflituosas.

Amado (2001) já dissertava sobre o assunto e destacava que a indisciplina escolar aflige muitos professores e tem se tornado um grande problema. Segundo o autor, é necessário às instituições formadoras de professores fazer com que esse tema faça parte dos conteúdos disciplinares, de forma a ser debatido amplamente e, assim, tornar-se parte dos conhecimentos essenciais dos futuros professores. A indisciplina escolar é uma situação atual, presente no cotidiano de muitas escolas de base como é o caso das escolas onde atuam os sujeitos ouvidos na pesquisa.

Se somados os participantes das duas etapas da pesquisa, quase 50% deles citam a problemática da indisciplina no seu dia a dia. Uma questão que, segundo o autor, deve começar a ser discutida ainda na formação inicial.

[...] a indisciplina escolar se tornou num dos problemas que mais aflige os professores [...] Não pode, pois, a formação inicial passar ao lado dela e, muito menos, deixar pairar a ideia de que se trata de uma fatalidade inevitável, irremediável e apenas fator de angústias e desânimo. O problema deve ser encarado e analisado objectivamente de modo a serem identificados os seus factores e de modo a que o (futuro) professor obtenha a competência mínima para lhe dar a resposta possível no plano pedagógico (AMADO, 2001, P.1)

Há que pesquisar, estudar, debater e conhecer os fatores geradores de indisciplina em busca de conhecimentos e soluções que minimizem seus efeitos e consequências no desenvolvimento do trabalho docente e na aprendizagem da maioria, sempre prejudicada pela ação de uma minoria.

A escola pública reúne grande concentração de alunos indisciplinados, que muitas vezes não percebem o direito a escola, não percebem que o sistema escolar pertence a um sistema educacional que forma o cidadão e que para garantir essa formação, tornou o ensino obrigatório. O jovem não percebe que a educação

oferecida nas escolas fora pensada para garantir que tenham oportunidades no futuro e que não só os professores trabalham para esse fim, mas cabe ao próprio estudante a responsabilidade maior por sua aprendizagem, pois tem um papel importante a desenvolver, no sentido de mover a engrenagem que mobiliza a construção de seu conhecimento. No entanto, os alunos que apresentam comportamento indisciplinados, parecem não compreender toda essa mobilização e reagem como se não fossem parte do processo de formação acadêmica.

O comportamento indisciplinado dos alunos tende a prejudicar tanto sua aprendizagem quanto a de outros estudantes, bem como o trabalho de professores e da equipe escolar que constantemente são levados a tirar o foco de suas rotinas em virtude das ações desses alunos indisciplinados. Jovens assim, estão cada vez mais presentes nas escolas e é comum, os professores iniciantes tê-los em suas salas de aula sendo mais um desafio a ser superado na fase mais complexa da profissão e para tanto, há que se acercar de inúmeros conhecimentos que venham lhes permitam trabalhar com esse novo perfil de aluno, especialmente os indisciplinados.

Discutir coletivamente os casos de indisciplina configura um tipo de ação da escola e de seus gestores, que desonera o iniciante e os professores de modo geral da responsabilidade única por alunos que trazem problemas para a sala de aula. Ações desse tipo viabilizariam a dinâmica das aulas, possibilitando que de fato o ensino ocorresse e a qualidade desse fosse mantida. Evitaria, também, queixas como as que foram relatadas no grupo focal.

“[...] o professor ele é sozinho ainda”. (P5)

Na fala de alguns professores iniciantes, os desafios nesse princípio de carreira, estão sendo a “pedra angular”⁴⁰ (P5). Através dos relatos, pôde-se constatar o quanto se sentem só diante dos desafios e das inúmeras dificuldades vividas. Segundo Mariano (2006), os sujeitos passam, nesse princípio, por três situações difíceis: o “choque da realidade”, a “sobrevivência” e a “descoberta”. Percebe-se que não há tempo hábil para os sujeitos se adaptarem às novas situações, nem que os movimentos e encaminhamentos da gestão sejam suficientes para suprir as

⁴⁰ A pedra angular é o elemento essencial que dá existência àquilo que se chama de fundamento da construção, era a pedra fundamental utilizada nas antigas construções. Seria a base sólida que um edifício necessita para conseguir chegar à altura programada, sem cair. No caso dos professores iniciantes é a base fundamental na qual se assenta a construção do conhecimento profissional em prol da superação dos desafios que se apresentam.

demandas existentes de forma a favorecer o ingressante diante de tantas inconstâncias.

Apoio ao iniciante: de onde vem?

No decorrer desse estudo, entre aqueles iniciantes que declaram terem tido apoio das equipes gestoras observa-se maior entusiasmo e segurança para enfrentar os desafios que se apresentam no dia a dia. Por outro lado, os professores que não obtiveram o mesmo apoio e enfrentam seus desafios diários na solidão de sua sala de aula, demonstram maior preocupação por ainda não terem clareza de como exercer a profissão ou de como agirem e de que estratégias devem lançar mão para solucionar os desafios da profissão.

De acordo com André (2012), o acompanhamento e a capacitação, disponibilizada ao iniciante, podem ajudar a reduzir o peso de tarefas e Afazeres inerentes a sua função de professor, necessárias e importantes ao processo de desenvolvimento profissional.

Para André (2012, p. 115), o iniciante não deve desanimar diante das contradições e dificuldades da pelas quais passa. Mas, deve buscar os “instrumentos e apoios necessários, sejam eles colegas mais experientes, ex-professores da universidade, ações oferecidas na escola ou em outros espaços formativos”. O que não pode, é se fechar na individualidade de seu espaço de trabalho, em situações frustrantes, desanimadoras que podem levar ao abandono da profissão muitas vezes desejada.

Abordando a questão da atuação do professor, Lima (2006) disserta que os iniciantes, se sentem só diante da ausência de ajudas das instituições e também por não contarem com quem possa socializar ideias no dia a dia.

Para Garcia (1999) a insegurança é uma característica desse período, agravado pelo fato de estarem exercendo novos papéis e também de viverem um período de intensas aprendizagens.

Assim como houve professor enfrentando desafios pela falta de apoio, foi possível perceber por meio dos relatos que na rede existem professores iniciando sua trajetória com tranquilidade justamente por terem encontrado profissionais que os apoiaram nessa jornada inicial.

Para esses professores, alguns fatores contribuíram para o êxito neste princípio,

A receptividade dos alunos e o apoio da liderança (P1Q).

O mais importante nesse momento inicial foi a acolhida por parte da equipe e professores e na paciência em responder a todas as minhas dúvidas (P8Q).

O apoio dos colegas e do Orientador Pedagógico (P20Q).

A disposição da equipe gestoras em esclarecer minhas dúvidas (P21Q).

A presença do apoio ao iniciante é significativa. Garcia (1999), Huberman (1998) e Papi (2011), são alguns dos muitos autores a enfatizar que a responsabilidade por promover apoio ao docente iniciante, não é exclusividade da escola, mas ´consiste em “um trabalho realizado em equipe, de maneira colaborativa, no qual os atores mais experientes procuram ajudar os novatos” os quais ajudam a si mesmos conforme afirma Mariano (2006, p. 25).

Cabem também aos órgãos, como a Secretaria de Educação, pensar ações e políticas para concretizar esse apoio no período de iniciação à docência evitando assim, que se torne apenas ações isoladas conforme ocorre hoje.

Mas, enquanto a rede se organiza para garantir políticas próprias de acolhimento ao iniciante, a exemplo do que já ocorrem em algumas cidades do Brasil e em outros países, podem se espelhar e se inspirar nos modelos apresentados por André (2012), colocados em prática no Espírito Santo, no Ceará e em Jundiá que preparam o iniciante por determinado período antes de iniciar sua jornada profissional. Tem ainda o programa de formação continuada trazido Calil (2014), implementado em Sobral/CE e o de Silva (2014), em Mato Grosso, com iniciativas pós ingresso de incentivo e complementação da formação.

Felizmente, os estados e municípios citados, contam com agentes educacionais, Secretarias de Educação e equipes gestoras que se preocupam em fazerem ajustes de modo a favorecerem a chegada desse profissional na escola auxiliando-os com apoio específico e diferenciado, facilitando sua entrada na carreira provendo-os com bases sólidas que sustentarão sua prática, especialmente nesse momento de fragilidades e inseguranças. Percebe-se a cada ano que passa, que o município pesquisado, também avança no sentido de oferecer a seus iniciantes, um ingresso mais humanizado.

Os primeiros anos da carreira docente podem se tornar mais fáceis ou difíceis. Isso vai depender de três situações básicas: da formação que tiveram, do apoio que recebem e das relações que estabelecem com outros colegas. É possível afirmar que no seio da escola encontram-se grandes apoiadores que possuem ampla experiência e que podem oferecer auxílio na falta do apoio do Coordenador Pedagógico ou de outros profissionais gabaritado da Secretaria de Educação. É possível contar com o professor mais experientes, como um profissional que pode se responsabilizar pelo iniciante, acompanhando-o conforme acontece na Colômbia no exemplo citado por Garcia (2011), no caso descritos por André (2012) e Vaillant e Marcelo Garcia (2012), que os nomeiam professores tutores.

De uma forma ou de outra, acredita-se nos pressupostos de Nóvoa (2009, p. 14) que revela “a formação de professores deve passar para ‘dentro’ da profissão, isto é, deve basear-se na aquisição de uma cultura profissional, concedendo aos professores mais experientes um papel central na formação dos mais jovens”.

Os melhores profissionais para ensinar ao iniciante sobre práticas do dia a dia, são os próprios colegas. Basta que se criem espaços para troca e programas onde um possa acompanhar de perto o trabalho do outro.

Outro profissional capaz de apoiar aos iniciantes citado pelos participantes da pesquisa são os Coordenadores Pedagógicos. Hoje, estes profissionais atuam na Secretaria de Educação, no entanto, acreditam na presença desse profissional contexto escolar. Essa presença seria importante no tocante ao conhecimento das necessidades específicas do público atendido.

Segundo declaram, a parceria com esse formador é essencial visto que se trata de um profissional específico da disciplina. No caso dos docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental a formação com esse especialista é o que de fato os auxilia, pois, a oferecida pela escola quase nunca trata de assuntos específicos de suas áreas diferentes do trabalho dos Coordenadores.

Outra importante parceria a ser estabelecida é com os professores da escola, os quais poderão contribuir de forma significativa com a prática do iniciante. Lima (2006) nomeou essa troca mutua de "rede de ajudas". O autor afirma ainda, que o professor se satisfaz ao aprender seu ofício com seus pares. Mizukami (2002) sugere que os professores devem fazer parte de ampla rede de “comunidade de aprendizagem”, que lhes sirva como ideia e lhes deem suporte que ampliem seus conhecimentos.

O que se sabe é que o professor tem a grande capacidade adaptativa e cabe a cada profissional buscar integrar-se à sua realidade valendo-se dos meios que torne seu dia a dia na profissão mais estável e menos árduo.

Conclusões

Conforme foi discutido ao longo dessa pesquisa, a inserção na docência é um período de intensas aprendizagens, complexo, repleto de medos, inseguranças e muitos desafios. Conforme revelou a literatura, a iniciação na docência se mostra a fase mais difícil da carreira, pois é quando o professor descobre que a escolha profissional, não se enquadra àquela que idealizou e, assim, enfrenta seu primeiro dilema: encarar a profissão escolhida com todas as suas implicações, tensões e dificuldades.

O contexto escolar configura um desses desafios. As escolas, hoje, buscam adaptar-se ao mundo moderno, mas parecem manter-se muito ligadas a costumes e a práticas do passado. O que não se enquadra ao perfil dos alunos presentes, hoje. Nesse sentido, percebe-se a importância dos processos formativos dando base para o enfrentamento dos desafios de tornar-se professor.

Os ingressantes participantes da pesquisa apontam lacunas na formação inicial e citam o estágio como sendo um caminho que poderia favorecer de forma positiva o ganho de experiência. Sugerem a criação de programa de apoio à inserção docente, como forma de suprir o isolamento nessa fase descrita por muitos autores como sendo decisiva à carreira.

Levando em consideração os dados desta pesquisa, vê-se que é possível pensar ações que permitam vislumbrar um futuro onde o professor iniciante seja melhor acolhido e que o início da carreira possa ser acompanhado por profissionais mais experientes ou por sua chefia imediata. Dessa forma, os impactos e dilemas diante do novo, poderiam ser minimizados nos primeiros anos da vida profissional.

Referências

AMADO, J. **A indisciplina e a formação do professor competente**. In Seminário Modelos e Práticas de Formação Inicial de Professores. Anais online (p. 1-19). Lisboa: Universidade de Lisboa. 2001.

ANDRÉ, M. Políticas e programas de apoio aos professores iniciantes no Brasil. Cadernos de pesquisa v.42 n.145 p.112-129 jan./abr. 2012

BOARINI, M. L. Indisciplina escolar: uma construção coletiva. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 17, Número 1, Janeiro/Junho de 2013: 123-131.

CALIL, A.M.G.C. A formação continuada no município de Sobral/CE. Tese de doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2014.

GARCIA, C. Marcelo. **Formação de Professores – para uma mudança educativa**. Coleção Ciências da Educação. Porto – Portugal: Porto Editora LDA, 1999.

GARCÍA, Carlos M. A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, António. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. p.51-76.

GARCIA, Carlos M. **Políticas de inserción en la docencia: de eslabón perdido a puente para el desarrollo profesional docente**. Santiago: Preal, 2011. (Documento do Preal, n. 52).

GATTI, B. A. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro 2005.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (org.) **Vidas de professores**. Portugal. Porto Editora. 1995. p. 31-61

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e incerteza**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, E. F. **Sobrevivência: No início da docência**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

MARIANO, A.L.S. início da docência e o espetáculo da vida na escola: abrem-se as cortinas. In: LIMA, E.F. (Org.) **Sobrevivência no início da docência**. Brasília: Liber Livros, 2006.

MIZUKAMI, M.G.N., et al. **Escola e aprendizagem da docência: Processos de investigação e formação**. São Carlos. Edufscar, 2002, p. 71-93.

NÓVOA, António. **Professores: Imagens do futuro presente**. Educa Lisboa, Instituto de Educação –Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009.

PAPI, S.O.G. **Professoras iniciantes bem-sucedidas: Um estudo sobre seu desenvolvimento profissional**. Tese de Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC, 2011.

SILVA, Mendes Solange Lemes da. **Práticas formativas em Mato Grosso sob o olhar de professores iniciantes**. 2014. Dissertação (Mestrado em EDUCAÇÃO) - Universidade Federal de Mato Grosso, Observatório da Educação.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice e RAYMOND, Danielle. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério**. Educ. Soc. [conectados]. 2000, vol.21, n73 [citado em 2018-04-08], pp.209-244. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

VAILLANT, D.; MARCELO, C. **Ensinando a ensinar: as quatro etapas de uma aprendizagem**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2012.

Agradecimentos em monografias: entendendo a persistência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ricardo Cortez Lopes

Resumo: esse é um estudo do fenômeno da persistência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir do estudo dos agradecimentos escritos em monografias produzidas nessa instituição de ensino superior. O objetivo é traçar categorias que mostrem a positividade da experiência na universidade, levantando também o quanto essas categorias jogam no espaço amostral. Foram obtidos 106 monografias, das quais foram analisados os seus agradecimentos. Foram obtidas e analisadas em suas recorrências 23 categorias, o que deu a entender que os alunos da UFRGS têm mais chances de se formar quando são lhes dadas condições adequadas para realizar pesquisa acadêmica, o que pareceu ser o valor mais movente.

Palavras-Chave: agradecimentos; UFRGS; persistência.

Acknowledgments in monographs: understanding persistence at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Abstract: This is a study of the phenomenon of persistence at the Federal University of Rio Grande do Sul, based on the study of the written acknowledgments in monographs produced at this institution of higher education. The objective is to draw categories that show the positivity of the experience in the university, also raising how much these categories play in the sample space. A total of 106 monographs were obtained and their thanks were analyzed. 23 categories were obtained and analyzed in their recurrences, which meant that UFRGS students are more likely to graduate when they are given adequate conditions to conduct research, which seems to be the most moving value.

Keywords: acknowledgement; UFRGS; persistence.

Introdução

Quando um pesquisador realiza uma revisão bibliográfica, muitas vezes ele se depara com monografias. Desse material, geralmente ele parte direto para o saber técnico. Isso pode ser ilustrado pela percepção de uma pesquisadora:

Estava cá eu pensando em belas palavras para dispor aqui [nos seus agradecimentos] e eis que me ocorreu que, dentro em breve, esta folha será mais uma dentre outras milhares de folhas escondidas dentro de livros esquecidos sob uma película de poeira em uma biblioteca qualquer (CALLONI, 2017, p. 4)

Elementos periféricos como os agradecimentos e a dedicatória geralmente são elementos de simples curiosidade ou são ignorados completamente. Não são matéria de estudo científico, ah não ser se o autor dos agradecimentos for famoso - nesse caso, o agradecimento não tem importância por si mesmo, mas sim pela trajetória do pesquisador. Mas e se esses elementos forem relevantes para um estudo sobre eles?

O texto busca explorar os agradecimentos das monografias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acreditamos que seus textos sejam reveladores na medida em que o perfil de quem tem sua monografia publicada é de concluintes de seus respectivos cursos. Assim, os agradecimentos mostram aquilo que foi mais relevante para a decisão de persistir e que mereceu o registro escrito e conhecer esses mecanismos ajuda a perceber o que a universidade oferece que já dá certo - e que pode ser ajustado para alcançar mais alunos.

A pesquisa parte do referencial teórico dos estudos de evasão e de persistência, e consistiu na análise quantitativa dos agradecimentos de trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações de mestrado e de teses de doutorado defendidos e publicados na plataforma da universidade, o Sabi. O material foi organizado a partir de categorias, as quais foram obtidas de maneira apriorística e aposteriorística. Foram analisadas 106 produções de alunos da UFRGS nesses diferentes níveis de formação e os resultados foram tabulados conforme são mostrados no texto.

Sobre a UFRGS, um breve panorama de sua história pode ser dado:

A UFRGS teve sua origem a partir da criação da Escola de Farmácia e Química na cidade de Porto Alegre no ano de 1895. Com o surgimento de novas escolas, como as de Engenharia, Medicina e Direito, estas se agregaram com o nome de Universidade de Porto Alegre (UPA) (NARVAZ, 2009). Foi no ano de 1947 que a UPA recebeu a denominação de Universidade do Rio Grande Sul e, a partir de 1950, através da Lei n. 1254 (BRASIL, 1950), passa a ser uma instituição de ensino superior de nível federal (CAVEDON, 2000), passando a se chamar Universidade Federal do Rio Grande do Sul (MEDEIROS, 2018, p.15)

Assim, entender a persistência na UFRGS se mostra um objeto relevante na medida em que essa universidade já participou de várias esferas governamentais e é uma instituição quase centenária. Vários quadros da intelectualidade brasileira foram formados nessa universidade, e ela também experimentou um processo de expansão

de vagas que colocaram-lhe novas questões para a própria formação de seus estudantes.

Optamos pelo cruzamento simples porque não queríamos perder a instituição UFRGS de dimensão. Poderíamos fazer cruzamentos por área de avaliação da CAPES (como veremos adiante), porém, como a amostra é pequena por cada uma delas e há muita variedade nas variáveis, optamos por fazer uma operação mais simples para daí extrair resultados significantes para o problema de pesquisa.

Referencial teórico: persistência, LUME, Agradecimentos e monografia

A universidade foi criada na idade média com um tipo de expectativa quanto à instituição e quanto ao aluno. No seu começo, a instituição era concebida como repositório do conhecimento humano, e o aluno como o receptáculo dessa herança.

Todavia, com o passar do tempo, esses papéis foram mudando. Dos vários papéis assumidos histórica e filosoficamente, o que mais nos importa é a que pensa a universidade como um local que possibilita a inclusão social e o aluno como um cidadão que tem o direito de estar nesse espaço.

É nessa seara que entender a evasão e a persistência passa a ser importante para as instituições. Isso porque se deseja que o aluno cole grau, e disto se tira que sua trajetória não é mais pensada em termos individualizados: a sua estadia na universidade não se relaciona apenas à sua capacidade intelectual, mas também a outros condicionantes, como a sua renda, por exemplo.

Assim, índices para medir o fluxo de alunos começam a ser elaborados. O ideal para gestores é construir o controle dos fenômenos da evasão e da persistência, para poder pensar em maneiras de manter os alunos com perspectiva de se formar em seus respectivos cursos. Mas o que seria evasão e, principalmente, a persistência?

A evasão é um fenômeno que possui vários níveis, mas se trata, em geral, da desistência da matrícula em alguma organização educacional. É possível problematizar bem mais o conceito, porém o que nos interessa mesmo é o outro lado dessa moeda, que é a persistência.

A persistência é o contrário da evasão, embora as dificuldades estejam ali tensionando a vontade do aluno de seguir no seu curso. Nesse momento, a persistência é uma atitude psicológica de ignorar ou suportar essas dificuldades e levar o curso a cabo (RAMOS, BOLL, 2018). Ou seja, diante da dificuldade são

encontrados outros motivos para se permanecer no vínculo. É o que acontece com quem realizou a monografia: ela descreve os apoios com muito carinho justamente porque encontrou dificuldades (essas nem sempre descritas). Assim, a pesquisa traduziu os agradecimentos em categorias que ilustram essa variedade de suportes, sejam eles econômicos ou psicológicos.

Já o LUME:

O Lume – nome próprio atribuído ao Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que significa manifestação de conhecimento, saber, luz, brilho – é o portal de acesso às coleções digitais produzidas no âmbito da Universidade e de outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou pelo seu caráter histórico, é de interesse da Instituição centralizar sua preservação e difusão [...] Tem por objetivo reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos, artísticos e administrativos gerados na Universidade, bem como às suas coleções históricas, e a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de suas coleções, embora não produzidos por ela, maximizando a visibilidade e uso desses recursos [...] Os documentos digitais que integram as coleções podem conter texto, imagem, vídeo e áudio, e são, em sua maioria, de acesso livre. Em alguns casos, o acesso é restrito à comunidade da UFRGS (REPOSITÓRIO, s/d)

Assim, o LUME corresponde a um ambiente que medeia o acesso as produções de pesquisa da UFRGS. Possui diversos filtros que garantem o acesso aos documentos e isso facilita a busca dos interessados no conhecimento técnico.

Quanto aos agradecimentos em uma monografia, de um ponto de vista formal estes podem ser descritos como:

O “Agradecimento” pode ser dirigido tanto a pessoas como também a empresas e instituições que de alguma forma contribuíram para a realização do trabalho [...] E justamente pelo fato de que cada trabalho apresentará um número variado de agradecimentos, então não existem limites de linhas para que o autor do trabalho possa expressar toda sua gratidão aos colaboradores (LUCAS, 2015)

Porém, uma das mestrandas cujos agradecimentos foram lidos teoriza sobre o que são agradecimentos. É claro que sua fala é um tanto “livre”, porém a reflexão é interessante:

[...] mas, nos gêneros discursivos acadêmicos, os agradecimentos são a nossa forma de nos desculpamos com as pessoas que amamos pelo tempo que não dispomos para elas durante nossa escrita e de

deixarmos um registro das pessoas que contribuíram, de alguma forma, com o trabalho realizado. Os agradecimentos poderiam se chamar “desculpas” (BOENEVIDES, 2018, p. 5)

Assim sendo, os agradecimentos são um momento de reconexão com quem teve de se afastar justamente por conta da feitura da monografia - daí a característica de “desculpas” no sentido de retratação. Assim, é um reconhecimento que é colocado em um papel para fixar este no espaço e no tempo (CERTEAU, 2012). Essa definição é muito interessante para abordar relações pessoalizadas, porém ainda há as relações impessoais, como a com as agências de fomento: a expiação estaria relacionada ao uso de recursos financeiros? Também é possível pensar o agradecimento como uma possibilidade de manter a rede acionada mesmo após a defesa do trabalho. Ao final do texto produziremos nossa definição desse fenômeno produzido.

Dos conceitos utilizados para a pesquisa, só resta o de monografia para ser explorado:

A monografia, como o seu nome indica, é um trabalho escrito sobre um tema delimitado, de forma aprofundada. Ao redigir uma monografia, o aluno estará produzindo um trabalho científico, trabalho este que, dependendo da sua qualidade, poderá vir a ser publicado [...] A monografia, significa, ainda, o relato escrito dos resultados de uma pesquisa empreendida, fazendo, pois, parte de um processo de pesquisa científica, que se inicia pela elaboração de um projeto de pesquisa. Temos então, ordenadamente, os seguintes passos para se chegar à monografia: o projeto da pesquisa, com todo o seu planejamento, a pesquisa propriamente dita, com a coleta, análise e interpretação dos dados; e, finalmente, os resultados obtidos na pesquisa, sob a forma de monografia (GOMES, 2016, p. 4)

Uma monografia, portanto, é a culminância de uma atividade investigativa, que pode se desenrolar para diferentes fins. Ela é construída através de uma busca sistemática, que envolve os processos já mencionados por Gomes. A UFRGS adota algumas denominações para suas monografias: o trabalho de conclusão de curso corresponde à graduação; a dissertação corresponde ao mestrado; e a tese se refere ao doutorado. Sabemos que os nomes variam de universidade para universidade, porém estabelecer isso para o espaço da UFRGS é o começo da coleta de dados.

Critérios para a formação da amostra

A amostra de agradecimentos foi montada a partir de alguns critérios. O primeiro dele são as áreas de avaliação da CAPES. Estas são como aparece nas figuras 1, 2 e 3. Foram dessas áreas que selecionamos os cursos:

Figura 1, 2 e 3: ciências da vida, ciências exatas, tecnológicas e multidisciplinar e Humanidades

▼ COLÉGIO DE CIÊNCIAS DA VIDA				
CIÊNCIAS AGRÁRIAS		CIÊNCIAS BIOLÓGICAS		CIÊNCIAS DA SAÚDE
Ciência de Alimentos		Biodiversidade		Educação Física
Ciências Agrárias I		Ciências Biológicas I		Enfermagem
Medicina Veterinária		Ciências Biológicas II		Farmácia
Zootecnia / Recursos Pesqueiros		Ciências Biológicas III		Medicina I
				Medicina II
				Medicina III
				Nutrição
				Odontologia
				Saúde Coletiva

✓ COLÉGIO DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINAR			
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA		ENGENHARIAS	MULTIDISCIPLINAR
Astronomia / Física		Engenharias I	Biotecnologia
Ciência da Computação		Engenharias II	Ciências Ambientais
Geociências		Engenharias III	Ensino
Matemática / Probabilidade e Estatística		Engenharias IV	Interdisciplinar
Química			Materiais

✓ COLÉGIO DE HUMANIDADES			
CIÊNCIAS HUMANAS		CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
Antropologia / Arqueologia		Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	Artes
Ciência Política e Relações Internacionais		Arquitetura, Urbanismo e Design	Linguística e Literatura
Ciências da Religião e Teologia		Comunicação e Informação	
Educação		Direito	
Filosofia		Economia	
Geografia		Planejamento Urbano e Regional / Demografia	
História		Serviço Social	
Psicologia			
Sociologia			

Fonte: <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>

Como afirmamos anteriormente, a base de dados que foi utilizada para fazer download foi a plataforma chamada LUME, da UFRGS. Digitamos nela os termos TCC, Dissertação e Tese e os primeiros resultados constituíram a nossa amostra. As categorias para análise foram definidas *a priori*, através da revisão bibliográfica, e *a posteriori*, com o inusitado emergente do material coligido:

Tabela 1: condição de coleta, categoria e descrição

Condição de coleta	Categoria	Descrição
<i>A priori</i>	Deus (LUCAS, 2015)	Quando aparece alguma menção a alguma divindade, sem importar a religiosidade.
	Universidade (LUCAS, 2015)	Quando a universidade é agradecida enquanto instituição
	Professores (LUCAS, 2015)	Quando os professores da instituição, orientadores ou não, são citados, seja enquanto docentes, seja enquanto parceiros de pesquisa.
	Parentes e Amigos (LUCAS, 2015)	Quando parentes consanguíneos ou pessoas declaradas como amigos ou colegas são citados.
<i>A posteriori</i>	Grupos de convivência	Grupos religiosos, de pesquisa ou de amizade.
	Setores da universidade	Setores em específico da universidade como unidades administrativas ou grupos de pesquisa registrados em agências de fomento.
	Animais de estimação	Animais domésticos e que serviram de companhia.
	Consortes	Pessoas envolvidas em relacionamento amoroso com o pesquisador.
	Revisores	Pessoas que lêem o texto antes deste ser submetido para a banca.
	Apoiadores externos à UFRGS	Quem prestou algum tipo de parceria científica.
	Experiência de Estágio/Bolsa/Pesquisa	A atuação profissional sendo citada como uma boa lembrança.

	Pesquisados/responsáveis por amostra	Pessoas que foram a amostra ou que eram responsáveis pela análise.
	Tutores	Alunos de ensino à distância mencionando os intermediários da relação professor-aluno, os tutores.
	Intercâmbio	Momentos de saída do país, seja com ou sem bolsa para esse fim.
	Cursos pré-vestibular como aluno	Menções aos cursos pré-vestibulares no qual os alunos foram discentes. Trechos que citaram a participação em cursos dessa natureza como professor foram realocados para a categoria.
	Governo	Menções ao governo brasileiro, ao seu povo ou aos seus contribuintes foram contadas nessa categoria.
	Banca de avaliação	Menções aos integrantes da banca. Foram considerados tanto menções mais globais ("a banca") quanto as individuais.
	Agência de fomento	Recorrência dos nomes CAPES e CNPQ.
	Alunos de Iniciação científica	Alunos de iniciação que foram citados como experiências satisfatórias no decorrer da monografia.
	Qualificação	A qualificação do projeto ou do capítulo se mostrando como um momento em que direções são apontados.
	Apoiadores no trabalho paralelo	Alunos trabalhadores que citam dispensas nos seus empregos para poder dedicar-se completamente ao curso correspondente.
	Todos não citados	Pessoas que não foram citadas ou que colaboraram indiretamente com a tessitura da respectiva monografia.
	Sem agradecimentos	Monografias que não apresentam nenhuma página ou citação de agradecimentos.

Fonte: autoria própria

As chaves para procura no banco de dados do LUME foram “Trabalho de conclusão [curso x]”, “Dissertação [curso x]” e “Tese [curso x]”. O último critério era a disponibilidade online do documento, pois não tomamos contato com documentos físicos. A partir disso, geramos o seguinte banco na tabela 2:

Tabela 2: Área, cursos, e monografias que foram investigadas

Área	Cursos	TCC	Dis	Tes
Ciências Agrárias	Ciência dos alimentos	x		
	Ciências Agrárias			
	Medicina Veterinária			
	Zootecnia/Recursos Pesqueiros			
Ciências Biológicas	Biodiversidade	x		
	Ciências Biológicas			
Ciências da Saúde	Educação Física			
	Enfermagem	x		
	Farmácia			
	Medicina	x		
	Nutrição		x	x
	Odontologia			
	Saúde Coletiva			
Ciências Exatas e da Terra	Astronomia/Física			
	Ciências da Computação			
	Geociências			
	Matemática / Probabilidade e Estatística			
	Química			
Engenharias	Engenharia Civil			
Multidisciplinar	Biotecnologia	x		
	Ciências Ambientais			
	Ensino	x		
	Interdisciplinar	x	x	x
	Materiais			
Ciências Humanas	Antropologia/arqueologia	x	x	x
	Ciência Políticas e Relações Internacionais			
	Ciências da Religião e Teologia	x	x	x
	Educação Física			
	Filosofia			
	Geografia			
	História			
	Psicologia			
	Sociologia			
Ciências Sociais Aplicadas	Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo			
	Arquitetura, Urbanismo e Design			
	Comunicação e Informação			
	Direito			
	Economia			
	Planejamento Urbano e Regional/Demografia	x	x	x
	Serviço Social			x
Linguística, Letras e Artes	Artes			
	Linguística e Letras			

Fonte: autoria própria, preservando a identidade das monografias analisadas

As colunas que estão marcadas com um “x” indicam dados não encontrados, e isso acontece porque a UFRGS não possui o curso ou o curso é tão recente que ainda não havia defesas de monografia até a data do levantamento dos dados. Desse corpus selecionado foram obtidos os seguintes resultados.

Análise dos resultados

As recorrências foram apresentadas dentro de uma relação entre categorias, número bruto de recorrências e a incidência percentual das mesmas. Ressaltamos que o critério de apresentação é o da ordem como elas foram surgindo no texto, com exceção das categorias *a priori*. Vamos analisar cada uma das variáveis a sua vez, e daí tirar uma reflexão mais ampla ao final. Apresentamos essa dinâmica na Tabela 3:

Tabela 3: recorrências e seu percentual em relação as categorias de análise

Categoria	Número bruto de recorrências	Incidência Percentual (%) nas monografias do corpus
Deus	20	19
Universidade	20	19
Professores da UFRGS	88	83
Parentes e Amigos	80	75
Grupos de convivência	56	53
Setores da universidade	51	48
Animais de estimação	4	4
Consortes	45	42
Revisores	21	20
Apoiadores externos à UFRGS	29	27
Experiência de Estágio/Bolsa/Pesquisa	25	23
Pesquisados/responsáveis por amostra	26	24
Tutores	2	2
Intercâmbio	5	5

Cursos pré-vestibular como aluno	2	2
Governo	7	7
Banca de avaliação	23	22
Agência de fomento	24	23
Alunos de Iniciação científica	9	9
Qualificação	4	4
Apoiadores no trabalho paralelo	14	13
Todos não citados	14	13
Sem agradecimentos	9	9
Total de monografias	106	100%

Fonte: autoria própria

Cumpramos ressaltar que seria possível ainda realizar agrupamentos secundários como domésticos, de socialização, outros ligados a consecução da pesquisa e outros ligados a atividades paralelas. De qualquer maneira, vamos analisar em ordem decrescente de percentual.

A categoria que mais apareceu foi a dos Professores da UFRGS, que surgiram em 83% das monografias. Assim, a maioria esmagadora dos agradecimentos citam os professores, e isso mostra a importância deles no processo de conclusão dos cursos, pois eles viabilizam a consecução da pesquisa e muitas vezes apresentam-se como suporte emocional. Foram citados menos os professores em sala de aula, o que dá a entender que estar engajado em uma pesquisa - mesmo que seja para a integralização de créditos - é um forte fator de continuidade no curso.

Os Pais e Amigos apareceram em 75% do corpus. É importante ressaltar que, nessa categoria, quase todas as menções foram à família nuclear de criação: pais, irmãos, algumas vezes avôs. Uma parte menor do material citou filhos - o que parece apontar para uma postergação ou não vivência da paternidade durante os estudos formais - ou parentes da família expandida, como primos. Isso parece apontar

que existe uma espécie de perfil de pais que colabora para que o aluno persista, resultado que dialoga com estudos de Bourdieu sobre reprodução social (BOURDIEU, 1974).

Quase metade das monografias (53%) relatou grupos de convivência como vitais para a consecução dos trabalhos finais. Nesta categoria são descritos colegas de curso, e poucas mencionaram colegas de disciplinas cursadas em separado. Ou seja, a integração social (KEMBER, 1995) com colegas parece ser um aspecto muito importante para a maioria da amostra, porém parte significativa não mencionou ou não considerou essas camaradagens essenciais para o término do curso.

Podemos observar, mais adiante, que o aluno que persiste possui uma relação um tanto abstrata com a entidade universidade como um todo, e a amostra apontou que os setores da universidade são os mais importantes para os concluintes (48%), atribuindo-lhe agilidade em procedimento ou mesmo possibilidade de troca de saberes sobre sua área. Acerca desse segundo aspecto, são mencionados muitos grupos de pesquisa sancionados pelos órgãos de fomento, que não são iniciativas espontâneas - pois se o fossem, seriam lidos na categoria dos grupos de convivência.

Um pouco menos da metade da amostra aludiu aos seus consortes (42%). A apresentação quase sempre era do primeiro nome (não apelidos) e mais relacionado a questões emocionais do que técnicas. Isso parece apontar que a universidade, com seus grupos de estudos e professores, consegue suprir a necessidade intelectual, e a necessidade afetiva de um relacionamento de base amorosa aparentemente não é tão decisiva na conclusão.

A seguir são citados Apoiadores externos à UFRGS, presentes em 27% das monografias. Isso significa que as redes são fortes e efetivamente facilitam a obtenção dos resultados em pesquisa - essa sim bastante incidente para conclusão dos cursos. É de se ressaltar, no entanto, que a maioria dos relatantes eram laboratoristas, o que mostra que as diferentes qualidades de laboratório colaboram significativamente para a consecução das pesquisas - a proximidade física deles, no campus do Vale, deve jogar algum papel nessa relação. Mas isso nos é impossível de alcançar a partir de nossa amostra.

É interessante que, mesmo que o tranquilo processo de pesquisa tenha se apresentado como extremamente relevante para alunos concluintes, apenas 24% das monografias citaram Pesquisados/responsáveis por amostra. Isso pode significar que julgar positivo o acesso às amostras é considerado como uma obrigação dos

envolvidos e não como gentileza. De qualquer maneira, concluir o trabalho com mais facilidade parece permite criar condições de persistência, pois o aluno da UFRGS aparenta estar preocupado com seu legado de pesquisa.

As agências de fomento apareceram bem pouco, com 23%. Mesmo levando em conta que é mais na pós-graduação que há subsídio de pesquisa, ela poderia aparecer mais, pois cerca de $\frac{2}{3}$ da amostra era de monografias de pós-graduandos. Talvez essa não menção se deva ao fato de que ainda não estava em execução normativas que obrigam o aluno a citar agência de fomento justamente nos agradecimentos. Talvez o concluinte da UFRGS encare o serviço da agência de fomento como uma prestação de trabalho, e que sua monografia seja o “pagamento” correspondente. A gratidão, nesse caso, parece brotar do relacionamento não-obrigatório, ou talvez de alguma ascendência socioeconômica.

Outro aspecto relacionado com a dimensão intelectual é a Experiência de Estágio/Bolsa/Pesquisa, que compõe 23% da amostra. A atuação na área escolhida apareceu como estaticamente relevante para a persistência, mesmo que seja uma tarefa a mais com que o aluno tem de lidar para integralizar o curso. Assim, o contato direto joga um papel importante, mas não isolada da interação com o professor.

A Banca de avaliação cumpre papel de destaque em 22% das monografias investigadas. Ressalta-se que quem demonstrou mais apreço pela banca de avaliação foram os pós-graduandos, o que se relacionam também com a pesquisa “pura” mais do que com a atuação profissional na área escolhida. Assim, a banca, mais do que avaliar, parece também construir a pesquisa e a própria identidade do pesquisador, o que contribui para a permanência.

Revisores apareceram em 20% dos casos. É de se ressaltar que os revisores não foram caracterizados como profissionais, mas sim são pessoas que sempre estão encaixadas simultaneamente em outras categorias. Assim, parece que da defesa da monografia parte uma identificação com a área; mas a intermediação da banca foi encarada com mais seriedade através desses revisores. Ou seja, a confiança na formação parece ser bastante constante nos concluintes, o que os faz contar, na maioria, apenas na revisão do orientador.

Uma das categorias a priori foi a de Deus, que apareceu em 19% do *corpus* analisado. Cabe aqui ressaltar duas menções religiosas, uma a destino e outra ao universo foram realocadas aqui. Levando em conta que alunos da UFRGS já expressaram possuir uma maioria religiosa (LOPES, 2016, LOPES, 2015), parece-

nos que há um ocultamento da figura religiosa da dimensão pública. Esse dado aponta ou para uma separação pressuposta entre pesquisa e religião ou para um desejo de ocultamento para o cumprimento de protocolo social. O conjunto de estudos comparados, no entanto, parece apontar mais para a segunda possibilidade, o que reforça a necessidade de o conhecimento da UFRGS adentrar a vida prática do aluno para poder não colidir com a sua prática religiosa.

Portadora da mesma porcentagem (19%) é figura da Universidade. Geralmente, ela aparece citada a partir da expressão “ensino gratuito e de qualidade”. Cumpre ressaltar que a maioria das monografias que a utilizam são de pós-graduandos, restando a maioria esmagadora de citações a setores da universidade. Assim, a experiência com a universidade parece ocorrer na abstração do corpo maior, o que aponta que há uma fragmentação e que as áreas parecem se conversar pouco, algo que é uma contradição com alguns valores da própria universidade (Na tese fala sobre isso). Assim, a persistência parece estar muito mais ligada a ações pontuais do que a construção de uma identidade enquanto UFRGS.

A partir de agora, vamos confrontar as categorias que tiveram recorrências menos expressivas do ponto de vista estatístico. Apoiadores no trabalho paralelo apareceram em 13% dos casos, e geralmente foi relatado que apenas na pós-graduação houve dispensa de serviço - esse de feitiço público - para concluir a escolarização. Ou seja, o trabalho paralelo prejudicaria poucos alunos, o que pode indicar que muitos podiam se dedicar apenas a pesquisa - o número de agradecimentos aos pais daria suporte para essa hipótese. A categoria Todos não citados também obteve 13%, o que indica que os alunos não se sentiram completamente contemplados com quem citou diretamente. Assim, para entender completamente a persistência, seria necessária também entrevista em profundidade. 9% da amostra apontou para a importância dos Alunos de Iniciação Científica (a maioria esmagadora em teses), porque só eles podem ter orientados. A relação, assim, parece ser a de trabalhar o conhecimento técnico por um outro ângulo, o professoral, numa projeção da carreira acadêmica de orientador. Seguido do aluno de Iniciação vem o Governo (7%), e geralmente se referiam mais ao povo brasileiro ou ao contribuinte. Isso mostra uma vontade de responder à esfera civil, então é uma atividade um tanto parecida com a das agências de fomento. O Intercâmbio (5%) também apareceu pouco, mas provavelmente porque não é um programa com um acesso massificado - tal afirmação pode ser feita porque os relatos

apontam que estar em outros países parece ter sido uma experiência bastante gratificante. Animais de estimação apareceram pouco (4%) na amostra, o que parece reforçar que a família do aluno concluinte realmente ocupa um bom espaço na saúde emocional. A qualificação também aparece com 4% de ocorrência, mesmo sendo obrigatória em todos os cursos de pós-graduação, o que talvez aponte para um esgotamento da forma de a conduzir. As últimas categorias somaram também 2% cada: Tutores - dado que os cursos EaD possuem elevado índice de evasão, esse dado aponta para a presença dos tutores como uma grande possibilidade de incrementar a permanência nos cursos - e a frequência aos Cursos pré-vestibular como aluno (2%) - poucos concluintes relataram experiências ligadas a instituições prévias como relevantes, o que só reforça a distância entre o conhecimento escolar e o universitário. Isso pode indicar que esses níveis de ensino são ignorados em prol do saber técnico atual.

Os dados apontam que os alunos relataram muitos aspectos relacionados à viabilidade de sua atividade de pesquisa. Outros aspectos relacionados com suas vivências mais pessoais - tirando a família nuclear - não receberam tanto peso estatístico. Isso significa ou que estes são omitidos em uma regra implícita ou realmente eles não jogam um papel tão relevante.

Considerações Finais

Nesse artigo buscamos estudar os agradecimentos de alunos em suas monografias finais, com o objetivo de entender alguns aspectos ligados à sua persistência dentro da universidade. Assim, pudemos observar que a parte técnica está bastante em evidência, principalmente na figura do professor, que aparece como orientador e como docente. Outros aspectos mais relevantes estão ligados com a relação positiva com a família nuclear. Assim, o perfil mais geral do concluinte parece ser a de um indivíduo que possui apreço pela investigação, é auxiliado para tal e pode se dedicar a ela. Curiosamente, o interesse parece ser apenas por sua área, porque a universidade em sua integralidade não é tão referenciada quanto os setores com os quais os concluintes tomam contato direto.

Assim, se se quiser aumentar as possibilidades de persistência, talvez a universidade tenha de investir na capacitação técnica dos alunos em suas áreas, mas isso não pode ser feito apenas em sala de aula. É preciso construir toda uma rede

que não se quer apenas educativa, mas também operativa. Os relatos dão conta que executar um papel dá um sentimento de autoria ao aluno, que se sente, provavelmente, estimulado a concluir seu curso. Assim, o velho modelo de bolsas de pesquisa e a massificação podem explicar parte da evasão: não conseguir participar nessas esferas pode contribuir para o abandono de diversos alunos, que não experimentam a condição de autoria.

Ressaltamos que essa pesquisa possui inspirações foucaultianas no sentido de estranhar o que é de convívio usual. Os agradecimentos são elementos que não são aproveitados para pesquisa e que são subjacentes a ela, são um apêndice dispensável. Assim como na época de Foucault se estranhava que a ciência abordasse objetos como o manicômio e a prisão. Entendemos que estudar o que não se considera objeto pode ser uma maneira de se contribuir a longo prazo com a ciência, embora isso tenha seu ônus correspondente, principalmente com os pesquisadores do presente.

Cabe também tentar formular o que é um agradecimento a partir da pesquisa empírica. O agradecimento nos parece como a tentativa de fixar e alimentar uma rede que o aluno considera de colaboração, e o que é dado é justamente a eternização do nome do citado dentro de um repositório de pesquisa. É uma maneira de abrir parcialmente a caixa preta da pesquisa, mostrando o lado humano do que é feito para transcender o humano. É como se fosse uma tatuagem no continuum da ciência, o que faz os envolvidos participarem de algo maior. A pesquisa é viabilizada pela universidade abstrata e vai ser aproveitada pela sociedade abstrata. Mas quem esteve por perto não é abstrato e merece ser eternizado naquela impressão.

Concluimos esse texto com a reflexão de que o sentimento de obrigação satisfaz, porém não é tão marcante quanto o sentimento de agradecimento. Talvez por essa razão a UFRGS como instituição tenha sido tão pouco lembrada nos agradecimentos: é sua obrigação prover a educação a nível superior. Todavia, considerar esse papel como obrigação também tira um pouco do sabor da conquista, pois ao agradecimento podemos retribuir, mas sobre o dever cumprido só conseguimos não censurar.

Referências

BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. ***A escrita da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira da República Velha: a luta contra o enclausuramento de o preconceito linguístico***. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2018.

BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CALLONI, Raquel. **Predição de função de RNAs não codificantes característicos do estado tronco embrionário humano através de ferramentas de bioinformática**. 2017. 261 f. Tese (Doutorado em Biologia Celular e Molecular). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Biociências. Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular, 2017.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GOMES, Maria Paulina. **MANUAL PRÁTICO PARA ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIA**. Rio de Janeiro: FACHA, 2016. Disponível em: https://www.facha.edu.br/pdf/tcc/MANUAL_MONOGRAFIA_2017.pdf . Acesso em 06/11/2018.

KEMBER, D. **Open learning courses for adults: A model of student progress**. Englewood Cliffs, NJ: Educational Technology Publications, 1995.

LOPES, Ricardo Cortez. **A situação da religião com relação a universidade laica: uma análise a partir da perspectiva dos atores**. 231 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2015.

____; WEISS, Raquel Andrade. Uma "laicidade interacional"? Norma constitucional e expressão religiosa em uma universidade pública do Brasil. **Seculo XXI**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 145, 2016.

LUCAS. **Como fazer AGRADECIMENTOS nas Normas ABNT**. Blog Normas da ABNT. 2015. Disponível em: <https://www.normasabnt.net/agradecimentos-abnt/> . Acesso em 15/10/2018.

MEDEIROS, Thais. **A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DA UFRGS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, 2018.

RAMOS, Wilsa; BOLL, Cíntia Inês. Evasão e Persistência. Persistência e Evasão. In: MILL, Daniel (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. Campinas: Papirus: 2018.

REPOSITÓRIO Digital – LUME UFRGS. **Escola de Engenharia**. Sem Data. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/engenharia/wp/lume/> . Acesso em: 15/10/2018.

MOVIMENTO FEMINISTA E PARTIDOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES EM 2018: ANÁLISE DO CENÁRIO RIO GRANDENSE

Gabriela Luiz Scapini⁴¹

Amanda C. Cegatti⁴²

Mayara Bacelar Rita⁴³

Resumo: Este artigo trata da relação entre os movimentos feministas e os Partidos Políticos do Rio Grande do Sul. Com base nos aportes das teorias feministas, prioriza-se a análise das Organizações de Mulheres nos Partidos Políticos de distintos eixos ideológicos e as candidaturas autodeclaradas feministas para deputada estadual e federal, nas eleições de 2018. Para tal, realiza-se a análise de *sites* oficiais e demais informações em redes sociais, tanto das candidatas quanto das Organizações, além de entrevista com as mesmas. O estudo permitiu identificar aproximações e distanciamentos com pautas feministas nas Organizações, bem como as bandeiras convergentes nos distintos eixos ideológicos. Por fim, foi possível apreender a trajetória de militância das candidatas e suas principais bandeiras, além da atenção dos partidos às suas candidaturas, refletidas em seu financiamento de campanha e, conseqüentemente, nos votos por elas recebidos.

Palavras-Chaves: Movimentos Feministas; Eleições; Partidos Políticos.

Abstract: This article is about the relation between feminist movements and the Political Parties in Rio Grande do Sul. Based on the contributions of feminist theories, it prioritizes the analysis of the Organizations of Women in the Political Parties of different ideological axes and the self-declared feminist candidacies to state and federal deputy, in the 2018 elections. To do so, we analyze official sites and other information in social networks of the candidates and the organizations, in addition to interviews with them. The study allowed to identify approximations and distances with feminist guidelines in the Organizations, as well as the converging priorities in the different ideological axes. Finally, it was possible to perceive the militant trajectory of the candidates and their main demands, besides the attention of the parties to their candidacies, reflected in their campaign financing and, consequently, in the votes received by them.

Keywords: Feminist Movements; Elections; Political Parties.

INTRODUÇÃO

No período recente, observa-se uma série de manifestações de movimentos feministas organizados em diferentes espaços da sociedade civil, entre os quais, o “feminismo na *web*” (FERREIRA, 2015). Percebe-se a existência de “feminismos”

⁴¹ Mestra em Ciência Política pela UFRGS e Doutoranda em Sociologia pela mesma universidade. E-mail: gabriela_scapini@hotmail.com

⁴² Mestra e doutoranda em Ciência Política pela UFRGS. E-mail: amandaccegatti@gmail.com

⁴³ Mestra em Ciência Política pela UFRGS. E-mail: mayarabacelarr@gmail.com

distintos que disputam as formas de atuação do movimento no país e as ideias sobre qual a definição do termo em visões distintas e, por vezes, antagônicas. Tais embates remontam ao surgimento das concepções feministas. Estas surgem vinculadas às visões liberais, posteriormente criticadas por outras vertentes – feminismos negros, radical, pós-colonial, decolonial, interseccional, etc. (DAHLBERG; SIAPERA, 2007).

A relação dos movimentos feministas com as instituições também é alvo de disputa. A partir desse cenário, lança-se o questionamento sobre como ocorre a relação entre os movimentos feministas e os partidos políticos no Brasil. Assim, busca-se analisar tal relação a partir do cenário Rio Grandense. Parte-se do arcabouço teórico-analítico que considera as eleições e os movimentos sociais como formas mutuamente constitutivas da política (MCADAM; TARROW, 2011). Para iniciar a investigação, procurou-se verificar a relação com os feminismos em dez organizações de mulheres em partidos políticos de distintos eixos ideológicos: PT, PCdoB, PSOL, PPS, PSB, PDT, PSDB, Progressistas, PTB e PRB. Para complementar as análises, procurou-se entrevistar candidatas que se autodeclararam feministas e trouxeram essa pauta em suas bandeiras de campanha eleitoral.

Para conhecer o funcionamento e a organização dos movimentos feministas no Rio Grande do Sul e sua relação com os partidos políticos, foram elencadas as seguintes questões: (a) quando essas organizações em partidos políticos surgiram? Há alguma relação com as discussões feministas? (b) Existe interlocução entre os movimentos de mulheres nos partidos políticos e as discussões feministas? Há distinção entre os partidos ligados aos eixos ideológicos da esquerda ou da direita quanto aos comitês de mulheres? (c) Os comitês consideram a pluralidade de mulheres para discutir as suas especificidades (negras, indígenas, quilombolas, trabalhadoras rurais, do campo e trabalhadoras sexuais, mulheres em situação de rua, mulheres jovens, mulheres com deficiência, idosas entre outros marcadores)? (d) Qual o entendimento das candidatas sobre movimento feminista? (e) Como elas articulam a militância feminista com as organizações partidárias das quais fazem parte?

A metodologia a ser adotada é qualitativa. Primeiramente, será feita uma análise de conteúdo para investigar postagens no *Facebook* e no *blog* oficial, e nos Estatutos e Regimentos Internos das organizações de mulheres analisadas. Nesta etapa, busca-se conhecer a fundo sobre essa relação entre movimentos feministas e partidos políticos. Também serão entrevistadas as lideranças dessas organizações.

Posteriormente, serão entrevistadas candidatas declaradamente feministas para verificar a interlocução da agenda feminista nas respectivas legendas e conhecer a proposta deste projeto, bem como obter as respostas para as questões que norteiam esta pesquisa.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A LITERATURA

A retomada democrática no final do século XX marcou um período de intensas mudanças, em especial nas lutas por transformação social: a compreensão anterior de antagonismo radical entre os movimentos sociais e o Estado foi, para muitos, suplantada. Transformações e ampliações das organizações da sociedade civil são observadas nos planos nacional e internacional. Nesse cenário, as organizações da sociedade civil apresentam diferentes propósitos, formatos e áreas de atuação social: "novas forças sociais emergem no sentido de ocupar espaços e arenas não apenas no campo social, mas também no governamental, ampliando o terreno da política" (LUCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, 2017, p. 361). As esferas societária e institucional aparecem como elementos-chave para as relações políticas na redemocratização, período marcado pela emergência dos novos movimentos sociais (TILLY, 2010; GOHN, 2003). Estes se caracterizaram por repertórios organizacionais inéditos, novas demandas e formas de ação política que os distinguem dos movimentos sociais tradicionais, como os partidos e os sindicatos.

A relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos pode ser compreendida através da agenda do *contentious politics* e conduz à renovação nesse campo de estudo, especialmente pela conexão entre política institucional e contestatória (TILLY, 2010). Tal abordagem possibilitou a compreensão da relação entre os movimentos sociais, os partidos políticos e o Estado para além da cooptação ou desmobilização dos primeiros quando estes interagem com os dois últimos. Ademais, considera-se que os movimentos sociais não jogam sozinhos e que as instituições importam. Assim, envolvem-se complexas redes políticas e institucionais com uma variedade de atores: representantes políticos, partidos, meios de comunicação, eleitorado e outros movimentos sociais (MEZA; TATAGIBA, 2016).

As associações também assumem função primordial para as alternativas ou renovações democráticas. Entre as suas funções, destacam-se aquelas ligadas à

cooperação com os governos, à ampliação dos espaços de representação política ou à contestação dos padrões culturais e institucionais.

Os conceitos de capital social, sociedade civil e de movimentos sociais podem ser apontados como referências centrais nestas diferentes concepções teóricas que relacionam o associativismo com os processos de ampliação e de aprofundamento da democracia (ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012, p. 239)⁴⁴.

Em linhas gerais, essa literatura aponta as principais contribuições das associações: (a) seus impactos positivos na promoção de indivíduos "mais cidadãos"; as redes de associativismo funcionam como escolas de cidadania (PUTNAM, 1995), e; (b) denunciam injustiças e padrões hegemônicos de poder. No geral, os movimentos sociais se vinculam diretamente a essa tarefa. Além disso, as associações discutem e auxiliam na construção de políticas públicas (FUNG, 2003).

2. MOVIMENTO FEMINISTA E PARTIDOS POLÍTICOS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Os movimentos feministas foram os responsáveis por reivindicar a importância da participação feminina nas diferentes esferas da vida social (política, educação e mercado de trabalho). No Brasil, assim como em países do norte, reivindicações pela extensão da cidadania feminina orientaram as primeiras manifestações feministas. Compunham as principais pautas o sufrágio feminino, ou seja, o voto das mulheres, além do direito destas de participarem dos pleitos enquanto candidatas (PINTO, 2003; MARQUES, 2016; SOUZA, 2003).

Mesmo após a conquista no âmbito formal, as mulheres permaneceram sub-representadas, o que motivou, no caso brasileiro, a incorporação de outras garantias legais para facilitar o acesso das mulheres a cargos de poder. Para além das discussões a nível nacional, a demanda encontrou respaldo em organismos internacionais, como CEDAW⁴⁵, precursora entre os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos das mulheres (PRÁ, 2011), incorporada no

⁴⁴A abordagem de capital social remonta a Putnam (1995): a vida associativa conduziria a práticas de civilidade nos cidadãos. A abordagem sobre movimentos sociais é ampla; em Melucci (2001), a relação de conflitos e contestação assume preponderância. Com relação à sociedade civil, destacam-se Arato e Cohen (1999) e Habermas (1995), perspectiva que se relaciona com as anteriores, incorporando as dimensões democráticas e ampliando os efeitos democráticos das associações e como elas impactam a esfera pública (LUCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, p. 361, 2017).

⁴⁵ Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979).

ordenamento jurídico brasileiro em 1984. Onze anos após a ratificação da CEDAW pelo Estado brasileiro, adota-se a políticas de cotas que, inicialmente, reservada 20% das vagas nas listas partidárias para um dos gêneros (PINTO, 2001). Em 1997, a porcentagem sobe para 25% e, em 2000, chega a 30% das candidaturas em eleições proporcionais.

Além desses marcos legais, outros incentivos foram criados para transformar o cenário político e auxiliar a ascensão das mulheres a este meio: a) Estabelecimento de ao menos 5% do fundo partidário destinado à formação de mulheres (Minirreforma Eleitoral – Lei nº 12.034/2009); b) Reserva de 10% do horário eleitoral gratuito da televisão para as candidatas de cada partido.

Apesar dessas iniciativas, as mulheres permanecem pouco presentes no Congresso Nacional. Mesmo tendo aumentado o número de mulheres para assumir cargos na Câmara de Deputados em 2019 – de 51 eleitas em 2014 para 77 em 2018 –, estas não alcançaram a paridade de gênero – representam 15% dos assentos. A situação se agrava em relação às mulheres negras e indígenas: as primeiras representam 2,5% dos assentos e, somente em 2018, uma indígena⁴⁶ foi eleita deputada federal (TSE, 2018). Isso ocorre em virtude de barreiras impostas a elas no acesso à política, como regras institucionais, escasso recurso para campanhas e preconceito no interior dos partidos (ARCHENTI; TULA, 2007). Para solucionar o segundo problema, foi estabelecido a destinação de ao menos 30% do fundo eleitoral para campanhas de mulheres a partir de 2018, e; para combater o sexismo dos partidos surgiram as organizações de mulheres em meados de 1980.

Atualmente, a maioria dos partidos contam com alguma organização de mulheres – algumas previstas em estatuto, outras possuem um estatuto ou regimento interno próprio e uma pequena parcela não possui qualquer regulamentação. Resguardadas as suas diferenças, as mulheres da política institucional parecem se organizar em torno dos comitês/secretarias e discutir a situação da mulher na política, a nível intrapartidário ou interpartidário. Com isso em mente, parte-se das organizações de mulheres em partidos políticos como *locus* inicial desta pesquisa.

3. AS ORGANIZAÇÕES E OS MOVIMENTOS DE MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS

⁴⁶ Joenia Wapichana (RR).

As organizações e os movimentos de mulheres nos partidos políticos são tributários da demanda por maior participação e representação feminina na política institucional. Tais organizações surgem em momentos diversos e são associadas a orientação política de suas organizações de origem. Por essa razão, os Comitês têm relações específicas com diferentes vertentes feministas e suas demandas.

Entre 1980 e meados de 2000, são criadas organizações em dez partidos políticos, são elas: A Ação da Mulher Trabalhista (AMT)/PDT, o PSDB-Mulher, o Mulher Progressista (MP)/Progressistas, a Secretaria de Mulheres do PCdoB, a Secretaria de Mulheres do PT, o PTB-Mulher (PTBM), Mulheres Socialistas/PSB, a Coordenadoria da Mulher do PPS, PRB Mulher e a Setorial do PSOL. Cada organização conta com uma estrutura e diretrizes distintas, conforme apresentam em seus documentos oficiais.

A pioneira é a AMT, ligada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), Criada com o objetivo de aprimorar a representação política das mulheres trabalhistas, o foco da organização, demonstrado em seu Estatuto, é a incorporação das mulheres à vida partidária. Além disso, busca-se formá-las enquanto líderes feministas e fornecer apoio àquelas que decidirem candidatar-se a pleitos eleitorais. Para além da participação na política institucional, a AMT preocupa-se com o enfrentamento a toda forma de discriminação e violência contra as mulheres e à desigualdade de direitos entre os gêneros. A AMT aparece como o único órgão do partido responsável por corrigir estas desigualdades (AMT, 2017). Apesar de seus esforços, o PDT segue tendo dificuldades para contribuir com a eleição de mulheres; das 77 deputadas federais eleitas em 2018, somente três são deste partido⁴⁷.

À semelhança da AMT, o PSDB-Mulher, órgão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é criado em 1988, a fim de capacitar as mulheres do partido no sentido de sua formação política. O PSDB-Mulher busca incentivar lideranças femininas nos âmbitos público e privado (PSDB, 2009). Conforme o seu Estatuto, objetiva-se lutar contra todos os tipos de desigualdade, através da militância das mulheres do partido a nível estadual e nacional. Em relação à eleição de mulheres em 2018, o PSDB esteve empatado em segundo lugar com o Partido Social Liberal (PSL), entre os partidos que mais emplacou deputadas federais, com nove eleitas⁴⁸.

⁴⁷ Tábata Amaral (SP); Sílvia Cristina (RO) e Flávia Moraes (GO).

⁴⁸ Bruna Furlan (SP); Tereza Nelma (AL); Edna Henrique (PB); Shéridan (RR); Mara Rocha (AC); Dra. Vanda Milani (AC); Mariana Carvalho (RO); Rose Modesto (MS); Geovania de Sá (SC).

O Progressistas conta com o MP. Criado em 1990, o MP é composto de movimentos municipais, estaduais e nacionais, com o intuito de alavancar a participação feminina na política (FORTUNA, 2018). De acordo com o seu Regimento Interno, recebem atenção prioritária: integração da mulher no mercado de trabalho, conscientização acerca de seu papel social, elaboração de atividades de qualificação profissional e a igualdade entre homens e mulheres na atuação política e social no próprio partido. A promoção da educação, da saúde e o enfrentamento à violência também são elencados como preocupações da organização (MP, 1996). Em relação às deputadas federais eleitas pelo partido em 2018, estas somaram cinco⁴⁹, colocando a legenda em quinto lugar entre as que mais elegeram mulheres, empatada com o PSOL.

No PCdoB, há uma Secretaria de Mulheres responsável por pautar as demandas das mulheres no partido. Conforme Adriana Jota (2018), coordenadora de Porto Alegre, a Secretaria foi fundada paralelamente ao partido (1922), previamente à sua cisão com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, a Conferência de Beijing (1995) fornece as bases para a organização de suas diretrizes. Diferentemente das anteriores, a Secretaria busca integrar-se aos demais movimentos do partido, sem separá-las em uma organização distinta, vez que almeja atuar de forma a inserir as pautas das mulheres em todos os segmentos do partido: movimentos trabalhistas, estudantis, etc. A Secretaria não conta com Estatuto próprio, mas utiliza o documento da União Brasileira de Mulheres (UBM) para implementar incentivos à participação política das mulheres e ao enfrentamento a toda forma de discriminação (UBM, 2007). Em relação às mulheres eleitas, o partido emplacou quatro⁵⁰ deputadas federais em 2018.

Assim como no PCdoB, no PT há uma Secretaria de Mulheres, criada em 1996, como resultado da organização de mulheres que viam a necessidade de um órgão específico para enfrentar as desigualdades presentes no partido. A Secretaria atua para fortalecer a presença das mulheres, buscando a garantia dos seus direitos humanos. Conforme Misiara Oliveira (2018) representante da Secretaria no Rio Grande do Sul, entre esses direitos, destacam-se: maior participação política feminina; direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento da violência de gênero;

⁴⁹ Iracema Portela (PI); Margarete Coelho (PI); Jaqueline Cassol (RO); Celina Leão (DF); Angela Amin (SC).

⁵⁰ Jandira Feghali (RJ); Alice Portugal (BA); Professora Marcivania (AP); Perpétua Almeida (AC).

geração de trabalho e renda para mulheres; salário igual para trabalho de igual valor; igualdade de gênero na educação; equipamentos sociais de suporte às mulheres e suas famílias; direito à terra e à moradia. A perspectiva interseccional, que considera os marcadores de gênero, raça e classe simultaneamente, é norteadora das ações da Secretaria, ainda que estas não contem com estatuto. Nos últimos anos, o PT tem sido o partido que mais elege mulheres. No pleito de 2018, emplacou dez deputadas para a Câmara Federal⁵¹.

O PTB-Mulher é fundado em 1997, como uma resposta das mulheres do partido à sua insatisfação com a baixa participação feminina na organização. O PTBM almeja alcançar a igualdade de oportunidades e a não-discriminação da mulher no âmbito político. Busca incentivar e promover a participação feminina na política, valorizar o trabalho da mulher e o seu papel primordial na propulsão do amor familiar. Ademais, preocupam-se com o empoderamento psicológico, cognitivo e político das mulheres (PTBM, 1997). Apesar das ações desenvolvidas pelo PTBM, a representação feminina da legenda é baixa. Em 2018, o partido elegeu apenas uma⁵² deputada federal.

O Movimento de Mulheres Socialistas, organização do Partido Socialista Brasileiro (PSB), é criado em meados de 2000, tributário do diálogo entre militantes e a liderança estadual do partido no Rio Grande do Sul, preocupadas em ocupar os espaços da Executiva da agremiação. Segundo Maria Luiza Loose (2018), dirigente do movimento do estado, o Mulheres Socialistas consiste em um órgão de apoio ao PSB para impulsionar a participação feminina no partido e na sociedade, além de debater questões específicas sobre as mulheres. Desenvolve a formação política destas e o faz, à semelhança da Secretaria do PCdoB, de forma articulada com outros movimentos do partido, além de pesquisas e debates sobre políticas públicas para as mulheres. Em relação às eleitas pelo partido, em 2018, estas somam três deputadas federais⁵³.

A Setorial Nacional das Mulheres do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), é fundada em 2004, juntamente com a legenda, por militantes dissidentes do partido dos trabalhadores (PT). Nesta, são organizadas as principais diretrizes de atuação

⁵¹ Benedita da Silva (RJ); Margarida Salomão (MG); Marília Arraes (PE); Natália Bonavides (RN); Luizianne (CE); Rejane Dias (PI); Professora Rosa Neide (MT); Érika Kokay (DF); Maria do Rosário (RS); Gleisi Hoffmann (PR).

⁵² Luisa Canziane (PR).

⁵³ Rosana Valle (SP); Lídice da Mata (BA); Liziane Bayer (RS).

local, como a conquista de 50% de mulheres nas direções do partido, as quais terão como suplente uma mulher. O partido também é organizado a partir de núcleos de militância e a maioria é composto por mulheres. Entre eles, destacam-se o Coletivo Juntos e Juntas!, Movimento Esquerda Socialista (MES), Coletivo Rosa Zumbi. Em 2018, o partido emplacou cinco deputadas federais eleitas⁵⁴, empatando com o Progressistas e superando o número de eleitas pelo PCdoB.

As Coordenadorias da Mulher, criadas pelo Partido Popular Socialista (PPS), surgem com a intenção de aumentar a presença feminina na política e no partido. A organização rejeita toda forma de discriminação e desigualdade e busca a igualdade de posições entre homens e mulheres na política e na sociedade. A principal tarefa desenvolvida pelas Coordenadorias é a formação política continuada de suas filiadas. Ademais, pretendem alterar o estatuto do partido e consolidarem-se como Secretaria de Mulheres, assim como o fez o PCdoB e o PT. Apesar da informalidade das Coordenadorias da Mulher, o PPS elegeu duas⁵⁵ deputadas federais no pleito de 2018.

O PRB Mulher surge em meados de 2000 e se fortalece a partir da realização do 1º Congresso Nacional do movimento (2013). Conforme Rosangela Gomes (2018), coordenadora nacional da organização, sua tarefa principal é aumentar o número de mulheres na política, e em cargos eletivos a nível municipal, estadual e federal. O PRB Mulher considera a participação feminina como um dos pilares da democracia e tem como prioridade alfabetizar e qualificar mulheres. Em relação às candidatas, o PRB elegeu três deputadas federais⁵⁶ em 2018, assim como o PDT e o PSB.

3.1 OS FEMINISMOS E OS MOVIMENTOS DE MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS

A esta seção, reserva-se a análise das pautas priorizadas pelas organizações de mulheres e a sua relação com as vertentes feministas. Busca-se identificar possíveis articulações entre esses movimentos e os conceitos de feminismo *versus* feminino e demais aspectos relacionados ao que é ser mulher, em uma perspectiva interseccional.

⁵⁴ Sâmia Bomfim (SP); Luiza Erundina (SP); Talíria Petrone (RJ); Aurea Carolina (MG); Fernanda Melchionna (RS).

⁵⁵ Paula Belmonte (DF); Carmen Zanotto (SC).

⁵⁶ Maria Rosas (SP); Rosangela Gomes (RJ); Aline Gurgel (AP).

De forma geral, pode-se categorizar os movimentos de mulheres em dois grupos: aqueles que se consideram uma organização feminista e se utilizam do termo, e aqueles que rejeitam o conceito e denominam-se como organizações “femininas”, ou seja, composta por mulheres e para mulheres. No primeiro grupo, incluem-se a AMT, as Secretarias de Mulheres do PT, do PCdoB e do PSB e a Setorial Nacional do PSOL. No segundo grupo estão o Mulher Progressista, PTBM e o PRB. As Coordenadorias da Mulher do PPS encontram-se em uma posição híbrida; ao mesmo tempo em que Terezinha Silveira (2018), Presidenta do PPS de Tramandaí (RS), considera a organização como feminista, entende que o termo é, muitas vezes, desvirtuado. O PSDB-Mulher aponta uma posição semelhante. Conforme Ivana Maria Genro Flores (2018), coordenadora estadual do PSDB-Mulher no Rio Grande do Sul, acredita que se “o feminino em algum momento precisa ser muito feminista, que ele seja. Se em algum momento nós estivermos numa relação harmônica de igualdade, nós não podemos deixar de ser femininas. Não é um feminino sectário com os outros”.

A Secretaria do PT, a AMT, a Secretaria do PCdoB e a Setorial do PSOL apresentam debates semelhantes. A primeira foca na autonomia das mulheres e a garantia dos seus direitos humanos, sempre em uma perspectiva interseccional (OLIVEIRA, 2018). A segunda preocupa-se em debater o feminismo para populações de diversos segmentos sociais, em uma linguagem compreensível (FEIJÓ, 2018; VECCHIO, 2018). A Secretaria do PCdoB, por sua vez, tem como prioridade a emancipação econômica, política e social das mulheres (JOTA, 2018). A Setorial Nacional do PSOL, conforme seu *site*⁵⁷, foca no feminismo “de massas, o feminismo classista, popular e interseccional”. Além disso, as mulheres do PSOL defendem a luta contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia. O Mulheres Socialistas, segue uma cartilha estabelecida pela organização nacional do partido, onde destaca-se questões de saúde, trabalho e geração de renda para mulheres (LOOSE, 2018).

O feminismo está constantemente presente nas falas das representantes das organizações mencionadas. Nestas, trabalha-se especificamente com a pauta feminista e não se conecta a mesma à noção de feminilidade e de naturalização do sujeito “mulher”. Significa dizer que seus discursos não são atrelados às tarefas e políticas de cuidado, como funções maternas e domésticas, no âmbito privado e no

⁵⁷ Disponível em: < <http://psol50.org.br/contribuicao-da-setorial-nacional-de-mulheres-do-psol-ao-debate-de-conjuntura-politica/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

político. Não defendem a ideia de que mulheres possuem uma moralidade superior à dos homens que alteraria a política, em especial, em termos de serem “menos corruptas”.

A Coordenadoria do PPS, o PSDB-Mulher, o PTBM e o MP apresentam um discurso distinto. Embora não se identifiquem enquanto feministas, reconhecem os prejuízos às mulheres decorrentes do machismo na sociedade e, por extensão, na política. Nas Coordenadorias do PPS, há a defesa de iniciativas de ocupação dos espaços, onde as participantes são chamadas para que preencher lugares dentro e fora da estrutura partidária (SILVEIRA, 2018). Da mesma forma, o PSDB-Mulher entende que, vez que as mulheres compõem mais da metade da população e não há paridade de gênero na política, “tem alguma coisa errada nessa conta” (FLORES, 2018). Reconhece-se, portanto, que há preconceito contra as mulheres em funções políticas.

As demais organizações (PTBM, PRB Mulher e MP) compreendem que a maior participação feminina é benéfica para a sociedade e para a política. Noção atrelada à política do desvelo, onde mulheres podem fazer um trabalho diferenciado, vez que compartilham uma sensibilidade distinta e mais forte que a dos homens. Conforme Silvana Fortuna (2018), representante do MP, é essencial “a busca do espaço que nos deve ser igualitário [...] Aí as ideias das mulheres, que têm uma sensibilidade e uma sutileza, nós somos diferentes, mas nós queremos os direitos e as obrigações da mesma forma”. O PRB Mulher, por sua vez, foca na resolução das injustiças de gênero e de raça. Com o lema “Juntas Somos Mais Fortes”, sua prioridade é lutar por “ideais femininos” e “fazer a diferença nas urnas” com a eleição de republicanas ficha limpa.

Apesar das divergências ideológicas das organizações, há uma convergência entre todas no que concerne ao enfrentamento à violência e ao apoio à representação política feminina. No entanto, as formas como estas duas bandeiras são defendidas, divergem. É o caso da valoração das cotas; enquanto o MP não vê esta política de forma positiva, pois acredita que a mesma incita fraudes – como candidatas laranja – , as demais organizações compreendem que as cotas são indispensáveis à participação feminina na política, apesar de defenderem que somente este incentivo não é suficiente para alcançar a paridade de gênero. Além disso, o aumento da participação feminina na política assume diferentes significados em cada uma. Enquanto organizações mais próximas do eixo ideológico da “direita”, como a MP, o

PTBM e o PSDB-Mulher defendem que a luta pela representação política feminina abrange todas as mulheres, as Secretarias do PT, do PCdoB, a AMT e a Setorial do PSOL, defendem que a presença feminina não basta para resolver as desigualdades; é fundamental que as mulheres estejam comprometidas com os ideias feministas. Ainda que compreendam a importância de ocupar os espaços de poder, estas organizações entendem que esta ocupação é um passo para a transformação desses espaços. Nesse sentido, é perceptível a relação dos movimentos de mulheres com o seu partido de origem.

Tal tensionamento encontra respaldo nas produções de Anne Phillips (2001). Nestes, há uma distinção entre uma política de presença da política de ideias. Significa dizer que se debate, por um lado, se a mera presença das mulheres na política pode ser entendida como suficiente para trazer benefícios às mesmas ou, por outro, se é necessário interpretar que, paralelamente à esta presença, devem existir determinadas pautas, ligadas às tradições feministas, como a descriminalização do aborto e a resolução das desigualdades decorrentes do capitalismo.

4. CANDIDATAS FEMINISTAS NAS ELEIÇÕES DE 2018

Nesta seção, buscamos identificar pautas feministas durante as campanhas eleitorais das 11 candidatas selecionadas. Elas compõem uma parcela representativa de como a "identidade feminista" é acionada nas disputas eleitorais. A seleção das candidatas feministas aconteceu de duas formas: (a) candidatas conhecidas nos espaços de militância. Esse conjunto de mulheres milita em movimentos da sociedade civil e são reconhecidas pela defesa do feminismo, e; (b) candidatas indicadas por seus partidos. Foi possível chegar ao nome de 11 candidatas autodeclaradas feministas.

Em um segundo momento, efetuou-se a coleta das informações sobre os perfis sociodemográfico e de carreira no site do TSE. Também foram analisados os vídeos em campanha *online* no Facebook e demais informações complementares disponíveis nas redes oficiais. O material coletado foi publicado entre agosto e outubro de 2018 – período oficial de campanhas eleitorais, conforme a legislação brasileira. Para organizar as informações, optou-se em dividi-las em dois grupos: "deputadas estaduais" e "deputadas federais". Assim, confere-se maior rigor acadêmico às análises.

Quadro 1- Relação candidatas dep. estaduais e federais, partidos, votos recebidos e financiamento de campanha

Nome	Partido	Eleita	Votação	Financiamento de campanha (R\$)
Deputadas Estaduais				
Bruna Rodrigues	PCdoB	Não	12.985	PCdoB - 33.399,5 Outras - 7.720,5
Cris Machado	PCdoB	Não	2.058	PCdoB - 1.000 Outras - 3.680
Natasha Ferreira	PCdoB	Não	1.857	PCdoB - 1.587 Outras - 4.000
Iyá Sandrali	PT	Não	6.490	PT - Nacional 42.500 PT - Distrital 3.583,5 Outros - 6.031,47
Sofia Cavedon	PT	Sim	32.969	PT - Nacional 42.500 PT - Distrital 4.513,5 Outros - 166.120,31
Marianna Rodrigues	PCB	Não	2.587	PCB - 9.036,87
Deputadas Federais				
Carlinha Zanella	PSOL	Não	1.372	PSOL - 10.424,20
Dra. Anita	PT	Não	6.512	PT - Nacional 81.500,00 PT - Distrital 4.320,00 Outros - 18.420,00
Fernanda Melchionna	PSOL	Sim	114.302	PSOL - Nacional 200 mil PSOL - Distrital 20.077,91 Outros - 121.167,00
Karen Santos	PSOL	Não	16.438	PSOL - 27.989,85 Outros - 24.821,45
Silvana Conti	PCdoB	Não	8.077	PCdoB - Distrital 109.613,00 Outros - 66.580,00

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em TSE - Biografia das candidatas (2018).

4.1. Partidos Políticos e desempenho eleitoral

A análise aponta que todas as candidatas se lançaram à disputa em partidos de esquerda – o perfil político-partidário das 11 candidatas foi o mesmo. Ao todo, seis mulheres disputaram vaga para a Câmara Federal e outras cinco para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS).

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) lançou quatro candidatas. Tal partido tem como característica investir maiores recursos (simbólicos e materiais) em candidaturas "prioritárias". Ainda assim, são lançadas várias candidaturas que proporcionam votos para a legenda. Essa estratégia serve para testar o desempenho eleitoral de lideranças políticas em ascensão, verificando a viabilidade para os pleitos seguintes. Em 2018, nenhuma das quatro candidatas selecionadas nesta pesquisa era prioritária no partido, o que explica a baixa votação e verbas que elas receberam. Por exemplo, Cris Machado e Natasha Rodrigues receberam cerca de mil reais cada

pelo partido – um valor pequeno face à importância do dinheiro para financiar campanhas eleitorais. A candidata com o melhor desempenho nas urnas no PCdoB foi Bruna Rodrigues, a qual também recebeu maior parcela de verbas. Além disso, chamou a atenção a ausência de vídeos onde Manuela D'Ávila apresentava Natasha Ferreira, a única candidata trans no PCdoB gaúcho. As demais candidatas divulgaram vídeos onde a Manuela introduzia "quem eram essas candidatas", conferindo um importante recurso simbólico dado a importância e o reconhecimento nacional da figura política de Manuela, a qual também se soma a cultura *personalista* na política brasileira.

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi responsável por lançar três candidatas feministas – duas para a vaga estadual e uma para federal. Em relação ao repasse de verbas para campanhas eleitorais, o PT distribuiu um valor praticamente igual às duas candidatas que disputaram uma vaga na ALERGS: Iyá Sandrali e Sofia Cavedon. A última recebeu maior doação de pessoas físicas – praticamente 160 mil a mais que Iyá Sandrali. Essa disparidade nas doações, somada ao exercício de cinco mandatos eleitorais na Câmara de Vereadores em Porto Alegre, contribuiu para o bom desempenho de Cavedon.

O PSOL foi responsável por três candidaturas feministas. Todas disputaram vaga à Câmara Federal. Em linhas gerais, Fernanda Melchionna recebeu um valor muito superior às demais candidatas, auxiliando na sua eleição. Estima-se que o partido tenha repassado essa verba devido à trajetória política de Melchionna. Apesar disso, é questionável o menor repasse de verbas para as candidatas Karen Santos e Carlinha Zanella, ambas negras. Tal resultado indica alguns limites dos partidos de esquerda para, efetivamente, apoiarem candidatas negras. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) possui menos recursos para financiar campanhas eleitorais. Dessa forma, lança menos candidaturas que, conseqüentemente, recebem maior parte das verbas.

4.2. Feminismos e participação política

A relação dos movimentos feministas⁵⁸ nas trajetórias políticas das candidatas esteve presente em todas as campanhas eleitorais. Em linhas gerais, observou-se que as vivências delas enquanto "mulheres" implicou uma relação distinta com os movimentos feministas. Há dois pontos destacados em suas falas: (a) um grupo se identificou com as pautas feministas a partir das *desvantagens* sociais. Esse ponto foi mais recorrente na trajetória de vidas das candidatas negras. Para essas, o feminismo surge desde o momento em que elas nascem e lutam para sobreviver, principalmente para que seus familiares não sejam vítimas do genocídio negro, e; (b) para as demais mulheres, em sua maioria brancas e pertencentes à classe social média e alta, elas se identificam com o feminismo durante o movimento estudantil – na escola e, mais especificamente, na fase universitária. Ou seja, em espaços *privilegiados* socialmente.

4.2.1 Candidatas para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Bruna Rodrigues (PCdoB) iniciou a sua trajetória política devido à maternidade. Mãe aos 16 anos, buscava uma vaga na creche em sua comunidade, na Vila Tronco, um dos bairros mais violentos de Porto Alegre. Em 2004, entrou em contato com a então Deputada Manuela D'Ávila e juntas conquistaram a creche. A vida de Bruna foi marcada por sua condição de mulher negra, mãe e periférica. Aos 15 anos, começou a perder seus amigos para a violência urbana (tráfico). Em meio a vivência na comunidade e no enfrentamento diário que Bruna conhece "a política". A partir de 2008, integra o gabinete de Manuela e auxilia na organização de debates em escolas e comunidades. As promessas eleitorais estiveram vinculadas à trajetória de Bruna, destacando a importância da educação e de serviços públicos para as mães. Em relação ao feminismo, ela aponta que, no início, não se identificava, devido à distância daquilo que escutava e o que vivenciava em sua comunidade. Assim, ela afirma-se como uma feminista negra, o feminismo das mulheres da comunidade e do cotidiano.

De forma semelhante, Cris Machado (PCdoB) iniciou a trajetória política após a experiência da maternidade, central em sua campanha eleitoral: "sou mãe de duas crianças, um de 9 anos e uma de 4 anos, que foram uma verdadeira revolução no

⁵⁸Optamos por falar em feminismos para denotar a pluralidade de feminismos (negro, acadêmico/branco, decolonial, pós-colonial, comunitário, ecofeminismo entre outros).

meu olhar sobre a sociedade". A militância feminista de Cris Machado, portanto, se conecta à maternidade, coordenando o projeto "Plantão Materno" para auxiliar as mães. A justificativa de pleitear um mandato eleitoral envolve a importância da maternidade, assim como suas propostas eleitorais: ampliação das vagas em creches para que as mulheres possam trabalhar, incentivo ao aleitamento materno, combate à violência obstétrica e aumento das políticas públicas para combater a mortalidade infantil.

Natasha Ferreira disputou a vaga para a ALERGS pelo PCdoB. Em seu material de campanha, se apresenta como uma "estudante de Gestão Pública e ativista dos direitos humanos". A militância de Natasha é conectada à sua vivência como mulher trans. No ano de 2005, se envolve na luta pelos direitos LGBT e atua na ONG Cores, auxiliando na realização da primeira parada LGBT da cidade de Novo Hamburgo. Também foi assessora do Ministério dos Direitos Humanos e no mandato eleitoral da Deputada Federal Maria do Rosário. Além disso, ela dirige nacionalmente a UBM e é presidente da União Nacional LGBT (UNA) no Rio Grande do Sul. Sua plataforma de ação política direciona-se a dar mais voz aos excluídos da política institucional.

A candidata Iyá Sandrali (PT) é Iyalorixá, psicóloga, especialista em Criminologia e trabalhou como servidora pública e é Secretária Executiva do Conselho do Povo de Terreiro no Rio Grande do Sul. Foi a única candidata negra a disputar uma vaga na Assembleia Legislativa pelo PT, o que demonstra a dificuldade de pessoas negras na disputa eleitoral. Ela afirma que as mulheres negras já nascem fazendo política, enfrentando diariamente o sistema racista, machista, patriarcal e escravocrata que se perpetua até hoje. A sua história é relatada a partir da ancestralidade e da força de mulheres de sua família. Ela recebeu apoio de importantes intelectuais e ativistas negras, como a filósofa Djamila Ribeiro e a socióloga Sueli Carneiro.

Também candidata pelo PT, Sofia Cavedon possui uma longa e sólida trajetória de militância no Rio Grande do Sul. Em seu material de campanha eleitoral, se apresentou como ex-professora municipal de anos iniciais e em Educação Física, com formação e pós-graduação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Dirigiu a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação e do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (1986/1996). Exerceu o quinto mandato eleitoral como Vereadora em Porto Alegre (1997/2020) e foi Secretária

Adjunta da Educação (1997/2000) e Secretária Municipal da Educação de Porto Alegre (2002/2003). Atua nos diretórios municipais e estaduais no PT, militando na Setorial da Educação, Cultura e Núcleos Sindicais. Em linhas gerais, vincula-se à área educacional. Na militância feminista, luta pela igualdade de gênero (com foco na educação) e constrói a Marcha Mundial das Mulheres. Em 2019, assume como deputada estadual na ALERGS.

Mariana Rodrigues (PCB) é graduada e Mestra em Psicologia Social e tem graduação em Direito. Iniciou a militância política durante o ensino médio, em uma associação de mulheres de São Borja/RS. Atuou em um grupo que assessora mulheres vítimas de violência doméstica e a população LGBTQs. Defende a educação popular, pública, gratuita e de qualidade. O fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial e ampliação da atenção básica em saúde mental e a luta pelo fim da violência doméstica.

4.2.2 Candidatas para a Câmara Federal

Carlinha Zanella (PSOL) é mulher negra, moradora da grande Cruzeiro. Para ela, quando se fala de mulher negra e militância: "a gente sabe que a nossa militância inicia no momento em que a gente nasce. Porque nascer, se manter viva, sobreviver na periferia, onde a gente é o tempo todo condenado a uma situação". Iniciou a militância durante o ensino médio para defender cotas na universidade pública. Acessar à universidade federal, espaço de privilégio social, também foi importante para a militância de Carlinha. Foi a primeira de sua família a se formar em um curso superior (Ciências Sociais) e está cursando Direito pela mesma instituição. Também coordena o Emancipa Mulher e milita no coletivo Juntos. Defende a criação de casas de acolhimento para a população LGBTQ, a laicidade e a não perseguição da religião de matriz africana, o aumento de investimentos na área de saúde mental e a implementação de políticas eficazes para combater a violência doméstica.

Também candidata pelo PSOL, Karen Santos é negra e jovem, trabalhadora na rede estadual. Começou a militar na UFRGS e participou em mais de cinco ocupações "para não perder o que é nosso por direito, desde a questão de cotas, até o ajuste fiscal". Também auxiliou a fundação do Coletivo Negração e atualmente participa do Coletivo Alicerce e a frente Kilombola e luta pelo direito ao carnaval na cidade de Porto Alegre. "A nossa história de luta e resistência é de 508 anos aqui

neste território, formado em cima do genocídio da população indígena e em cima do tráfico de africanos escravizados e que ainda hoje tem uma dívida histórica a ser cumprida". Em 2019, Karen assume o cargo de vereadora no lugar de Fernanda Melchionna.

Fenanda Melchionna (PSOL) foi uma das fundadoras do PSOL. É bibliotecária e formada pela UFRGS. Militou no movimento estudantil dessa universidade em 2004, durante os movimentos secundaristas. A identificação com o feminismo surgiu em 2002: "Só que os tempos eram outros, era muito difícil ser feminista, nós fazíamos passeatas com 20, 30 mulheres no 8 de março". Exerceu o terceiro mandato na Câmara de Vereadoras de Porto Alegre (2008/2020) e em 2019 assume a vaga de deputada federal em Brasília. É contrária ao "desmonte da educação e ao parcelamento de Salários", ao racismo, ao auxílio-moradia e salários altos para deputados. Defende a ampliação das bibliotecas nas escolas públicas e a taxaço de grandes fortunas. Os direitos da mulher também são centrais em suas promessas de campanha.

Dra. Anita (PT) é médica na área de ginecologia. Fundou em 1996, junto com outras militantes, o grupo "Luta, Maria!", integrou a Coordenadoria Estadual da Mulher (2001/2002). Também foi Coordenadora de Políticas Públicas para as mulheres em Novo Hamburgo/RS (2014/2016). Desde os anos 2000, integra a Macha Mundial das Mulheres e participa de seminários de formação e ações militantes no Rio Grande do Sul e no país. Defende os direitos às mulheres lésbicas, maior representatividade feminina na política e busca combater a violência doméstica.

Silvana Conti (PCdoB) é Diretora Nacional da pasta Lésbicas, Bissexuais e Transexuais (LBT) da UBM, e vice-Presidenta da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB-RS) (licenciada). Atuou por 30 anos como professora da Rede Municipal de Porto Alegre. Recebeu o prêmio Mulher em Ação na Educação na Câmara Municipal da cidade e o Troféu Mulher Cidadã da ALERGS. Foi Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, eleita ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ao Conselho Nacional LGBT. Foi uma das fundadoras da Liga Brasileira de Lésbicas. Silvana apresentou propostas comprometidas com um mandato feminista, implementando e ampliando as patrulhas Maria da Penha e a criação de Políticas Públicas que rompam com a vulnerabilização da mulher portadora de deficiência.

CONCLUSÕES

Recentemente, a política institucional foi palco de discussões e embates dos diferentes movimentos feministas. Estes trouxeram à cena pautas específicas de diferentes mulheres e demandaram maior participação e representação política feminina nas esferas de poder. Apesar de a agenda feminista ter maior proximidade aos partidos de esquerda, percebe-se que a pauta de mulheres na política é prioridade em todas as Organizações de Mulheres analisadas, independente de sua orientação ideológica. No entanto, a forma como são tratadas as candidaturas de mulheres e sua ascensão à política institucional difere entre as organizações; há, aqui, o embate entre a política de presença e a política de ideias (PHILLIPS, 2001). Enquanto algumas organizações mais próximas do eixo da “direita” (MP, PTBM, PSDB-Mulher) defendem que a questão da representatividade está ligada ao aumento das mulheres na política, outras organizações (Secretarias do PT, do PCdoB, Setorial do PSOL e AMT) indicam que tal representatividade só se efetiva se for atrelada à agenda feminista.

Este fato é evidenciado quando se analisam as candidaturas de mulheres declaradamente feministas. No pleito de 2018, todas essas se apresentaram como candidatas em partidos mais próximos ao eixo da “esquerda” e, consigo, trouxeram pautas como: o combate ao sistema racista e sexista, a luta contra o preconceito a religiões de matrizes africanas, os direitos de pessoas LGBT, o enfrentamento à violência doméstica, a proteção de mulheres portadoras de deficiência, o aumento da representatividade feminina na política e a criação de serviços públicos de qualidade voltados à saúde e à educação. Ademais, pautaram outras questões não diretamente relacionadas às mulheres, como a taxação das grandes fortunas e o fim do auxílio moradia e de altos salários para deputados.

No entanto, percebe-se a setorização de algumas pastas. A questão racial, por exemplo, é central na vivência, na trajetória e na candidatura das mulheres negras. As brancas mencionam o combate ao racismo, mas não se percebem enquanto um grupo também racializado e que, em virtude de sua branquitude, possui privilégios como, por exemplo, a presença em espaços restritos, especialmente as universidades. Tais privilégios ficam ainda mais evidentes ao se analisar o repasse de verbas dos partidos às candidaturas – as candidatas brancas do PT e, especialmente do PSOL, concentraram a maior parcela do financiamento,

distanciando-se das demais em termos de possibilidade real de eleição. Fato que demonstra uma das dificuldades de pessoas negras ascenderem aos postos de poder. A maternidade também é uma pauta setorizada; aparece na vivência e nas prioridades daquelas candidatas que são mães, onde as mesmas apresentam suas dificuldades e, em alguns casos, como a condição de mãe transformou-se em caminho para a sua participação política.

Por fim, nota-se que tanto as trajetórias de vida, quanto as propostas eleitorais das candidatas estão atreladas à militância feminista que, muitas vezes, é a porta de entrada das mulheres na política e nos partidos, produzindo uma sólida interlocução entre os movimentos sociais e a política institucional (TILLY, 2010; MEZA; TATAGIBA, 2016). A presença dessas mulheres indica, também, a capacidade de os movimentos feministas incorporarem demandas na agenda política dos partidos, pautas estas que, às vezes, retornam à sociedade em forma de políticas públicas e legislações para mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AÇÃO DA MULHER TRABALHISTA (AMT). **Estatuto da Ação da Mulher Trabalhista**, Brasília, DF, 2017.
- ALMEIDA, Carla; LUCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 237-263, 2012.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Esfera pública y sociedad civil. **Revista Metapolítica**, v. 3, n. 9, p. 37-55, 1999.
- ARCHENTI, Néida; TULA, María Inés. **Mujeres y política en América Latina - sistemas electorales y cuotas**. Buenos Aires: Heliasta, 2008.
- DAHLBERG, Lincoln; SIAPER, Eugenia (Ed.). **Radical democracy and the Internet: Interrogating theory and practice**. London: Springer, 2007.
- FEIJÓ, Tânia. **Membro do Diretório Nacional do PDT**. Porto Alegre: 21 maio 2018.
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. **Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo**. **Cadernos Pagu**. Campinas, V. 44, p. 233-263, 2015.
- FLORES, Ivana Maria Genro. **Membro do PSDB-Mulher**: 8 maio 2018.
- FORTUNA, Solange. **Secretaria Geral da Mulher Progressista RS**. 21 maio 2018.
- FUNG, Archon. Survey article: recipes for public spheres: eight institutional design choices and their consequences". **Journal of political philosophy**, v. 11, n. 3, p. 338-367, 2003.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**, Vozes, 2003.
- GOMES, Rosângela. **Nossa história**. PRB Mulher Nacional, 1 mar. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/prbmulhernacional/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 08 jan. 2019

JOTA, Adriana. **Membro da Secretaria de Mulheres do PCdoB RS**. Porto Alegre: 16 maio 2018.

MEZA, Humberto; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012)**, 2016.

LOOSE, Maria Luiza. **Secretaria Estadual de Mulheres do PSB RS**, Porto Alegre: 21 maio 2018.

LUCHMANN, Lígia Helena Han. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, 2014.

_____; SCHAEFER Márcia Inês; NICOLETII, André Selayaran. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Revista Opinião Pública**, v. 23, n. 2, p. 361, 2017.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Introduction: Dynamics of contention ten years on. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 16, n. 1, p. 1-10, 2001.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio” Civitas, 16, 3, jul-set. *In*: MELUCCI, Alberto (2001) A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Vozes, 2016.

MULHER PROGRESSISTA (MP). **Estatuto da Mulher Progressista**. Brasília, DF, 1996.

OLIVEIRA, Misiara. **Membro da Secretaria de Mulheres do PT RS**. Porto Alegre: 2 maio 2018.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS). **Estatuto do Partido**. Brasília, DF, 1992.

PARTIDO PROGRESSISTA (PP). **Estatuto do Partido**. Brasília, DF, 2016.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). Programa do Partido. *In*: BRASIL. **Partidos Políticos Brasileiros: programas e diretrizes**, Brasília, DF, 2013-2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Estatuto do Partido**. Brasília, DF, 2015.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB). **Reunião com dirigentes estaduais**. Porto Alegre: 25 abr. 2018.

PINTO, Celi Regina J. Feminism, history and power. **Revista de sociologia e política**, n. 18, v. 36, p. 15-23, 2001.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. **Estudos Feministas**, Ano 9, 2º sem, 2001.

PRÁ, Jussara Reis. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. *In*: PAIVA, Denise (Org.) **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Editora da UFG, p. 101-126, 2011.

PSDB-MULHER. **Regimento Interno do Secretariado Nacional da Mulher**. Brasília, DF, 2009.

PTBM. **Regimento Interno do PTB Mulher**. Brasília, DF, 1997.

PUTNAM, Robert. Tuning in, tuning out: The strange disappearance of social capital in America. **PS: Political science & politics**, v. 28, n. 4, p. 664-683, 1995.

SILVEIRA, Terezinha. **Membro da Coordenadoria da Mulher do PPS**. Porto Alegre: 5 maio 2018.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.

TILLY, Charle. Movimentos sociais como política. **Revista brasileira de Ciência política**, n. 3, p. 133-160, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Sistema de Divulgação de Candidaturas e de Prestação de Contas Eleitorais (DivulgaCandContas)**. TSE, 2018. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas-e-prestacao-de-contas-eleitorais-divulgacandcontas>>.

Acesso em: 20 dez. 2018.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM). **Estatuto da UBM**. São Paulo, 2007.

VECCHIO, Miguelina. **Secretária Geral da AMT RS**. Porto Alegre: 21 maio 2018.

Entre a música e a política: discursos e práticas da bancada evangélica na Câmara dos Deputados.

José Eduardo Caldeirão⁵⁹

Resumo: o presente trabalho se trata de uma análise de letras musicais de parte dos evangélicos brasileiros naquilo que elas têm em comum com leis propostas por parte da bancada evangélica na Câmara Federal. O objetivo foi perceber a atuação política de atores religiosos a partir de uma base compartilhada em espaços formais e informais da democracia atual. No fim do artigo, são tecidas considerações sobre o entrelaçamento entre o político e o religioso, especialmente no caso brasileiro.

Palavras-Chave: música gospel; bancada evangélica; câmara dos deputados.

Introdução

Este artigo não tem a pretensão de ser um tratado sobre sociologia da música ou mesmo se aprofundar, sobremaneira, na questão da música, todavia ela assume não um papel secundário mas sim um papel preponderante a partir do momento em que as análises da reprodução do pensamento, visão de mundo e prática da bancada evangélica na Câmara dos Deputados podem ser verificadas através da música. Dessa forma, o proselitismo não é religioso, com apelo à evangelização, mas sim um proselitismo que é político. O leitor atento irá perceber, nas páginas que seguirão, a proposta de tais análises entre discursos e práticas.

Contudo, não tem como deixar de abordar o tema música gospel ou música evangélica. Para além dos conhecidos *corinhos* e *hinos* do protestantismo histórico, o termo gospel ressignifica a música evangélica desde a primeira década do século XXI no Brasil e, de certa forma, ganha visibilidade no mercado fonográfico consequentemente disputa espaço no campo ao formar um nicho próprio de consumidores dentro daquilo que é conhecido como produtores e consumidores de *bens* religiosos.

Na esteira da ressignificação, algo próprio da sociedade pós-tradicional, que com facilidade pode reinventar a tradição atribuindo a ela outro sentido, as igrejas pentecostais e neopentecostais são responsáveis por tal fato. Com exceção de

⁵⁹ Doutorando em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1771-534X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/13322610251785033> e-mail: eduardo_fclar@yahoo.com.br

algumas denominações como: Congregação Cristã do Brasil e Deus é Amor, pode-se afirmar que as demais transformaram os antigos hinos em louvores gospel com ênfase ao emocional que ressalta a característica individual não tanto associado ao pedido de perdão ou súplica à Deus, mas sim a um individualismo que desloca o centro do *nós* para o simples *eu*.

Exemplo de um *ato penitencial* – nós - cântico entoado na Igreja Evangélica de Confissão Luterana: *Pelas dores desse mundo óh Senhor / imploramos piedade, a um só tempo geme a criação / teus ouvidos se inclinam ao clamor dessa gente oprimida / apressa-te com tua salvação / a tua paz, bendita e emanada com a justiça / abraça o mundo inteiro, tem compaixão/o teu poder, sustente o testemunho do meu povo/teu reino venha a nós / Kyrei Eleison*. Letra e música: Rodolfo Gaede.

A música gospel surge nos Estados Unidos na década de 1950, a CCM – *Contemporary Christian Music* –, está associada aos negros, ao ritmo do jazz, caráter emocional e origem nas canções de trabalho (work songs). No Brasil, em 1970, foram os católicos que começaram a atrelar o religioso ao popular primeiro com as comunidades paraeclesiais de base e depois com o movimento da renovação carismática: “Embora antes de 1980 já existisse um mercado de música religiosa de ritmos populares no Brasil, o termo gospel ainda não era utilizado para descrevê-lo.” (BANDEIRA, 2017, não paginado).

O termo gospel está para as igrejas evangélicas para a separação das músicas católicas, uma vez que surge, para muitos autores, no meio pentecostal e neopentecostal:

[...]. Assim, ela é definida como aquela que surgiu no meio evangélico brasileiro pentecostal, neopentecostal e das igrejas renovadas da década de 1980 [...], a música gospel se diferencia da música católica em termos institucionais, ou seja, por ser percebida como parte de instâncias evangélicas e não católicas. (BANDEIRA, 2017, não paginado).

A separação, evangélica/católica, é, sem dúvidas, institucional⁶⁰ dado ao aparecimento dos próprios modos de produção, circulação e consumo desse estilo de música.

Todavia, a “explosão gospel” acontece em 1990 e cria uma “cultura” própria de expressão verbal, comportamental, dos shows, espetáculos e entretenimento⁶¹ que

⁶⁰ É institucional e, também, estética. Apesar do caráter estético estar, de certa forma, fluídico na atualidade. O gospel evangélico é cantado em celebrações carismáticas católicas.

⁶¹ É possível assistir artistas evangélicos gospel em programas seculares de televisão.

não fica, obviamente, repesada nas igrejas e, desta forma, a aproximação do conteúdo religioso com o popular fica mais evidente. Agora não mais o gospel enquanto estilo único, mas o gospel enquanto um estilo que reproduz outros estilos: samba gospel, rap, funk, forró, axé e rock.

Pode-se afirmar que o termo gospel é um estilo que subdivide-se em outros estilos como elencados acima com a pretensão da evangelização, principalmente, do público jovem. Entretanto, não é com evangelização que esse artigo se propõe; o que observar-se-á é a utilização desses subestilos gospel utilizados enquanto proselitismo político de ideias, muito atuais, de reprodução de pensamento, ideologia e prática da bancada evangélica na Câmara Federal.

Para tanto, este trabalho é ancorado na sociologia do conhecimento que busca interpretar o sentido que o homem comum atribui aos fatos da vida cotidiana. Outrossim, para a sociologia a música deve servir a essa interpretação no sentido de observar aquilo que sua letra possui enquanto sentido objetivo:

[...] que o objeto de análise dessa sociologia não é a música propriamente dita, mas as estruturas sociais (em todas as suas implicações cosmogênicas) que instituem e criam tipologias em torno da criação e recepção musical. (CZAJKA, 2013, p.119).

Metodologicamente, é interessante a junção entre sociologia do conhecimento e uma sociologia da música à qual se serve determinadas classes ou grupos sociais⁶².

Tanto classes sem entrar no pormenor da definição quanto grupos que são o norte deste, produz e reproduz através da música algumas características peculiares:

[...] cultura, ideologia e mercado constituem um tripé importante na consagração de novas formas de produção cultural (no caso da música, novas formas de audição e recepção) [...], a música não seria apenas ideologia apenas na medida em que simula, aos seres humanos, uma irracionalidade que não tem nenhum domínio sobre a disciplina de sua existência, mas também porque a irracionalidade se assemelha aos paradigmas do trabalho racionalizado. (CZAJKA, 2013, p. 127).

Daquilo que se configura enquanto “cultura” gospel é nítido que grupos evangélicos almejam o status e reconhecimento cultural para suas expressões musicais, porquanto um mercado específico estruturado existe. Com relação à ideologia enquanto algo que oferece explicações por parte daqueles que observam a

⁶² No caso posto, refere-se ao grupo social específico de evangélicos – produtores e consumidores do gospel.

realidade, num duplo contencioso entre real/irreal, racionalidade/irracionalidade, pode-se afirmar que seus produtores estão ao lado da racionalidade.

Nesse quesito, nem sempre aquilo que é proposto por parte do gospel⁶³, como o leitor atento terá a oportunidade de acompanhar, justificado aos projetos de lei de deputados da bancada evangélica, não significa, para parte secular do processo, um projeto de racionalidade, mas sim uma ideologia que, como toda, constitui-se de irracionalidades e tentativas de reproduzi-las na esfera pública, que ultrapassa a esfera social⁶⁴, para seu final, qual seja, a esfera do debate político. Dessa forma, a ideologia é expressa e cantada, em seus subgêneros não em cultos, mas em ambientes do espaço social e do público.

Decerto que, para ficar mais didática a exposição, a linhas a seguir expõem a seguinte sequência: no primeiro, a letra da música que será analisada à luz de interpretações sociológicas daquilo que é característico de uma sociologia do conhecimento; no segundo momento, o projeto de lei para a confrontação entre interpretação, ideologia e prática de deputados evangélicos.

Adão e Ivo.

Para começar, observar-se-á a letra: Adão e Ivo – do artista Emanuel Albertin⁶⁵.

*Quando o Senhor criou o céu e a terra / Ele também criou reino animal e toda
especie que existe nesse mundo para que fosse fecundo o Senhor fez um
casal;
Só o homem que vivia sozinho sem amor e sem carinho sendo formado do
pó, / mas o Senhor resolveu mudar o tom dizendo asssim não é bom que o
homem viva só;
Do próprio homem Ele tirou uma costela fez uma mulher tão bela e foi uma
maravilha / e ordenou crescei e multiplicaí;
E o homem tornou-se pai e houve a pimeira família, / mas o diabo inimigo de
Deus;
Para desfazer os planos seus, querendo manchar Seu nome, / desde os dias
da cidade Sodoma resolveu mudar a soma casando homem com homem;
A cada dia multiplica a iniquidade, / sinceramente isso me deixa pensativo /
se Deus tivesse feito homem pra casar com outro, / não seria Adão e Eva /
tinha feito Adão e Ivo. Refrão 2 x.*

⁶³ Parte do gospel – termo utilizado para evitar quaisquer generalizações. Generalizações para a sociologia, nas palavras de Giddens, são prejudiciais.

⁶⁴ Hannah Arendt sublinha a diferença entre a esfera social dos meros encontros sociais dos indivíduos e a esfera pública como espaço do debate público.

⁶⁵ Para o leitor que desejar ouvir a música: <https://www.youtube.com/watch?v=jKCGxkhwwW8>

O subgênero utilizado nessa música é o forró gospel, assim, em ritmo de forró, o artista (compositor) deixa exposto o ponto de vista do *criacionismo*, assunto caro aos cristãos, sobretudo aqui para parte dos evangélicos. Desde o começo da música, toda narrativa é sobre a construção criacionista do mundo e do homem encontrada no livro de Gênesis. Não cabe aqui entrar na questão teológica da discussão, todavia o contencioso são as explicações criacionistas e evolucionistas da criação.

Após a música fazer referência a Sodoma⁶⁶ e Gomorra que, enquanto interpretação, foram cidades destruídas por Deus pela sua imoralidade, o compositor observa os dias atuais, ou melhor, o comportamento dos indivíduos na sociedade pós-tradicional como imoral com referência à sexualidade. A crítica principal na letra da música é: *se Deus tivesse feito homem pra casar com outro não seria Adão e Eva, tinha feito Adão e Ivo*. O centro da ideologia atual de parte significativa de evangélicos está na crítica ácida à homossexualidade.

Com relação à prática da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, pode-se destacar dois projetos de lei. O primeiro refere-se ao Projeto de Lei n 8.099 de 2014 de autoria do Deputado Pastor Marco Feliciano que propõe o ensino do Criacionismo como parte integrante da grade curricular nas redes públicas e privadas de ensino. O segundo, refere-se ao Projeto de Decreto Legislativo nº 234⁶⁷ de 2011 de autoria do Deputado João Campos. A seguir um breve resumo acerca dos projetos.

Projeto de Lei nº 8.099 de 2014 que pretende estabelecer o ensino do criacionismo nas escolas públicas e privadas possui como justificativa:

Ocorre que por força da fé, dos costumes, das tradições e dos ensinamentos cristãos, a maioria da população brasileira crê no ensino criacionista, como tendo sua origem em Deus, criador supremo de todo universo e de todas as coisas que o compõe, como animais, plantas, o próprio homem. Este ensino tem como fundamento o livro de Gênesis contido no livro dos livros, a saber a Bíblia Sagrada que é a verdadeira constituição da maioria das religiões do nosso país. (FELICIANO, 2014, p. 2).

O leitor deve perguntar se tal justificativa faz sentido para parte dos evangélicos. A resposta é sim, faz sentido e, de certa forma, é a visão que atribuem ao mundo, todavia não existe a preocupação de justificar de forma secular: “[...] uma

⁶⁶ Sodomia, palavra bíblica que significa relação anal entre indivíduos do mesmo sexo ou com sexo oposto.

⁶⁷ Esse projeto de decreto legislativo ficou conhecido como “cura gay”.

vez que, no Estado secular, contam somente argumentos seculares, os cidadãos crentes são obrigados a estabelecer, entre suas convicções religiosas e seculares, uma espécie de ‘equilíbrio’ ético e teológico.” (HABERMAS, 2007, p. 143). Além do texto conter apenas questões religiosas, nada secular, indica que cidadãos crentes e não crentes devam aprender os conteúdos criacionistas como se todos fossem crentes.

Projeto de Decreto Legislativo nº 234 de 2011, pretendia suspender a Resolução nº 1/1999, do Conselho Federal de Psicologia a saber:

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. (CAMPOS, 2011, não paginado).

A norma do Conselho é explícita em orientar os profissionais a não colaborar para o tratamento da homossexualidade, uma vez que a interpretação vai ao sentido de que não é patologia. O Projeto pretendia suspender essa resolução autorizando psicólogos a tratar e curar essa “patologia”. A título de conhecimento, desde 1990 a Organização Mundial da Saúde não considera a homossexualidade como doença, o que é corroborada pelo Conselho Federal de Psicologia desde 1999. Ao término de tantas discussões de alvoroço por parte da sociedade civil, do Conselho e de acadêmicos, o projeto foi retirado pelo próprio deputado e arquivado.

Matéria prima original.

A próxima letra é: Matéria prima original – artista Juninho Lutero⁶⁸

Família é pai mãe, mãe pai, mãe pai, pai mãe...
Ela é linda e tem algo especial no olhar / Ele é simpático e faz ela sonhar,
viajar
Pegaram o avião do amor pra outro lugar / Com a benção do senhor
nasceram para se amar
O que foi feito tão perfeito não pode mudar / O conceito do casamento não
podemos adulterar
Não se faz suco de morango usando laranja / Um casal do mesmo sexo não
pode procriar
Não jorra da mesma fonte água doce e salgada / Ser feliz na
homossexualidade? Conto de fada!

⁶⁸ O leitor pode ouvir a música <https://www.youtube.com/watch?v=ntY85c2wheA>

No fundo todos sabem que não é natural / Não existe cromossomo gay, nem
 tendência homossexual
 Tudo se trata de um contexto social / E uma certa influência que vem do
 mundo espiritual
 Que deseja acabar com a família e todo senso moral / Promovendo a
 perversão. Insaciável desejo carnal
 Querem te convencer que ser homo é normal / Todos sabem que isso não é
 lei natural
 Homem, mulher, matéria prima original / Homem e mulher, matéria prima
 original
 Família é pai mãe, mãe pai, mãe pai, pai mãe - Refrão
 Homem com homem não é coisa de homem / Mulher com mulher não é coisa
 de mulher
 Você quer que eu respeite sua escolha sexual / Porém você não respeita e
 difama minha fé
 Não quero dizer que ser gay é algo monstruoso / Só quero ter a liberdade de
 falar que é um ato pecaminoso
 Eu não sou contra você, sou contra o estilo de vida / Sou contra a parada
 gay que é 100% pervertida
 Ao invés de protestarem, se manifestarem / Contra a homofobia de verdade
 Cometem atentado ao pudor pela cidade / Eu não concordo, mas respeito
 sua escolha de sexualidade
 Mas que fique entre quatro paredes seu ato de imoralidade / Vocês querem
 promover no brasil uma ditadura gay?
 PI 122? Sou contra esse projeto de lei! / Pois não vou ensinar aos meus filhos
 A verem isso como normalidade / Acredito na bíblia e para mim ela é a
 verdade
 Querem te convencer que ser homo é normal / Todos sabem que isso não é
 lei natural
 Homem, mulher, matéria prima original / Homem e mulher, matéria prima
 original
 Família é pai mãe, mãe pai, mãe pai, pai mãe... Refrão
 Deixará o homem seu pai e sua mãe e vai se unir à sua mulher / E os dois
 se tornarão uma só carne
 Família projeto de Deus.

O subgênero dessa música é o rap gospel, em ritmo de rap, a música trata da
 família nuclear, composta por pai, mãe e filhos aos moldes bíblicos e critica,
 sobremaneira, a homossexuallidade como algo não natural e imoral. Família e
 sexualidade se imiscuem, todavia a segunda mostra a face de uma ideologia que
 ultrapassa as questões bíblicas, como demonstrado no projeto acima citado, mas não
 fica apenas em uma única canção, inúmeros são os relatos de pastores que acreditam
 na cura da homossexualidade⁶⁹. Outro ponto a destacar é a disputa no espaço público
 entre crentes e não-crentes; aqueles que defendem os direitos da população LGBT e
 parte considerável dos evangélicos.

No que diz respeito à família, ao que indica é que o modelo nuclear, apesar de
 continuar a existir, coexiste com outros modelos familiares no contexto da sociedade

⁶⁹ Em minha dissertação consta alguns depoimentos de pastores neopentecostais com relação à ideia
 fixa da cura da homossexualidade.

pós-tradicional. Dessa forma, casais que se divorciam casam-se novamente e formam outra família com filhos do primeiro e segundo casamento; essas famílias recombinadas é um dos exemplos da ressignificação do modelo familiar que não se esgota em casais heterossexuais de modo que casais homoafetivos podem pleitear união estável e, exigem ao direito, de adotarem crianças.

Retorno à prática da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, pode-se destacar: Projeto de Lei nº 6583 de 2013 de autoria do Deputado Anderson Ferreira, que dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências:

Art. 2º Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. (FERREIRA, 2013, não paginado).

Vale destacar, logo em seguida, parte da justificativa presente no quarto parágrafo:

São diversas essas questões. Desde a grave epidemia das drogas, que dilacera os laços e a harmonia do ambiente familiar, à violência doméstica, à gravidez na adolescência, até mesmo a desconstrução do conceito de família, aspecto que aflige as famílias e repercute na dinâmica psicossocial do indivíduo (FERREIRA, 2013, não paginado).

Tanto o parágrafo proposto no Projeto como na justificativa, o que está em questão é a exclusão de famílias que não sejam compostas por homem e mulher. Destarte, para a crença em uma *suposta desconstrução do conceito de família*, ou seja, não observam as transformações da família no contexto da sociedade pós-tradicional. Excluir, em todos os casos, é não reconhecer no próximo um sujeito de direito e portador de dignidade; em suma, é retirá-lo do espaço social e público; é normatizar que tipo de família é aceita como modelo.

O Brasil quer o hexa.

A próxima letra é: O Brasil quer o hexa – autor: Magno Malta⁷⁰.

O Brasil quer o Hexa/o Brasil quer o Hexa
E Deus quer o Brasil – refrão 2 x

⁷⁰ O leitor pode ouvir <https://www.youtube.com/watch?v=IA-HISCBNUQ>

Um país que leve a sério a legislação;
 Um país que ame de verdade o cidadão;
 Que não despreze os padrões de moral e justiça que Deus criou;
 Que valoriza a vida no ventre da mãe que Deus abençoou;
 Ah, se o meu país fosse assim, melhor seria então pra mim e para toda a nação;
 Eu daria nota dez da cabeça até os pés, não haveria vergonha de mostrar pro mundo a potência que és;
 Chega de promessa sem cumprir;
 Deixa o Senhor agir pro amor verde e amarelo então fluir;
 Pra pedofilia não, com Jesus no coração, em todos os lances da vida vai ser campeão.
 O Brasil quer o hexa/o Brasil quer o hexa
 E Deus quer o Brasil – refrão 4 x
 Muda Brasil...contra a pedofilia, contra o aborto, um país em favor da família.

O subgênero dessa música é o samba gospel, ao ritmo de samba, representa a síntese entre política e religião, expressa aquilo que desejam enquanto país e sociedade – sem corrupção e segundo a moral cristã – um ideal tipo de país que inclui os crentes e exclui os não crentes. Antes, porém, é necessário que crentes aprendam com seculares, sem o desejo obsessivo da imposição daquilo que é mundo; e que os seculares não descartem a religião como um outra forma de se explicar a vida:

[...]. Tal pressuposição significa que o etos democrático de cidadãos do Estado (na interpretação por mim sugerida) só pode ser imputado simetricamente a todos os cidadãos se estes, tanto os seculares como os religiosos, passarem por processos de aprendizagem complementares. (HABERMAS, 2007, p. 158).

A aprendizagem da qual diz o autor passa por pressupostos cognitivos e comunicativos que coloque lados opostos em diálogo de entendimento – cientistas e religiosos. Enquanto tal não acontecer, crentes na política continuarão a se servir de seus ideais sem a menor preocupação com a tradução de seus projetos de lei para a linguagem secular.

Novamente, a prática da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, destaca-se: Projeto de Lei nº 5069 de 2013 de autoria do Deputado Eduardo Cunha e outros. Acrescenta o art. 127-A ao Decreto Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a saber:

Anúncio de meio abortivo ou induzimento ao aborto
 Art. 127-A. Anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto, induzir ou instigar gestante a usar substância ou objeto abortivo, instruir ou orientar gestante sobre como praticar aborto, ou prestar-lhe qualquer auxílio para que o pratique, ainda que sob o pretexto de redução de danos:
 Pena: detenção, de quatro a oito anos.

§ 1º Se o agente é funcionário da saúde pública, ou exerce a profissão de médico, farmacêutico ou enfermeiro::
Pena: prisão, de cinco a dez anos. (CUNHA, 2013, não paginado).

Que os cristãos, de modo geral, aqui parte dos evangélicos são contrários ao aborto é de comum acordo e está prescrito na letra da música *O Brasil quer o hexa*, a tentativa de criminalizar o aborto em qualquer circunstância é pauta da bancada; atualmente o aborto é permitido em alguns casos, quais sejam: mulher vítima de estupro, gestação de anencéfalo e quando a mãe corre risco; todavia, a bancada se coloca na posição de criminalizar mulheres e profissionais que praticam o aborto mesmo que a justificativa seja:

“A legalização do aborto vem sendo imposta a todo o mundo por organizações internacionais inspiradas por uma ideologia neo-maltusiana de controle populacional, e financiadas por fundações norte-americanas ligadas a interesses super-capitalistas.” (CUNHA, 2013, não paginado).

Mesmo que parte da justificativa tenha um caráter *meio conspiratório* é a forma como os cidadãos do Estado (HABERMAS, 2007) resolvem abstrair ao afirmar que o *mundo passa por imposições de legalização do aborto, financiadas por fundações norte-americanas a interesses super-capitalistas*.

Volta-se à razão da justificativa, mesmo que o tom seja secular o pano de fundo é religioso, porém se for uma questão de opinião daqueles que elaboram deve-se ser superada:

A opinião pensa mal; ela não pensa; ela traduz necessidades em conhecimentos [...]. Nada se pode fundar sobre a opinião; é preciso primeiramente destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a superar [...]. O espírito científico impede-nos de ter uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular claramente. Antes de tudo o mais é preciso formular. (BACHELARD, 1983, p. 147).

Obviamente que não se deseja transformar o *cidadão de Estado* em *cidadão da Sociedade*, ou melhor, o político em cientista e vice-versa, contudo projetos de lei baseados em opinião devem ser superados como obstáculo epistemológico; ainda que o assunto aborto seja controverso, polêmico e desperte paixões entre crentes e não crentes.

Conclusão.

Durante o percurso deste artigo, procurou-se observar que as letras das músicas possuem seus correspondentes nos projetos de lei apresentados por deputados da bancada evangélica na Câmara. Para cada letra uma breve interpretação e após a exemplificação dos projetos seguidos, também, por comentários. À guisa de conclusão é possível afirmar que: as músicas estão para a ideologia, forma de pensamento e reprodução, assim como a prática política dos representantes evangélicos no Legislativo Federal.

O fato de a religião estar entrelaçada com a política é fruto do processo democrático em que os cidadãos possuem voz no espaço público. No caso de parte dos evangélicos, representados, é factível que suas demandas sejam postas nos debates, mesmo que sobrecarregadas de mensagens religiosas, teológicas, doutrinárias que afaçam as mais diversas denominações existentes no território nacional. Todavia, a entrada dos crentes na política, além de não passar despercebida, gera contradições sobre assuntos polêmicos com os não-crentes.

Nessas contradições estão as disputas, no campo político, por voz (e a voz mais alta), seguidas por votos de eleitores e composições em plenário – não raro as bancadas se unem em torno de determinados assuntos – sem antes travar infundáveis debates no espaço público a dividir os crentes de não-crentes. Todo esse cenário é legítimo e faz parte do jogo político, mesmo que as pautas defendidas pela bancada evangélica sejam conservadoras e algumas beírem ao reacionarismo político.

As pautas conservadoras são as mais variadas como demonstradas: a questão da sexualidade, com ênfase na homossexualidade, a defesa dos valores da família tradicional, o criacionismo como matéria obrigatória nas escolas públicas e particulares e contra o aborto. Todas essas pautas são justificadas pela concepção de mundo própria desse grupo. Todavia, é importante que os homens públicos tenham em suas atuações alguns cuidados: preocupar-se em traduzir as leis de conteúdos religiosos para a linguagem secular; superar a opinião como obstáculo epistemológico e aprender na relação crentes/não-crentes.

A qualidade dos legisladores é medida através das competências e habilidades em propor e votar leis. É imprescindível uma leitura apurada, não somente daquilo que faz sentido para os evangélicos, mas também em como a sociedade pós-tradicional, em constante transformação, atribui novos sentidos aos fatos. A ampliação de direitos e a manutenção da dignidade humana são fundamentais.

Assim, incluir em vez de excluir é a política mais apropriada para os dias atuais e pautas conservadoras não contribuem para que esse fato ocorra.

Referências

BACHELARD, Gaston. **Epistemologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BANDEIRA, Olívia. Música gospel no Brasil: reflexões em torno da bibliografia do tema. In: **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, vol. 37, n. 2, 2017.

CAMPOS, João. **Projeto de decreto legislativo 234 de 2011**. Susta a aplicação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostraintegra?codteor=881210&filena me=PDC+234/2011>. Acesso em: 14 jan. 2016.

CUNHA, Eduardo. **Projeto de Lei 5069 de 2013**. Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei no. 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1061132&filen ame=Tramitacao-PL+5069/2013> . Acesso em: 14 jan. 2016.

CZAJKA, Rodrigo. Por uma sociologia da música em Theodor Adorno. **Baleia na rede: estudos em arte e sociedade**, Marília, vol 1, n. 10, 2013.

FELICIANO, Marco. **Projeto de Lei 8099 de 2014**. Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, conteúdos sobre Criacionismo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostraintegra?codteor=1286780&filena me=PL+8099/2014> . Acesso em: 14 jan. 2016.

FERREIRA, Anderson. **Projeto de Lei 6583 de 2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostraintegra;jsessionid=6854702EB4B535B703040682159C248.proposicoesWeb1?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013> . Acesso em: 14 jan. 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

NOVAES, Regina. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, vol. 32, n. 1, p. 184-208, 2012.

ASCESE E O PENSAMENTO DE NIETZSCHE: TRANSVALORANDO OS VALORES

Gilberto Silva dos Santos⁷¹

Resumo: a partir da filosofia de Friedrich Nietzsche, buscamos pensar o conceito de ascese, particularmente na obra *Genealogia da Moral* (NIETZSCHE, 2009). Faremos recortes no prólogo da obra referida, mas igualmente em outras obras do filósofo alemão, para destacar, tendo como metodologia a genealogia, como o conhecimento nos impede de viver uma ascese, tal como podemos interpretar na filosofia de Nietzsche. Com isso, apontamos como o conhecimento pode tornar-se moralizador de nossas experiências. Cientes da possibilidade de interpretação, proposta pelo filósofo, pensamos ascese como um modo de romper com valores normativos, tomados como essenciais, a-históricos, no percurso de não enxergar-se através dos valores coletivos. Embora essa substituição não possa ser vista como uma receita, prescrita a todos e a cada um, vale destacar que à medida que suspeitamos de nós mesmos, perspectivamos os nossos valores tão arraigados. Nesse percurso, lemos ascese como um modo de pensar a transvaloração dos valores no contemporâneo.

Palavras-chaves: Ascese. Moral. Conhecimento. Nietzsche. Transvaloração dos valores.

Abstract

From the philosophy of Friedrich Nietzsche, we seek to think about the concept of asceticism, particularly in the work *Genealogy of Morals* (NIETZSCHE, 2009). We will make cuts in the prologue of the mentioned work, but also in other works of the German philosopher, to emphasize, having as methodology the genealogy, how knowledge prevents us from living an asceticism, as we can interpret in the philosophy of Nietzsche. With this, we point out how knowledge can become a moralizer of our experiences. Aware of the possibility of interpretation, proposed by the philosopher, we think of asceticism as a way of breaking with normative values, taken as essential, a-historical, in the course of not seeing through collective values. Although this substitution can not be seen as a recipe, prescribed to each and everyone, it is worth pointing out that as we suspect ourselves, we are looking at our deeply rooted values. In this way, we read asceticism as a way of thinking the transvaluation of values in the contemporary.

Keywords: Asceticism. Moral. Knowledge. Nietzsche. Transvaluation of values.

Nietzsche (2009, p. 7), no prólogo de *Genealogia da Moral*, inicia escrevendo o seguinte: “nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos somos desconhecidos – e não sem motivo”. O autor inicia este escrito apontando que

⁷¹ Licenciado em Matemática (UFRGS). Mestre em Educação em Ciências (PPGQVS/UFRGS) e doutorando em Educação em Ciências (PPGEC/UFRGS).

o que fazemos conosco⁷² está distante de que podemos denominar de ascese. Mas, prosseguimos com o autor: “nunca nos procuramos: como poderia acontecer que um dia nos encontrássemos?” Aqui, nos permitimos fazer um elo com *Ecce homo* (que significa, segundo uma passagem bíblica: eis o homem, ao se referir a Jesus Cristo). O interessante é destacar o subtítulo do livro: *como alguém se torna o que é*. Tornar-se o que se é, em nossa interpretação, aponta para o que possa ser uma ascese em Nietzsche, diferente da citação inicial que aponta o nosso mascaramento frente ao conhecimento. A filosofia do autor alemão tenta romper com o dado, a verdade, as máscaras, as marcas, os rótulos temporais no intuito de constituir um percurso errante, que beira ao caos, mas que institui – se assim puder ser dito – outro modo de se relacionar com a verdade, com o dado, com a certeza, em especial, com o conhecimento.

Seguindo o escrito do livro *Genealogia da Moral*, temos que “com razão alguém disse: ‘onde estiver teu tesouro, estará também teu coração’” (NIETZSCHE, 2009, p. 7). O interessante é pensarmos que esse alguém é ninguém menos que Jesus Cristo. Em especial, e aqui inicia a discussão que permeia o livro todo. Percebemos pistas para pensar que esse conhecimento – referenciado pelo autor – que faz com que aquilo pelo qual não nos conhecemos - ou, nas suas próprias palavras, que não nos tornemos o que somos – venha da moral. Em especial, da moral cristã. Apresentado o tema principal do livro, podemos prosseguir com a leitura do prólogo.

Nietzsche prossegue: “quanto ao mais da vida, as chamadas ‘vivências’, qual de nós pode levá-las a sério? Ou ter tempo para elas? Nas experiências presentes, receio, estamos sempre ‘ausentes’” (NIETZSCHE, 2009, p. 7). Vivência é um conceito importante para iniciarmos uma ascese em Nietzsche. O filósofo alemão toma a sua vida como experiência. A sua filosofia é a constituição do que ele acredita e desenvolve. A pesquisadora Scarlett Marton (2010, p. 7-8) escreve que “ele vem pôr em questão nossa maneira de pensar, agir e sentir”. Em especial “tenta implodir os dualismos, fazendo ver que, ao contrário do que julgamos, a verdade não é necessariamente o oposto do erro”. Criticando os valores, “provoca nosso modo usual de sentir, quando ataca com determinação a religião cristã e a moral do

⁷² Escolhemos a escrita em terceira pessoa, pois escrevemos com tudo aquilo que nos atravessa: nossas leituras, nossos autores, as vivências. Em suma, escrevemos com o que nos toca; com os movimentos do corpo. Corpo este que se faz potência e que nega – insistentemente nega – o dual corpo/alma.

ressentimento, tornando evidente que, ao contrário do que acreditamos, nós, seres humanos, nada temos de divino”. Com isso, “Nietzsche, filósofo da suspeita, convida o leitor a pôr continuamente em causa seus preconceitos, crenças e convicções”.

Sendo um filósofo da suspeita, Nietzsche escreve, em *Ecce homo*,

eu não construo novos ídolos; os velhos que aprendam o que significa ter pés de barro. *Derrubar ídolos* (minha palavra para ‘ideias’) - isto sim é meu ofício. A realidade foi despojada de seu valor, seu sentido, sua veracidade, na medida em que se forjou um mundo ideal... (NIETZSCHE, 2008, p. 15-16)

O interessante é pensarmos que o mundo ideal aqui, remete à filosofia platônica em que temos o mundo das essências e o mundo das aparências. É um dos primeiros ideais a que Nietzsche vem suspeitar. O exercício dele é suspeitar da moral. Ou seja, mostrar que se ela é um ídolo, que ela tem pés de barro. E assim, que suas crenças, suas normas – enfim – sejam colocadas em suspeita. Colocando essas normas em suspeita, talvez possamos estar presentes nas experiências.

“o ‘mundo verdadeiro’ e o ‘mundo aparente’ – leia-se: o mundo forjado e a realidade... A mentira do ideal foi até agora a maldição sobre a realidade, através dela a humanidade mesma tornou-se mendaz e falsa até seus instintos mais básicos – a ponto de adorar os valores inversos aos únicos que lhe garantiriam o florescimento, o futuro, o elevado direito ao futuro” (NIETZSCHE, 2008, p. 16).

“Mas o que diz ele mesmo [aqui, referência a Zaratustra, que seria, para alguns estudiosos, o próprio Nietzsche⁷³], ao retornar pela primeira vez à solidão? Precisamente o oposto do que diria em tal caso qualquer ‘sábio’, ‘santo’, ‘salvador do mundo’ ou outro *décadent*... Ele não apenas fala diferente, ele é também diferente...” (NIETZSCHE, 2008, p. 17). Ou seja, essa própria experiência filosófica tomada e vivida pelo Nietzsche. Percebe-se que para além de uma constituição filosófica, Nietzsche experiencia, vive, respira seus escritos. Outro exemplo para apontar essa forma de experiência consigo, proposta por Nietzsche, está na seguinte passagem: “a fortuna de minha existência, sua singularidade talvez, está em sua fatalidade: diria, em forma de enigma, que como meu pai, já morri, e como minha mãe ainda vivo e

⁷³ Conforme Scarlett Marton (2011, p. 273) “é no âmbito da relação entre autor e leitor que autor e personagem situam as questões estilísticas. Ao escolher um estilo, burilá-lo, aprimorá-lo, Nietzsche/Zaratustra seleciona seu leitor”.

envelheço”. Assim, ele experimenta o lado vivo de sua filosofia, mas, ao mesmo tempo, experimenta a dor causada pela morte desse seu pensamento. Aqui, podemos iniciar a discussão em torno da afirmação nietzschiana não apenas do tempo, mas do viver. Antes disso, gostaríamos de destacar outra passagem:

Restabelecimento significa em mim uma longa, demasiado longa sucessão de anos – significa também, infelizmente, recaída, decaída, periodicidade de uma espécie de *décadence*. Preciso dizer, após tudo isso, que sou experimentado em questões *décadence*? Conheço-a de trás para a frente. Inclusive aquela arte de filigrana⁷⁴ de prender e apreender, aqueles dedos para *nuances*, aquela psicologia do ‘ver além do ângulo’, e o que mais me seja próprio, tudo foi então aprendido, é a verdadeira dádiva daquele tempo em que tudo em mim se refinava, tanto a observação mesma como os órgãos da observação. Da ótica do doente ver conceitos e valores mais sãos, e, inversamente, da plenitude e certeza da vida rica descer os olhos ao secreto labor dos instintos de *décadence* – esse foi o meu mais longo exercício, minha verdadeira experiência, se em algo vim a ser mestre, foi nisso. Agora tenho-o nas mãos, tenho mão bastante para *deslocar perspectivas*: razão primeira porque talvez, somente para mim seja possível uma ‘transvaloração dos valores’ (NIETZSCHE, 2008, p. 22).

Quando Nietzsche aponta ‘deslocar perspectivas’, “ver além do ângulo”, ele inicia a discussão de olhar de forma, demorada – se demorar o tempo necessário - para que se possa ver, em especial, suspeitar. Retomo o escrito anteriormente em que dissemos que Nietzsche nos ensina a suspeitar. Assim, mais uma vez, precisamos iniciar o exercício da desconfiança. Bagunçar o que nos é dado e está ali, na frente, pronto. Acredito que transvalorar, com Nietzsche, seja esse exercício mesmo de se demorar. Se estender, em suas palavras, ruminar.

“Bem cunhado e moldado, um *aforismo* não foi ainda “decifrado”, ao ser apenas lido: deve ter início, então, a sua interpretação, para a qual se requer uma arte da interpretação” (NIETZSCHE, 2009, p. 14). Como Nietzsche mesmo oferece, na terceira dissertação do livro *Genealogia da Moral*, os escritos são antecidos por um aforismo: **“Descuidados, zombeteiros, violentos – assim nos quer a sabedoria: ela é uma mulher, ela ama somente um guerreiro”**. Aqui, percebe-se esse exercício de interpretação do aforismo. A sabedoria nos quer assim mesmo: descuidados, violentos e zombeteiros, mas que zombem das experiências, aquelas

⁷⁴ Filigrana em papel é uma forma de arte que envolve o uso de tiras de papel que são enroladas, moldadas e coladas para criar desenhos decorativos. Disponível em: <<http://artesanatobrasil.net/filigrana-de-papel-basico-e-tecnicas-para-iniciantes/>>. Acesso em 24/09/2017.

vividas por Nietzsche. A sabedoria apaga a experiência, o vivido. Ela como um relance repete o conhecido. Trata de uma identificação. De um modelo – cópia falsa – do plano ideal, da essência que faz com que possamos produzir apenas uma realidade que busca, sem nunca atingir, esse lugar verdadeiro, essencial, uno, universal. Seguindo o aforismo, o fato de chamá-la de mulher, não pode ser tomado como uma crítica – como se pudesse afirmar que Nietzsche é machista. Distante dessa afirmar, interpretamos o vazio, o arbitrário da linguagem – apresentando o que seria esse lugar mesmo da mulher: idealizada, platônica, romântica, sonhada, esperada. Ela não pode agir, cabe a ela, esperar. Ou seja, a mulher como ‘sombra’ do homem. Para encerrar o aforismo, esse amar um único guerreiro como amor pela verdade, pelo conhecimento. Esse amor, essa inclinação que o homem tem pela verdade, pelo conhecimento e o quanto essa disposição o tira de vivenciar as experiências em prol do conhecimento. Retomando o início do texto: nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos, pois amamos um único guerreiro, o conhecimento.

Ou seja, a interpretação para Nietzsche tem esse ar artístico, afirmativo, potente. Nas palavras do filósofo, “é certo que, a praticar desse modo a leitura como *arte*, faz-se preciso algo que precisamente em nossos dias está bem esquecido – e que exigirá tempo, até que minhas obras sejam ‘legíveis’ -, para o qual é imprescindível ser quase uma vaca, e não um ‘homem moderno’: o ruminar...” (NIETZSCHE, 2009, p.14). O ruminar como esse percurso longo, demorado, sem pressa. Como uma prática ou, nas palavras do filósofo, como uma experiência. Aqui, o ruminar pode ser pensado como uma ascese interpretativa. Observa-se o ver “além do ângulo” como um desdobramento desse exercício de ruminar, de se estender, de interpretar que cria, que produz.

Retomando o prólogo de *Genealogia da Moral*, enquanto estivermos distantes das experiências, enquanto formos mulheres que amam um único guerreiro, continuaremos “necessariamente estranhos a nós mesmos, não nos compreendemos, temos que nos mal-entender, a nós se aplicará para sempre a frase: ‘cada qual é o mais distante de si mesmo’ – para nós mesmos somos ‘homens do desconhecimento’” (NIETZSCHE, 2009, p. 7, aspas do autor). Ironicamente, ao percorrermos a trilha do conhecimento, nos desconhecemos. Como se diariamente vivêssemos distante de nós mesmos.

“Meus pensamentos sobre a origem de nossos preconceitos morais é o tema deste escrito polêmico”. Embora, Nietzsche afirme que tais discussões iniciaram no livro *Humano, demasiado humano*, é aqui, no livro *Genealogia da Moral*, que as discussões morais amadurecem para ele, pois

Não temos o direito de atuar isoladamente em nada: não podemos errar isolados, nem isolados encontrar a verdade. Mas sim, com a necessidade com que uma árvore tem seus frutos, nascem em nós nossas ideias, nossos valores, nossos sins e não e ses e quês – todos relacionados e relativos uns aos outros, e testemunhas de uma vontade, uma saúde, um terreno, um sol. – Se vocês gostarão desses nossos frutos? – Mas que importa isso às árvores! Que importa isso a nós, filósofos!...(NIETZSCHE, 2009, p. 8).

Nietzsche inicia sua crítica ao utilitarismo da ciência, do conhecimento. Faz, no trecho lido acima, uma crítica aos operários da filosofia, pois “[...] ao buscar atingir a ‘verdade’ a qualquer preço, os filósofos empenham-se em dissipar todas as perspectivas consolidadas. Mas, ao fazê-lo, também eles se tornam ‘asnos’, pois colocam-se a serviço de uma convicção e diante dela se detêm” (MARTON, 2011, p. 275, aspas da autora). A crítica nietzschiana aos filósofos que até agora – o tempo aqui, tomado como sua experiência de vida – se inclinaram a verdade e tentaram fazer de sua perspectiva a perspectiva: total, globalizadora. O termo operário como sinônimo de reprodução em detrimento ao filósofo como artista que elabora, afirma, cria suas interpretações. Assim, já podemos apontar um primeiro conceito da filosofia de Nietzsche. A saber, a interpretação.

Interpretar, para ele, é uma criação. Uma elaboração a partir de um ângulo. Não existe a interpretação verdadeira, universal, única. Existem múltiplas interpretações, no âmbito da provisoriedade não apenas do tempo, mas do próprio interprete. Quando falo de interprete, não falamos de um sujeito a priori que descobre as coisas, que vai até o objeto para decifrá-lo, interpretá-lo e que permanece sempre o mesmo, essencializado. Usamos o termo interprete para pensarmos ascense. Com isso o interprete a partir de suas experiências, suas vivências, seu tempo e, como Nietzsche sugere, no exercício ruminativo, ele vai interpretando, criando, constituindo

o que denominamos de perspectiva. Novamente, a perspectiva, para o filósofo da Sils Maria⁷⁵ é múltipla e está imbricada com o tempo do qual ela emerge.

Nas palavras do filósofo, “[...] a física é apenas uma interpretação e disposição do mundo (nisso nos acompanhando, permitam lembrar!) e não uma explicação do mundo [...]” (NIETZSCHE, 2005, p. 19). Consoante com o filósofo, acreditamos que a matemática também seja uma interpretação do mundo. Uma lente com a qual, enxergamos e tentamos “explicar” o mundo. Observa-se que a perspectiva vai pautando-se nas vivências, nas experiências que impulsionam nosso modo de pensar, de se relacionar com e no mundo.

Retomando o prólogo do livro em questão, temos que:

Por um escrúpulo que me é peculiar, e que confesso a contragosto – diz respeito à moral, a tudo o que até agora foi celebrado na terra como moral -, escrúpulo que surgiu tão cedo em minha vida, tão insolicitado, tão incontido, tão em contradição com ambiente, idade, exemplo, precedência, que eu quase poderia denominá-lo meu “a priori” (NIETZSCHE, 2009, p. 8).

Cabe destacar que Nietzsche cresceu em uma família religiosa. Seu pai era pastor. Desde pequeno, sofre com dores de cabeça e nos olhos. A relação saúde-doença que aparece em seus escritos o segue pela vida toda, como experiência. Em 1864, ele matricula-se na Universidade de Bonn como estudante de teologia. Em 1865, desentende-se com sua mãe e resolve transferir-se para Leipzig e estudar filologia⁷⁶ clássica. Após seguir com os estudos de filologia, acaba aproximando-se da filosofia. Ao que tudo indica, nos parece que essa crítica aos preceitos morais amadurece à medida que Nietzsche vive e abandona a teologia – ou antes, com a morte do pai aos cinco anos (1849), quando seguia uma religião, mas o quanto os estudos filológicos lhe dão condições para iniciar seu projeto da *Genealogia da Moral*: a saber, problematizar a origem dos preconceitos morais.

⁷⁵ Nietzsche é conhecido como o filósofo de Sils Maria, uma montanha onde se situava uma casa em que o filósofo viveu durante sete verões (1881 e 1883-1888), na Engadina, na Suécia. Hoje a casa é o maior museu do filósofo do mundo com seus livros escritos em diversas línguas assim como um vasto material bibliográfico. O local também é um hotel que preserva algumas características da época do filósofo. O curioso é pensarmos que durante esses verões, em Sils Maria, Nietzsche produz obras como Assim falava Zaratustra (1883-1885), Humano, demasiado humano (1886), genealogia da Moral (1887) e os últimos livros O crepúsculo dos ídolos, Ecce Homo e O anticristo (ambos em 1888).

⁷⁶ Estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos. Estudo de uma língua.

Seguindo o prólogo, “tanto minha curiosidade quanto minha suspeita deveriam logo deter-se na questão de onde se originam verdadeiramente nosso bem e nosso mal” (NIETZSCHE, 2009, p. 8). Vemos o suspeitar proposto pelo filósofo. Desconfiar dos pesos que denominamos de bem e mal. Aqui, faremos um recorte para pensar a moral nos escritos de Nietzsche. No livro *Além do Bem e do Mal* (escrito antes de *Genealogia da Moral*), Nietzsche vai constituindo seus entendimentos acerca da moral.

Durante a era mais longa da história humana – a chamada pré-história – o valor de uma ação era deduzido de suas consequências: não se considerava a ação em si nem a sua origem, [...] a força retroativa do sucesso ou do fracasso que levava os homens a pensar bem ou mal de uma ação. Chamaremos esse período de período pré-moral da humanidade: o imperativo ‘conhece-te a ti mesmo!’ ainda não era conhecido (NIETZSCHE, 2005, p. 36).

Inicialmente, os valores eram pautados pelas experiências, pelo vivido. A ação só teria um valor nela e não fora dela. Não exista, então, um a priori que já valorasse de antemão. É interessante pensarmos que o dado, a verdade são os pesos das nossas valorações. O livro *Genealogia da Moral* é interpretado por nós como um exercício analítico de suspeitar dos nossos pesos, por quais coisas nos debruçamos e por quais outras, esquecemos – se assim puder ser dito - em prol de nossas avaliações⁷⁷. Seguindo com o autor,

Nos últimos dez milênios, contudo, em largas regiões da Terra chegou-se gradualmente ao ponto em que é a origem da ação, e não mais as consequências, que determina o seu valor: um grande acontecimento em seu todo, um considerável refinamento do olhar e da medida, a repercussão inconsciente do predomínio de valores aristocráticos e da crença na ‘origem’, a marca de um período que se pode denominar moral no senso estrito: com isso fez-se a primeira tentativa de autoconhecimento. Em vez das consequências, a origem: que inversão da perspectiva! (NIETZSCHE, 2005, p. 36).

Nietzsche suspeita do que fizemos com os nossos valores. À medida que constituímos o conhecimento, a tomada da ação e não mais a pós-ação passa a ser

⁷⁷ O filósofo alemão entende os valores como os modos pelos quais avaliamos e/ou somos avaliados. Para ele, o valor tem um duplo critério: avaliar ou ser avaliado (AZEREDO, 2003).

interpretada como condição para valorar. Percebe-se que como homens do conhecimento, deixamos de experimentar as situações em prol dos valores a priori a nós mesmos e que ao serem escolhidos, independente de suas consequências, de suas vivências, já nos colocam em patamares valorativos. Essa perspectiva que apaga as vivências em prol dos valores é denominada por Nietzsche como a grande doença humana: a moral.

E sem dúvida uma inversão alcançada após longos combates e hesitações! É verdade que com isso uma nova e fatal superstição, uma singular estreiteza de interpretação tornou-se dominante: a origem de uma ação foi interpretada, no sentido mais determinado, como origem a partir de uma intenção; concordou-se em acreditar que o valor de uma ação reside no valor de sua intenção (NIETZSCHE, 2005, p. 36-37).

O valor de uma ação está em sua intenção e menos em suas consequências. Dessa forma, Nietzsche vai denunciando que vamos nos distanciando das experiências, das relações com e no corpo, pois é a intenção, aquilo que está no consciente, na alma, no pensamento que faz com que nossas atitudes – estamos cada vez mais distantes de tomarmos atitudes, pois segundo Nietzsche, seguimos o rebanho – sejam pautadas pela moral que está pronta, organizada e ditando formas pelas quais devemos experimentar, viver, olhar o mundo. Usando as palavras do filósofo, vivemos uma perspectiva do distanciamento, pois estamos distantes de nós mesmos em prol de algo idealizado.

A intenção como origem e pré-história de uma ação: sob a ótica desse preconceito é que, quase até os dias de hoje, sempre se louvou, condenou, julgou e também se filosofou moralmente. – Mas não teríamos alcançado a necessidade de novamente nos decidirmos quanto a uma inversão e um deslocamento básico de valores, graças a um novo autoescrutínio e aprofundamento do homem, - não estaríamos no limiar de um período que, negativamente, de imediato se poderia designar como extramoral: agora, quando pelo menos entre nós, imoralistas, corre a suspeita de que o valor decisivo de uma ação está justamente naquilo que nela é *intencional*, e que toda a sua intencionalidade, tudo o que dela pode ser visto, sabido, 'tornado consciente', pertence ainda à superfície, à sua pele – que, como toda pele, revela algo, mas sobretudo *esconde*? (NIETZSCHE, 2005, p. 37).

Assim, Nietzsche vai denunciando que a intenção de uma ação toma o lugar de valor da experiência. Lógico que experiência não deve ser tomada unicamente

como algo prático em detrimento do teórico, pois no pensamento pós-estruturalista ao qual emerge com a filosofia de Nietzsche, temos que o dualismo teoria/prática desfaz no entendimento de que tanto teoria quanto prática são modos de viver, de experimentar. O que talvez o filósofo esteja alertando é para um caráter longitudinal com que nos afastamos daquilo que fazemos. Mais do que isso, do caráter com que nos desvinculamos de nossas vivências em prol da intenção. Com isso, se a intenção for boa, o que fizermos terá o valor de bom, pois a origem dessa valoração reside na intenção. No entanto, a potência do vivido, do experienciado explode a intenção no que há de mais potente no viver em rebanho: a intencionalidade⁷⁸.

“[...] Em suma, acreditamos que a intenção é apenas sinal e sintoma que exige primeiro uma interpretação [...]” (NIETZSCHE, 2005, p. 37). A intenção com a qual realizamos nossas ações já passou por um processo avaliativo, interpretativo. O que Nietzsche denuncia, e nos convida a suspeitar – são essas intenções que nos arrastam como uma correnteza para um lugar coletivo. Mais do que isso, que o lugar coletivo está no além do que vivemos: no ideal platônico. “[...] e além disso um sinal que, por significar coisas demais, nada significa, - que a moral, na acepção que até agora teve, isto é, moral das intenções, foi um preconceito, uma precipitação, algo provisório [...]” (NIETZSCHE, 2005, P. 37). O que move o homem do conhecimento – conhecer como pré-conhecer e/ou reconhecer -: a intencionalidade das ações como algo valorado de forma superior em relação à própria ação. Com isso, podemos inclusive dizer que a não ação se escolhida por conta da intenção será mais bem valorada do que a ação na moral denunciada por Nietzsche. Jogamos nossos valores, experiências para longe de nós: para um lugar que está além e aquém do corpo: a alma como o não lugar perfeito do valor coletivo.

Para o filósofo, a moral, tratada pelos filósofos a partir de Sócrates, diz respeito a um exercício duplo: de um lado, uma moral como algo que valeria em si. Supostamente ela seria seu próprio valor. Na contra partida, a moral seria aquilo que supostamente valoraria a todos, servido ao coletivo. Em outras palavras, moral ora valoraria a si, ora seria critério para valoração. Nietzsche faz, então, uma distinção na própria moral. “Moral, entenda-se, como a teoria das relações de dominação sob as quais se origina o fenômeno ‘vida’” (NIETZSCHE, 2005, p. 24). Assim, o filósofo

⁷⁸ Nietzsche denomina de animal de rebanho, o coletivo que segue a moral no percurso que nega o corpo. (NIETZSCHE, 2005, 2009), pois “ser humano é antes de tudo ser moral” (SOUZA, 2009).

vai se perguntar “de onde se originam verdadeiramente nosso bem e nosso mal”? (NIETZSCHE, 2009, p. 8). Seguindo as suas indagações, ele se pergunta “sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor ‘bom’ e ‘mau’? e que valor eles têm?”. Esses valores são “indícios de miséria, empobrecimento, degeneração da vida?” sob os quais ele vai indicar como a moral do escravo “ou, ao contrário, revela-se neles a plenitude, a força, a vontade da vida, sua coragem, sua certeza, seu futuro?” ao qual ele vai associar – mesmo que inicialmente - a moral do nobre. É interessante destacar que Nietzsche problematiza que tipo de homem se constitui pela moral do escravo e pela moral do senhor.

De uma forma simplificada, a moral do senhor é uma forma de moral que cria, a partir das experiências, aquilo que é bom do que é ruim. Ruim, então, como aquele nobre que não é capaz de comandar, de ser forte, de se impor (AZEREDO, 2003). De uma forma supostamente inversa, a moral do escravo é vista como a moral fraca. Uma vez que o escravo não consegue lutar, medir forças como o senhor, pois se sente fraco perante o forte, ele une-se – formando o rebanho – e valora as atitudes do senhor como más e as suas como boas. Neste caso, a moral do escravo elabora o bem e o mal, uma vez que faz o bem quem se une coletivamente, e, faz o mal, aquele que pretende dominar. Nietzsche prossegue em seus estudos, apontando que a principal doença do coletivo reside na moral da compaixão. Nesse exercício altruísta em que a moral do escravo te engloba supostamente na tentativa de te fazer forte, o que é o oposto do que Nietzsche pensa, pois essa moral da compaixão te joga para a doença, te faz renunciar a vida. Nas palavras do filósofo, é a doença da modernidade⁷⁹. “Precisamente nisso enxerguei o começo do fim, o ponto morto, o cansaço que olha para trás, a vontade que se volta contra a vida, a última doença anunciando-se terna e melancólica: eu compreendi a moral da compaixão” (NIETZSCHE, 2005, p. 11).

Anuncia-se, assim, uma necessidade “de uma crítica dos valores morais, o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão” (NIETZSCHE, 2005, p. 11). Ao fazer essa crítica, Nietzsche aponta uma transvaloração⁸⁰ dos valores. Uma

⁷⁹ “eu sou um adversário do amolecimento moderno dos sentimentos” (NIETZSCHE, 2009, p. 11).

⁸⁰ Tradução de *Umwertung aller Werte*. Sobre a tradução, encontramos, pelo menos, três traduções para o português. Paulo Cesar de Souza, no livro *O anticristo* (NIETZSCHE, 2016b, p. 18) usa o termo tresvaloração de todos os valores. No mesmo livro de tradução de David Jardim Júnior (NIETZSCHE, 2016a, p. 24), o tradutor usa a expressão transposição de todos os valores. Mas, optamos pela tradução feita por autores como Scarlett Marton (2001, 2010,) e Fernando de Moraes Barros (2002): transvaloração de todos os valores.

vez que “tomava-se o valor desses ‘valores’ como dado, como efetivo, como além de qualquer questionamento” (NIETZSCHE 2009, p. 12, aspas do autor), aceitando, inclusive, a atribuição ao valor bom como “valor mais elevado que ao ‘mau’, mais elevado no sentido da promoção, utilidade, influência fecunda para o homem”. Assim, o instinto de rebanho não questionou o lugar do bem e do mal. Cabe a transvaloração de Nietzsche, inverter essa lógica para pensar “e se no ‘bom’ houvesse um sintoma regressivo, como um perigo, uma sedução, um veneno, um narcótico”. Percorrer essa trilha da moralina tentando transvalorar o dado, o que o homem aprendeu a seguir faz parte desse projeto de filosofia com o qual Nietzsche se propõe na *Genealogia da Moral*. Por fim, passamos a discorrer em torno de duas perspectivas de Nietzsche, A saber, força e vontade de potência como um mote, um levar-se para longe do conhecimento no percurso de tornar-se o que se é. Em outras palavras, a ascese com Nietzsche parte de uma transvaloração dos valores proporcionada não apenas pela busca do valor dos valores, mas o quanto as forças e a vontade de potência dão condições para transvalorar.

FORÇA E VONTADE DE POTÊNCIA

Um dos conceitos importantes para o filósofo é o querer. Supostamente, através da linguagem – de sua arbitrariedade – constituímos – supostamente – um conceito abrangente que denominasse o que é o querer, pois “[...] os filósofos costumam falar da vontade como se ela fosse a coisa mais conhecida do mundo [...]” (NIETZSCHE, 2005, p. 22). Porém, para o filósofo,

Querer me parece, antes de tudo, algo complicado, algo que somente como palavra constitui uma unidade - e precisamente nesta palavra se esconde o preconceito popular que subjulgou a cautela sempre inadequada dos filósofos. Ao menos uma vez sejamos cautelosos, então; sejamos ‘afilosóficos’ [não sejamos operários da filosofia] – digamos que em todo querer existe, primeiro, uma pluralidade de sensações, a saber, a sensação do estado que se deixa, a sensação do estado para o qual se vai [...] (NIETZSCHE, 2005, p. 22).

Assim, iniciamos outros dois conceitos importantes na filosofia de Nietzsche. O conceito de força e de vontade de potência. Para fins de escrita, vamos iniciar pelo conceito de força. Essa sensação do estado que se deixa, para o estado que se vai é o movimento, a luta das forças por afirmarem-se. Para o filósofo, as forças estão sempre em combate, sempre em luta tentando apoderar-se umas das outras. “A força é aquilo que se apropria dos fenômenos e lhes confere sentido, se configura propriamente enquanto dominação de uma quantidade de realidade [...]” (AZEREDO 2003, p. 47).

Quando tomamos força com Nietzsche, não podemos pensar que ela seja qualquer tipo de “força física, dinâmica ou psíquica” (KSA, p. 300, apud, PASCHOAL, 2009, p. 47). Nem mesmo “alguma forma constante de energia, algo que em última instância se daria no ‘espaço’ e poderia ser medido”. Uma força só é enquanto ação. Enquanto um ATUAR. Da mesma forma, o filósofo vai pensar a ideia de *quantum* não como quantidade de matéria ou qualquer correspondência com o ser⁸¹, “mas algo que pode ser designado como quantidade de ação, proporções de querer, força em ação” (KSA, p. 300, apud, PASCHOAL, 2009, p. 47). O querer para o filósofo não faz filiação com os operários da filosofia, mas sim como a luta entre forças, o atuar das forças, um *quantum* enquanto quantidade de ação.

Portanto, assim como sentir, aliás muitos tipos de sentir, deve ser tido como ingredientes do querer, do mesmo modo, e em segundo lugar, também o pensar: em todo ato da vontade há um pensamento que comanda [comandar como natureza das forças]; - e não se creia que é possível separar tal pensamento do ‘querer’, como se então ainda restasse vontade! [...] a vontade não é apenas um complexo de sentir e pensar, mas sobretudo um afeto: aquele afeto do comando [novamente, o comandar das forças] (NIETZSCHE, 2005, p. 22).

E tal afeto de comando não pode ser separado de um estado outro denominado de querer. Afeto, querer comandam e obedecer a forças, atravessam e

⁸¹ Como se existisse uma relação causal, pois, para o filósofo, “deve-se utilizar a ‘causa’, o ‘efeito’, somente como puros conceitos, isto é, como ficções convencionais para fins de designação, de entendimento, não de explicação. No ‘em si’ não existem ‘laços causais’, ‘necessidade’, ‘não liberdade psicológica’, ali não segue ‘o efeito à causa’, não rege nenhuma ‘lei’. Somos nós apenas que criamos as causas, a sucessão, a reciprocidade, a relatividade, a coação, o número, a lei, a liberdade, o motivo, a finalidade; e ao introduzir e entremesclar nas coisas esse mundo de signos, como algo ‘em si’, agimos como sempre fizemos, ou seja, mitologicamente” (NIETZSCHE, 2005, p. 25-26, aspas do autor). No mesmo trecho, o filósofo escreve que “a causa em si mesmo é a maior autocontradição até agora imaginada, uma espécie de violentação e desnatureza lógica: mas o extravagante orgulho do homem conseguiu se enredar, de maneira profunda e terrível, precisamente nesse absurdo” (Ibidem, p. 25).

constituem o corpo que para nós, é a materialidade – nada te a ver com o ser e uma essência – das forças, da vontade, do querer, dos afetos. A pluralidade de sensações do querer, escrita por Nietzsche, é constituída – se pudermos assim dizer – pelas forças.

Supondo que nada seja ‘dado’ como real, exceto nosso mundo de desejos e paixões, e que não possamos descer ou subir a nenhuma outra ‘realidade’, exceto à realidade de nossos impulsos – pois pensar é apenas a relação desses impulsos entre si -: não é lícito fazer a tentativa e colocar a questão de se isso que é dado não bastaria para compreender, a partir do que lhe é igual, também o chamado mundo mecânico (ou ‘material’)? Quero dizer, não como uma ilusão, uma ‘aparência’, uma ‘representação’ [...], mas como da mesma ordem de realidade que têm nossos afetos, - como uma forma mais primitiva do mundo dos afetos, na qual ainda esteja encerrado em poderosa unidade tudo o que então se ramifica e se configura no processo orgânico (e também se atenua e se debilita, como é razoável), como uma espécie de vida instintiva, em que todas as funções orgânicas, como autorregulação, assimilação, nutrição, eliminação, metabolismo, se acham sinteticamente ligadas umas às outras – como uma *forma prévia* da vida? [...] (NIETZSCHE, 2005, p. 39-40)

Precisamos nos demorar no trecho acima. Como um dos primeiros destaques, observa-se que a realidade – ou isso que chamamos de realidade – se interpreta justamente onde se dão os afetos: no corpo. A vida como impulso, como instinto é da ordem corporal. Nietzsche não diferencia as funções orgânicas das inorgânicas valorando uma como superior em relação às demais. Pelo contrário, ele coloca todas como condição para pensarmos o corpo. Força é um atuar. Quantum como quantidade de ação. Pois bem, essa ação se faz – e aqui nada temos de material – no corpo. Por isso, os instintos mais potentes, selvagens, que dão condições para nossa realidade, esses se dão no e pelo corpo. Corpo como encontro, embate, batalha por mais – insistentemente mais – luta⁸². Corpo como empoderamento: o empoderar-se das forças que cada força tem. A força só atua no instante de querer mais poder. A todo instante – percebendo ou não – nosso corpo trava inúmeras batalhas conduzidas por forças mais potentes, pela busca de mais energia, mais força. O agir da força – no corpo - como vontade de potência.

⁸² Forças lutam para dominar. Segundo Nietzsche, o que a força quer é agir. Não vemos a força, mas seu constante agir. Aliás, forças, sempre no plural, em relação. Não há uma guerra entre forças por extermínio, há apenas batalha por um dominar ou ser dominada.

“[...] a questão é, afinal, se reconhecemos à vontade realmente como atuante, se acreditamos na causalidade da vontade: assim ocorrendo – e no fundo a crença nisso é justamente a nossa crença na causalidade mesma -, temos então que fazer a tentativa de hipoteticamente ver a causalidade da vontade como única. ‘Vontade’, é claro, só pode atuar sobre vontade - e não sobre ‘matéria’ (sobre ‘nervos’, por exemplo -): em suma, é preciso arriscar a hipótese de que em toda parte onde se reconhecem ‘efeitos’, vontade atua sobre vontade – e de que todo acontecer mecânico, na medida em que nele age uma força, é justamente força de vontade, efeito da vontade (NIETZSCHE, 2005, p. 40).

A força como um atuar. O atuar da força impulsionado pela vontade. A vontade; a causalidade da vontade da força é atuar. Para Nietzsche, o mundo – como ele o vê - é vontade de potência (VATTIMO, 2010, p. 6-7). Por mais que vejamos “efeitos⁸³”, o movimento do corpo parte da vontade atuando sobre vontade. Mais do que isso, a moral, criticada pelo filósofo, parte do disciplinamento, do controle, da interiorização⁸⁴ da vontade. Dos instintos mais potentes, passa-se a controlá-los, enjaulá-los no que o filósofo vai denominar de alma. Para Nietzsche, o ideário platônico e cristão constrói a alma como um cárcere da vontade. É uma maneira de prendê-la no exercício de mascará-la. Conhecer como forma de enjaular na alma, nossas vontades mais potentes, nossas forças, os instintos.

Supondo, finalmente, que se conseguisse explicar toda a nossa vida instintiva como a elaboração e ramificação de uma forma básica da vontade – a vontade de potência⁸⁵, como é *minha tese* -; supondo que se pudesse reconduzir todas as funções orgânicas a essa vontade de potência, e nela se encontrasse também a solução para o problema da geração e nutrição – é um só problema -, então se obteria o direito de definir toda força atuante, inequivocamente, como vontade de potência. O mundo visto de dentro, o mundo definido e designado conforme o seu ‘caráter inteligível’ – seria justamente ‘vontade de potência’ e nada mais (NIETZSCHE, 2005, p. 40).

A vida pra Nietzsche é um pulsar instintivo. A forma como ele encara o mundo, é através da vontade de potência, processo a partir das forças. No imbricar das forças

⁸³ Na teoria das forças de Nietzsche, não podemos indicar as forças atuando, uma vez que é próprio da força atuar, lutar. O que pode ser percebido é o efeito da luta entre forças. Lembrando que forças não se relacionam sozinhas, pois estão em constante combate entre as que dominam e as que querem dominar. Força não é repouso. Força implica plasticidade, movimento, multiplicidade.

⁸⁴ Essa interiorização da vontade, dos instintos que Nietzsche vai denominar de alma. Alma como aprisionamento do que há de mais potente no homem: sua animalidade. O produto da moral – a humanidade – como o apagamento, o sufocamento de nossos instintos, nossa vontade de potência. (cf. Nietzsche, 2005, 2009).

⁸⁵ O tradutor optou pela expressão vontade de poder. No entanto, seguindo uma ascense a partir da filosofia de Nietzsche em que o interpretar é criativo, escolhemos o termo vontade de potência para dar conta do efeito das forças enquanto constante atuar.

há apenas vontade. Vontade de dominação. Enquanto estivermos presos aos limiares do conhecimento, estaremos presos naquilo que Nietzsche chama de decadência. O homem fraco, doente, seguidor do rebanho que não conhece a si mesmo.

PARA ENCERRAR

Ascese em Nietzsche, a partir do que expomos acima, é estar consigo mesmo. Estar consigo pressupõe abrir as jaulas da moral para que os instintos, as forças, as nossas vontades saiam e possam comandar – conforme sua natureza exige. Ascese em Nietzsche, a partir de sua filosofia, contém “[...] laços e redes para pássaros incautos, e quase um incitamento, constante e nem sempre notado, à inversão das valorações habituais e dos hábitos valorizados [...]” (NIETZSCHE, 2005, p. 7). Essa inversão dos valores, a transvaloração, a partir da suspeita, pois “[...] dizem que um leitor emerge de meus livros, não sem alguma reticência e até desconfiança, frente à moral, e mesmo um tanto disposto e encorajado a fazer-se defensor das piores coisas: e se elas forem apenas as mais bem caluniadas? [...]”. Seus livros e sua filosofia como “uma escola da suspeita”, pois “de fato, eu mesmo não acredito que alguém, alguma vez, tenha olhado para o mundo com mais profunda suspeita [...]”.

“[...] para me recuperar de mim, como para esquecer-me temporariamente, procurei abrigo em algum lugar – em alguma adoração, alguma inimizade, leviandade, cientificidade ou estupidez; e também por que, onde não encontrei o que *precisava*, tive que obtê-la à força de artifício, de falsificá-lo e criá-lo poeticamente para mim (- que outra coisa fizeram sempre os poetas? Para que serve toda a arte que há no mundo?) (NIETZSCHE, 2005, p. 7).

Tornar-se o que se é, como diz o subtítulo da obra bibliográfica escrita pelo próprio filósofo. Fazer da arte potência para criar, produzir caminhos outros que transvalorem o dado, o conhecimento. Por mais que possamos nos abraçar – mesmo que por instantes – no dado, chega a hora do sol a pino em que não existe sombra. Em que estaremos apenas com nós mesmos e precisaremos, enfim, dançar. Quantos de nós consegue não apenas ouvir, ter ouvidos – ou seria estômago? – para dançar

nossas vivências? Ascese em Nietzsche, talvez, seja isso: dançar consigo mesmo, dançar com a vida!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, Vânia Dutra. **Nietzsche e a dissolução da moral**. 2 ed. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2003 (Sendas e Veredas).

MARTON, Scarlett. **Extravagâncias**. Ensaios sobre a filosofia de Nietzsche. 2 ed. São Paulo: Discurso Editorial e Editora Unijuí, 2001.

_____. **Nietzsche, filósofo da suspeita**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2010.

_____. Nietzsche, reflexão filosófica e vivência. In: DIAS, Rosa; VANDERLEI, Sabina; BARROS, Tiago (orgs.). **Leituras de Zarathustra**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011, p. 273-282.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. Trad. Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Ecce homo**. Trad. Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Genealogia da moral**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, GM.

_____. **O anticristo**. Trad. David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

_____. **O anticristo: maldição ao cristianismo: Ditirambos de Dionísio**. Trad. Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia de bolso, 2016b.

PASCHOAL, Antonio Edmilson. **Nietzsche e a auto-superação da moral**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

VATTIMO, Gianni. **Diálogos com Nietzsche: ensaios de 1961-2000**. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

A BUSCA DA LIBERDADE: O LUGAR POLÍTICO-SOCIAL DA MULHER INGLESA DO SÉCULO XVIII A PARTIR DOS ROMANCES *JANE EYRE* E *O MORRO DOS VENTOS UIVANTES*

Caroline Navarrina de Moura⁸⁶
Lis Yana de Lima Martinez⁸⁷

Resumo: A tradição de romances góticos da literatura inglesa traz as tensões e os conflitos morais desse período para o âmbito literário. A presente pesquisa investiga os movimentos das personagens Jane Eyre, no romance homônimo, e Catherine Earnshaw em *O morro dos ventos uivantes*, considerando-se como se posicionam em relação à busca da liberdade, observando como os elementos góticos se articulam a fim de que esse tema seja tratado. Para isso, as trajetórias das heroínas são analisadas paralelamente a partir das relações com o espaço que as cerca. Jane Eyre transcende os obstáculos que se apresentam em sua trajetória rumo ao conhecimento, à independência. Já Catherine Earnshaw, permanece presa em um movimento pendular entre as propriedades Wuthering Heights e Trushcross Grange.

Palavras-chave: gótico; imaginário; literatura vitoriana; Brontë.

THE PURSUIT OF LIBERTY: POLITICAL AND SOCIAL POSITION OF THE ENGLISH WOMAN IN THE 18TH CENTURY BASED ON *JANE EYRE* AND *WUTHERING HEIGHTS*

Abstract: The tradition of the English gothic novels brings the anxieties and the moral conflicts to the scope of literature. The present research investigates the movements of the characters Jane Eyre in the homonym novel, and Catherine Earnshaw in *Wuthering Heights*, analyzing how they find themselves according to the pursuit of liberty, observing how the gothic elements impact the plot so that this theme may be worked with. In order to accomplish it, the paths of both heroines will be analyzed in their relation with the surrounding spaces. Jane Eyre transcends the obstacles that lie ahead in the search of knowledge and independence. Whereas, Catherine Earnshaw remains caught in a pendular movement between the properties *Wuthering Heights* and *Trushcross Grange*.

Keywords: gothic; imagery; Victorian literature; Brontë.

1.Introdução

As mídias conduzem significados que modificam e são modificados pela sociedade. A literatura, “uma mídia velha” (BOLTER; GRUSIN, 2000), tem trazido os marcos históricos das representações sociais de poder. Como engenharia de ideias, a literatura perpetuou hábitos como o casamento. Abençoado por deus e zelado pela sociedade, o matrimônio era compreendido como

¹ Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras UFRGS.

⁸⁷ Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras UFRGS.

(...) uma fonte de felicidade para o indivíduo e uma garantia segura de moralidade e ordem para a sociedade. Pondo em jogo todas as forças e atividades dos indivíduos, exerce uma influência benéfica que se manifesta pela saúde, o melhoramento dos costumes e a longevidade. Em virtude mesmo dos seus deveres e dos seus encargos, e do futuro dos filhos, o homem casado prende-se mais aos grandes princípios do direito e da justiça. Casar-se é portanto o cumprimento de uma obrigação moral. (GARNIER, 1879, p. 84)

Por muito tempo, o casamento foi, e perdura sendo em algumas culturas, o marco da passagem da mulher dos domínios do pai para os domínios do marido. Isso está para além de uma simples metáfora, na Inglaterra do século XVIII,

Once married, a wife could not sue or make a contract on her own nor make a will without her husband's consent. If he wished to confine her against his will, as Mr. Rochester does his wife at Thornfield Hall, until 1891 he was well within his rights in doing so. He could "correct" her if he wished, too, a right which was supposed to mean only verbal chastisement but in practice often meant physical punishment⁸⁸. (POOL, 1995, p. 184-185)

A passagem do pai ao marido não significava, é claro, apenas uma transição de jurisprudência, mas também a passagem de uma propriedade a outra. Este marco do lugar político-social da mulher ser dentro de propriedades é exemplificado com habilidade pelos romances góticos ingleses. Portanto, aqui, buscamos investigar a trajetória das protagonistas de duas obras vitorianas, observar como cada protagonista se posiciona segundo a temática da busca da liberdade, analisar o relacionamento com os elementos góticos presentes em ambas as narrativas. Para tanto, é muito importante que conheçamos tanto o contexto histórico, quanto as tramas descritas nos romances. Dessa forma, poderemos mostrar mais claramente como cada personagem, Jane Eyre e Catherine Earnshaw, respectivamente, transcenderam pelos espaços descritos em cada narrativa. Assim, a análise do elemento estrutural – que não significa somente as construções físicas das propriedades descritas, cuja simbologia nos enredos fazem deles personagens tão atuantes quanto os protagonistas -, é extremamente relevante, como também a maneira com que foram construídos literariamente. A fim de que isso aconteça, a

⁸⁸ “Uma vez casada, uma esposa não podia processar ou fazer um contrato por conta própria nem fazer um testamento sem o consentimento de seu marido. Se ele desejasse confiná-la contra sua vontade, como o Sr. Rochester faz com sua esposa m Thornfield Hall, até 1891, ele estava bem dentro de seus direitos em fazê-lo. Ele poderia ‘corrigi-la’ se desejasse, também, um direito que deveria significar apenas castigos verbais, mas, na prática, costumava significar punição física” (nossa tradução).

metodologia usada é a análise paralela da trajetória das heroínas de ambos os romances a partir do estudo das relações de cada uma com o espaço que as cerca.

2. A narrativa: literatura e sociedade

Leitura e interpretação de textos e de obras literárias é um assunto muito discutido em ambientes escolares e acadêmicos, visto que não existe uma maneira correta para que um romance seja devidamente analisado. Diversas correntes teóricas, como o Estruturalismo e a Psicanálise, vêm tentando, a sua maneira, determinar qual seria o melhor procedimento que extraia de forma proveitosa tudo o que a Literatura tem para oferecer além de uma simples história e de um enredo. Na medida em que a sociedade se modifica, surgem novos conceitos, como, por exemplo, os de liberdade, subjetividade e individualidade e com os novos paradigmas temos também novas formas de representação estética. No campo da Literatura, esse é o caso do Romance, gênero narrativo que surge na Inglaterra no século XVIII, primeiro na forma de ficção de aventura, depois por meio de romances picarescos, epistolares e da ficção gótica, a qual foi evoluindo até chegarmos ao ponto que interessa a esta pesquisa, que é a criação dos romances *O morro dos ventos uivantes* e *Jane Eyre*.

Podemos afirmar que as duas principais novidades que o romance traz são o ponto de vista, que deixa de ser o ponto de vista da aristocracia para privilegiar a visão de mundo da pessoa comum; e o fato de a narrativa em prosa ser mais valorizada do que era até então. Na medida em que o gênero foi evoluindo, ocorreu também um aprofundamento psicológico no trato com as personagens e uma aproximação maior com a verossimilitude, que passou a ser chamada de realismo. Apesar dos romances serem chamados de “*novele*”, a ficção gótica é chamada de “*Gothic romance*”, que em português remete ao romance de cavalaria medieval, cuja diferença existe tanto porque, pelo menos até o tempo em que foi retomado pelas irmãs Brontë, se tratava de um tipo de ficção considerado inferior ao romance, porque abre mais espaço para o sobrenatural do que o romance, que se tornava cada vez mais comprometido com o realismo (MOURA, 2015).

No século XVIII, a Inglaterra passou por um grande e importante processo de transformação nos modos de produção, visando o emprego de tecnologia para acelerar a fabricação de produtos e reduzir custos. Este processo ficou conhecido

como Revolução Industrial, e impulsionada por esse período, então, no século XIX, a Inglaterra tornou-se uma das grandes potências mundiais. A Era Vitoriana foi um período muito importante para o país, não só em relação aos aspectos históricos, como também aos culturais. O reinado da rainha Vitória, além de ser o segundo mais longo, foi o que mais impulsionou a Inglaterra em termos políticos e sociais. O período foi marcado por grande desenvolvimento artístico e cultural em várias esferas das artes, como a arquitetura, a literatura, o teatro. Foi marcado também por políticas sociais baseadas na implantação de rígidos valores morais por repressões aos críticos das ideias vitorianas: um momento muito propício para a retratação dos horrores mais profundos que iam muito além de castelos escuros e malcuidados e criaturas fantasmagóricas. Os romances realistas que se seguiram no século XIX traziam uma Literatura Gótica bem mais cética, visto que, no final dos textos, havia sempre uma explicação racional para os elementos góticos que aparecem em primeiro plano, como os ambientes mórbidos e personagens misteriosos. Com as descrições de vampiros e lobisomens sentimentais, ou seja, mais humanizados, podemos perceber que o verdadeiro terror passa a ser lentamente as questões ligadas ao controle da mente: o que é verdade ou ilusão, conforme nos aproximamos temporalmente do teórico e psicanalista alemão Sigmund Freud.

O conceito de gótico usado aqui, portanto, é o de Freud (1919) que, após pesquisar o significado em diversas línguas diferentes, desde as clássicas até as modernas, como o idioma francês, descobre na língua alemã o devido substantivo que resume a ideia de algo extremamente aterrorizante, mas que no fundo nos é familiar, e, por isso, nos causa horror. O gênero surge primeiramente na obra *O castelo de Otranto* (1764), do escritor inglês Horace Walpole, um livro marcado por grande número de elementos fantásticos e horrorizantes presentes ao longo da trama, como mãos despencando dos céus, identidades ocultas e outras convenções que se tornaram corriqueiras com o passar do tempo. Durante o século XIX, ocorre o amadurecimento do romance. As narrativas góticas também se modificam bastante. Conservando sempre, em maior ou menor grau, as características herdadas dos *Gothic romances* oitocentistas, elas vão-se aproximando do romance a ponto de se fundirem com ele. Em *Northanger abbey*, de Jane Austen temos uma paródia que é ao mesmo tempo uma homenagem aos clássicos góticos do século anterior; em Mary Shelley e depois em Charlotte e Emily Brontë, os elementos mágicos e realistas passam a conviver de forma harmoniosa. O que nos mostra duas coisas relacionadas

ao gótico: sua capacidade de se adaptar sempre aos novos tempos e às novas estéticas; e seu poder de unir traços que são aparentemente antagônicos. Isso foi muito bem desenvolvido por Sigmund Freud em seu tratado “The Uncanny” [*Das Unheimlich*] (MOURA, 2015).

Jane Eyre, escrito por Charlotte Brontë em 1847, retrata a história de uma moça, cujo nome dá o título da obra, que órfã de pai e mãe, vive infeliz na casa de uma tia que a detesta. Após um confronto com seus familiares, Jane é enviada para uma escola, onde conhece os primeiros momentos de felicidade. Depois de seis anos, como aluna e mais dois como professora, decide procurar uma nova posição. Encontra-a em Thornfield Hall, como preceptora da jovem Adèle, a pupila de Edward Rochester. Com isso, sabemos de sua trajetória e de sua emancipação como pessoa e também como mulher naquela sociedade, a Inglaterra do século XIX, no caso.

Além de a história apresentar elementos góticos, como a ambientação em mansões, o clima de mistério sugerido pelo segredo do passado e ao teor trágico dos personagens, há também uma personagem intrigante, Bertha, que seria a suposta esposa do Sr. Rochester e que ficava trancada no sótão da mansão, visto que era considerada insana. Essa figura é importante, porque ela contrasta com a personagem de Jane, já que esta se apresenta inabalável física e mentalmente durante toda a leitura. É essa figura também que explica os fenômenos sobrenaturais que acontecem na casa do Sr. Rochester, como incêndios e barulhos estranhos no meio da noite, por exemplo.

Por fim, em *O Morro dos Ventos Uivantes*, da escritora inglesa Emily Brontë, publicado em 1848, nos deparamos com uma história de amor, ódio e vingança. O Sr. Lockwood é quem narra a trama do romance: há algumas décadas, o patriarca da família Earnshaw adota um menino de rua depois de uma viagem a Liverpool. Dão a ele o nome de Heathcliff e é criado juntamente com os filhos do Sr. Earnshaw, Hindley e Catherine, gerando o ciúme daquele e uma paixão avassaladora nesta. Como Heathcliff não possuía nenhum nome a zelar e, conseqüentemente, nenhuma fortuna para herdar, sua união com a jovem Cathy era muito improvável, já que, como uma mulher da Inglaterra do século XVIII, deveria casar-se com alguém do seu círculo social, um rapaz como Edgar Linton. Catherine opta por obedecer às regras da sociedade o que, no final, acaba levando a sua morte, porque não tem estrutura para isso, e a morte de Heathcliff que, decidido em se vingar, sucumbe também. O

importante a ser destacado nesse romance é o elemento estranho, a personagem de Heathcliff, que inserido naquele ambiente, altera o equilíbrio, gerando esses conflitos.

3.O gótico: para além dos padrões sociais

O gênero gótico é a maneira encontrada por essas autoras para poder discutir o que o gênero romance propunha no espaço literário, ou seja, os conflitos de comprometimento entre a moral e os conceitos de liberdade e subjetividade que o período romântico inglês trazia consigo no âmbito das artes:

In the novel it was the function of Gothic to open horizons beyond social patterns, rational decisions, and institutionally approved emotions; in a word, to enlarge the sense of reality and its impact on the human being. It became then a great liberator of feeling. It acknowledged the non-rational – in the world of things and events, occasionally in the realm of the transcendental, ultimately and most persistently in the depths of the human being. (HEILMAN, 1958, p. 131)⁸⁹.

Um século antes do aprofundamento dos estudos sobre o cérebro humano, Freud já tentava compreender seu funcionamento através do estudo do comportamento humano. Ele também se dedicava ao estudo da linguagem, tanto de línguas antigas, quanto de línguas primitivas (de indígenas contemporâneos) e também de línguas modernas. Freud se debruça sobre um dicionário de alemão e analisa todas as possíveis implicações do termo “*unheimlich*”, que o interessa porque nele se equilibram duas ideias que são opostas: a de aconchego que sentimos quando estamos à vontade em um ambiente que nos é familiar; e a do terror que sentimos quando somos atacados ou agredidos quando menos esperávamos por isso. Examina o significado deste termo em várias outras línguas: latim, grego, inglês, francês, espanhol, italiano, português e hebraico, para concluir que cada uma possui um ou outro significado, mas só o termo em alemão contém os dois opostos. Freud considera a utilidade deste conceito para o campo da estética, apontando uma técnica utilizada até hoje nas histórias góticas, quando o terror passa a surgir de onde menos se espera: um parque de diversões, uma criança, um brinquedo. O impacto estético é tanto mais forte quanto menos preparado o leitor está para receber o golpe. Freud,

¹ No romance, era função do Gótico abrir horizontes além dos padrões sociais, decisões racionais e emoções institucionalmente aprovadas; em uma palavra, para expandir o senso de realidade e o seu impacto no ser humano. Então, isso se tornou um grande liberador de sentimentos. Isso reconhecia o não-racional – no mundo das coisas e eventos, ocasionalmente no âmbito do transcendental e mais persistentemente nas profundezas do ser humano. (nossa tradução).

em sua análise, se fixa no ponto em que o *Homem de Areia*, de E. T. A. Hoffmann, funciona como a nossa ideia do Bicho Papão: as crianças sendo levadas a acreditar que, se não forem para a cama na hora certa, o Homem de Areia vai arrancar e roubar os seus olhos. Freud associa essa imagem de ter os olhos arrancados a uma imagem de castração. Se lembrarmos do que acontece com Mr. Rochester, no final de *Jane Eyre*, isso nos lembra das vezes em que as Brontës foram acusadas de misandria (*miso-* + grego *anér*, *andrós*, homem + *-ia*) – que significa hostilidade a pessoas do sexo masculino. Richard Chase (1948) reclama da agressividade das Brontë com respeito a seus protagonistas masculinos: Rochester acaba cego e mutilado, M. Paul Emanuel morre em um naufrágio. No final de *O morro dos ventos uivantes* Hareton tem o charuto (objeto que, na narrativa das irmãs Brontë, sempre representa um símbolo fálico) arrancado da boca pela esposa. Chase não interpreta essas atitudes como sendo marcas de ódio ou aversão ao masculino, mas sim expressões de medo da sexualidade. A sexualidade dos protagonistas masculinos precisa ser reduzida até assumir proporções menos intimidantes.

Os olhos de Heathcliff não são feridos, em *O morro dos ventos uivantes*. Pelo contrário, quando ele é encontrado morto junto à janela entreaberta pela qual entra a chuva fininha, está com uma expressão feliz no rosto e com os olhos abertos. Isso nos leva novamente ao ensaio de Freud, quando ele observa que em alemão uma casa “*unheimlich*” significa uma casa “assombrada”. No Capítulo 3 de *O morro dos ventos uivantes*, Lockwood ou tem um pesadelo, ou é assombrado pelo fantasma de uma menina de cerca de 13 anos que pede ajuda para entrar, dizendo que tem estado presa lá fora por vinte anos. Se fizermos as contas, Catherine Earnshaw estava morta há dezessete anos, portanto na soma ficam incluídos também os três anos em que ela foi casada e viveu na casa dos Linton. A janela através da qual a assombração não conseguia entrar é a mesma em que Heathcliff é encontrado morto, de olhos abertos e com expressão feliz. Há alguns dias, ele vinha se comportando de forma estranha, distraído, com o olhar fixo em algum ponto no meio do nada. Temos assim, em *O morro dos ventos uivantes*, um movimento simultâneo e pendular, que vai do familiar para o terrível e, ao que tudo indica, de volta do horrível para o familiar.

Sigmund Freud nos mostra, assim, o quanto a ciência da Psicanálise combina com a Teoria Literária. Isso acontece porque ele trabalha com o inconsciente, e está sempre aberto para a observação estética. Como médico que é, tem um olhar atento para as questões que fazem parte do corpo, dos desejos e do que nossa mente

esconde em suas profundezas. Assim, o estranho tem a ver com o retorno do que uma vez fora recalcado, e tanto a Alemanha de Freud do século XIX quanto a Inglaterra vitoriana de Brontë são sociedades muito repressoras. A primeira grande frustração da criança é justamente a compreensão da perda da mãe para o pai. A primeira libido vem através da satisfação dos prazeres mais básicos, como fome, sede, necessidades. O segundo momento é o da libido objetal, quando a própria criança aprende a se conter e a se segurar biológica e mentalmente. A partir dessa repreensão, Freud nos apresenta a figura do duplo, que seria o reconhecimento de si próprio devido à necessidade de amadurecimento do ego para preservação, visto que vivemos em sociedade e convenções devem ser seguidas. Desse modo, a criança acaba reprimindo o duplo e o ego domina, cada vez mais, a pessoa, e o duplo começa a ser visto como algo ruim e, por isso, o elemento estranho termina por ser apavorante, visto que, ao nos identificarmos com determinadas cenas ou personagens, nos reencontramos com aqueles sentimentos mais do que reprimidos em nosso inconsciente, em nossa memória. Esses tópicos de Freud estão ligados ao recalque pela instrução científica: o homem erudito retrai as libidos, por isso, quanto maior o grau de recalque, maior é o grau de civilidade de uma nação, de uma cultura e, portanto, de poder. Nesse sentido, em *O morro dos ventos uivantes*, as duas personagens antagônicas, Heathcliff e Edgar Linton, são duplos complementares. Heathcliff é o possuidor do amor de Catherine; enquanto Edgar Linton é quem pode proporcionar a ela segurança, tranquilidade e aceitação social.

O olhar de Freud remete para o micro, fazendo um mergulho nas profundezas do indivíduo e o examinando como se ele fosse um universo. O caminho de Jung é o inverso: pega um ser humano, ou uma personagem, nesse caso, e procura ali o que ele tem em comum com o resto do universo. Isso fica claro quando consideramos a forma como Freud e Jung analisam os sonhos. Para Jung, a manifestação dos sonhos revela resquícios do inconsciente coletivo, visto que acredita que, para evoluirmos mental e fisicamente, devemos passar por diversas fases, desde a infância até a idade adulta. Se compararmos *O morro dos ventos uivantes* ao romance *Jane Eyre*, vemos que Jane consegue superar os obstáculos que se apresentam misturando estratégias que vão do racional ao intuitivo. E percebemos também que ela sonha muito. Há relatos de vários sonhos no romance, além de descrições de quadros e desenhos que faz, que permitem mergulhos nesse inconsciente coletivo que ela sempre consegue trazer de volta e utilizar para escapar de perigos e solucionar questões intrincadas. Já

na obra de Emily Brontë não há referência a nenhum sonho. Se Heathcliff mantém silêncio até nas falas corriqueiras, jamais compartilharia um sonho com quem quer que fosse. Se fez isso com Catherine, nos passeios na charneca, não sobrou registro na história que Nelly Dean nos conta. Quanto a Catherine, o mais perto que temos de um sonho é a cena em que está com febre muito alta, delirando, quando vai para a janela de sua casa em Thrushcross Grange e enxerga ao longe, na noite, um leve clarão. É quando diz “Para chegar no Morro dos Ventos Uivantes temos antes de passar pela igreja de Gimmerton.” (Capítulo 12) A frase pode ser lida literalmente, significando que em algum ponto do caminho entre as duas casas se passa pela igreja; ou metaforicamente, pois para voltar para o ponto em que era feliz com Heathcliff, vai precisar morrer e ser enterrada no cemitério da igreja de Gimmerton para depois se tornar o fantasma que assombra a casa, que Lockwood e nós encontramos no Capítulo 3.

Ainda com relação a Jung, quando estuda os rituais de acasalamento da tribo norte-americana dos Winnebagos (JUNG, 1964) ele classifica o processo de amadurecimento da psique humana em quatro fases. A primeira ele chama de *Trickster*, e representa a fase infantil, ou seja, o puro e simples desejo de saciar suas vontades não importando outros valores senão o seu próprio. A segunda, chamada *Hare*, corresponde, então, à fase do início da adolescência em que há uma maior consciência de valores sociais e éticos, porém a vontade de saciar seus desejos ainda impera fortemente. A terceira chama-se *Red Horn*, e apresenta-se como o auge da vida adulta em que o sentimento de independência, poder e liberdade dominam o comportamento e as atitudes daquele determinado ser. Por fim, a última fase, nomeada *Twins*, refere-se à crise de identidade da fase anterior, em que a diferença e o conflito entre reflexão e atitude tomam lugar num espaço nunca antes considerado pelo consciente. Catherine e Heathcliff passam por todos esses ciclos à medida que a narrativa avança. Podemos vê-los atravessando a infância atribulada num ambiente desregrado, entrando no universo adulto em que suas ações devem ser pesadas, nesse momento, segundo a consciência de fatores externos. Contudo, as fases de amadurecimento dão-se de formas diferentes tanto para o homem quanto para a mulher, visto que aquele é criado sob a lógica do provedor mais forte do conjunto em que vive, enquanto esta deve submeter-se a convenções sociais a fim de passar pelas fases de evolução femininas, como o casamento e a maternidade (MOURA, 2015).

Catherine e Jane atravessam os ciclos iniciais da infância em plena forma e disposição, visto que a primeira domina e coordena as pessoas e os espaços a que tem contato, enquanto a segunda também tem o mesmo êxito apesar de realizar essa tarefa de maneira diferente, porque o ambiente de Thornfield Hall é o verdadeiro oposto do clima de O Morro dos Ventos Uivantes. Isabella ajuda Cathy a transitar pelo ciclo *Hare*, quando esta passa cinco semanas na propriedade dos Linton devido ao incidente com os cachorros. Catherine passa a ter consciência de sua própria situação e nível social e também toma conhecimento que vive em sociedade, concluindo que a vida perfeita e isolada nas charnecas com Heathcliff não passa de uma quimera.

Desse modo, atingindo a fase *Red Horn*, em que acreditando conhecer plenamente as regras do jogo social em que está inserida, acredita que tem autonomia suficiente para ultrapassar as decisões feitas por seu irmão Hindley, patriarca da família depois da morte do Sr. Earnshaw, para que obtenha um ótimo casamento com Edgar. Porém, insiste em levar consigo Heathcliff. Finalmente, chega à fase *Twins*, quando percebe que isso não é possível, que não existe nenhuma manobra no jogo social que faça com que os irmãos de criação continuem juntos física e sentimentalmente, havendo a separação das almas gêmeas, ou seja, reflexão, Heathcliff, e ação, Catherine, causando a separação das duas personagens.

3.A Simbologia da Casa: o Espaço Interno

De modo geral, segundo Chiara Saraceno, a família manifesta-se para o ser como

(...) um dos lugares privilegiados de construção social da realidade, a partir da construção social dos acontecimentos e relações aparentemente mais naturais. De facto, é dentro das relações familiares, tal como são socialmente definidas e regulamentadas, que os próprios acontecimentos da vida individual que mais parecem pertencer à natureza, recebem o seu significado e através deste são entregues à experiência individual: o nascer e o morrer, o crescer, o envelhecer, a sexualidade, a procriação. (SARACENO, 1997, p. 12)

Ao contextualizar essas relações familiares (relações entre indivíduos) em um recinto, Gaston Bachelard (1996) postula a “nossa casa”, o primeiro ambiente que encontramos nos primeiros anos de vida, como o espaço de onde passamos a nos organizar e a nos formar como pessoas, mas também como descobrimos como o

mundo que nos circunda funciona. É o primeiro espaço que controlamos e é nele que recebemos as primeiras podas sociais que regem o comportamento de um ser humano psicologicamente maduro, e, devido a isso, carregamos essa estrutura para o resto das nossas vidas e a aplicamos aos outros espaços e domínios que venhamos conhecer, construir, obter:

Ainsi la maison ne se vit pas seulement au jour le jour, sur le fil d'une histoire, dans le récit de notre histoire. Par les songes, les diverses demeures de notre vie se compénètrent et gardent les trésors des jours anciens. Quand, dans la nouvelle maison, reviennent les souvenirs des anciennes demeures, nous allons au pays de l'Enfance Immobile, immobile comme l'Immémorial. Nous vivons des fixations, des fixations de bonheur. Nous nous réconfortons en revivant des souvenirs de protection. Quelque chose de fermé doit garder les souvenirs en leur laissant leurs valeurs d'images. Les souvenirs du monde extérieur n'auront jamais la même tonalité que les souvenirs de la maison. (BACHELARD, 1957, p. 33-34)⁹⁰

Desse modo, os três cenários que temos em *O morro dos ventos uivantes* se tornam muito reveladores. Temos a casa dos Earnshaws, velha e maltratada, carregando três séculos de história pesada; a casa dos Lintons, nova, bonita, funcional e ensolarada, mas vazia de tradição e incapaz de impor respeito; e temos as charnecas, com o mato, as urzes, o vento, o penhasco de Penistone Cragg, com a Caverna das Fadas na sua base. Só a apresentação desses três ambientes já diz tudo sobre o impasse da obra: Heathcliff e Catherine estão, por um lado, fadados a não realizarem seus desejos um pelo outro – os cenários das duas casas indicam por quê. Por outro lado, a afinidade dos dois, que se revela por completo quando estão sós e juntos no ambiente natural, revela que suas almas não conseguiriam ficar separadas uma da outra. Em conformidade com o que diz Bachelard, a ambientação de *O morro dos ventos uivantes* traz consigo características culturais e literárias peculiares, que determinam as relações sociais entre as personagens que habitam as duas propriedades, onde se passa a história, a questão do casamento e tudo o que isso representa naquela determinada situação, bem como o que acarreta no destino e no futuro das personagens principais e secundárias. A questão do ambiente e da arquitetura são parte importante daquele núcleo narrativo (MOURA, 2015).

⁹⁰ Assim, a casa não vive somente o dia a dia, no fio de uma história, na narrativa da nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, voltam às lembranças das antigas moradias, viajamos até o país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial. [...] Reconfortamo-nos revivendo lembranças de proteção. Alguma coisa fechada deve guardar as imagens deixando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca terão a mesma tonalidade das lembranças da casa. (BACHELARD, 1996, p. 201)

No que concerne ao romance *Jane Eyre*, percebemos que há exatamente cinco espaços primordiais na trajetória da heroína de Charlotte Brontë, Gateshead Hall, a casa em que vivia com os tios, Lowood Institution, o internato, onde a matriculam e passa vários anos de sua vida, Thornfield Hall, local onde exerce o papel de preceptora e que se classifica como o espaço de maior dedicação de narrativa, Moor House e Ferndean – estes dois últimos são espaços em que destina pouca atenção, visto que, além de conhecer o restante de sua família, pôde ponderar o bastante para voltar a Thornfield ao ouvir o sussurro de seu amado chamando por seu nome. Enquanto que, no primeiro romance, há dois espaços que roubam a cena por toda a história, a mansão do Morro dos Ventos Uivantes e a segunda propriedade de Thrushcross Grange. É de fundamental importância destacarmos a verdadeira situação em que as duas heroínas se encaixam nesses ambientes: a primeira, Jane, não pertence de fato a nenhum desses espaços e instituições, visto que, ao perder os laços com sua família, ficou a mercê dos cuidados dos tios, vivendo em sua propriedade como uma mera visita ou como uma espécie de serva que sua tia costumava mandar e desmandar da maneira que julgava ser a melhor. Quando esteve no colégio interno, assim como as outras meninas que se encontravam ali, Jane era apenas mais uma para os cuidados de pessoas estranhas. Na mansão de Thornfield Hall, trabalhando como a preceptora da filha do patrão, também era vista apenas como mais um membro da equipe de empregados, cuja função era manter os cuidados da casa e da família anfitriã. Sendo assim, podemos perceber que Jane possuía uma liberdade maior para transitar por esses espaços, já que protegida, até certo ponto, pela invisibilidade que sua situação pessoal e financeira a provia para a sociedade inglesa do século XIX, não apresentava os devidos vínculos que os papéis sociais ditavam para as posições sociais. Contudo, a situação em que Catherine Earnshaw se encontrava era exatamente o oposto de Jane, porque, ao contrário desta, aquela tanto pertencia à propriedade por ser a filha do dono de O Morro dos Ventos Uivantes. Essa função carrega consigo grandes responsabilidades, visto que há a tradição da família à qual as regras sociais determinam que Catherine cumpra com seu dever de fazer com que arranje um ótimo matrimônio e que a mansão continue na linhagem da família. Quando se muda definitivamente para a propriedade vizinha devido ao casamento ocorrido, Catherine passa da função herdeira para a função senhora da mansão, ou seja, seu dever agora é que cumpra com os cuidados com a propriedade e que garanta a linhagem necessária para que a família se

mantenha onde está e onde se encontra. Com isso, é possível afirmarmos que Catherine não é invisível aos olhos da sociedade que, para continuar funcionando para se manter a mesma antiga aristocracia inglesa, cobra dessa personagem que cumpra com sua função. Optar por construir uma vida com o suposto irmão de criação não é mais viável como teima acreditar até o final, levando à ruína de ambas as personagens.

Se considerarmos a verticalidade da casa, como sugere Bachelard, é possível enxergarmos com clareza a relevância e a influência que os espaços exercem sobre as personagens e sobre nós, leitores, consequentemente. A casa, portanto, é uma construção de imagens verticais, cujos andares e cômodos referem-se aos níveis do consciente e do subconsciente humano: o sótão e os quartos, as partes mais altas da casa, remetem ao nível dos sonhos e da imaginação, as salas de estar e de jantar, o primeiro andar das propriedades, relacionam-se com o nível do consciente, ou seja, com a camada mental que, depois de formada e amadurecida, sabe que, para conviver em grupo e para sobreviver a ele, deve esconder e mascarar, em nome das aparências, os verdadeiros sonhos e vontades, e, por fim, o porão, o nível do subsolo, refere-se ao nível do inconsciente, parte do psicológico humano em que guardamos as vontades e os desejos mais íntimos que, em algumas vezes, nem sabemos que estão ali (MOURA, 2015). Com essa estruturação da casa segundo as relações primárias que estabelecemos desde o início da vida, podemos perceber que as passagens decisivas de ambos os romances trabalhados nessa pesquisa se passam de acordo com esse esquema: Catherine Earnshaw almeja satisfazer sua vontade de permanecer com Heathcliff quando sonha em seu quarto inúmeras maneiras de como fazer seus planos funcionarem; é na sala de estar que recebe o cortejo de Edgar Linton e suas propostas de casamento, instante em que apenas obedecia às cobranças de terceiros e correspondia às expectativas de uma mulher da sua posição; é nas charnecas, espaço afastado e, em detrimento disso, as regras sociais não se aplicam devido ao fato de que as regras da natureza diferem das regras arbitrariamente criadas por culturas diversas, que Catherine e Heathcliff trocam as juras de amor e as promessas de futuro mais profundas e sinceras; é no quarto escuro, no segundo andar da mansão Thornfield, que Jane deve superar os traumas de infância ao ficar trancada no escuro por muitas horas até adormecer de cansaço; é na sala de estar em que Jane e seu patrão, senhor Rochester, se encontram e tem a oportunidade de se conhecerem com um diálogo igual – considerando a situação

das mulheres naquela determinada comunidade e época -, porém, regido pelos limites da civilidade; é no sótão que o próprio senhor Rochester esconde a primeira esposa, que tomada pela loucura, não é mais aceita a viver em conjunto; é no seu quarto que Jane nos apresenta os sonhos mais assustadores e os medos mais irracionais com fantasmas e maçanetas que se movem sozinhas.

The red-room was a spare chambre, very seldom slept in: I might say never, indeed, unless when a chance influx of visitors at Gateshead Hall rendered it necessary to turn to account all the accommodation it contained: yet it was one of the largest and stateliest chambers in the mansion. A bed supported on massive pillars of mahogany, hung with curtains of deep red damask, stood out like a tabernacle in the centre, the two large windows, with their blinds always drawn down, were half shrouded in festoons and falls of similar drapery; the carpet was red; the table was covered with a crimson cloth; the walls were a soft fawn colour, with a blush of pink in it; the wardrobe, the toilet-table, the chairs, were of darkly-polished old mahogany. (BRONTË, 1994, p. 15)⁹¹

Sendo assim, a literatura gótica surge no momento em que o romance inglês, que já havia incluído, no âmbito literário, os conflitos morais e de comprometimento que a sociedade moderna vinha a experimentar na exaustão de um período extremamente racional, como o Iluminismo. O gênero gótico é, então, o meio pelo qual os maiores medos da mentalidade e do pensamento social se expressam nas narrativas literárias, apresentando elementos claramente aterrorizantes, como fantasmas, lugares escuros e sombrios e identidades secretas, mas tendo como alvo problemas centrais, como os dois romances das irmãs Brontë nos mostram: a mistura de sangue entre classes sociais diferentes e a perda do controle da mente, conforme os estudos psicanalíticos se aproximavam de Freud e Jung.

4. Algumas considerações

Os dois romances objetos de pesquisa deste trabalho são exemplos de narrativas que se mantêm atuantes e funcionais: Catherine Earnshaw e Jane Eyre pertencem a romances de mesmo gênero, mas que apresentam estruturas diferentes: *O morro dos ventos uivantes* possui uma estrutura de saga, ou seja, temos a presença

⁹¹ O quarto vermelho era uma câmara em forma de um quadrado, muito pouco usado; eu posso dizer, certamente, que a não ser que um fluxo de visitantes na propriedade Gateshead tornasse necessário o trabalho de toda a acomodação que o quarto exigia, este seria arrumado: ainda assim, esse cômodo era um dos maiores e mais abandonados da mansão. Uma cama, apoiada por quatro pilares de mogno, pendurava cortinas de cor vermelha e se portava como um tabernáculo no centro do quarto; as duas janelas grandes, com suas persianas sempre abaixadas, eram envoltas em festões de tapeçaria semelhante; o carpete era vermelho; a mesa, localizada nos pés da cama, era coberta por uma capa de carmesim; as paredes eram de uma cor suave com detalhes rosas; o roupeiro, as cadeiras eram de um mogno velho, escuro e muito polido. (nossa tradução)

de uma família tradicional que há muitos anos e gerações permanecem na mesma posição social e na mesma propriedade, e que, para continuar nesse nível, normas devem ser seguidas e papéis, desempenhados: o pai deve ter a segurança de passar sua herança para o filho mais velho, enquanto a mãe deve ensinar às filhas a manter os padrões e a contrair matrimônios que não permitam que a posição dessas mulheres decaiam perante a sociedade.

Em toda a leitura, fica exposto, em primeiro lugar, que o comportamento esperado de um indivíduo é fruto, a partir de seu sexo, dos pactos sociais referentes ao gênero em uma conjuntura social característica (HEILBORN, 1999). Em segundo lugar, a relação hierárquica social estabelecida entre homem e mulher: a mulher como um bem, um objeto, sobrepujado ao homem e ao domínio patriarcal. Por conseguinte, fica exposto, em terceiro lugar, o casamento como processo que alicerça o núcleo familiar e as relações, os contratos, entre famílias. Dessarte, Catherine, que se casa durante a narrativa, ao contrário de Jane Eyre, por exemplo, não transita entre espaços que não as propriedades e espaços da natureza, não tem ofícios nem uma colocação política ou de poder. *O morro dos ventos uivantes*, expõe com primor as composições reais da sociedade patriarcal, contextualiza a dominação do homem sobre a mulher trazendo as características binárias essenciais. Seriam essas características, segundo Maruro (1992), a cisão público/privado, princípio eficaz para a opressão da mulher, e as cisões sexualidade/afeto, conhecimento/emoção, homem/homem e homem/natureza.

Nessa sociedade patriarcal,

(...) somente o homem representa o tipo humano pleno, digno de ser cidadão (...). Não a liberdade, mas a dependência legal, social, econômica e, como ainda veremos, a dependência moral é o 'direito natural' originário que cabe à fêmea da espécie (...). Embora quase toda doutrina destaque expressamente a 'igualdade racional' e entenda com isso o 'igual valor' dos sexos. (WEBER, 1907, p. 299)

Dessa forma, Catherine, segundo a análise realizada, por adotar um posicionamento socialmente abusivos e censurável acaba isolada em si até o desfecho de sua morte. Assim, Catherine mantém-se presa em movimento pendular entre as duas mansões no interior da Inglaterra, mas, como podemos observar, a maneira que encontrou para que pudesse voltar a casa da infância e permanecer com seu amado foi transcender as barreiras da morte: Catherine e Heathcliff se consomem

no fogo de suas emoções para se tornarem os dois fantasmas que assombram os campos da região que funcionam como cenário para o romance.

Jane Eyre é igualmente invisível socialmente, mas, ao contrário de Catherine, ela aproveita de uma liberdade maior de ir e vir entre espaços. A liberdade de Jane se deve ao fato de não ser a filha de ninguém. Jane é órfã e por isso não está sob a jurisdição de ninguém, apenas dela mesma e do que é social e moralmente aceito.

A narrativa da trajetória dessas duas personagens atinge, nós, leitores, visto que acompanhamos o crescimento e amadurecimento delas ao passar pelas fases e pelas podas sociais que também tivemos que encarar e que sofrer para chegar à vida adulta. O romance, combinado com o gótico, expõe as situações conflituosas que aquele determinado grupo dentro da sociedade está enfrentando, porém, não encontra a solução necessária. Não é o seu propósito, e, sim, encontrar o equilíbrio dentro da narrativa ao revelar os verdadeiros horrores que amedrontam esses sujeitos, tornando essas obras, além de tudo, uma espécie de registro. A exposição dessas duas realidades fragmenta a nossa própria experiência de mundo, deslocando-nos de nossa zona de conforto na medida em que devemos reconstruir nosso senso de realidade novamente ao nos depararmos com tais encenações.

REFERÊNCIAS

- AUSTEN, Jane. **Northanger Abbey**. New York: Norton Critical Edition, 2004.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antônio de Pádua Danese. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BIRMAN, Joel. O sujeito na leitura. In: BIRMAN, Joel. **Por uma estilística da existência**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BOLTER, Jay David; Grusin, Richard. **Remediation: understanding new media**. Cambridge: The MIT Press, 2000.
- BRONTË, Charlotte. **Jane Eyre**. Penguin Popular Classics, 1994.
- _____. **Villette**. New York: Harper Collins Publishers, 2010.
- BRONTË, Emily. **Wuthering heights**. Wordsworth Classics: London, 2000.
- CHASE, Richard. The Brontës, or myth domesticated. In: O'CONNER, William (Ed.). **Form of modern fiction**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1948.
- ECO, Umberto. **The role of the reader: explorations in the semiotics of texts**. Bloomington: Indiana University Press, 1995.
- FREUD, Sigmund. "The uncanny". In: Freud, Sigmund. *An infantile neurosis and other works*. London: The Hogarth Press, 1955.
- GARNIER, P. **O matrimônio considerado nos seus deveres, relações e efeitos conjugais**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1979.
- GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. **The madwoman in the attic: the woman writer and the nineteenth-century literary imagination**. Yale: Nota Bene, 2000.
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. **"Estudos de Gênero no Brasil"**. Sociologia. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

HEILMAN, Robert. Charlotte Brontë's 'New' Gothic. In: Hathburn, Robert C. and JR, Martin Steinman. **From Jane Austen to Joseph Conrad**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1958.

HOFFMANN, E. T. A. **"O homem de areia."** Tradutor não nomeado. São Paulo, Círculo do Livro, 1980.

JUNG, Carl G. **O homem e seus símbolos**. Trad. Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARONI, Amnérís. **Jung: o poeta da alma**. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

MOSER, Thomas.. What is the matter with Emily Jane?: conflicting impulses in Wuthering heights. **Nineteenth-century fiction**, vol. 17, No. 1. p. 1-19, 1962.

Moura, C. N. **A Tradição e o Gótico em O Morro dos Ventos Uivantes, de Emily Brontë**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NEUMANN, Erich. **História da origem da consciência**. São Paulo: Cultrix, 2013.

POLL, Daniel. **What Jane Austen ate and Charles Dickens: from fox hunting to whist – the facts of daily life in 19th century England**. New York: Touchstone, 1995.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da Família**. Lisboa: Estampa, 1997.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **The coherence of Gothic conventions**. New York: University Paperback, No 930 Methuen, 1986.

WALPOLE, Horace. **The castle of Otranto**. New York: Oxford University Press, 1996.

WEBER, Marianne. **Ehefrau und Mutter in der Rechtsentwicklung. Eine Einführung**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1907.

DECOLONIALIDADE, QUESTÃO AGRÁRIA E NEOEXTRATIVISMO MINERAL: O TEATRO DA HYDRO-ALUNORTE NA AMAZÔNIA PARAENSE

Andrey Henrique Figueiredo dos Santos⁹²

Resumo: Os sujeitos do grande capital em articulação com Estado brasileiro elegeram a Amazônia como uma grande “fronteira de acumulação”. Desde a década de 1960, vemos o processo de ocupação da região se intensificar e, com ele, os conflitos, em várias dimensões. Nesse sentido, este escrito propõe-se a abordar e a buscar reflexões acerca dos impactos socioambientais causados pela mineradora Hydro-Alunorte, sobre o rompimento de barragens de rejeitos, referindo-se a SDR1 e a SDR2, da empresa norueguesa, no município de Barcarena, no Estado do Pará, no dia 17/02/2018. Aqui, a mineração será analisada pelo prisma da questão agrária, pois, penso que é fundamental para termos a dimensão do impacto no município, em especial, às comunidades de povos tradicionais que ali residem e que foram afetadas pelo crime ambiental. Assim, a lógica do vetor da mineração, como mais uma frente econômica neoextrativista, e da questão agrária que lhe é subjacente. Metodologicamente, parto de revisão bibliográfica, revisão documental, trabalhos de campo no município, mais precisamente em 4 das 13 comunidades afetadas, registro de memória, entrevistas, conversações informais, e registro imagético – em foto e audiovisual – para capturar não apenas as falas, mas o gestual, a forma de se expressar e a singularidade da vida.

Palavras-chave: Decolonialidade; Questão agrária na Amazônia; Neoextrativismo mineral; Crime ambiental.

Abstract: The subjects of high capital. in articulation with the Brazilian state elected Amazon as a large "frontier of accumulation". Since the 1960s we have seen the process of occupation of the region intensifying its conflicts in several dimensions. In this context, this article proposes to approach and seek reflections about the socio-environmental impacts caused by the hydro-miner Alunorte, about the of SDR1 and SDR2 of the Norwegian company in the county of Barcarena in the north-east of Pará state, on 17th of February 2018. In this research, mining will be analysed by the feature of the agrarian issue. I think that it is fundamental to have the dimension of the impact in the municipality in particular to communities of people traditionally residing there. Thus, the logic of the mining vector, as another economic form of neo extractivism, and the agrarian issue that underlies it. Methodologically, this article starts with a bibliographical review, documentary review, fieldwork in the county (4 of the 13 communities affected), recordings, informal interviews and conversations, and image registration - in photo and audio-visual – for capturing not only the speech, but also their gestures, the way of expressing itself and the uniqueness of life.

Keywords: Decoloniality; Agrarian issue in the Amazon; Neoextractivism mineral; Environmental crime.

INTRODUÇÃO

A construção da ideologia que hoje denominamos desenvolvimento, herdeiro do progresso do século XIX, vem se materializando nos projetos políticos traçados

⁹² Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA/UEPA). E-mail: andreyhenrique@hotmail.com

para a Amazônia, desde as rodovias das décadas de 1960/70, passando pelas imensas plantas de geração de energia hidroelétricas, chegando aos parques industriais da mineração, dos imperadores do latifúndio e ultimamente às monoculturas de soja e de dendê (BRINGEL, 2016).

Este enredo escrito para Amazônia teve seu mais recente ato: a farsa da NORKS HYDRO ASA. A empresa norueguesa atua no setor mineralógico desde o início do século XX, e perdeu sua máscara de personagem que, no discurso do desenvolvimento, “leva benefícios” aos habitantes onde se instala, inclusive no Estado do Pará. Portanto, os acontecimentos no município de Barcarena (localizado no nordeste paraense) apontam para algumas necessidades para a pesquisa nesta região. Existem necessidades de espacializar o fenômeno. Por isso, a ciência geográfica é importante neste debate. Urge uma pauta de pesquisa interdisciplinar e, ao mesmo tempo, urge entender a dinâmica da indústria mineradora nesta região, já que essas empresas se instalaram em um contexto em que a preocupação ambiental era incipiente.

Para entendermos: a Alunorte é a maior refinaria de alumina do mundo, fora da China. O produto é a principal matéria-prima do alumínio e é produzido a partir da bauxita, que é fornecida pela Mineração Paragominas-PA via mineroduto e pela Mineração Rio do Norte (MRN), pelo porto de Vila do Conde em Barcarena-PA. Parte da alumina é exportada e a outra é direcionada para a Albras, produtora de lingotes de alumínio.

A HYDRO, fundada em 1905, tem como maior acionista o Estado norueguês, bem como instituições dos Estados Unidos, Inglaterra e China. Possui relação comerciais com o Brasil desde a década de 70, adquirindo em 2010 os ativos de alumínio da VALE, dessa forma, construiu uma companhia de alumínio global. Portanto, inclui: Bauxita (Paragominas-PA), participação majoritária da maior refinaria de alumina do mundo, a ALUNORTE, com participação de 51% na empresa de alumínio do Brasil, a ALBRAS.

Portanto, o acesso à empresa se dá a partir da cidade de Barcarena, por meio da rodovia PA-481. Instalada na região desde 20 de outubro de 1995, a Alunorte (nome da empresa, antes da compra pelo grupo norueguês Hydro) foi criada para ser uma fornecedora cativa de alumina para produção de alumínio da Albrás (BPR, 2015). Em Barcarena, a Hydro Alunorte é responsável pelo refino da bauxita e pela produção da alumina (Al_2O_3), e a Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás), também situada nesta

cidade, é a indústria que produz alumínio primário, como lembram Henriques e Porto (2013).

O crime ambiental que ocorreu na madrugada do dia 17/02/2018, esse já antecipado pelos próprios moradores das comunidades ao entorno do empreendimento, o rompimento de barragens de rejeitos, referindo-se aos depósitos de resíduos sólidos um (SDR1) e dois (SDR2) (ver figura 1), da empresa norueguesa em Barcarena no estado do Pará. Após uma vistoria com a presença da procuradoria do Ministério Público, foi identificada uma tubulação clandestina que saía da refinaria e despejava rejeitos que contaminaram o solo da floresta e os rios das comunidades tradicionais próximas. Ainda foram encontradas outras duas tubulações ilegais que tinham a mesma finalidade.

As denúncias das práticas irregulares da empresa em relação às questões tanto sociais como ambientais não é fato novo. O Instituto Evandro Chagas apontou, no laudo, que foram treze (13) comunidades ribeirinhas afetadas pelo crime ambiental. Sem falar da escala que essa poluição pode alcançar acentuando as dificuldades que esses empreendimentos trazem para as populações próximas às barragens. Impactando assim, comunidades ribeirinhas, quilombolas e do centro urbano.

Figura 1: Comunidades Bom Futuro e Vila Nova e na empresa Norsk Hydro Alunorte, Cidade de Barcarena, Pará.



Fonte: Google Earth

Vale frisar que, umas das bacias da Hydro-Alunorte, a DRS2, não está em funcionamento, pois, o juiz federal da 9ª Vara, Arthur Pinheiro Chaves, decidiu manter o embargo judicial ao Depósito de Resíduos Sólidos. Após informações colhidas nos trabalhos de campo, essa barragem é uma das mais perigosas. Primeiro, pelo material contido, que é altamente tóxico: soda cáustica e arsênio. Segundo, pelo tamanho (superior a 100 hectares) que, em caso de rompimento, poderia afetar uma área de grande extensão.

Nos últimos quinze (15) anos, a média é de um acidente com grave impacto ambiental a cada nove meses na região de Barcarena-PA, onde vivem 99 mil pessoas. Atualmente, cerca de 26% da população de Barcarena tem menos de 15 anos de idade (BRASIL DE FATO, 2018). Para termos ideia, um ano antes do crime ambiental, segundo o *site* da empresa, o lucro ajustado da Hydro aumentou para NOK 3,55 bilhões no quarto trimestre de 2017.

Tendo feito esse apanhado histórico (e necessário) para uma melhor e maior *imaginação espacial* (MASSEY, 2008) do leitor, justifico abaixo esse primeiro momento descritivo do trabalho, pois, não sei como é nas outras Ciências Humanas, no entanto, na Geografia, se deplora muito o ato de descrever, como algo redutivo

(Geografia tradicional). Quando muitos querem explicar e analisar, é preciso me deter no que quero dizer por “descrever”.

Vivenciar o campo de pesquisa é despir-se desta separação constantemente requerida, entre sujeito e objeto, embeber-se e deixar-se beber no espaço vivido sem perder o rigor da investigação, indo na direção do sentido mesmo de existência – encarnado na realidade que só podemos realizar através do encontro, com o mundo e com os outros, “sem sujeito não há mundo” (LUIJPEN, 1973, p. 68) e qualquer reflexão é tomada de posição corporal – física e reflexiva, inseparáveis (MERLEAU-PONTY, 1999) se pretendemos nos comprometer com desvelamento da realidade (LUIJPEN, 1973) que possui um componente criativo e de abertura de sentidos num processo de compreensão (ARENDT, 1993).

Nesse sentido, descrever não é separável de interpretar, neste caso, menos ainda é separável de uma posicionalidade do olhar de quem executa a descrição, com todos os limites que esta posição implica. Descrever é também exercício de criação intencional e comprometimento com a experiência vivida (CAPALBO, 2008), cujo distanciamento é simplesmente impossível.

Dito isso, este escrito vai ao sentido da inquietude aos estudos da questão agrária (centrada no campesinato como sujeito e na luta pela terra como ação) para se compreender a complexidade das relações e das histórias de vida presentes na região estudada. Em outras palavras, as categorias tradicionalmente mobilizadas por essa tradição teórica não dariam conta de explicar as diferentes relações com a terra e o rio estabelecidas pelos sujeitos afetados pela mineração.

Metodologicamente, parto de revisão bibliográfica, revisão documental, trabalhos de campo no município, mais precisamente em quatro (4) das treze (13) comunidades impactadas (entre elas ribeirinhas e quilombolas), registro de memória, entrevistas, conversações informais, e registro imagético – em foto e audiovisual – para capturar não apenas as falas, mas o gestual, a forma de se expressar e a singularidade da vida dos sujeitos. Nesse sentido, na primeira seção trago um breve panorama da sujeição histórica dos povos tradicionais da América Latina e sua inserção na questão agrária, por um corte decolonial. Já na segunda seção, tento focalizar no meu objeto de pesquisa, entendendo o crime ambiental da Hydro por um viés multifacetado, entrelaçando vários sujeitos envolvidos no caso. Ainda nessa seção, trago as falas dos próprios impactados pelo crime, trazendo a magnitude da situação ocorrida e mostrando que os impactos da questão mineral dialogam em

escalas regionais, nacionais e internacionais, e que (re)configuram a questão agrária no tempo e no espaço.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS POVOS TRADICIONAIS NA QUESTÃO AGRÁRIA

Como vemos apenas com uma visão panorâmica das formas em que o capital avança no meio rural, podemos perceber que suas lógicas da reprodução no campo hoje impactam de forma considerável populações ou que mantêm uma relação entre a subsistência e a exploração da natureza marcada pelo equilíbrio ou que se localizam de áreas de difícil acesso, como acontece com boa parte dos povos e comunidades tradicionais. Essa constatação somada à “extraordinária diversidade fundiária” (LITTLE, 2002, p. 2) desses grupos nos leva a pensar na necessidade de repensar os termos com que devemos entender hoje a questão agrária no Brasil. Montenegro Gómez (2010) e Marcos (2016) apontam para uma série de aspectos que mudaram a leitura da questão agrária, como os problemas ambientais, a soberania alimentar, a segurança alimentar, a pluralidade de sujeitos em conflito com a lógica destrutiva do capital ou o papel do Estado na agricultura, o tema da heterogeneidade fundiária que os povos e as comunidades tradicionais possuem não é um tema menor.

A manutenção de formas comunitárias de aproveitamento dos recursos naturais, que apesar de terem sua área reduzida continuam mostrando sua vigência para a manutenção desses grupos, se constituem, por um lado, em resistência ao avanço do aproveitamento privado da terra e, por outro lado, em aviso para fortalecer mecanismos de reforma agrária que permitam contemplar essas diferenças nas formas de acesso à terra, assim como estratégias de regulação fundiária que possibilitem a esses grupos serem reconhecidos não só associados a uma terra determinada, mas a um território específico (MONTENEGRO GÓMEZ, 2012). Dessa forma, sob a lógica da ciência moderna e ocidental como instrumento legitimador de qualquer intervenção, o desenvolvimento ganha uma capilaridade intensa e inquietante: pelo desenvolvimento são eliminadas formas de vida adequadas a contextos específicos (bens naturais explorados em comum, práticas de convívio com meios naturais restritivos, etc.), mas que não se consideram racionais desde o crivo científico-moderno-ocidental; são construídas infraestruturas desmedidas (barragens, portos, estradas, etc.) que favorecem apenas a penetração de atividades econômicas

e o saqueio de recursos naturais e não as comunidades que vivem no local; ou são impostas formas de (des)regulação (comercial, trabalhista, etc.) que sob o discurso enganoso da liberdade, favorecem quem na competência já parte com vantagem (ESCOBAR, 1998).

O desenvolvimento, por muitas partículas que carregue, impõe caminhos estereotipados de “progresso” econômico. Por isso, pensar um desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais (como sugere a Política Nacional), levanta sérios interrogantes. Que tipo de desenvolvimento é esse? Quem necessita desse desenvolvimento? Os povos e as comunidades tradicionais são subdesenvolvidos? Até que ponto o fortalecimento desses grupos se dá com uma política de desenvolvimento? Segundo Montenegro Gómez (2012), o paradigma da decolonialidade, aprofundando as diferenças, enfatizando a pluralidade de discursos, criticando as histórias contadas superficialmente e desde um só bando, abre múltiplas possibilidades para uma análise das ausências, das supressões que hoje perduram, não só como história, como tradicionalidade, como ancestralidade, mas, sim, como processos cotidianos de eliminação de outras racionalidades nessa sociedade da racionalidade única do capital.

O TEATRO DO REAL E A “NOSSA MISSÃO”: A FARSA DA NORK HYDRO ASA QUE ENVENENA BARCARENA-PA E A AMAZÔNIA

No dia 19 de março de 2018, a comissão⁹³ externa da câmara dos deputados federais recebeu novo reporte da Hydro Alunorte, via *e-mail*, assinado por seu vice-presidente, Sr. Anderson Baranov. O documento iniciava com as seguintes frases: “A missão da HYDRO é criar uma sociedade mais viável, desenvolvendo recursos naturais e produtos de maneira inovadora e eficiente honrando esta missão há mais de um século (...)”. Assim, podemos perceber que a missão da HYDRO é construir uma sociedade viável: Viável para quem? A “missão” da HYDRO, junto com a historiografia tradicional, me faz crer que, não se difere do discurso/ação do “projeto modernidade/colonialidade” (ESCOBAR, 2003), em que os povos tradicionais já enfrentam há séculos na América Latina o “velho” e o “bom” desenvolvimento por

⁹³ A comissão foi formada por deputados federais para averiguação do caso.

pillagem (LITTLE, 2002). Em outras palavras, “a colonialidade é constitutiva da modernidade: sem colonialidade não há modernidade” (MIGNOLO, 2009, p. 39).

Nesse reflexo de colonialidade, a convivência do Estado do Pará foi clara quando, em entrevista coletiva realizada no dia 23 de Fevereiro de 2017, o governador do Estado, Simão Jatene (PSDB-Pará), relatou que o “acidente ambiental” foi de responsabilidade da grande quantidade de chuva⁹⁴ no dia em que houve o vazamento das bacias de rejeitos de bauxita. Ou seja, culpando “São Pedro”, por tal ocorrido. Até Santo entra na peça no teatro do real. Goffman (2007) realiza uma análise das interações sociais dos sujeitos utilizando a linguagem, os gestos, os olhares e a verbalização.

O indivíduo influencia o modo que os outros o verão pelas suas ações. Por vezes, agirá de forma teatral para dar uma determinada impressão para obter dos observadores respostas que lhe interesse, mas outras vezes poderá também estar atuando sem ter consciência disto. Muitas vezes não será ele que moldará seu comportamento, e sim seu grupo social ou tradição na qual pertença (GOFFMAN, 2007, p. 67).

Nessa premissa, as razões que levam os atores, como Goffman dizia, a manipularem as situações, ou seja, o palco de atuação de acordo com os seus anseios, estão pautados na liberdade de escolha de cada indivíduo transformá-las para aplicar em sua própria teoria. Ressaltando que a contaminação que segundo o relatório do Instituto Evandro Chagas (IEC), (realizado após o ocorrido) RELATÓRIO Nº: 002/2018⁹⁵ PROCESSO Nº: 010/2018, “*neste momento as águas apresentaram níveis elevados de Alumínio e outras variáveis associadas aos efluentes gerados pela Hydro Alunorte*” (**Grifos meus**). A contaminação já havia sido denunciada em 2014, com a publicação de uma pesquisa feita pelo Laboratório de Química Analítica e Ambiental (Laquanam) da UFPa. Mas nenhuma providência foi tomada desde então.

Os impactos causados não podem ser quantificáveis e se expressam nas falas dos moradores do município. A poucos metros da casa de Maria Salestiana Cardoso, 69 anos, é possível presenciar a degradação do igarapé do *Bom Futuro* (ver figura 4), em Barcarena-Pa. A margem do manancial foi tomada por lodo. “*Não serve*

⁹⁴Disponível em: <http://m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-489208-jatene-poe-culpa-em-sao-pedro-e-defende-hydro.html>

⁹⁵ “Avaliação dos impactos referente ao transbordo de efluentes de lama vermelha na cidade de barcarena, estado do Pará”. Disponível em: http://www.iec.gov.br/portal/wpcontent/uploads/2018/03/RELAT%C3%93RIO_T%C3%89CNICO_002-2018-compressed.pdf

para mais nada”, diz a ribeirinha, que lamenta que as águas estejam impróprias ao consumo depois do transbordamento de lama vermelha da produção de bauxita da mineradora norueguesa Hydro-Alunorte. E, em outro momento, a ribeirinha enfatiza: *“O igarapé morreu, não tem mais peixe”*. Já dona Maria Silva, presidente da Associação Cainquiam, relata em sua fala uma dimensão simbólica e emocional com o lugar:

Eu sou filha do Icaraú (nome da comunidade), nasci próxima à senzala. Eu lutei na Justiça Federal para dar essa terra para o povo que era deles por direito. Eu não vou deixar a minha casa. Eles que precisam parar de poluir os nossos rios, e precisam indenizar as famílias que prejudicaram. Eu não arredo o meu pé daqui (Entrevista realizada em julho de 2018).

Já o seu Nivaldo, da comunidade quilombola Cupuaçu/Boa vista, que há meses convive com uma ferida na perna, e que inclusive piorou depois do contato com a água contaminada no transbordo de Fevereiro. Seu Nivaldo relatava que já tentou obter recursos para a comunidade, mas que a prefeitura do município não sinaliza nenhum tipo de ajuda e, para piorar, os poços ficaram inutilizados depois do transbordo da bacia de rejeitos da Hydro.

O ferimento era pequeno. Eu e outros moradores fomos ajudar as pessoas que estavam com as casas alagadas, aí piorou. Eu fui ao médico e ele fez curativo, passou antibiótico, mas não está resolvendo. Minha bebê de um ano e dois meses passou vários dias com muito vômito e diarreia, por causa da água (contaminada pelas bacias de rejeitos da Hydro-Alunorte). É muito triste o que a gente vive (Seu Nivaldo. Entrevista realizada em Julho de 2018).

A mineradora faz o seu papel na tentativa de destruir esse (imenso) mundo de cosmopolítica e de outras ontologias que se diferenciam das nossas, porém, são ignoradas, quando não, invalidadas. Há muitas outras falas que poderiam ser destacadas, mas penso que as citadas acima são significativas para explicitar o valor da terra e da lugarização relacional, como processo co-instituído entre sujeitos e ambiente, e, mais, as falas possuem uma grande carga da dimensão simbólico-emocional. Há uma transcendência nesta cifra do real que não diz só respeito ao ser-do-mundo ou a existência.

O debate de questão agrária no Brasil gira em torno de categorias abstratas dialogando entre si, nas quais somente o campesinato é o protagonista do processo,

esquecendo outros sujeitos sociais que (re)configuram essa questão no espaço-tempo. Mas, se a gente inverter isso, o que aparece? Aparece existência. Portanto, é preciso romper com a visão hegemônica que relaciona a questão agrária automática e exclusivamente à luta pela terra, dando um sentido negativo, arcaico, gerador de atraso para essa questão. É necessário entender a questão agrária no seio – e como consequência – do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo (MARCOS, 2016). “Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p. 12-13).

Nesse sentido, a questão agrária está submetida a essas vivências concretas do corpo que se expressam nessa trajetória a partir do solo quente da luta, e de como essas histórias de vida bagunçam certas categorias sobre a Amazônia e revelam outras. Aí começa a se desenhar uma Geografia em ato (DARDEL 2011).

Os corpos se agregam desencontrada e incontornavelmente na constituição do lugar, o que cria um foco (RELPH, 2012), uma densidade – lugar – em relação aos espaços outros em que opera a corporeidade. Esta “espessura” não se configura finitude estrita, é abertura – no sentido de começar a ser – dada diferenciação e distinção das vinculações entre ser e lugar na contemporaneidade, bem como os novos alcances que os corpos humanos podem dispor em termos técnicos. De todo modo, o engajamento corpóreo em campo é condição para constituir lugar (MALPAS, 1999). Ser dono da terra significa mais do que plantar, colher, e pescar, ou melhor, o que entendemos por plantar, colher e pescar tem sentido diferente para os povos tradicionais de Barcarena-PA, porque não é só movimento do pensamento – fruto de nossa reflexão algo distanciada acerca dessas atividades – mas ligação forte, de razão e fé, de objetividade e subjetividade, de imbricação entre ser e ambiente (DARDEL, 2011; MOREIRA, 2012).

É importante salientar que, a Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS) “fechou os olhos” para as irregularidades cometidas pela HYDRO-ALUNORTE. A mineradora não possuía licença ambiental para funcionamento das bacias de rejeitos e tubulações clandestinas que despejavam água não tratada – efluentes – diretamente nos igarapés *Boa Futuro*, *Gurajuba* e nos rios *Murucupi* e *Tauá*, na bacia do *rio Pará* são apenas alguns elementos do cenário dessa escabrosa peça. Podemos relacionar essa prática mineral predatória de neoextrativista. Gudynas (2012) define o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento

focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. A ideia de neoextrativismo corresponderia a uma reconfiguração do extrativismo, conceito cunhado para definir um conjunto de estratégias de desenvolvimento ancoradas em um grupo de setores econômicos que removem um grande volume de recursos naturais para comercialização após nenhum ou quase nenhum processamento. Apesar de o paradigma do extrativismo ser comumente aplicado à extração de recursos minerais e do petróleo, também pode ser associado a atividades agrárias, florestais e de pesca (ACOSTA, 2011; GUDYNAS, 2012).

A extração mineral é, hoje, a atividade que digladia entre dois polos pelo interesse humano: é responsável pela qualidade da vida moderna, mas também pode ser responsável por agredir a própria vida humana, degradando o ambiente, provocando doenças e mortes. Eis aqui exatamente o que Beck (2010, p. 73) chama de “miopia econômica”, ou seja, “a cegueira em relação aos riscos que é sistematicamente provocada” (**grifos meus**). Dessa forma, em prol do desenvolvimento econômico, riscos são tolerados, omitidos, desacreditados e ignorados na maior parte da produção extrativista.

Figura2: Os moradores ocuparam a prefeitura de Barcarena e fecharam o acesso às fábricas para protestar contra a poluição causada pela empresa.



Fonte: (Via WhatsApp).

Ainda nesse sentido, pensando em moldes de uma sociedade urbanocêntrica, a mineração e a qualidade de vida moderna, geralmente é mais favorável. Este é um ponto crucial, uma vez que para muitos é relativamente fácil pensar que é “pouca coisa” que algumas famílias ou comunidades percam seu “chão”

(e suas águas, no caso); parece um aspecto bem alienante da vida social, ou seja, nós só sentimos efeitos indiretos, mas e quem vive o efeito diretamente? Como compreender esses elementos como parte de uma questão agrária, que possui suas singularidades e subjetividades no cotidiano?

Foto3: Igarapé Bom Futuro, poluído pelos dejetos da Hydro-Alunorte.



Fonte: (Catarina Barbosa/Amazônia Real).

E igualmente a questão do rompimento me recorda muitos discursos que tenho ouvido ou lido por aí de que há excepcionalidades: a mineração “deveria” funcionar sempre muito bem, mas há exceções, alguns “poucos” problemas ocorrem. O problema é que os resultados então são desastrosos. Beck (2010) aponta, pois justamente o risco pode “não ser tão alto”, porém quando ocorre algo errado o efeito é destruidor.

Foto3: Vazamento da bacia de resíduos sólidos DRS1 da Hydro-Alunorte, em Barcarena-Pa.



Fonte: (Pedrosa Neto/Amazônia Real).

Mas como alcançar a nova ética ecológica contemporânea baseada em uma sociedade de risco em prol da proteção socioambiental quando se trata de atividade

minerária? É preciso sair de onde nós estamos, pois, onde nos encontramos, estamos condenamos. É preciso ampliar o nosso campo para outro caminho.

PARA (NÃO) CONCLUIR, PARA SEGUIR...

A presente pesquisa abordou um recorte espaço-temporal de uma municipalidade amazônica. Portanto, um elemento primordial que rebate inclusive no desenvolvimento local do município, é a criação de mecanismo de controle popular sobre a indústria mineradora. Isso é algo que o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) vem lutando no território nacional. Um mecanismo importante de gestão que envolve vários setores da sociedade.

Atualmente a Hydro-Alunorte em Barcarena-PA está com o funcionamento de 50% da capacidade produtiva, devido ao embargo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. A empresa assinou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e o Governo do Estado do Pará, representado pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS). O crime ambiental da Hydro-Alunorte vem exatamente em um contexto de debate sobre o decreto nº 9.406, estabelecendo o novo Regulamento do Código de Mineração. Decreto esse, realizado no (des)governo do ex-presidente Michel Temer, cuja tendência é afrouxar ainda mais o território brasileiro para as empresas de mineração com a transformação do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral numa agência reguladora, na qual tenho minhas profundas dúvidas se irá regular algo.

Nesse sentido, indígenas, quilombolas, ribeirinhos ou camponeses de todo tipo com sua forma de existir e se reproduzir econômica e socialmente promovem uma crítica contundente à lógica dos mecanismos de poder na nossa sociedade. A decolonialidade nos abre a porta para entender esses processos de forma ampla. Não apenas como estratégias econômicas que entram em conflito, mas sim como formas de construção de conhecimento diferenciadas.

Portanto, o trabalho vem no sentido de pensar os limites das tradições mais clássicas da sociologia rural. A partir de um caso que incorpora elementos diferentes e que não necessariamente pode ser interpretado com as categorias analíticas existentes, a pesquisa tem o potencial de oferecer um modelo interpretativo mais

completo para a compreensão dos impactos (de diferentes naturezas) do capitalismo agrário.

Algo que o trabalho de campo mostrou foi que as comunidades afetadas exigiram das autoridades a paralisação da mineração. Já os trabalhadores, sua continuidade. Como lidar com esse paradoxo? Como organizar sujeitos tão distintos em suas culturas e relações com os seus lugares ou onde a dependência das empresas mineradoras parece insuperável e seus impactos insuportáveis? São perguntas que merecem um seguimento na pesquisa. Refletir sobre esse paradoxo é (re)pensar novas formas de se fazer política. Portanto, estabelecer pontes entre povos e comunidade tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade se constitui na dimensão teórica e metodológica na compreensão da atual questão agrária no Brasil. Proponho o debate e o avanço das pesquisas na região para uma melhor compreensão, tendo em vista que, a mineração é uma prática transversal no espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Más alla del desarrollo**. Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburg, 2011.
- ARENDT, H. **A dignidade da política. Ensaios e conferências**. ABRANCHES, A. (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. De Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BRASIL DE FATO. **Documentário denuncia crimes ambientais graves em Barcarena (PA) nos últimos 15 anos**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br>> Acesso em 11 de Novembro de 2018.
- BRINGEL, Fabiano de Oliveira. As fronteiras agrárias intermitentes e as múltiplas territorialidades do campesinato na Amazônia paraense – uma análise comparativa projetos de assentamento no sudeste e sudoeste do Pará. ISSN: 2175-8875. **Anais do XI- ENANPEGE**. Porto Alegre-Rs. pp-4496-4506.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Relatório final da Comissão externa das bacias de rejeitos de mineração em barcarena/pa**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br> Acesso em 12 de Janeiro de 2019.
- CAPALBO, C. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. Aparecida (SP): Ideias & Letras, 2008.
- CARDOSO, J. G. da R.; CARVALHO, P. S. L. de; FONSECA, P. S. M. da; SILVA, M. M. da; ROCIO, M. A. R. **A indústria do alumínio: estrutura e tendências**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 33, p. 43-88, mar. 2011.
- DARDEL, E. **O Homem e a Terra. Natureza da Realidade Geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Santafé de Bogotá: Norma, 1998 [1995].

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de outro modo**. El programa de investigación de modernidad/colonialidad Latinoamericano. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, nº 1, p. 51-86, jan.-dez. de 2003.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida Cotidiana**. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012b. p.303-318.

HENRIQUES, A. B.; PORTO, M. F. de S. **A insustentável leveza do alumínio**: impactos socioambientais da inserção do Brasil no mercado mundial de alumínio primário. *Ciência & Saúde Coletiva*. [online]. 2013, vol.18, n.11, p. 3223 - 3234.

HYDRO. **Quarto trimestre de 2017: Alta nos preços da alumina e do alumínio melhoram os resultados**. Disponível em <<https://www.hydro.com>> Acesso em 19 de Agosto de 2018.

LUIJPEN, A. M. **Introdução a Fenomenologia Existencial**. São Paulo: Editora Universitária da USP, 1973.

MALPAS, J. **Place and experience: A philosophical topography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MARCOS, Valéria de. “Novas (ou) velhas alternativas para o campo na Amazônia e a questão agrária na atualidade”. In: MACEDO, Cátia; BRINGEL, Fabiano; SOUSA, Rafael; SANTANA, Rosiete. (Orgs.). **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém-PA, editora Açai, 2016. p. 9-26.

MARTINS. José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**. Por uma política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. 2ª ed. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roselí Alves dos. (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-34.

MONTENEGRO GÓMEZ. Jorge Ramón. povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 163-174, 2012. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB.

MOREIRA, E. **Ideias para uma Concepção Geográfica da Vida**. (Org. e Comp.). GUIMARÃES, M. S. F. P. Belém: SEMEC, 2012.

MIGNOLO, Walter D. **La colonialidad: la cara oculta de la modernidad**. MACBA, 2009, p. 39-49. Disponível em: <<http://www.macba.es>> Acesso em: 3 Janeiro 2019.

RELPH, E. Reflexões sobre a Emergência, Aspectos e Essência do Lugar. In: MARANDOLA Jr., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012.